

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA
AMAZÔNIA (PPGCSPA)

TACILVAN SILVA ALVES



A PESCA E O CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA: saberes e conflitos sociais

São Luís – Ma
2018

TACILVAN SILVA ALVES

A PESCA E O CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA: saberes e conflitos sociais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política.

Grande área: Ciência Política e Relações Internacionais.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cynthia Carvalho Martins.
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Maria Portela Nunes

São Luís – Ma
2018

Alves, Tacilvan Silva.

A Pesca e o Centro de Lançamento de Alcântara: saberes e conflitos sociais / Tacilvan Silva Alves. – São Luís, 2018.

213 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Profa. Dra. Cynthia Carvalho Martins.

1. Mobilizações. 2. Pescadores. 3. Território. 4. Saberes. I. Título.

CDU 316.48(812.1)

TACILVAN SILVA ALVES

A PESCA E O CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA: saberes e conflitos sociais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

São Luís, 28 de fevereiro de 2018.

Aprovado em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Cynthia Carvalho Martins
Universidade Estadual do Maranhão
São Luís – MA

Coorientadora: Profa. Dra. Patrícia Maria Portela Nunes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
São Luís - MA

Membro externo: Prof. Dr. Antonio João Castrillon Fernández
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rio Grande do Sul – RS

Membro interno: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida
Universidade Estadual do Maranhão
São Luís – MA

Suplente:

*Aos que lutam incansavelmente por um mundo mais justo...
e aos que acreditaram nesta empreitada.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao astral pela oportunidade de estar caminhando pelas entrelinhas de um trabalho cuja racionalidade tenta lucidar relações vividas cotidianamente por agentes sociais. Ao Deus supremo e aos orixás pelo axé com que tenho caminhado no decorrer da construção desta dissertação. Que estes me permitam agradecer aos envolvidos direta ou indiretamente nesta empreitada.

Agradeço aos meus pais, Sebastião Alves e Bernadete da Silva, pela força, apoio e incentivos com que sempre contei durante os dois anos de mestrado. Em especial, agradeço a minha mãe, pescadora que de bom grado se dispôs a me esclarecer, aconselhar e que tem sido minha referência de vida.

Aos meus irmãos Orisvaldo, Frazão, Henrique e Rafson, e irmãs Concita, Zilda, Aurideia, Tacinilde e Taty, com quem pude contar com apoio no decorrer de minha formação e pela compreensão nas minhas ausências nos encontros familiares. Aos meus primos, primas, sobrinhos e sobrinhas a quem reitero meu carinho e admiração.

Às lideranças locais que me acolheram na comunidade de Brito durante minhas estadas e idas esporádicas, o senhor Leonardo dos Anjos e dona Maria José, que de bom grado se dispuseram a me receber em sua casa tanto quanto contribuíram significativamente aos trabalhos de pesquisa de campo.

Aos pescadores e pescadoras de Brito, os senhores Raimundo Pimenta, Maximiano, Zé Raimundo, Luís, Samuel, Vilmar, Ubiraci, Alan, Francisco, Roberta, Joseane, Faustina, Maria da Natividade pelo tempo cedido às entrevistas, pelas conversas de fim de tarde, por compartilharem parte de suas vidas comigo.

Aos amigos de turma do mestrado, Ana Valéria, Silvilene, Denilton, Jhullienny, Cliciane, Elson, Claudia Teles pelas trocas de experiências, discussões de textos e as boas risadas com as quais buscamos encontrar alívio das tensões no decorrer das disciplinas.

À Valéria, Lina e Laís com quem formei o “quarteto inseparável” enquanto morávamos juntos durante o mestrado e que acabamos estendendo essas relações para nossas vidas decorrido os dois anos do mesmo. Foi com quem aprendi novos sentidos para a vida. Talvez aqui palavras não bastem para dimensionar o que sentimos, o que vivemos e os valores que aprendemos a compartilhar uns com os outros.

Aos meus professores amigos Emmanuel e Davi pela contribuição nas discussões de textos e ajudas que me foram sempre muito bem-vindas. Agradeço pelos bons conselhos com que sempre pude contar durante o percurso na pós-graduação.

Às amigas Gardênia Ayres e Polliana de Sousa pelas viagens, apoio nesta empreitada e, mesmo estando distantes fisicamente por estarem se doutorando, não deixaram uma vez sequer de responderem às nossas conversas e de se disporem a contribuir sempre que possível.

Ao amigo e amigas do Laboratório Cartográfico Filipe, Jéssica, Bárbara e Bruna pelos momentos em que estivemos reunidos em uma ou outra atividade.

À minha orientadora Cynthia Carvalho Martins pela dedicação, apoio e paciência com que buscou conduzir as orientações na realização do trabalho de pesquisa de campo, sistematização dos dados de pesquisa e construção do texto dissertativo.

À coorientadora Patrícia Maria Portela Nunes pela paciência e bom grado para ajudar, dentro de suas condições, com a construção reflexiva deste trabalho.

Aos professores e às professoras do PPGCSPA/UEMA, Helciane de Fátima Abreu Araújo, Aridimar Gaioso, André Dias, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Jurandir Santos de Novaes, Benjamin Mesquita, Greilson, Camilo, Cynthia Martins, Consolação Lucinda e Patrícia Portela pelo conhecimento compartilhado.

À professora e amiga Consolação Lucinda pelos inesquecíveis momentos de prosa nos fins de tarde e as risadas com que tratamos assuntos diversos de nossas jornadas terrenas. Pela vivência compartilhada junto ao “quarteto” durante sua estada conosco.

Aos que acreditaram nesta possibilidade: Vitor Sampaio, Daniel Almeida e Carlos Jefferson, deixo minha gratidão e carinho pelo apoio, conforto e amizade com que me receberam todas as vezes em que estivemos juntos.

Ao Carlos Richard pela amizade, carinho e disposição com que contei nos momentos finais de escrita da dissertação. Certamente foi de grande valia as cobranças e pressões com que constantemente perguntava pela finalização deste trabalho.

Ao mineiro Daniel Neves pelas risadas, os passeios pelas ruas de São Luís, as conversas regadas a assuntos diversos, as acolhidas em sua residência durante sua estada na ilha. Como não lembrar desses momentos, não é, Dany? A você, meu obrigado.

Aos amigos Sheila Dourado, Tomas Paoliello e Luciana Railza pelo incentivo e amizade com que buscaram me dar apoio nesta empreitada.

À Universidade Estadual do Maranhão – UEMA pela acolhida ao longo destes dois anos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia pela oportunidade de ampliar as possibilidades reflexivas de seus discentes.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA pelo financiamento do projeto de pesquisa.

RESUMO

No referido trabalho verso sobre a situação de conflitos vivida por agentes sociais no litoral de Alcântara frente às constantes tensões sociais, ocasionadas a partir da implantação do Centro de Lançamento de Foguetes de Alcântara – CLA, ocorrido na década de 1980. Frente a estes impasses, busquei construir o trabalho evidenciando as mobilizações dos autodesignados pescadores que têm em suas práticas cotidianas a possibilidade de estabelecer suas organizações sociais e de garantir sua autonomia. Levo em conta que nesse território étnico a pesca não está dissociada de distintas atividades como a *roça*, a caça, a criação de animais e atividades extrativistas. Além disso, estão estabelecidos nessa lógica local acordos coletivos de uso comum desses recursos naturais que asseguram a reprodução física, social, econômica e política do grupo. Ressalto que a pesquisa de campo se concentrou em uma das comunidades inseridas no território étnico reivindicado, a saber, a Comunidade Quilombola de Brito, que não está isolada de uma rede consolidada de relações sociais estabelecidas com as demais comunidades no referido território. Neste sentido, fez-se necessário descrever como ocorre a circulação de produtos e serviços inerentes às práticas realizadas pelos agentes sociais. A pesquisa de campo em Brito evidenciou que a pesca está circunscrita por especificidades de saberes e fazeres que a singularizam frente ao sistema econômico mais amplo. Suas percepções acerca dos recursos naturais e designações próprias dos instrumentos utilizados nas distintas atividades pesqueiras, os calendários agrícolas e de pesca constituem esses saberes. Por fim, apresento uma reflexão sobre a luta dos agentes sociais pela permanência no litoral que aparecem nos próprios modos como buscam reorganizar suas práticas.

Palavras-chave: Mobilizações, Pescadores, Território, Saberes.

ABSTRACT

In the aforementioned work, I dealt with the situation of conflicts experienced by social agents on the coast of Alcântara in the face of constant social tensions, caused by the implantation of the Lançamento de Foguetes de Alcântara – CLA, occurred in the 1980's. Faced with these impasses, I sought to construct the work evidencing the mobilizations of self-appointed fishermen who have in their daily practices the possibility of establishing their social organizations and guarantee their autonomy. I take into account that in this ethnic territory, fishing is not dissociated from different activities such as farming, hunting, raising animals and extractive activities. In addition, collective agreements are established in this local logic of common use of these natural resources that ensure the physical, social, economic and political reproduction of the group. I emphasize that the field research focused on one of the 12,000-hectare communities, the Comunidade Quilombola de Brito, is not isolated from a consolidated network of established social relations with the rest of the ethnic territory. In this sense, it was necessary to describe how the circulation of products and services inherent in the practices were made by social agents. The field research in Brito has shown that fishing is circumscribed by specificities of knowledge and practices that distinguish it from the wider economic system. and their perceptions about the natural resources and proper designations of the instruments used in the different fishing activities, that the agricultural and fishing calendars constitute these knowledges. Finally, I present a reflection about the struggle of the social agents for the permanence on the coast that appear in the different modes as they seek to reorganize their practices.

Keywords: Mobilizations, Fishermen, Territory, Knowledge.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------------|---|
| CLA | Centro de Lançamento Aeroespacial |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| FAPEMA | Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão |
| GESEA | Grupo de Estudos Socioeconômico da Amazônia |
| MABE | Movimento dos Atingidos pela Base |
| MOMTRA | Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara |
| PNCSA | Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia |
| PPGCSPA | Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia |
| SEMIC | Seminário de Iniciação Científica |
| STTR | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais |
| UEMA | Universidade Estadual do Maranhão |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| UFMA | Universidade Federal do Maranhão |

LISTA DAS IMAGENS

- Imagem 1** Mulheres trabalhando na capina da *roça* de *inverno*. Da esquerda para a direita: Alcilene, Dona Silvana e Dona Maria José. p. 81
- Imagem 2** Vilmar dos Anjos construindo uma cerca de tapume em volta da *roça* dele. p. 99
- Imagem 3** Dona Faustina, voltando da coleta de murici na praia de Brito p. 118
- Imagem 4** Cofos p. 121
- Imagem 5** Senhor Leonardo produzindo cofo de cintura em Brito. p. 122
- Imagem 6** Meaçaba de duas bandas utilizada por Sr. Leonardo. p. 123
- Imagem 7** Thiago e Samuel recolhendo a rede de pesca sajubeira de dentro da canoa do senhor Leonardo. p. 162
- Imagem 8** Marcelo realizando as feituradas das chumbadas usadas nas pescas em *alto mar*. p. 163
- Imagem 9** Senhor Leonardo com seus dois filhos, Vilmar e Samuel, se deslocando da prainha para os *pesqueiros* em *alto mar*. p. 168
- Imagem 10** Pesca em alto mar. p. 172
- Imagem 11** Representação de três maneiras de distribuição das malhas de um *pano de rede* durante o processo de *entramamento*. p. 182
- Imagem 12** Representação do escoamento dos pescados das comunidades costeiras para as agrovilas em Alcântara, MA. p. 192

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

| | | |
|------------------|---|--------|
| Tabela 1 | Projetos de Pesquisas no âmbito do PNCSA | p. 35 |
| Tabela 2 | Atividades de pesca no <i>verão</i> e no <i>inverno</i> | p. 139 |
| Tabela 3 | Identificação dos instrumentos de pesca e as formas como eles podem ser manuseados na execução da pesca propriamente dita | p. 159 |
| Gráfico 1 | Relação entre o aumento e a diminuição das atividades pesqueiras | p. 142 |
| Gráfico 2 | diferença nas atividades de pesca antes e depois do remanejamento | p. 188 |

LISTA DE MAPAS E CALENDÁRIOS

| | | |
|---------------------|--|--------|
| Mapa 1 | Mapa referente ao território étnico das comunidades remanescentes de quilombo em Alcântara | p. 66 |
| Mapa 2 | Mapeamento das áreas identificadas no laudo antropológico como de pretensão à implantação do CLA pela Agência Espacial Brasileira e para a construção dos chamados “Sítos de Lançamentos Comerciais” e das “áreas institucionais”. | p. 71 |
| Croqui 1 | Croqui elaborado por Samuel descrevendo os chamados pesqueiros localizados em alto mar, na beira da praia e nos igarapés. | p. 152 |
| Calendário 1 | <i>Roça de verão</i> | p. 105 |
| Calendário 2 | <i>Roça do inverno</i> | p. 106 |
| Calendário 3 | “Quatro águas no mês” | p. 143 |

Sumário

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO I – QUANDO AS REDEFINIÇÕES SE PROCESSAM A PARTIR DA INSERÇÃO EM DISTINTOS PROJETOS DE PESQUISA: as graduais problematizações | 1 |
| 1.1 – DAS INSERÇÕES EM DISTINTOS PROJETOS DE PESQUISA ÀS PROBLEMATIZAÇÕES GRADUAIS: as mudanças nas temáticas de pesquisa e a delimitação do objeto de pesquisa | 3 |
| 1.1.1 – O momento em que a participação em distintos projetos de pesquisa converge para a construção de uma modalidade perceptiva..... | 5 |
| 1.1.2 – Da temática “Religiosidade e Territorialidade” para “Pesca, Conflitos Sociais e Reivindicação Territorial” | 11 |
| 1.2 – Mudança na temática: uma questão de escolha ou consequência do processo de construção da pesquisa? | 12 |
| 1.2.2 – A inserção na temática sobre “Pesca, Conflitos Sociais e Reivindicação Territorial” em Brito..... | 16 |
| 1.2.3 – Minha chegada em Brito após a inauguração do Centro de Saberes em Canelatiua..... | 17 |
| 1.2.4 – A construção das relações sociais: o filho de pescador pesquisando em uma comunidade de pescadores | 21 |
| 1.3 – Descrição da unidade social pesquisada a partir da observação de um mutirão | 26 |
| 1.4 – O território em disputa: a luta dos quilombolas pelo reconhecimento de suas territorialidades | 36 |
| 1.4.1 – Acirramentos nas ameaças de deslocamento e práticas de intrusamentos do território étnico..... | 42 |
| CAPITULO II – “PORQUE A ROÇA E A PESCA TÊM O MESMO PESO NA VIDA DA COMUNIDADE”: os pescadores de Brito e o Centro de Lançamento de Alcântara | 45 |
| 2.1 – Pesca, roça e extrativismo como atividades interligadas | 46 |
| 2.1.1 – A conciliação da pesca e a roça operacionalizadas pelas famílias de Brito..... | 49 |
| 2.1.1.1 – Observação das atividades a partir da família do senhor Leonardo | 51 |
| 2.1.1.4 – Dona Faustina e dona Maria da Natividade: na pesca, na roça e no extrativismo | 56 |
| 2.1.1.5 – A roça e a pesca a partir da família do senhor José Raimundo Pimenta | 58 |
| 2.2 – “Você é seu patrão”: a construção social da autonomia do grupo a partir das atividades agrícolas e pesqueiras no “território de pesca” | 62 |
| 2.3 – Ameaças a organização econômica local | 66 |
| 2.4 – Categorias locais para pensar as atividades agrícolas | 69 |
| 2.4.1 – <i>Roça de meia</i> : formas organizativas do trabalho coletivo..... | 73 |
| 2.4.2 – A dinâmica de “ <i>botar uma roça</i> ”: problematizando a ideia de calendário agrícola..... | 74 |
| 2.4.2.1 – Dinâmica do cultivo das espécies agricultáveis na roça de inverno e na de verão..... | 80 |
| 2.4.2.2 – O arroz, a mandioca, o milho, a melancia e o feijão: do cultivo ao consumo dos produtos das roças | 81 |

| | |
|---|------------|
| 2.5 – Práticas extrativistas associadas à roça e a pesca | 84 |
| 2.5.1 – Produção de carvão | 85 |
| 2.5.2 – Captura das jurupeuas nos arrecifes de pedra, do tamaru na lama, ostras e carangueijo nos manguezais | 87 |
| 2.5.2.1 – As jurupeuas..... | 87 |
| 2.5.2.2 – Os tamarús..... | 88 |
| 2.5.2.3 – As ostras e os caranguejos..... | 89 |
| 2.5.3 – Extração e venda do murici..... | 90 |
| 2.5.4 – Palmeira de babaçu: dos usos sociais das palhas ao coco babaçu..... | 91 |
| 2.5.4.1 – Uso das palhas da pindova para cobrir as casas | 91 |
| 2.5.4.2 – As palhas de pindova na produção dos cofos, abanos e mençabas | 92 |
| 2.5.4.2.1 – Cofos | 93 |
| 2.5.4.2.2 – Abanos..... | 95 |
| 2.5.4.2.3 – Meaçabas..... | 95 |
| 2.5.4.3 – Usos da amêndoa do coco babaçu na produção de azeite | 96 |
| 2.6 – Criação de animais domésticos | 97 |
| 2.7 – Tecelagem: mulheres no trabalho artesanal | 98 |
| 2.8 – Circulação de mercadorias entre as unidades sociais e com as sedes das cidades..... | 99 |
| CAPÍTULO III – “TERRITÓRIO DE PESCA”: as práticas pesqueiras em análise | 102 |
| 3.1 – Os pescadores e as pescadoras de Brito: a construção da autoafirmação identitária. | 106 |
| 3.2 – O tempo da pesca: entre o <i>verão</i> e o <i>inverno</i> | 111 |
| 3.2.1 – A lua e as atividades de pesca | 116 |
| 3.3 – <i>Pesqueiros</i>, pescas e pescados: categorias locais inseridas no ato de pescar. | 119 |
| 3.3.1 – Os <i>pesqueiros</i> | 121 |
| 3.3.2 – Execução das pescas..... | 126 |
| 3.3.3 – Os tipos de pesca: designações a partir dos instrumentos. | 129 |
| 3.2.3.1 – Pesca de Tarrafa | 133 |
| 3.2.3.2 – Pesca de sajubeira..... | 133 |
| 3.2.3.3 – Pesca de linha | 134 |
| 3.2.3.4 – Pesca de caniço..... | 136 |
| 3.2.3.5 – Pesca de espinhel..... | 136 |
| 3.3.3.6 – Pesca de chucho | 137 |
| 3.3.3.7 – Pesca de puçá | 138 |
| 3.3.4 – A feitura dos instrumentos de pesca e os seus respectivos reparos entre os pescadores de Brito..... | 138 |
| 3.3.5 – AS CANOAS COMO GARANTIA DA PASSAGEM DO RIO PARA O IGARAPÉ E DO IGARAPÉ PARA O MAR: as <i>beiradas das praias</i> , o <i>alto mar</i> e os igarapés..... | 139 |

| | |
|---|------------|
| 3.2.4.1 – As beiradas das praias | 141 |
| 3.2.4.2 – O alto mar | 143 |
| 3.2.4.3 – Os igarapés | 146 |
| 3.3.6 – Os Pescados: descrição da diversidade de espécies de peixes | 148 |
| 3.4 – Diferentes instrumentos e formas de praticar a pesca..... | 149 |
| 3.4.1 – Os <i>entralhamentos</i> das redes de pesca, <i>os estrovamentos</i> dos anzóis e <i>a calafetagem</i> das canoas: a manutenção dos instrumentos de pesca. | 152 |
| 3.5 – A pesca inserida nas relações de produção e consumo familiar: entre as comunidades deslocadas e as que permanecem no litoral..... | 157 |
| 3.6– O peixeiro: pescador, comprador e vendedor de pescados..... | 161 |
| CONSIDERAÇÕES..... | 168 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 172 |
| REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS | 177 |
| Anexos | 178 |

“(…) Reafirmamos o irrenunciável compromisso de lutar pela permanência, das comunidades quilombolas de Alcântara no seu Território Quilombola, na sua inteireza e plenitude”. (Carta do II Seminário Alcântara: a Base Espacial e os impasses sociais, 2017)

INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado é resultado de dois anos de investimentos em pesquisas, a saber, de 2015 a 2017, realizadas no decorrer das atividades inerentes ao mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPGCSPA da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

Busco deslindar a prática da pesca no litoral de Alcântara refletindo, a partir dela, sobre o modo como agentes sociais, autodefinidos pescadores, se vinculam na realização desta a qual está interligada com a *roça*¹, o extrativismo e a criação de animais. São por vias da pesca que os agentes sociais se articulam, estabelecem relações de reciprocidade entre as comunidades e asseguram, em certo sentido, suas organizações sociais.

Neste sentido, tomo como referência empiricamente observável a comunidade quilombola de Brito, localizada na parte norte de Alcântara, onde me detive na realização do trabalho de pesquisa de campo, seguindo assim, as observações diretas, as entrevistas, os registros fotográficos e filmagens que somaram um quantitativo significativo de material a ser analisado e convergido para a construção da dissertação.

Optei por refletir descrevendo uma situação de conflito vivida por esses agentes sociais na qual estão em questão as disputas pelo território étnico. Neste sentido, elucido a respeito das práticas deles e em que medida elas circunscrevem relações de interdependências locais, colocando em questão saberes específicos desses agentes.

Diante disso, trago para o debate, no decorrer da dissertação, a discussão a partir da identidade étnica de pescadores e pescadoras. O texto tem suas bases fundamentadas nas trajetórias desses agentes sociais, nas relações que eles têm com os recursos naturais e com seus saberes tradicionais. Esta identidade está sendo acionada por tais agentes enquanto forma de resistência frente aos processos de tensões sociais estabelecidos com acirramento dos conflitos sociais mediante a retomada das negociações entre o Brasil e os Estados Unidos para ampliação e aluguel de parte do Centro de Lançamento de Foguetes de Alcântara – CLA.

Este trabalho e a reflexão que busco construir a partir de sua elaboração me apresentaram duas dimensões de formas de conhecer que, por vezes, tive que os pôr em estado de estranhamento para que eu pudesse descrever pondo em suspenso as pré-noções e as

¹ Daqui para frente usarei as designações *roça* e *roçado* em itálico. Para Almeida (2008) as designadas *roças* compreendem categorias de análises que permitem relativizar a compreensão que se possa ter delas como meros meios de produção. Para ele, as denominadas *roças* compreendem ‘um estilo de vida que vai desde a definição do lugar dos povoados, passando pela escolha dos terrenos agriculturáveis, e dos locais de coleta, de caça e de pesca, até os rituais de passagem que asseguram a coesão social em festas religiosas (tambor de crioula, procissões e demais cerimônias), em bailes ("radiolas de reggae"), em funerais e batizados.’ (ALMEIDA, 2008, p. 51)

concepções de pensar os dados de pesquisa como algo dado. Por este viés, passei a refletir sobre eles como algo construído. Os saberes aos quais me refiro são os advindos das ciências, mais especificamente os das ciências sociais, e os saberes tradicionais que estabelecem modos distintos de perceber o mundo social. Mas, ao mesmo tempo, essas duas formas de conhecimento não estavam dissociadas.

Levo em consideração que as ciências classificam, o Estado classifica e os grupos também possuem uma maneira própria de construir suas classificações. Estas auto classificações, por parte dos agentes sociais em Brito, estão marcadas pelo uso de designações locais que tornam inteligível a forma como esses agentes representam o mundo social e quando eles narram as partes intrínsecas às histórias de suas práticas são essas designações locais que prevalecem.

Optei por me lançar ao desafio de trabalhar na dissertação incorporando essas designações locais na própria escrita, ou seja, trago na construção descritiva dos argumentos analíticos o sentido local das expressões usadas em distintos momentos pelos próprios agentes sociais. Faço isso como modo de tornar evidente como o grupo se permite ser percebido pelo pesquisador. Não considero que foi de fácil realização observar as conversas e analisar as entrevistas objetivando estes fins, tampouco considero que será menos desafiadora para o leitor com pouca familiaridade com esses termos locais inerentes a singularidade das representações locais, sua leitura e compreensão.

Busquei, para isso, fundamentar, ao longo do trabalho, a explicação lógica dessas designações referentes ao modo como os agentes sociais interpretam suas práticas e, em seguida, me esforço para incorporar essas designações na elaboração da própria abordagem.

Descrever sobre a prática da pesca correlacionando-a com questões inerentes aos conflitos sociais exigiu compreender minimamente essas designações locais que compõem um léxico próprio de classificação feito pelos pescadores. Isso me demandou certo tempo, pois como ressalta Bourdieu (2010), o objeto não se constrói de uma só sentada.

Este estudo, enfim, não tem como proposta o estudo da pesca enquanto mera atividade econômica, mas consiste num estudo pelo qual se busca compreender como o grupo reestrutura suas relações frente à implantação de um empreendimento que teve distintos efeitos sociais nos modos de vida dessas comunidades.

Partindo dessa ênfase, visio compreender também a pesca a partir dos saberes acionados pelos agentes sociais sobre a sua execução frente à implantação de um projeto governamental. Esses saberes implicam em um conhecimento acurado do território e envolvem práticas distintas que implicados em um conhecimento de técnicas próprias que envolvem esse saber.

Ressalto que a descrição do processo de implantação do CLA tem um papel fundamental considerando que foi o referido Centro Aeroespacial que alterou o modo de vida dos agentes sociais, transformando a prática da pesca ocorrida em um território livre para uma pesca em um território controlado. Esse controle tem levado o grupo a reorganizar suas relações sociais e a própria relação com as suas práticas nesse território. E, com os remanejamentos compulsórios, pescadores ficaram impedidos em adentrar as antigas áreas de pesca. Isso alterou profundamente as atividades econômicas uma vez que a pesca está articulada com as práticas agrícola.

Trabalhar com esses efeitos sociais tendo se passado mais de 30 anos pós-início da implantação da chamada “Base” se torna necessário uma vez que essa situação de conflitos não se limita ao período de fixação desse empreendimento. Antes, esse estudo se torna fundamental para se compreender a dinâmica desse processo e como as comunidades vivenciam e reivindicam direitos diante do não reconhecimento de seus direitos territoriais e de seus modos de vida.

Para que ocorresse a implantação do CLA, passou a existir uma área, definida a partir do Decreto 7.820/80, como sendo de utilidade pública. A questão é que nesta área havia centenas de famílias, as quais foram desapropriadas de seus territórios e remanejadas para as chamadas “agrovilas”. Esta situação estabeleceu profundas mudanças nos modos de vidas das famílias que foram realocadas.

A implantação do CLA se inicia na década de 1980, com a assinatura do Decreto 7.820/80, por meio do qual o governo do estado do Maranhão preceitua como de utilidade pública partes das terras de Alcântara, compreendendo uma área de 52 mil hectares. Com isso, as obras voltadas para a construção do CLA são iniciadas no ano de 1983. No ano de 1991, essa área de pretensão sofre uma ampliação passando a corresponder a 62.000 hectares.

Estes acontecimentos são seguidos pela elaboração de sucessivos Decretos que visavam o remanejamento compulsório das famílias que habitavam a área pretendida para atender aos interesses do CLA. Assim, sob Decreto 95.571/86, é determinado em 15 hectares o tamanho dos lotes a serem entregues a cada família remanejada para as chamadas “agrovilas” e, ainda em 1986 é dado início ao processo de deslocamento das famílias para as sete agrovilas, sendo elas, Peru, Marudá, Pepital, Só Assim, Cajueiro, ponta Seca e Espera. Na década de 90, a responsabilidade sobre as desapropriações da área destinadas para implantação do CLA passa do governo do estado para o governo federal.

Diante destas condições, houve comunidades cujos efeitos sociais ocasionados pelo Decreto foram diretamente sentidos, pois culminaram no processo de remanejamento compulsório delas para as “agrovilas”; algumas comunidades próximas ao litoral não foram

remanejadas, ainda que estivessem na área prevista pelo Decreto 7.820/80 como de utilidade pública; há também outras comunidades que estão dentro da área prevista pelo Decreto, mas que, até o momento, estão fora das estratégias de desapropriação. Nessas três situações se observa a existência de pescadores que tiveram suas atividades implicadas, de alguma forma, por conta dessas alterações.

Com a existência do referido Decreto, as comunidades antes costeiras foram empurradas para locais distantes dos pesqueiros, o que resultou em distintas implicações às práticas da pesca. A Base passou a exigir a apresentação de um documento aos pescadores para que estes tivessem acesso a seus antigos pesqueiros, estabelecendo uma relação de controle que, em muitos momentos, alcança sua máxima impedindo que os pescadores acessem os pesqueiros no período em que está sendo realizada alguma atividade no Centro de Lançamento.

Os pescadores das comunidades que estão dentro da área do decreto, mas que, no entanto, não foram remanejados e cujo acesso às áreas de pesca ocorre de forma livre, conseguem executar a pesca segundo as lógicas que orientam suas atividades. Estas comunidades se localizam próximas à parte costeira. Já as que foram remanejadas para as agrovilas tiveram que reestruturar suas organizações internas para poderem garantir sua reprodução, física, cultural, religiosa e econômica. Nessa reestruturação, foram fortalecidas as relações com as comunidades que permaneceram no litoral.

O “território de pesca” pode ser pensado como um território de livre acesso, no qual as definições das áreas de pesca passam diretamente pela organização social do grupo. A partir dessa organização, que tem relação com a proximidade das comunidades com os chamados *pesqueiros* e os saberes tradicionais dos pescadores, observa-se que há certa convergência para a construção dos modos de vida local. Assim, esse “território de pesca” não pode ser pensado a partir da ideia de propriedade privada porque trata-se de um território livre, com sistemas de uso comum dos recursos e com processos distintos de territorialização.

Quando os pescadores pensam as atividades da pesca pensam também as atividades de *roça*. Ambas andam juntas na organização das atividades desses grupos, pois representam duas atividades as quais se articulam com as demais práticas. Neste sentido, as entrevistas apontam para essa associação das atividades referentes à pesca, à *roça*, à criação de pequenos animais e ao extrativismo, que se concentra na produção de carvão, extração da amêndoa do babaçu e das sementes da mamona para extração de azeite.

Procedimentos metodológicos: os pormenores da pesquisa como condição de reflexão

“*A gente está escrevinhando nas nossas redes, enquanto tu está escrevinhando no teu caderno*”. Esta frase me foi dita pelo senhor Leonardo dos Anjos numa manhã em que eu realizava anotações no bloco de notas sobre as observações que fazia dos remendos das redes de pesca, *rede sajubeira*, executado por senhor Leonardo e por Samuel, um de seus filhos. É sobre esse “*escrevinhamento*” nas redes de pesca e da construção do trabalho dissertativo que busco tratar neste momento.

Falar aqui de remendos remete a um convite para a desconstrução das ideias que, às vezes, temos como muito cristalizadas de que a pesca é toda executada igualmente. No entanto, este trabalho aponta para a percepção da existência de saberes na prática da pesca que a singularizam, de certa maneira, a partir das relações estabelecidas entre o grupo e seus modos específicos de organizar a sua vida coletiva.

A construção de um trabalho que aborda esta questão, tal como a feitura de uma rede descrita pelo senhor Leonardo dos Anjos, exige remendos e reparos constantes. Reparos, remendos que, nesse sentido, a compreensão da pesca requer devido às muitas designações específicas que estão relacionadas a ela. Ao falarmos de “território de pesca”, podemos compreendê-lo a partir da relação estabelecida entre os pescadores e a compreensão que eles detêm do mar, dos igarapés, dos rios e da própria terra. Desse modo, a pesca é articulada a partir da compreensão que o grupo tem entre essas dinâmicas. E, foi tentando compreender essas relações que também fui construindo os procedimentos metodológicos da investigação.

Descrever os procedimentos de pesquisa é, de certo modo, se expor. Há uma exposição no sentido de se propor a fazer uma análise cujas escolhas metodológicas, a operacionalização de teorias, de técnicas de pesquisas e da elaboração do texto dissertativo não ausentam os obstáculos. E, além disso, o tempo da pesquisa e as relações sociais que proporcionaram a construção de uma dinâmica própria da investigação, por vezes, orientam as tomadas de decisões.

Optei por não classificar a prática da pesca em Brito como “pesca artesanal” porque, em momento algum, me deparei com esta referência na fala dos pescadores, ao longo do trabalho de pesquisa. Por outro lado, faz-se necessário, neste momento, a discussão sobre esta questão que, no contexto observado, se colocaria enquanto uma classificação externa ao grupo, imposta pelo aparato político-administrativo do Estado. Assim, o uso da designação “pescador artesanal” para pensar as relações estabelecidas entre os pescadores de Brito e suas práticas de pesca resultaria também de uma classificação imposta pelo próprio pesquisador.

A partir da leitura de algumas Leis e Decretos que regulamentam a pesca em âmbito nacional, observei que esta prática está pensada, vias do Estado, a partir dos critérios econômicos que regularizam e estabelecem o modo como o Estado estende seu controle sobre

a execução das atividades pesqueiras. Por esta orientação, foram estabelecidas classificações que tendem a hierarquizar os pescadores em suas atividades de pesca.

Na Instrução Normativa da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/ PR Nº 03 de 2004, no Capítulo I, que trata das Disposições Preliminares, observa-se, no Artigo 3, que são reconhecidas as seguintes categorias classificatórias: pescador profissional, que pode ser classificado como pescador profissional artesanal ou pescador profissional industrial, aprendiz de pesca, armador de pesca, embarcação pesqueira, indústria pesqueira, aquicultor e empresa que comercializa organismos aquáticos vivos.

O Registro Geral da Pesca, criado pelo Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 e retificado pela Lei 11.959, de 26 de junho de 2009, está orientado pela condição de regularizar, em nível nacional, os procedimentos de reconhecimento das atividades de pesca desde que os pescadores comprovem que executam a pesca com fins de comercialização. A Regulamentação da pesca no Brasil foi orientada pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, criada sob a Lei Delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962, e esteve subordinada ao Ministério da Agricultura. A SUDEPE foi extinta em 1989, culminando com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Ao que parece, as atividades pesqueiras perpassam por uma discussão posta principalmente por órgãos estatais e sindicais regularizadores da pesca, que também as percebem em uma escala de produção, obedecendo certa hierarquização dos pescadores na execução dessa prática. Outra questão, atrelada a essa lógica de Estado, é que a pesca está interpretada como mera atividade econômica. A discussão a respeito da autodefinição identitária dos pescadores e pescadoras e às reivindicações no acesso aos recursos pesqueiros se encontram ausentes desses instrumentos normativos.

Ademais, as distinções cronológicas que atravessam as interpretações históricas, via aparatos reguladores da pesca, levam a considerar que a relevância da pesca passa a ser considerada após processos de controles e investimentos financeiros para aumentar a execução da pesca e fortalecer, a nível nacional, as relações de comercialização dos produtos advindos das pescas. Por conseguinte, essas interpretações não possibilitam perceber como que distintos grupos estabelecem suas organizações comunitárias antes mesmo desses processos político-administrativos.

Terry Eagleton (2011), ao se propor a fazer uma “escavação” sobre a construção do conceito de cultura, observa que “a cultura, ou o Estado, são uma espécie de utopia prematura, abolindo a luta em um nível imaginário a fim de não resolvê-las em um nível político”. Em outras palavras, Eagleton chama a atenção para a questão posta na qual o Estado também estabelece um modelo político imaginário por meio do qual passa a exercer seus domínios,

vedando possibilidades de autonomias de povos e comunidades que tradicionalmente estabelecem seus modos de vida. Segundo o autor, “aqueles que proclamam a necessidade de um período de incubação ética para preparar homens e mulheres” à chamada “cidadania política”, são os mesmos que “desprezam o fato de que, de longe, a melhor preparação para a independência política é a independência política” (EAGLETON, 2011, p. 17-18).

Partindo da revisão bibliográfica sobre a temática e das leituras dos instrumentos reguladores da pesca atrelados ao Estado, busquei aprofundar a análise realizando os procedimentos de pesquisa de campo na comunidade de Brito. Nela, conheci diferentes pescadores e pescadoras que veem em suas práticas a possibilidade de suas reproduções física e social por meio da qual também asseguram suas expectativas de autonomia. Esse posicionamento é atrelado às reivindicações do território.

Embora a prática da pesca seja constante e realizada por todas as unidades familiares de Brito, não registrei nenhum dos pescadores e pescadoras que tivessem quaisquer cadastros junto ao Sindicato dos Pescadores de Alcântara ou junto à Colônia de Pescadores. Antes, todos os agentes sociais com os quais gravei entrevistas fizeram referência aos seus cadastros junto ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara – STTR.

Não aprofundi na discussão presente nesta dissertação sobre a Colônia de Pescadores e sobre o Sindicato dos Pescadores de Alcântara porque percebi que, em certo sentido, elas não estabelecem relações diretas com os agentes sociais de Brito. Ressalto, no entanto, que esses órgãos têm como finalidade a regularização da situação dos pescadores de Alcântara com fins de aposentadoria e acesso à recursos como o Seguro Defeso. Ao que parece, não são esses órgãos relevantes para se pensar a prática da pesca em Brito.

Partindo dessa observação, busquei me debruçar sobre o trabalho de campo realizando entrevistas (gravadas ou apenas registradas no caderno de campo) junto aos agentes sociais; sucedidas pelos registros fotográficos, durante a execução de pescarias e fazendo observações diretas. Por fim, escrevia no diário de campo aquilo que me era possível recordar ao final de cada dia. Realizava esses registros no diário de campo e descarregava os equipamentos de pesquisa na sala da casa do senhor Leonardo quando terminávamos o jantar.

Durante a realização dos trabalhos de campo, minhas estadas foram todas na casa do senhor Leonardo onde fiquei em sua companhia, de sua esposa, Dona Maria José e de seus filhos, Samuel, Wilmar e Ubiraci. Isso me possibilitou distintas aberturas junto aos demais moradores da comunidade que, curiosamente, queriam saber sobre mim e o que eu fazia na comunidade. Busquei assim, aprofundar sobre essas questões no primeiro capítulo da dissertação, descrevendo como foram se dando o estabelecimento dessas relações e, como elas, me levaram a realizar entrevistas com os pescadores e pescadoras dali.

Minha aproximação com os agentes sociais foi se dando gradualmente. Inicialmente, através do senhor Leonardo, do Movimento dos Atingidos pela Base – MABE, que me deu essa possibilidade de perceber esses conflitos e foi também essa percepção que me levou a um estudo da pesca e de entender as relações sociais que a atravessam e como que houve uma reorientação dessas relações em decorrência da implantação do CLA.

Sobre a organização de determinado grupo, sabemos que isso implica em um processo dinâmico interno que lhe é próprio. Não está necessariamente voltado para a ideia de equilíbrio no sentido posto por Radcliffe-Brown (2013) ou Evans-Pritchard e M. Fortes (1940). Antes, subscreve-se nas relações refletidas por Leach (1996), a partir do que ele analisa em seu trabalho *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*, no qual o pesquisador observa que é preciso levar em consideração a dinamicidade estabelecida pelo grupo investigado.

Partindo dessas questões, a sistematização de todo o primeiro capítulo da dissertação descreve como foram construídas as possibilidades de realização dessa pesquisa. Para isso, identifiquei os entrevistados tanto quanto o modo como foram sendo estabelecidas as relações de confiança que favoreceram, em certo sentido, a própria descrição que faço da comunidade de Brito. Além disso, busquei situar as questões inerentes aos conflitos e como as relações de pesquisa me levaram a redefinir a própria temática do trabalho dissertativo.

Conforme mostrarei ainda no primeiro capítulo, minha inserção em Alcântara se deu via o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA, que já possuía investimentos de pesquisas e estabelecimento de relações sociais com os agentes sociais envolvidos no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara – STTR, no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara – MOMTRA, e no Movimento dos Atingidos pela Base Espacial – MABE.

Neste sentido, as pesquisas que passei a realizar, desde o “Projeto Mobilizações e Saberes” até a minha monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais, a participação na construção do livro do STTR e no Projeto Centro de Ciências e Saberes, contribuíram para a consolidação das relações de confiança junto aos agentes sociais que lutam por direitos face à implantação do Centro de Lançamento de Foguetes de Alcântara – CLA.

Enfatizo também como que as experiências vivenciadas no âmbito do Projeto Centro de Ciências e Saberes contribuíram para o despertar do interesse pela temática da pesca. Por ter nascido em uma família de pescadores e pescadoras, que cotidianamente executavam a pesca, cheguei a acreditar que se tornaria de simples execução tal estudo, pois acreditava, como iniciante de pesquisa, que pelo fato de os instrumentos dos pescadores de Alcântara se assemelharem aos dos meus familiares, a pesca não apresentaria tantas peculiaridades diferentes

das que eu já detinha certo domínio. E, sendo essa atividade algo comum para mim, isso já garantia uma proximidade confortável para escrever determinado trabalho.

Com o avanço na pesquisa, percebi que os instrumentos por si só nada dizem sobre as relações sociais; que mesmo expondo aos pescadores de Brito meu pertencimento a um grupo de pescadores e de isso ter me aproximado deles, não tornava menos desafiador aprofundar no estudo, pois está em questão o estabelecimento de relações que, mesmo distintas, pesquisador e filho de pescador, estavam ligadas o tempo todo na pesquisa.

Na minha família, a prática da pesca, executada também na praia e nos igarapés, perpassa por relações cujos pescados voltavam-se para o abastecimento familiar e manutenção de um pequeno comércio de venda do camarão branco e da peixe-pedra, sendo o camarão um dos principais mariscos a ser capturado na praia. A pesca no igarapé é concentrada na captura do peixe-pedra que, ao chegar ao porto, é vendido entre a própria vizinhança e familiares.

No contexto de pesquisa realizada a partir do acompanhamento das situações dos pescadores de Alcântara, especificamente os que se encontram entre as comunidades de Brito, Canelatiua, São João de Cortes e Pacuri, precisei compreender a pesca a partir da lógica que orienta a própria compreensão dos agentes sociais sobre aquilo que praticam e aquilo que reivindicam.

Embora sejam dois contextos em que se observa a prática da pesca, o entendimento sobre essa prática não pode ser, em certo sentido, generalizado. Este foi um dos obstáculos sobre o qual tive que refletir, no esforço de não atribuir ao estudo que busco realizar interpretações que possam partir de opiniões preconcebidas e sem antes levar em conta as relações sociais que envolvem, o que me atrevo chamar de “território de pesca”.

No segundo capítulo de deterei em apresentar as relações estabelecidas entre as distintas práticas econômicas observadas em Brito e como elas convergem para o estabelecimento de relações sociais dentro da comunidade e entre diferentes comunidades também. Buscarei assim, descrever as relações sociais estabelecidas a partir das interações presentes na prática da *roça*, da pesca e do extrativismo vegetal.

No terceiro capítulo investirei esforços na descrição da prática da pesca ocorrida em Brito e como ela está diretamente ligada às reivindicações pelo território étnico reivindicado pelos agentes sociais. Analiso como essa prática se estabelece por sistemas próprios de classificação de saberes e fazeres que positivam essas relações e reforçam os laços de parentescos, vizinhança e afinidade estabelecidas pelos autodesignados pescadores.

Os trabalhos de pesquisas de campo também possibilitaram perceber que nas relações inerentes aos deslocamentos das comunidades para as agrovilas e com as que permaneceram próximas ao litoral intensificou a circulação dos pescados, nos locais em que os designados

vendedores ou peixeiros se encarregam de realizar esse escoamento. Partindo dessa observação, me questionei sobre quem é esse vendedor. Como as tensões sociais advindas com os conflitos territoriais ocasionaram a intensificação das relações sociais entre os que foram deslocados e os que permanecem no litoral?

Sobre as grafias das categorias analíticas e das designações locais

Com o propósito de situar o uso de certos conceitos teóricos que aparecerão ao longo da construção da etnografia, optei por fazer certas distinções ao grafá-las em negrito, itálico e entre aspas objetivando localizar no debate os lugares do qual parte cada uma delas. Em outras palavras o lugar que me refiro são: I) uso local de designações por parte dos agentes sociais para se referirem às suas práticas e aos seus saberes tradicionais; II) designações que aparecem em documentos oficiais que tratam, de algum modo, sobre as questões inerentes à situação investigada; III) uso de categorias teóricas com as quais estabeleço o diálogo na construção da reflexão.

Assim, escrevo em itálico as designações de uso local com as quais os agentes sociais descrevem a representação coletiva de lugares onde executam a pesca; dos recursos naturais; de práticas e de seus saberes inerentes à suas identidades étnicas e de seus territórios. Neste caso, a escrita de questões referentes aos *pesqueiros*, aos processos de *entralhamentos* das redes de pesca ou mesmo a distinção estabelecida pelo grupo ao se referirem às *roça de meia*, *roça de capoeira*, *roça de mata*, *roça de quintal* (...) que evidenciam a polissemia da categoria *roça* serão grafados em itálico. O termo comunidade não será grafada em itálico, embora seja usada pelos próprios agentes sociais para se referirem às unidades sociais em que estabelecem suas relações sociais, de reprodução física e simbólica, organizam suas regras que orientam o modo de vida local. Em determinadas partes do capítulo dois e três faço citações na íntegra de trechos das falas dos agentes sociais. Elas também não serão destacadas em itálico.

Apresento entre aspas as citações que partem dos autores lidos para elaboração da reflexão sobre a temática quando elas estiverem citadas no próprio corpo do parágrafo. As aspas também serão usadas quando citar apenas as categorias conceituais sem que, necessariamente, tenha que me tornar repetitivo tendo que as explicar sempre que forem citadas.

Sistematização dos capítulos

No que se refere à sistematização dos dados de campo correlacionados com a proposta reflexiva sobre a situação analisada, seguem dispostos em três capítulos, estando as informações assim distribuídas:

O Capítulo I, intitulado “QUANDO AS REDEFINIÇÕES SE PROCESSAM A PARTIR DA INSERÇÃO EM DISTINTOS PROJETOS DE PESQUISA: as graduais problematizações”, tem como objetivo a descrição das relações sociais que me possibilitaram ter acesso a comunidade de Brito escolhida como lócus desta pesquisa que, por vez, favoreceu a delimitação e aprofundamento no tema escolhido para este estudo. Ele está organizado em quatro tópicos, sendo eles: 1.1 – “DAS INSERÇÕES EM DISTINTOS PROJETOS DE PESQUISA ÀS PROBLEMATIZAÇÕES GRADUAIS: as mudanças nas temáticas de pesquisa e a delimitação do objeto de pesquisa; 1.2 – “Mudança na temática: uma questão de escolha ou consequência do processo de construção da pesquisa?” onde apresento o contexto que me levou à me aproximar da temática inerente à situação de conflitos vivenciada pelos pescadores das comunidades localizadas nos territórios étnicos de Alcântara e como estabelecer essas relações foram fundamentais para reorientar a temática da pesquisa; 1.3 – “Descrição da unidade social pesquisada a partir da observação de um mutirão” descrevo as observações realizadas a respeito da distribuição das casas, da organização interna a cada unidade familiar e como que são estabelecidas também as relações coletivas em distintas práticas cotidianas; 1.4 – “O TERRITÓRIO EM DISPUTA: a luta dos quilombolas pelo reconhecimento de suas territorialidades” consiste no último tópico do capítulo e é por meio do qual busco situar as relações de conflitos vivenciadas pelos agentes sociais em face da implantação do empreendimento CLA. a proposta também é de iniciar a construção do debate a respeito do processo de implantação do CLA e de refletir como que esse empreendimento consolida um modo de desestruturação das relações estabelecidas entre as unidades sociais e as práticas da pesca, da *roça* e do extrativismo.

Esses tópicos se encontram subdivididos em subtópicos por meio dos quais me esforço para tornar o mais compreensível possível as questões relacionadas as propostas de discussão apresentadas em cada um desses tópicos. Antecipo que os outros dois capítulos também estão divididos em tópicos e subtópicos tendo como objetivo essa mesma finalidade.

O Capítulo II, está intitulado ““PORQUE A ROÇA E A PESCA TÊM O MESMO PESO NA VIDA DA COMUNIDADE””: os pescadores de Brito e o Centro de Lançamento de Alcântara”. Neste capítulo tenho como objetivo estabelecer um debate sobre as correlações entre distintas práticas como formas próprias de organização presentes nas comunidades e como se estabelecem as circulações de produtos delas advindas. Essas circulações estabelecem uma singularidade no modo como os agentes sociais percebem suas relações econômicas.

O referido capítulo está dividido em oito tópicos pelos quais busco apresentar os resultados da pesquisa que confluíram para a construção deste. São Eles: 2.1 – “Pesca, *roça* e extrativismo como atividades interligadas”; 2.2 – ““VOCÊ É SEU PATRÃO”: a construção social da autonomia do grupo a partir das atividades agrícolas e pesqueiras no “território de pesca””; 2.3 – “Ameaças a organização econômica local”; 2.4 – “Categorias locais para pensar as atividades agrícolas”; 2.5 – “Práticas extrativistas associadas à *roça* e a pesca”; 2.6 – “Criação de animais domésticos”; 2.7 – “Tecelagem: mulheres no trabalho artesanal”; 2.8 – “Circulação de mercadorias entre as unidades sociais e com as sedes das cidades”.

O Capítulo III consiste no aprofundamento do debate sobre o que estou designando de o “território de pesca”, que não está dissociado das relações estabelecidas entre os agentes sociais e suas territorialidades específicas. Neste capítulo, objetivo descrever minimamente as observações realizadas sobre as atividades de pesca enquanto um saber construído por uma coletividade e que perpassa pela relação estabelecida entre as classificações específicas com as quais eles orientam seu modo de representar seus modos de vida.

Intitulado ““TERRITÓRIO DE PESCA”: as práticas pesqueiras na comunidade de Brito”, este capítulo segue organizado em seis tópicos nos quais tento sistematizar as informações a respeito do sistema de classificação própria sobre a prática da pesca elaborado pelos pescadores. Outro ponto a ser discutido é como que os conflitos estabelecidos a partir da implantação do CLA implicaram num processo de reorganização dessas práticas entre as comunidades com as sedes das cidades e, também, com as chamadas “agrovilas”. Eles estão intitulados da seguinte forma: 3.1 – “Os pescadores e as pescadoras de Brito: a construção da autoafirmação identitária”; 3.2 – “O tempo da pesca: entre o *verão* e o *inverno*” em que reflito sobre a diferença feita pelos pescadores desses dois períodos e como a pesca se estabelece a partir dessa distinção. que chamam tipos de pesca e as formas como essas pescas podem ser realizadas. 3.3 – “*Pesqueiros*, pescas e pescados: categorias locais inseridas no ato de pescar”. 3.4 – “Diferentes instrumentos e formas de praticar a pesca”. 3.5 – “A pesca inserida nas relações de produção e consumo familiar: entre as comunidades deslocadas e as que permanecem no litoral”. 3.6 – “O *peixeiro*: pescador, comprador e vendedor de pescados”.

Apresento, em seguida, as Considerações onde estabeleço a relação entre os três capítulos encerrando, por enquanto, a discussão a respeito da relação entre a identidade de pescadores e pescadores quando afirmam seus saberes e fazeres na reivindicação de seus territórios.

Para finalizar este material, apresento anexo com a carta dos Quilombolas de Alcântara escrita no final do “Segundo Seminário Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais”. Esse seminário ocorreu no âmbito de uma agenda de reuniões organizada pelo MABE, STTR e

MOMTRA como forma de mobilizar as comunidades para debater sobre a retomada das negociações entre os Estados Unidos e Brasil. Também foram debatidas questões pertinentes aos efeitos sociais percebidos com a implantação do CLA.

CAPÍTULO I – QUANDO AS REDEFINIÇÕES SE PROCESSAM A PARTIR DA INSERÇÃO EM DISTINTOS PROJETOS DE PESQUISA: as graduais problematizações

No presente capítulo discorro sobre o processo da gradual construção das relações sociais que fundamentaram a delimitação do objeto de pesquisa e, conseqüentemente, a sistematização da análise. Escrever sobre isso requer um olhar atento quando se direciona esforços para tomar para o objeto os instrumentos que possibilitaram a sua construção (BOURDIEU: 2010, p. 38). Ainda nesta seção, descrevo sobre as condições de possibilidades que permitiram construir o trabalho dissertativo a respeito das práticas de pesca e o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA.

Meu interesse em pesquisar a situação social dos pescadores e a relação de conflitos advindos com a implantação do CLA se deram a partir da pesquisa de campo realizada no âmbito do Projeto Centro de Ciências e Saberes. Tal projeto teve financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, sob a chamada MCTI/CNPq n.º 85/2013 e objetivava a construção de Centros de Ciências e Saberes relacionados às lutas e aos conflitos de povos e comunidade tradicionais no Maranhão. Esse projeto leva em consideração as identidades étnicas e como estas estão sendo representadas em face das reivindicações territoriais e reivindicações de direitos dos povos e comunidades tradicionais. Tal projeto contou com pesquisadores bolsistas e voluntários e, também, com a participação de agentes sociais militantes em movimentos sociais os quais somaram esforços para realização dos trabalhos referidos ao projeto.

Desse modo, busquei pesquisar as questões referentes aos pescadores e a situação de conflitos por eles vivida a partir de dois eixos. O primeiro deles diz respeito às constantes ameaças de remanejamento compulsórios, desde a década de 80, para ampliação da Base Espacial na parte do litoral de Alcântara. Os agentes sociais que vivem nessa área do território étnico próximo ao litoral, desde o primeiro processo de remanejamento compulsório, destacam os efeitos sociais referidos a esse deslocamento nas relações sociais dos grupos. O segundo eixo se refere ao acirramento desse processo com a retomada das negociações com os Estados Unidos que prevê a ocupação de 12.000 hectares do litoral de Alcântara, onde se localizam distintas comunidades que tem na agricultura, na caça, na pesca, na criação de animais e no artesanato as bases de sua organização social.

As duas pesquisas de campo realizadas em dois momentos distintos, agosto de 2016 e abril de 2017, apontaram para práticas exercidas pelos agentes sociais, interligadas aos saberes que lhes são próprios e, também, às relações sociais que eles estabelecem a partir dos usos

sociais dos recursos naturais disponíveis no território étnico reivindicado. Essa percepção tem me levado a descrever essas práticas mediante as observações relacionadas aos constantes processos de tensões sociais que circunscrevem esses modos de vida.

Além dos dois trabalhos de campo em que me detive na comunidade, retornei a ela em distintos momentos por vias do projeto do Centro de Ciências e Saberes. Quando não por meio desse projeto, me encontrava com o Senhor Leonardo em São Luís ou nos falávamos por telefone. Também pelas redes sociais como *Facebook* e *WhatsApp* me correspondia com duas de suas filhas, Marcela e Francisca, e seu filho Ubiraci com os quais também tirava dúvidas sobre determinadas questões que iam aparecendo do decorrer da escrita dissertativa.

Iniciei a investigação partindo, também, da leitura dos dois volumes que compõem o laudo antropológico² que foi produzido em 2002, por determinação da Procuradoria Geral da República, de acordo com os termos da Portaria nº 007, de 07 de julho de 1999, do Ministério Público Federal no Maranhão. A partir da leitura deste instrumento jurídico formal, busquei me situar a respeito do Projeto de Implantação da Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara e das irregularidades que se impuseram, com o desdobramento desse projeto, sobre o território étnico reivindicado pelos agentes sociais autodefinidos quilombolas.

O CLA teve sua implantação anunciada no ano de 1980 quando o governo do Maranhão, na gestão do governador João Castelo, determinou, por meio do Decreto nº 7.320, como sendo de utilidade pública 52.000 hectares de Alcântara. Nos processos inerentes aos procedimentos necessários para implantação desse empreendimento houve, no ano de 1987, o deslocamento de 23 comunidades correspondendo ao quantitativo de 312 famílias que foram afastadas do litoral, das áreas de pesca, de *roça* e de extrativismos diversificados e foram reassentadas nas designadas agrovilas sem as mínimas condições de se reproduzirem física, econômica e socialmente.

No ano de 1991, essa área destinada à locação do CLA é ampliada pelo Governo Federal sob um novo Decreto da Presidência República, na gestão do presidente Fernando Collor de Mello, para 62.000 hectares. Esses processos acabaram por desencadear distintas situações de conflitos territoriais. A esse respeito, afirma Almeida:

A área decretada, ao separar o que sustenta a unidade dos diferentes elementos identitários e ao contrapor-se à lógica do processo produtivo, quebra com os povoados, enquanto

² Após audiências públicas realizadas em Alcântara e São Luís que assinalaram inconsistências no EIA-Rima, sobretudo aquelas relativas às relações antrópicas e à recusa em incorporar fatores étnicos, e mediante a possibilidade de novos remanejamentos, o Ministério Público Federal autorizou perícia antropológica no interesse da instrução do inquérito civil público. A partir de indicação de antropólogo pela Associação Brasileira de Antropologia, ABA, então presidida pelo Dr. Ruben George Oliven, o Procurador da República no Maranhão, Dr. Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, assim se manifestou em Despacho de 12 de abril de 2002: “Tendo em vista a indicação do Professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, conforme solicitação às fls. 440, nomeio-o para proceder à perícia antropológica, no interesse da instrução do inquérito civil público”. No mesmo Despacho, o mencionado Procurador delineou os onze quesitos a serem desenvolvidos pelo perito (ALMEIDA, 2006).

organização social apoiada em relações de reciprocidade, e com suas hierarquias, enquanto territórios de parentesco, terminando por instituir outros critérios de autoridade local e por colidir com os princípios formadores do território étnico (ALMEIDA, 2006, p. 54).

O referido CLA que se implanta no território étnico tem efeitos sociais diferenciados entre as comunidades, direta ou indiretamente, inseridas nessa relação de disputa e afirmação étnica frente às lutas pelo reconhecimento de direitos territoriais. Isto pode ser deslindado da seguinte maneira: haviam comunidades que estavam dentro da área do Decreto 7.320 e que foram remanejadas na década de 1980; há aquelas, que estão dentro da área correspondente aos 62.000 hectares de pretensão do empreendimento CLA, mas que não foram remanejadas, no entanto, estão sob constantes processos de acirramentos de disputas territoriais por estarem em vias de um novo processo de remanejamento; há outras que, mesmo estando dentro da área prevista pelo Decreto, não foram incluídas ainda em algum projeto, por parte do CLA, de deslocamento, como observara Martins (1994).

Esses conflitos têm levado os agentes sociais a estabelecerem formas específicas de reorganização social nas quais as comunidades determinam estratégias e buscam fortalecer os circuitos de relações existentes antes mesmo da implantação do CLA. Uma dessas alterações se refere à circulação do peixe entre essas unidades sociais ocasionada pelo desordenamento no modo como esses agentes estabeleciam tradicionalmente sua autonomia atrelada às práticas da pesca e da *roça* em outrora. É a partir deste ponto que delimito meu estudo e descrevo os pormenores da pesquisa.

Com fins de situar a abordagem trazida para este capítulo da dissertação, passarei a descrever como foram se construindo as graduais inserções e os efeitos delas na elaboração da temática e suas delimitações culminando na sistematização dos dados de pesquisa e da elaboração do trabalho dissertativo. Destaco, neste sentido, os tópicos e seus subtópicos para situar as relações de pesquisa estabelecidas com os agentes sociais, a partir do PNCSA e do GESEA, as mudanças na temática da pesquisa e as atividades de pesquisa de campo sobre o tema referente à pesca em Brito. Descrevo ainda minha participação em reuniões organizadas pelo MABE, STTR e MOMTRA que, em certo sentido, possibilitaram a realização de entrevistas. Encerro pontuando as tensões sociais estabelecidas no território étnico de Alcântara em face do empreendimento CLA.

1.1 – DAS INSERÇÕES EM DISTINTOS PROJETOS DE PESQUISA ÀS PROBLEMATIZAÇÕES GRADUAIS: as mudanças nas temáticas de pesquisa e a delimitação do objeto de pesquisa

Penso que a ideia de inserção, num sentido reflexivo, pode se referir, em certa medida, ao momento de estabelecer novas relações sociais junto aos grupos com os quais mantemos algum contato. Seguindo esta via de pensamento, acrescento também as estadas nas casas dos agentes sociais nos períodos de realização do trabalho de campo e, por conseguinte, as rodas de conversas que acabam por convergir para realização de entrevistas com aqueles que, até então, não tinham quaisquer aproximações com o pesquisador. Ademais, pontua Bourdieu, “o objeto de estudo não está isolado de um conjunto de relações” (BOURDIEU, 2010, p. 27), e, neste sentido, enfatizar esse processo requer também que se perceba as diferentes possibilidades de entradas junto ao grupo ao longo do período do trabalho investigativo.

A construção dessas relações sociais entre pesquisador e agentes sociais demarcam condições fundamentais na construção dos dados de pesquisa. A partir delas é que as representações das situações sociais observáveis se consolidam e trazem para pesquisa as possibilidades de elaboração da escrita etnográfica.

Em “Etnografia e controle de impressões em uma aldeia da Himalaia”, título dado a parte do seu trabalho de pesquisa realizado entre os anos de 1957-58, Gerald D. Berreman (1970) descreve a gradual construção das relações sociais estabelecidas com os *Paharis* de Sirkanda, aldeia que fica no Baixo Himalaia, e que o permitiram etnografar, sob determinados pontos de vista, a situação observada. Na descrição dessas relações de pesquisa, o autor buscou dar ênfase à análise dos “efeitos diferenciais da identificação do etnógrafo com o grupo de alto e baixo status na comunidade” (BERREMAN, 1970, p. 125).

Nessas condições, Berreman empreendeu a pesquisa a partir do auxílio de dois guias de pesquisa, os chamados assistentes-intérpretes, a saber, o jovem brâmane Sharma e, posteriormente, o senhor Mohammed que era mulçumano. Eles o fizeram perceber que a fala dos seus entrevistados e, conseqüentemente, da construção dos dados de pesquisa estava, em certo sentido, atrelada aos efeitos sociais ocasionados pelo lugar que cada um dos dois guias ocupava nas distintas castas na aldeia. Sharma, das castas altas enquanto Mohammed era mulçumano de casta baixa.

Geertz (2008), em “Um Jogo Absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa” observa que, em sua chegada a uma determinada aldeia balinesa, no ano de 1958, foi recebido como somente os não balineses são tratados: “éramos não-pessoas, espectros, criaturas invisíveis” (GEERTZ, 2008, p. 185). Foi acompanhando a realização de uma briga de galos em praça pública para arrecadar fundos para uma nova escola, cujo governo não tinha condições de dar-lhes, observa o autor, que essas relações no modo como era tratado foram mudando e possibilitando que a pesquisa fosse realizada.

Problematizar os pormenores por meio dos quais se inicia uma investigação permite ao pesquisador relativizar essas diferentes entradas junto ao grupo com o qual queira realizar determinado estudo. Contudo, trazer essas condições para a descrição do objeto de estudo requer certo rigor além de corroborar na relativização de um senso comum douto (BOURDIEU, 2010) a respeito do trabalho pronto, acabado. E, com isso, não se pode deixar de lado o percurso de construção das condições de apreensão dos dados de pesquisa.

Em se tratando das atividades de pesquisa que me levaram a orientar o meu olhar sobre as diferentes temáticas com as quais elaborei tanto o trabalho monográfico na graduação e, agora, dissertativo reflito que essas decisões perpassam também pelas redes de relações que foram sendo construídas com distintos agentes sociais, a partir dos pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA e do Grupo de Estudos Socioeconômico da Amazônia – GESEA.

No que se refere às atividades no âmbito do GESEA, elas se iniciaram no segundo semestre de 2011 quando integrei o projeto “Mobilizações e Saberes em Comunidades Tradicionais no Maranhão”, no âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UEMA). Esse projeto, coordenado pela professora Dra. Cynthia Carvalho Martins, proporcionou o desenvolvimento de um plano de trabalho intitulado “Movimentos Sociais e Saberes: a luta dos quilombolas de Alcântara pelo reconhecimento de suas territorialidades”. O objetivo do plano de trabalho consistia em analisar as situações de conflitos e a reivindicação de direitos pelos autodesignados quilombolas atingidos pela implantação do CLA.

As atividades de pesquisa empreitadas pelo PNCSA/GESEA no Maranhão estavam sendo desenvolvidas simultaneamente aos trabalhos do PIBIC e isso me possibilitou estar envolvido neles. Assim, aproximei-me de diferentes situações empíricas referidas a grupos sociais distintos, incluindo quilombolas, indígenas e quebradeiras de coco. Em certo sentido, minha participação nessas pesquisas assegurou que eu fosse me aproximando dos agentes sociais e dos pesquisadores do PNCSA e percebendo a dinâmica relacionada ao modo como os trabalhos de pesquisa eram conduzidos por esses pesquisadores junto aos grupos.

O que descrevo a seguir, em certo sentido, ajuda a compreender esses diferentes momentos de pesquisa e em que medida isso se constituiu em acúmulos para as análises que apresento nesta dissertação. Passarei a descrever sobre essa relação no subtópico seguinte.

1.1.1 – O momento em que a participação em distintos projetos de pesquisa converge para a construção de uma modalidade perceptiva

A modalidade perceptiva a que me refiro está associada ao modo como o trabalho científico se constrói levando em conta a produção de um conhecimento que não é autoevidente, antes, coloca em questão os instrumentos, as relações sociais estabelecidas na trajetória. Em outros termos, é a condição de refletirmos sobre os próprios instrumentos analíticos e o fato de trazermos para o objeto esses instrumentos de construção que permitem a realização do trabalho.

Minha participação em distintos projetos de pesquisa me permitiu perceber, na prática, as possibilidades com as quais os pesquisadores do PNCSA estabeleciam as relações de pesquisa com os agentes sociais, o modo como decorriam as atividades de trabalhos de campo e a sistematização dos dados de pesquisa sem rigidez nos procedimentos, sem aplicação de questionários, sejam estruturados ou semiestruturados, mas que não ausentavam determinados rigores. Em certo sentido, esse *modus operandi* refletiu diretamente sobre minhas expectativas de construção de relações sociais junto aos agentes sociais de Alcântara e o modo como orientei as relações de pesquisa na elaboração das temáticas que trabalhei no decorrer das pesquisas perpetradas desde a iniciação científica.

No início do curso de Ciências Sociais conheci a situação das quebradeiras de coco babaçu de Ludovico quando participei de um curso ministrado pela professora Cynthia Carvalho Martins sobre tecnologia social, a convite da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR). O debate, na ocasião, centrava-se no questionamento que as quebradeiras faziam das chamadas máquinas de quebrar coco babaçu já que os projetos governamentais insistiam no financiamento via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) dessas máquinas. O curso ocorreu em uma pequena igreja em que foi possível observar a mobilização e a visão crítica das mulheres e dos homens em relação a esses projetos e o modo como eles tentam ser implantados.

Desde essa experiência, decidi que trabalharia com a situação dos povos e comunidades tradicionais. Tentando me situar nesses debates, passei a viajar sempre que havia oportunidade de pesquisa durante o desenvolvimento do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia na Universidade Estadual do Maranhão. Essa iniciativa me levou a acompanhar a execução do projeto “Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial Contra a Devastação e o Desmatamento: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais”, que ficou conhecido pela designação de “Mapeamento Social”. Nas situações de pesquisa que auxiliiei, a temática sobre intervenções privadas ou estatais e a relação com os povos e comunidades tradicionais era algo enfatizado com frequência pelos agentes sociais.

Além do mapeamento social tive oportunidade de acompanhar a execução de diferentes projetos de pesquisa via PNSCA e GESEA. Em síntese, foram estes os trabalhos de pesquisa que acompanhei no decorrer das atividades do PNCSA núcleo Maranhão:

Tabela 1: Projetos de Pesquisa no âmbito do PNCSA.

| Projeto de pesquisa | Período vigência | Objetivo | Instituição Financiadora | Atividades desenvolvidas |
|---|------------------|--|--------------------------|--|
| Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais | 2011 a 2014 | Fortalecer as formas nativas de uso dos recursos, buscando aprimorá-las e torná-las mais eficazes. Estabelecer, a partir das comunidades locais, um instrumento rigoroso para enfrentar os desmatamentos e as ações de devastação florestal. Área de abrangência: bioma amazônico (cf. Portaria MMA nº. 96 de 27 de março de 2008). | BNDES | Registros audiovisuais; Transcrições de entrevistas; Sistematização de dados das atividades de campo. |
| Projeto Nova Cartografia Social: Quilombolas do Brasil – SEPPPIR/PNUD | 2013 a 2016 | a) Mapeamento das comunidades quilombolas tituladas, certificadas, com Relatório Técnico de Identificação e Delimitação-RTID, reivindicadas pelos movimentos sociais quilombolas e em “intersecção” com unidades de conservação; b) Instalação técnica do Minilaboratório de Cartografia Social na SEPPPIR e capacitação da equipe para operacionalização; c) Realização de Seminário Geral sobre mapeamento social das comunidades quilombolas no Brasil, com pesquisadores e lideranças quilombolas; e) Realização de Encontros e oficinas de mapeamento envolvendo pesquisadores e lideranças quilombolas para a elaboração de mapas sínteses das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil | SEPPPIR/PNUD | Equipe de organização dos Seminários; Filmagens e fotografias. |
| Centro de Ciências e Saberes: experiência de criação de Museus Vivos na afirmação de saberes e fazeres representativos dos povos e comunidades tradicionais (MCTI/CNPq/SECIS) | 2013 a 2017 | Visa instituir, na Amazônia, um espaço de educação não formal, de valorização e popularização de saberes também não formais. O Centro de Ciências e Saberes constituirá uma rede de pesquisadores, de instituições científicas e de associações de base comunitária, objetivando a divulgação de conhecimentos científicos, enquanto cultura localizada, de tradição social embutida em fazeres. | CNPq | Pesquisador; Organização de Seminários; Participação na montagem de exposição; Registros audiovisuais. |
| Religiosidade e Territorialidade: saberes e práticas tradicionais na defesa dos territórios étnicos | 2013 | Desenvolver uma pesquisa científica sobre saberes religiosos e culturais de comunidades quilombolas localizadas na região conhecida como Baixada Maranhense, na parte ocidental do Maranhão, na intenção de investigar processos sociais de construção de expectativas de direito, que fundamentam a afirmação das identidades étnicas historicamente constituídas. | FAPEMA | Pesquisador |
| Mobilizações e Saberes em Comunidades Tradicionais no Maranhão. | 2011 a 2016 | Refletir cientificamente sobre os processos de mobilização de grupos étnicos e em que medida seus saberes são acionados como elementos de reivindicação de suas diferenciações face à sociedade mais ampla e aos próprios aparatos governamentais. | CNPq; FAPEMA | Pesquisador |

Fonte: PNCSA/ Lattes.

No Maranhão, o “Mapeamento Social” foi desenvolvido a partir do acompanhamento de situações de conflitos referentes aos quilombolas e à implantação da linha de transmissão LT 230 KV Miranda/Encruzo Novo, chamada de *linhão*. Estas tensões foram empiricamente observadas em Viana e Pedro do Rosário; em Imperatriz, na “Estrada do arroz”, devido ao cultivo de eucalipto em larga escala e também com a implantação da empresa Suzano Papel e Celulose; outra situação de conflito se refere à demarcação das terras do povo indígena Tenetehara/Guajajara, da Terra Indígena Pindaré, em Bom Jardim; situação de afirmação identitária quilombola e a luta pela reivindicação do território da comunidade quilombola de Pindoba, face às pressões do mercado imobiliário, em Paço do Lumiar; conflitos referentes a criação de búfalos e cercamentos de campos naturais, observados em Penalva e em Cajari.

Acompanhei a realização de seminários e cursos no âmbito do Projeto Mapeamento Social tais como o “Curso de convenção 169”, ministrado pelo quilombola e pesquisador Danilo da Conceição Serejo Lopes³ e que visavam à capacitação de agentes sociais sobre as Leis ratificadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que regem o processo de reconhecimento dos territórios dos chamados “povos e comunidades tribais”. Na interpretação da convenção 169 no Brasil, o termo “tribais” comportará os povos indígenas e as chamadas “Comunidades Remanescentes de Quilombo”, expressão esta mencionada no Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais e Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Enquanto pesquisador voluntário, tive oportunidade de acompanhar dois desses cursos de Convenção 169 ministrados pelo Danilo: um realizado em Imperatriz e outro realizado na comunidade de Capoeira em Viana, ambos ocorridos no ano de 2012.

Apesar de todas essas experiências de campo foi a minha participação no projeto de iniciação científica que me permitiu investir em leituras e concentrar os esforços no que denomino *lócus* de pesquisa, ou seja, Alcântara. As situações pesquisadas em Alcântara variaram ao longo do avanço da pesquisa. Investi em pesquisas sobre as formas de mobilização, posteriormente, sobre as festas e a relação delas com as territorialidades até chegar ao tema referente à pesca.

Com os investimentos nas pesquisas em Alcântara conheci situações distintas e agentes sociais com os quais mantenho contato até o presente. Inclusive, na primeira viagem que fiz à Alcântara, em 2011, já conheci aquele que seria o principal informante dessa pesquisa, o senhor Leonardo dos Anjos. Desse modo, aprofundar as relações sociais com os agentes sociais

³ Danilo da Conceição Serejo Lopes é da comunidade de Canelatiua em Alcântara, é bacharel em direito, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPGCSPA da Universidade Estadual do Maranhão e militante do MABE.

constituiu a condição fundamental para a realização da pesquisa relacionada às tensões sociais na disputa territorial entre os agentes sociais e o CLA.

A partir do “Segundo Seminário das Comunidades Quilombolas de Alcântara”⁴, ocorrido no Centro Paroquial de Alcântara nos dias 01, 02 e 03 de setembro de 2011, iniciei os trabalhos de pesquisa de campo no município de Alcântara.

Neste sentido, foram essas experiências de pesquisa que propiciaram a construção da problematização de pesquisa ora analisada sobre o “território de pesca” enquanto um território livre e as estratégias relacionadas à possibilidade de manutenção das relações sociais em face dos processos de implantação e constantes ameaças de expansão do CLA. Essas experiências de pesquisa advieram também de relações de confiança já estabelecidas entre pesquisadores que desde a década de 70 veem produzindo trabalhos junto a estes agentes sociais. Assim, essas relações de confiança foram fundamentais para que ocorresse minha inserção nas unidades sociais e me possibilitasse a realização do trabalho de campo⁵.

Foi por meio dessa mesma rede de confiança que passei a integrar, também, o Projeto Mapeamento Social que possibilitou o acesso a outras situações de conflitos existentes no Maranhão. Paralelo às atividades do Projeto Mapeamento Social eu investia esforços também no trabalho de pesquisa de iniciação científica. Em 2012, o meu plano de trabalho voltara-se para refletir sobre religiosidade e territorialidade a partir de uma situação acompanhada no Território Étnico de Itamatatua, localizado em Alcântara. Tal pesquisa culminou na produção do meu trabalho monográfico em 2015.

A aproximação com esses pesquisadores contribuiu, em certo sentido, para que eu observasse na prática como essas relações iam se ampliando sem receitas, manuais, guias que pudessem objetivar um modo como esses vínculos iam se constituindo. Tal como os pesquisadores, as atividades desenvolvidas no âmbito do PNCSA me levaram a perceber que as construções das relações sociais perpassam basicamente pela relação de confiança entre os

⁴ Nesse período, estabeleci os primeiros contatos com os agentes sociais, senhor Leonardo dos Anjos, da Comunidade de Brito; Danilo da Conceição Serejo Lopes e Dorinete Serejo Moraes, da Comunidade de Canelatua; a senhora Leandra de Jesus Cerveira, que atualmente vive na Agrovila de Pepital; Inácio Silva Diniz, da Agrovila Marudá e Sebastião Cosme Almeida Ramos, da Agrovila Peru. Todos os citados são integrantes do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE), salvo as duas agentes sociais que, além do MABE, integram também o MOMTRA. Foi-me possível também contactar com os Senhores Samuel Araújo Moraes, da comunidade de Baixa Grande, e Aniceto Araújo Pereira, da comunidade de Oitua, ambos do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR). São com todos esses que obtive as primeiras informações a respeito da situação de conflitos por eles vivida em Alcântara.

⁵ Integrei a equipe que se deslocou para acompanhar o Seminário em Alcântara, composta pelo professor Aniceto Cantanhede, professora Cynthia Carvalho Martins, professor Davi Pereira Júnior, Professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, professora Patrícia Portela, o pesquisador Danilo Serejo Lopes, da comunidade de Canelatua, Alcântara e a pesquisadora Gardênia Ayres, da Comunidade Quilombola de Santo Antônio – Penalva. Esses pesquisadores acompanham as situações de conflitos vividos pelas comunidades de Alcântara. Isso me possibilitou estabelecer os primeiros contatos com os agentes sociais ali presentes. Todos os citados passam a integrar o projeto “Mapeamento Social” quando este entrou em processo de execução, em 2012.

agentes sociais e os pesquisadores. Ademais, não há a manualização de procedimentos metodológicos.

Essas diferentes entradas junto aos grupos pesquisados foram definidas por interesses distintos no sentido que estiveram demarcadas por contextos de pesquisas construídas com os agentes sociais.

1.1.2 – Da temática “Religiosidade e Territorialidade” para “Pesca, Conflitos Sociais e Reivindicação Territorial”

No trabalho monográfico busquei estudar a relação estabelecida entre a religiosidade e a territorialidade autodesignada pelos agentes sociais como *terras de santa*. Tive como lócus de pesquisa as unidades sociais de Itamatatiua e Mocajituba II, em Alcântara. Ambas pertencem ao território étnico de Itamatatiua do qual decorrem inúmeros trabalhos acadêmicos dentre os quais o de Davi Pereira Júnior intitulado “Territorialidades e Identidades Coletivas: Uma Etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense” apresentado como dissertação ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Nesse território, embora as relações sociais, políticas e religiosas estejam estabelecidas diretamente com a Santa Teresa, reconhecida como a verdadeira dona das terras, observei que há relações estabelecidas com outros santos e que dentro dessa lógica local, estariam em uma ordem ou em *planos de organização social*, segundo Clifford Geertz (1967).

Neste sentido, busquei construir um trabalho em torno do festejo de São Benedito considerado como *santo de família*. Os chamados *santos de família* são assim pensados por estarem diretamente ligados a um núcleo familiar que se responsabiliza pela realização dos denominados festejos. Estes *festejos* representam o momento máximo de culto a esses santos. As redes de relações mobilizadas no processo de organização dos *festejos* obedecem à dinâmica das chamadas *trocas de visitas* observadas entre as comunidades presentes nos três territórios étnicos em Alcântara, a saber: Terras de Preto, Território Étnico de Itamatatiua e Ilha do Cajual.

As *trocas de visitas* condizem com processos de inter-relações estabelecidas entre as unidades sociais que interagem e possibilitam a existência de coesões sociais em torno das chamadas *festas* e dos *festejos*. É possível se pensar também que as práticas interrelacionais não se limitam aos *festejos* ou as *festas*, antes, se dispersam por diferentes *planos de organizações sociais* (GEERTZ, 1967) que expressam as condições de possibilidades de afirmação de modos de vidas coletivas. Durante as atividades referentes ao Projeto Centro de Ciências e Saberes percebi que essas redes se ampliam na dinâmica dos movimentos de mobilização e manutenção das práticas que singularizam o saber/fazer nas situações empiricamente observadas.

As observações durante os trabalhos de pesquisa de campo, referentes à investigação da temática estudada para este trabalho dissertativo, possibilitaram perceber, também, que as práticas envolvendo saberes interrelacionados pelas unidades sociais que estabelecem uma (re)organização entre si diante dos processos de conflitos e remanejamentos compulsórios e na afirmação de saberes específicos. Inclui-se nessa afirmativa, inclusive, a realização das práticas pesqueiras. Foi possível observar que essa dinâmica territorial está afirmada em redes amplas de relações estabelecidas em torno da prática da pesca, da feitura de *roças*, da caça, do extrativismo as quais estão diretamente articuladas entre si.

No decorrer dos estudos em Alcântara realizei aproximadamente onze viagens com períodos de permanência em campo que variavam de dois a dez dias, totalizando quarenta e sete dias. Como o objetivo dos nove primeiros momentos de pesquisas não estavam diretamente relacionados à pesca considero desnecessário descrever os dias exatos dessas estadas. Opto por descrever nos tópicos seguintes as experiências vividas ao longo dos dias que estive em campo para realização das pesquisas junto aos pescadores. Assim, descrevo como, gradualmente, construo o objeto de pesquisa de que trata esta dissertação.

1.2 – Mudança na temática: uma questão de escolha ou consequência do processo de construção da pesquisa?

Na seleção para concorrer a uma vaga no mestrado busquei ampliar a discussão sobre a temática da religiosidade e territorialidade tendo como lócus de pesquisa as comunidades quilombolas presentes nas designadas terras de Santa Teresa, em Alcântara. Estava levando em consideração que as representações que os agentes sociais constroem dos seus espaços sagrados, os rituais dos *festejos* realizados, apontam para a construção de uma territorialidade que, embora esteja vinculada diretamente com uma santa específica, Santa Teresa, considerada pelos moradores como a dona legítima das terras, isso não impossibilitava uma interação entre os mais diversos *festejos* ocorridos no território étnico de Itamatatua, durante diferentes datas do ano.

Sob o título “*Santos de famílias nas terras de Santa Teresa: trocas de visitas, identidade coletiva e mobilizações no território étnico de Itamatatua*”, a problematização desta investigação consistia em refletir a respeito das relações sociais mobilizadas no período dos referidos *festejos* dos *santos de família* e perceber em que medida essas relações reforçavam os laços sociais entre as comunidades pertencentes ao território étnico de Itamatatua.

Para construção do objeto de estudo seriam feitas observações em quatro *festejos*: o *Festejo de São Sebastião*, do Senhor Potoca, o *Festejo de N. Sr^a. de Monte Serrat*, que era de Senhor Osvaldo e atualmente está sendo feito pelo seu filho Katy, o *Festejo de N. Sr^a. da Conceição*, de Senhor Zé Pretinho, o *Festejo de São Benedito*, de Dona Maria Clóvis, cujos santos festejados são considerados como *santos de família*. Nestes *festejos*, além de serem observadas as relações estabelecidas na organização para que os mesmos aconteçam seriam observados os processos chamados de *trocas de visitas* que ocorrem entre uma comunidade e outra durante esses festejos e que apontam para uma assertiva no equilíbrio de cada um desses *festejos*.

Minha participação no Projeto Centro de Ciências e Saberes permitiu uma ampliação das relações sociais para além dos agentes sociais diretamente envolvidos nos festejos que, até então, eu havia acompanhado em Alcântara e, nesse sentido, foi possível o acesso a instâncias de mobilização como o STTR e aos conflitos em defesa do território intrusado pela implantação do CLA.

Essa mudança não se deu de forma aleatória, antes esteve interligada com as pesquisas ocorridas entre as unidades sociais que estão reivindicando sua permanência em seus domínios estabelecidos a partir de processos diferenciados de territorialização. É pontualmente relevante observar que, nessa mudança de temática, há uma constância do debate acerca da construção dessas territorialidades, ainda que a abordagem se dê lançando luz sobre outras possibilidades de perceber o conflito em questão.

A viagem para Alcântara pelo referido Projeto acima, com fins de executar as atividades de pesquisa de campo, ocorreu no período de 18 a 28 de janeiro de 2016 e me possibilitou realizar um *survey* em dez unidades sociais autodesignadas Comunidades Remanescentes de Quilombo, a saber, Santa Maria, Brito, Canelatiua, Bom Viver, São João Cortes, Baixa Grande, Oitíua, Tiquara, São Raimundo e Itamatatiua. A equipe de pesquisa da qual eu fazia parte, incluía as professoras e antropólogas Cynthia Martins e Patrícia Portela, o mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia, João Damasceno Figueiredo, a discente do curso de Ciências Sociais, Cristina Bezerra e a agente social Dorinete Serejo.

Essa viagem teve como objetivo potencializar a pesquisa do Centro de Ciências e Saberes e também obter as peças que estariam compondo o acervo necessário para realização da primeira “Exposição Saberes Tradicionais e Etnografia” que acontecera no período de 06 de abril a 06 de maio daquele mesmo ano, na Casa do Maranhão em São Luís – MA.

O percurso realizado e as informações que obtivemos a cada dia em que nos encontrávamos entre os agentes sociais das comunidades nos possibilitou o acesso a alguns dos

saberes e fazeres desses grupos que singularizam toda uma rede de conhecimento específico que demarcam especificidades de práticas que orientam o modo de vida desses grupos.

Em São João de Cortes, acompanhamos a feitura de embarcações tanto através de observações diretas quanto a partir dos relatos feitos por Senhor Maurício, carpinteiro naval. Não somente as práticas de carpintaria naval como também os saberes sobre a construção da religiosidade que fundamentam as relações com o território nos foi possibilitando ter acesso a dados de pesquisa. São João Batista, encontrado pelos pescadores, é considerado pelos agentes sociais dessa unidade social como o verdadeiro dono das terras. Ele é o santo que, nos períodos dos festejos, é agradecido por conta da fartura na pesca e na *roça*.

Ainda durante a pesquisa, na comunidade de Canelatiua, realizamos trabalho de campo que apontou para as relações entre territorialidade e religiosidade no âmbito das práticas de benzimentos feitos pelo Senhor Domingos, conhecido também como o doutor de ossos; e para as atividades relacionadas com a pesca e a construção dos instrumentos usados na realização das práticas pesqueiras.

Ainda em Canelatiua, gravamos entrevistas com o Senhor Pulu, carpinteiro naval, com o Senhor Domingos, e com o Senhor Vebo, com o qual acertamos a compra, para a exposição, de jogos de instrumentos relacionados ao tecimento de redes de pesca chamados de *agulhas* e *vitolas*, instrumentos usados no tecimento das redes de pesca. A obtenção desses itens estava sempre atravessada pelos relatos que os entrevistados faziam sobre cada um desses objetos. De certo modo, isso estabelecia a vivacidade desses artefatos pelas narrativas que os perpassavam. O senhor Vebo, pescador e tecedor de redes de pesca foi quem nos esclareceu sobre as diferentes malhas das redes, os diferentes tipos de redes de pesca e das *agulhas* e *vitolas* utilizadas para tecer cada um daqueles tipos de redes que olhávamos na varanda da casa dele.

Em outra comunidade, Bom Viver, a equipe de pesquisa teve acesso a informações referentes à relação entre as práticas de cura e a construção da identidade enquanto curandeira que reforçam os laços de pertencimento ao território. Nesse povoado, gravamos entrevistas com a Senhora Maria de Gogó e acompanhamos um ritual de cura no período da noite. Ao longo da entrevista, Dona Maria de Gogó aciona algumas práticas realizadas por ela como a coleta do coco babaçu, a *roça*, a pesca, a prática da cura, do cultivo de ervas medicinais e as práticas enquanto parteira que refletem a não dissociação entre essas várias identidades detidas por ela.

Não que eu queira apontar para uma generalização, mas ao que foi possível observar entre as dez unidades sociais percorridas é que as práticas, tanto da pesca quanto da *roça*, atravessam todas elas. Este foi o primeiro dos pontos que me aguçou o interesse de construir um estudo em torno de uma delas, que, no caso, foi a referente à pesca. O segundo, consiste na afirmação dos

entrevistados sobre a insegurança em torno das constantes ameaças de remanejamentos para fins de expansão do CLA.

A pesquisa de campo demonstrou também uma quantidade significativa de práticas referentes a ofícios de agentes sociais que demarcam posições de especialidades e de conhecimentos coletivos quanto à feitura, tessitura e modelagens de artefatos que envolvem sistemas de saberes específicos presentes nas comunidades visitadas.

Essas atividades apontam para o estabelecimento de saberes não apenas sobre as técnicas necessárias para a feitura dos artefatos como também para as relações estabelecidas com o tempo e o espaço onde ocorrem essas práticas. Conhecimentos de locais de coleta de matéria-prima, de tempo apropriado para a realização dessas coletas, uso consciente desses recursos, os quais demarcam as práticas referentes aos saberes e fazeres envolvidos em cada uma das práticas executadas pelos detentores desses saberes.

Ainda nesse processo de pesquisa, foi possível observar certas especialidades relacionadas às práticas acompanhadas nestas unidades sociais que envolvem saberes e fazeres que acabam por singularizar essas unidades. Percebi ainda o acionamento dessas práticas como conteúdo de construção das identidades coletivas afirmadas na reivindicação do reconhecimento de direitos territoriais. Os Centros de Ciências e Saberes, assim, buscavam enfatizar essa politização desses saberes e das situações de conflitos vivenciadas pelos agentes sociais.

Posteriormente a essa pesquisa, discuti com a orientadora da dissertação a possibilidade de trabalhar a partir das observações realizadas durante esse *survey*. Uma vez confirmada tal proposta, me debrucei sobre revisão das transcrições de entrevistas e de materiais que ajudassem a problematizar a abordagem acerca das questões referentes à situação de conflitos vivenciadas pelos pescadores do litoral de Alcântara.

Na apresentação que fiz dessa proposta de pesquisa à disciplina Seminário de Pesquisa do PPGCSPA, momento em que as pesquisas relacionadas à dissertação seriam expostas como prévia para a qualificação, essas ideias ainda estavam, de certo modo, ofuscadas pela transitoriedade em que me encontrava entre ter que passar do tema referente à religiosidade e territorialidade para refletir sobre a territorialidade e a prática da pesca. Como sugerido pela banca avaliadora, passei a organizar as viagens para essas unidades sociais de pescadores onde pudesse fundamentar empiricamente a nova temática. Mais que uma questão de escolha, estava diante de situações que apareceram no percurso da construção da própria pesquisa e que me levaram a repensar o próprio modo de construir o objeto de estudo. E são esses trabalhos de campo que passarei a descrever no tópico a seguir.

1.2.2 – A inserção na temática sobre “Pesca, Conflitos Sociais e Reivindicação Territorial” em Brito

Estive em Alcântara por duas vezes para realizar o trabalho de campo. Ocorridos em momentos distintos, eles me possibilitaram percepções diferenciadas a respeito do modo de vida das comunidades nesse território. A primeira ida a Brito ocorreu entre os dias 20 e 29 de agosto de 2017. Naquele momento, concentrei minhas observações tanto nessa unidade social quanto nas “agrovilas” de Marudá e Peru, e realizei entrevistas com três pescadores pertencentes às unidades sociais que foram remanejadas. Minha intenção era ainda de ir em outras unidades sociais localizadas no litoral, o que acabou não acontecendo devido aos trabalhos de observação direta e de entrevistas que optei por realizar em Brito.

No segundo momento de trabalho de campo passei oito dias em Brito e, a minha terceira estada na comunidade perdurou por cinco dias. Nessas duas últimas viagens, continuei hospedado na casa do Senhor Leonardo. Na segunda estada, Dona Maria José, esposa do senhor Leonardo estava em casa. Na terceira, ficaram apenas eu e o Senhor Leonardo, porque Dona Maria precisou voltar à São Luís para acompanhar as duas filhas mais novas que estão estudando na capital.

O segundo e o terceiro momento do trabalho de campo consistiram em investimentos mais detidos para compreender as relações entre a prática da pesca e da *roça* em Brito. Esse esforço investigativo também foi acompanhado de uma tentativa em perceber as relações sociais e como elas permitem a apreensão das atividades referentes a essas duas práticas. Por outro lado, à medida que a pesquisa avançava, percebi que as relações sociais estabelecidas pelos agentes sociais articulavam de modo próprio a pesca e a *roça*.

Assim, foi possível perceber, não apenas através das entrevistas, como também de observações diretas, que os usos sociais dos recursos naturais estão atravessados por uma lógica coletiva que permite aos agentes sociais fazerem o aproveitamento de quase tudo que é produzido entre as unidades sociais.

O trabalho contou com registros fotográficos, filmagens, gravação de entrevistas e acompanhamento de duas reuniões em que eu também fiz registros audiovisuais. Investi também em registros no diário de campo e em blocos de notas que auxiliaram na sistematização dos dados obtidos durante a pesquisa.

As gravações de áudio variaram entre 05 (cinco) e 72 (setenta e dois) minutos. Isso se deve porque em alguns momentos foram contadas histórias referentes a alguma pescaria. Perguntava se podia registrar aquela história e, os que a contavam, diziam que sim. Neste sentido, realizei, em diferentes momentos, o registro dessas histórias contadas não apenas em

momentos de conversas “desinteressadas”, como nos momentos em que estava voltando para realização das entrevistas propriamente ditas.

Decerto não se parte de um ponto zero para começar os diálogos resultantes no que se classifica como entrevistas, pois há uma ideia na cabeça tanto do pesquisador quanto dos agentes sociais que é resultante de outros momentos de conversas, de compartilhamentos de experiências, de histórias narradas sobre a vida na unidade social. Estas ideias me apareceram também em decorrência do que acompanhei ao longo dos 5 anos em que estive envolvido nos trabalhos acadêmicos como bolsista de iniciação científica. Essas implicações e o interesse de estudar as relações de conflitos vivenciadas pelo grupo nesse novo momento de discussão sobre a ampliação da Base Espacial de Alcântara, me levaram a refletir sobre o modo como iniciar as conversas com os agentes sociais.

1.2.3 – Minha chegada em Brito após a inauguração do Centro de Saberes em Canelatiua

Ao atracar no cais da sede de Alcântara, encontrei-me com o Senhor Carrinho, que estava indo pra Canelatiua, e ele me falou que naquela mesma embarcação estava também o filho mais velho de Senhor Leonardo, Ubiraci. Pedi a ele que me mostrasse quem era e ele assim o fez. Ubiraci estava junto com o Senhor Pelado, como é conhecido o Senhor Raimundo, que trabalha em um carro que transporta passageiros para Brito. Não por coincidência, pois Pelado mora em Brito.

Os dois estavam me aguardando em uma barraca em frente ao terminal hidroviário. Estavam me aguardando a pedido do Senhor Leonardo. Apresentei-me a eles e logo me foi dito: “você que é o cabeludo que está indo para Brito?” Confirmada a pergunta, aproveitamos para ali mesmo tomarmos o café da manhã. Em seguida, guardamos as bolsas e as demais bagagens na parte de trás do pau de arara⁶ e seguimos viagem até o terminal dos transportes que fazem o traslado das pessoas das unidades sociais até a sede de Alcântara. Tal terminal fica próximo à Igreja do Galo e à feira que concentra a venda de pescados e carnes bovinas e de aves, patos e galinhas. Ali perto também há uma quantidade significativa de comércios.

Ubiraci estava indo passar uma semana pescando com o seu pai. Ele levava uma caixa de isopor na qual iria retornar com os pescados para São Luís. Como o Senhor Pelado precisou ir até um posto médico para uma consulta, ficamos eu e Ubiraci o aguardando. Ali, aproveitamos para comprarmos pilhas para as lanternas que levávamos e também para o GPS que estava

⁶ Pau de arara é o nome dado aos transportes que carregam os passageiros das comunidades até a sede de Alcântara. Com assentos de madeira e uma cobertura para proteger contra o sol e as chuvas, esses transportes tem tamanhos variados dependendo do carro usado para essa finalidade.

comigo. Além disso, resolvemos comprar algumas mercearias para ajudar nas despesas durante o período em que estaríamos em Brito.

Retornamos para o carro onde iniciamos uma longa conversa. Entre assuntos diversos, Ubiraci perguntou sobre minha ida no mês de agosto do ano passado para Brito. Aproveitei para recordar ali com ele das minhas experiências durante o tempo em que fiquei em Brito na companhia do pai dele.

Aproveitei para o contar que da primeira vez em que fui para lá, não havia feito o traslado de catamarã⁷ como o fiz em outrora. Antes, travessei de Ferry-Boat juntamente com uma equipe de pesquisadores que estavam indo para Canelatiua onde aconteceria a inauguração do Centro de Ciências e Saberes Mãe Anica, no período da tarde daquele mesmo dia. Na ocasião, ao chegarmos no porto do Cujupe onde os Ferrys atracam, seguimos viagem em uma van cedida pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. No caminho, levamos conosco moradores de Tiquara que iam para a inauguração do Centro de Saberes. Pessoas de São Raimundo também iam, mas por alguns imprevistos acabaram ficando impossibilitados de seguirem com a gente.

Ubiraci ficou interessado em saber como havia sido a inauguração e o relatei: estiveram presentes representantes do MABE, como Dorinete Serejo e o pai dele, Senhor Leonardo dos Anjos; estavam também representantes do MOMTRA, como Dona Leandra, da agrovila Pepital; do STTR estavam os Senhores Samuel Araújo Morais, Aniceto Araújo Pereira e Marcos Antônio Pinho Diniz. Além destes, somavam-se ao grupo os pesquisadores do PNCSA e quatro alunos da graduação em Ciências Sociais da UEMA⁸ que iniciavam seus trabalhos de PIBIC. Estiveram presentes também representantes de outras unidades sociais como Canelatiua, Brito, Rio Grande, Pepital, Peru, Baixa Grande, Bom Viver, Conceição e Mato Grosso.

A inauguração do Centro de Saberes de Canelatiua Mãe Anica foi pautada nas lutas e reivindicações do território étnico. Também, em contestação ao chamado “Museu da Base⁹” que ausenta de sua história a representação dessas unidades sociais tanto quanto os direitos assegurados constitucionalmente sobre o território. No Centro de Saberes, a própria história dos grupos aparece enquanto modo de assegurar as relações sociais estabelecidas no território.

⁷ Catamarã é o nome dado a um dos transportes hidroviários que fazem o traslado de pessoas entre Alcântara e São Luís ou vice-versa. Além desta embarcação, há também um barco por nome Luzitana e dois Iates: Barraqueiro e o Biramar. Todos eles saem do Terminal Hidroviário de São Luís, na Praia Grande e seguem até o Terminal Hidroviário de Alcântara, que fica na sede da cidade. Na segunda vez que retornei a Brito para realizar o trabalho de campo, fiz a travessia no Catamarã Lua Nova.

⁸ Renato Serejo, Pedro, Andressa e Carliane

⁹ Localizado na sede de Alcântara, a Casa de Cultura Aeroespacial foi criada com objetivo de visibilizar detalhes do Centro de Lançamento de Alcântara e a tecnologia desse empreendimento.

Também aparece representada a partir de artefatos reunidos que dinamizam a lógica acerca de saberes e fazeres específicos dessas unidades sociais.

Na ocasião, a equipe de pesquisa aproveitou para fazer uma visita ao Senhor Domingos, o doutor de ossos de Canelatiua, como ele é conhecido. Já com seus 93 anos de idade, ele ainda é a referência entre as unidades sociais localizadas em Alcântara pelos saberes sobre especialidades medicinais e no conserto de ossos. Além disso, ele detém a memória sobre o modo de vida, a organização e trajetória das famílias encontradas em Canelatiua.

Ubiraci indagou sobre as pescas que eu havia acompanhado em Brito na primeira vez em que estive lá. Relatei as minhas idas com o Senhor Leonardo ao Porto da Prainha, das caminhadas que fiz pela orla marítima com Marcelo e Anderson em que eles me mostraram os chamados *pesqueiros da beirada*. Falei das histórias que me foram contadas pelo Senhor Leonardo, por Dona Faustina, Dona Naná, por Senhor Martins e pelo Senhor Jorge. Também falei do meu deslocamento para as agrovilas no final de uma tarde na companhia do Senhor Jorge para conversar com o Senhor Raimundo Reis dos A. Silva, o Senhor José Francisco dos Santos e o Senhor José Mendes Diniz, antigos pescadores das unidades sociais que foram remanejadas.

Dei-me conta do quanto o trabalho de pesquisa, em certo sentido, aparece como uma prática suscetível a constantes reparos, retomadas, investimentos e ampliação das relações sociais. Conversando com Ubiraci, lembrei a conversa que tive com o Senhor Leonardo na casa do filho dele, Samuel, quando ambos trabalhavam nos remendos das redes de pesca.

Na ocasião, observava o Senhor Leonardo e Samuel detidos na manutenção das redes de pesca e tentava descrever no caderno de campo algumas daquelas ações. O Senhor Leonardo, então me observando, disse: “*A gente está escrevinhando nas nossas redes, enquanto tu está escrevinhando no teu caderno*”. Aproveitei para lhe falar sobre essa dificuldade de escrever acerca de um universo específico, pois isso exige cuidado e atenção. É sobre esta prática de “*escrevinhamento*” referente à pesca e os cuidados na construção dessa prática que me debruçava ao longo da pesquisa tentando perceber a complexidade existente em torno desse universo singular da pesca.

Eu também poderia ter respondido ao Senhor Leonardo que eu *escrevinho* sem a mesma segurança com a qual ele executa o tecimento e os remendos em suas redes de pesca. Talvez o meu trabalho esteja mais concentrado em remendos sucessivos, pois a exigência de pensar e repensar sobre o que eu aqui chamo de universo de pesca, aparece como consequência do meu trabalho de escrita. Perceber que a prática da pesca não está separada de um modo de vida me possibilita escrever de forma um pouco mais segura.

Falar aqui deste *escrivinhamento* reflete também um convite para a desconstrução de ideias cristalizadas de que a pesca é de igualmente executada sem se levar em consideração as relações sociais estabelecidas à sua volta. Ou seja, antes mesmo da atividade da pesca há uma série de outros saberes e fazeres tais como o de tecer as redes, construir as embarcações, planejar a prática da pesca conciliando com os *roçados* e outras. Não se trata de uma atividade meramente econômica. Busquei assim observar as relações sociais onde a pesca se efetiva apontando para a existência de saberes e fazeres que singularizam, de certa maneira, essa prática a partir das interações estabelecidas entre os agentes sociais e seus modos específicos de organizar seu modo de vida coletivamente.

Tratando-se de uma pesquisa etnográfica, as escolhas e procedimentos tal como a construção dos pormenores da pesquisa não se deram de forma aleatória. São “relações sociais estabelecidas a partir do trabalho de campo que orientaram as escolhas” (MARTINS, 2012, p. 47). Afinal, o que seria o exercício da escrita antropológica senão um constante remendo, tal como uma rede de pesca e seus nós?

Após um longo período conversando com Ubiraci, Senhor Pelado retornou do médico. Subimos no carro e seguimos viagem rumo a Brito. Ao chegarmos à unidade social por nome Rio dos Paus, que fica na beira da MA-106, dobramos no chamado *ramal*¹⁰ que dá acesso à parte das unidades sociais do litoral, entre elas estão Brito, Canelatiua, Mamuna, Mamuninha, Itapera. Também é este um dos *ramais* que dão acesso às agrovilas.

No caminho, continuamos a conversa, agora, falando a respeito dos trabalhos que estavam ocorrendo em Brito naquele momento. Ubiraci me contou algo que considerei fundamental para observar durante aqueles dias que passaria em Brito. Segundo ele, em Brito, após o serviço de primeira limpeza da *roça*, após as queimadas, as mulheres se encarregam de tarefas como plantio, capina e, em alguns casos, estão participando também das desmanchas das *roças* no período de feitura da farinha.

Na metade da tarde nos aproximamos do nosso destino de viagem. De longe sentimos o cheiro da massa de mandioca *pubada*¹¹ e, ao passarmos pelo lago de Brito, confirmamos nossa suspeita. Estava tendo *farinhada*¹² na casa de forno do Senhor Pelado, a única casa de forno existente na unidade social e que fica na entrada do *Sítio* de Brito. Ali, me dei conta de que

¹⁰ Ramal ou ramais é um termo usado localmente pelos agentes sociais quando se referem às estradas ou vias que dão acesso a outras localidades. É constante assim, se ouvir expressões como ramal de Brito, ramal de Canelatiua entre outros.

¹¹ A mandioca *pubada* se refere ao estado em que ela fica ao sair dos tanques de água onde foram postas para amolecer. Esse processo é realizado quando os agentes sociais precisam produzir a farinha de *puba* também designada de *farina d'água*.

¹² A *farinhada* é como os agentes sociais designam os processos inerentes à desmanchas das *roças* pra produção da farinha.

chegava no momento em que estava acontecendo a chamada desmancha das *roças* feitas ano passado; das capinas nas *roças* deste ano; na intensificação da prática de pesca; na abundância de frutas e das chuvas. Era o período do *inverno*.

Ao chegarmos em Brito descemos em frente à casa do Senhor Leonardo e Dona Maria José, sua esposa. Eles providenciaram peixes fritos para almoçarmos. Eram tainhas. Pouco depois, Ubiraci saiu com Senhor Leonardo para pescar. Eu fiquei para ir à *roça* com a Dona Maria e assim fizemos. Foi com ela que gravei a primeira entrevista e obtive informações significativas para o trabalho a respeito da *roça*.

1.2.4 – A construção das relações sociais: o filho de pescador pesquisando em uma comunidade de pescadores

Quero iniciar este tópico fazendo uma afirmação antes de qualquer outra descrição: sou filho de pescadores. Afirmo isto para situar a compreensão das possibilidades que me favoreçam em muitos momentos de aprofundar as conversas que tive com alguns dos agentes sociais e que resultaram em entrevistas posteriormente a esses diálogos. Mas, ao mesmo tempo em que me favoreceram também exigiram de mim uma vigilância constante para não expor opiniões previamente elaboradas sobre a situação empiricamente observada.

Enquanto abordava situações relacionadas diretamente com a reivindicação, a partir da identidade quilombola, nos trabalhos anteriores, me foi possibilitado refletir como alguém que, de certo modo, se encontrava fora das relações de pertencimento. A temática sobre a pesca me proporcionou a construção de um trabalho mais próximo do meu pertencimento enquanto filho de pescadores.

Neste sentido, a questão passou de uma relação de distanciamento, em certo sentido, a uma relação em que eu tive que observar meu próprio conhecimento sobre pesca para pensar nas especificidades da pesca em outra localidade pensando-a em termos relacionais. Esta questão teve que ser relativizada na intenção de possibilitar um estranhamento das familiaridades que eu detenho sobre instrumentos de pesca, sobre os modos de realização da pesca, distanciando do mar onde me criei e mergulhando no mar de outros contextos, cujas relações estabelecidas estão cercadas de especificidades que as singularizam.

Percebi que o distanciamento que eu tinha das unidades sociais investigadas acabava se estreitando com minha própria condição de pertencimento a outro grupo de pescadores. Relativizar a condição de pertencimento foi fundamental para refletir como a identidade de pescador está também articulada em termos relacionais e não físicos, espaciais ou temporais.

Isto conduziu meu olhar sobre o trabalho de campo a partir de determinado ângulo porque afirmar meu pertencimento a uma comunidade de pescadores passou a ser constantemente questionado pelos entrevistados. Saber desse meu pertencimento os faziam me colocar em algum lugar dentro da relação de proximidade.

Ser filho de pescador, ao mesmo tempo em que me aproximava das categorias que ouvia, inerentes ao universo não somente da pesca como também das *roças*, do extrativismo e da criação de animais.

É por meio dessas colocações acima que quero pontuar meu olhar também sobre este trabalho. Entendendo que, os lugares de onde parte a fala do pesquisador implicam em visibilizar as condições de possibilidades da compreensão dos pormenores que estão envolvidos na construção dos diálogos estabelecidos ao longo do trabalho de campo. Com isso, busco enfatizar as condições em que, em muitos momentos, me encontrei ali na unidade social de Brito.

Ali, não me encontrava apenas como pesquisador, mas também alguém que precisava situar-se a partir de um lugar de pertencimento familiar ao ser questionado sobre isso. Nestas condições, em muitas das conversas que tive com Senhor Leonardo ou com alguns outros agentes sociais de Brito, me foi perguntado sobre minha família e situar isso me favoreceu trocas de informações sobre as formas como se estabelecem as práticas de pesca entre os pescadores de Brito e de onde eu estava falando enquanto filho de pescador que ali se encontrava enquanto pesquisador.

No primeiro momento em que estive em Brito, investi esforços para acompanhar a situação das unidades sociais próximas ao litoral que não foram remanejadas, a saber, Brito, Canelatiua, São João de Cortes, Pacuri, Mamuna, Itapera e Mamuninha, as quais foram citadas pelos entrevistados como principais fornecedoras do pescado para as chamadas “agrovilas” que, por vezes, enfrentam dificuldades no acesso aos locais de pesca e, conseqüentemente, aos pescados.

Estava intencionado a ir em todas essas unidades sociais durante aquele momento de realização da pesquisa de campo, mas isso não me foi possível. Assim, as informações sobre essas unidades, naquele primeiro momento, se basearam nas entrevistas que foram gravadas no período de realização da pesquisa de campo relacionadas ao Projeto Centro de Ciências e Saberes que ocorreu no período de janeiro de 2016. Estão baseadas também no que foi possível obter de informações dos agentes sociais durante as gravações de entrevistas ou mesmo em conversas informais e observações realizadas em agosto de 2016.

Permaneci durante os dias de trabalho de campo na residência do Senhor Leonardo dos Anjos, por meio do qual as redes de relações sociais foram se estabelecendo com outras pessoas

de Brito com as quais obtive as informações por vias de entrevistas ou mesmo nos momentos em que foi possível estar com elas em alguma atividade.

O Senhor Leonardo é uma das lideranças engajadas nas lutas engendradas pelo MABE, nas reivindicações do território étnico de Alcântara. Nesse processo de engajamento, ele atuou junto ao STTR e ao MABE órgão em que está, até o momento presente, como uma das lideranças desse movimento. Como observa Pereira Júnior no prefácio do livro do senhor Leonardo dos Anjos (2016), a trajetória de luta dele, “a construção de uma liderança de formação coletiva” perpassa por diferentes momentos de luta e instâncias de representação política.

No que se refere aos agentes sociais entrevistados, tive oportunidade, naquela estada, de gravar três entrevistas com o Senhor Leonardo dos Anjos; uma entrevista com a irmã dele, Senhora Faustina dos Anjos; uma entrevista com o *comprador de peixe* que é genro e primo do Senhor Leonardo, Senhor Jorge Morais Garcia; também realizei uma entrevista com o Senhor José Raimundo Morais Campos, mas que, a pedido deste, a entrevista não foi gravada. Ele é nascido em Brito, filho de Raimundo Firmino Campos e de Cristina Morais prima, por parte de mãe, do Senhor Leonardo; gravei ainda duas das conversas que tive com Marcelo Fernando Morais Garcia, sobrinho do Senhor Jorge Garcia, nos momentos em que ele me acompanhou em uma caminhada pela orla marítima de Brito em que ele foi me mostrando os locais de pesca também chamados de *pesqueiros*.

Nas idas às agrovilas, gravei três entrevistas com pescadores que também compram pescado para revender nas agrovilas, Senhor Raimundo Reis dos Anjos Silva, antigo morador da antiga comunidade de Titica e que hoje está na agrovila Peru. Ele é filho de Enézio Silva e Izidora dos Anjos que também moravam em Titica.

Ainda na agrovila de Peru, pude gravar entrevista com o senhor José Francisco dos Santos, mais conhecido como Paraíba, e que morava na comunidade de Peru, conhecida hoje como Peru Velha para se diferenciar da agrovila Peru.

Da agrovila de Peru fui até a agrovila de Marudá onde gravei entrevista com o Senhor José Mendes Diniz, conhecido como Gaguinho. Devido às gravações anteriores das entrevistas o equipamento de gravação de áudio descarregou o que me levou a relatar no caderno as informações que obtive com o Senhor José sobre a pesca. Todos os entrevistados das agrovilas me foram apresentados pelo seu Jorge Garcia devido à relação que ele estabelece com os mesmos enquanto pescadores e/ou compradores de pescados. Sobre cada um deles descrevo mais informações ao longo do trabalho.

A escolha por essas duas agrovilas se deve ao fato de elas terem sido apresentadas, em momentos das entrevistas com Senhor Jorge e Senhor Leonardo, como as mais impactadas nas

atividades pesqueiras do que a comunidade de Pepital e as demais agrovilas, pois tratam-se de duas agrovilas formadas por comunidades que se localizavam no litoral e que mantinham a prática da pesca cotidianamente.

Sobre as observações diretas realizadas durante a pesquisa de campo, ocorreram principalmente em momentos em que Senhor Leonardo estava envolvido com as atividades referentes aos *remendos*, *entralhamentos* e outras relacionadas à feitura e reparos nos instrumentos de pesca. Eram momentos que, mesmo parando de gravar as entrevistas, ainda estendíamos a conversa por longos momentos.

Outras observações se deram no momento em que o acompanhei em umas das pescarias e que, naquele momento, ele pediu para que observasse para perceber, na prática, como acontece uma das formas de pesca realizadas em Brito. Foi um momento em que pude abandonar todos os instrumentos que eu portava referente a anotações, filmagem e geoprocessamento para me dedicar a observar atentamente todo o processo de pesca do qual eu tinha sido convidado a ajudar. Acabei por realizar aquela pesca com ele.

Foi uma atividade da qual mais que qualquer outro suporte de pesquisa a observação teve que ser minuciosamente realizada. Estas práticas estiveram o tempo todo marcadas por trocas de informações tanto da minha parte para saber como aconteciam aqueles procedimentos como por parte do senhor Leonardo que me perguntava como ocorria aquele tipo de pesca nas praias onde eu moro.

Das três entrevistas que obtive com Senhor Leonardo, na última foi a que mais conversamos sobre os impactos causados àquela área por conta da implantação da Base e das possibilidades de um novo processo de remanejamento compulsório das unidades sociais que permanecem na área prevista no Decreto como sendo de utilidade pública.

Ao retornar para São Luís, apresentei os dados de campo à orientadora, que me sugeriu sistematizá-los e preparar a escrita do material a ser apresentado na qualificação da dissertação. Assim o fiz e apresentei à banca avaliadora. Dos dois capítulos apresentados, um tratava sobre a construção das relações sociais e o segundo, da prática da pesca sem necessariamente estar enfatizado a relação desta com as demais práticas executadas pelos agentes sociais. A partir disto, e levando em conta o tempo que restava para construção do trabalho final para a construção do trabalho dissertativo, foi sugerido pela banca que detivesse as observações em Brito e precisasse os dados no sentido de refletir sobre a relação da pesca com as demais práticas.

Atendendo à necessidade de preencher essas lacunas no trabalho, retornei a Brito duas vezes com o intuito de realizar entrevistas e observações diretas a respeito dessa possibilidade de aprofundar os dados de campo do primeiro momento em que estive realizando a pesquisa de

campo e ampliando a pesquisa, para refletir sobre a interrelação entre as diferentes práticas que asseguram a autonomia do modo de vida da unidade social e que perpassam pela afirmação identitária enquanto pescadores.

No segundo momento em que estive na comunidade, gravei entrevistas com os pescadores que havia entrevistado no trabalho de campo anterior e ampliei-as para os demais com os quais não havia até aquele momento conversado. Assim, gravei entrevistas com a Dona Maria José, esposa do Senhor Leonardo; fiz nova entrevista com Dona Faustina; com Senhor Leonardo dos Anjos; com o Senhor José Raimundo (conhecido por Negão). Também gravei entrevistas com o Senhor Luís (conhecido por Lachu); com Dona Roberta Morais, prima do Senhor Leonardo; Ubiraci dos Anjos e Vilmar dos Anjos, ambos filhos de Senhor Leonardo dos Anjos.

Obtive também depoimentos fundamentais para refletir a respeito das tensões sociais referentes a retomada das discussões levantadas em reuniões que ocorreram em Brito, Mamuna e Canelatiua sobre a possibilidade de remanejamento das comunidades localizadas no litoral.

A partir da realização do trabalho de campo, foi possível lançar mão de algumas leituras que possibilitassem refletir criticamente a respeito dos dados de campo. Este procedimento está inserido no que se pode pensar como momento de discussão da chamada metodologia necessária para construção do trabalho investigativo. Esta, por sua vez, não foi decidida com bases em procedimentos rígidos, antes, se tomou os devidos cuidados ao se estabelecer, a partir da construção de relações sociais por meio das quais orientei a construção do trabalho.

Esse rigor necessário para construir e reconstruir o olhar sobre o objeto de estudo esteve transpassado por discussões com a orientadora, em debates estabelecidos entre os amigos da turma do mestrado e com leituras teóricas e correlatas que auxiliaram na elaboração da reflexão.

Como dito anteriormente, decerto que não se parte de um ponto zero para começar as conversas resultantes no que se classifica como entrevistas, há uma ideia na cabeça resultante de outros momentos de conversas, de compartilhamentos de experiências, de histórias narradas sobre a vida na unidade social ou mesmo como resultado do que acompanhei ao longo dos 5 anos que estive envolvido nos trabalhos acadêmicos como bolsista de iniciação científica. Essas implicações e o interesse de estudar a situação de conflitos vivenciadas pelo grupo no novo momento de articulação sobre a Base Espacial de Alcântara, me levaram a refletir sobre o que conversaria com os agentes sociais.

A escolha dos agentes sociais para estabelecer esses diálogos também não se deu por uma pré-seleção nem tão pouco de forma aleatória, antes, a construção das relações sociais foi quem orientou essas escolhas. E, a esse respeito, incluo as pessoas que me foram apresentadas por Senhor Leonardo, os momentos que participei de certas atividades na unidade social que ampliaram as possibilidades de interação com o grupo, as caminhadas para o porto de pesca de

Brito, e mesmo a própria estada na casa do Senhor Leonardo foram momentos em que estabeleci novas aproximações com os agentes sociais e que tornaram possível a obtenção de dados de pesquisa necessários para a compreensão da situação investigada.

Ao que pude observar, as reivindicações dos pescadores, não somente da unidade social observada como as demais localizadas no litoral, perpassam por relações que não se limitam a pesca a uma simples ocupação econômica, como pode aparentar à primeira vista. Também não está limitada à execução da prática da pesca para abastecimento familiar. A reivindicação percebida perpassa por lutas territoriais em que a pesca aparece interligada à identidade coletiva na afirmação de seus pertencimentos étnicos.

Neste sentido, em se tratando de um território pluriétnico busquei evitar uma rigidez na classificação desses agentes sociais por perceber que isso implicaria numa frigidificação de identidades acionadas face as situações de conflitos do dado presente.

1.3 – Descrição da unidade social pesquisada a partir da observação de um mutirão

Há pouco mais de 30 unidades familiares na unidade social. Elas se distribuem nos dois lados da principal rua do *Sítio de Brito*, onde andávamos naquele momento, estendendo-se até próximo à praia. Essas casas estão construídas de taipa, cobertas de palha de palmeiras de babaçu ou de telhas de barro e/ou amianto. As portas dessas moradias são feitas de tábuas ou de palhas de palmeiras de babaçu, trabalhadas em uma tessitura que consiste na interposição das folhas da palha da palmeira de babaçu em entrelaçados sistemáticos que resultam nas chamadas meia-çabas. Essas meia-çabas são usadas também como janelas, esteiras para se consertar os peixes ou mesmo para colocá-los assim que os pescadores chegam em casa para fazer a pesagem e distribuição dos pescados. São usadas também para secar camarão ao sol.

Dedico-me aqui a versar sobre as distribuições das casas, tendo como referência para isto as observações diretas e o acompanhamento da construção da casa de Vilmar, um dos filhos do Senhor Leonardo. Com isso, tento me aproximar da caracterização do chamado *Sítio de Brito*. Farei isso devido às atividades em torno da pesca e da *roça* serem paradas parcialmente por conta desse evento organizado entre os agentes sociais dos núcleos familiares que se reuniram em um sábado para realizar o que chamam de *tapagem* da casa de Vilmar. Foi acompanhando esse trabalho que passei a considerar oportuno aproveitar esse momento para iniciar a descrição sobre a distribuição das casas e das relações sociais que as perpassam.

Em um dos dias em que estive em Brito, fui convidado logo cedo por Dona Maria para acompanhar a tapagem da casa de seu filho, Vilmar dos Anjos, que estava construindo sua casa na *beira de baixo* do campo de futebol daquela unidade social. Era uma casa que, assim como

algumas outras, estava sendo construída tendo as paredes de taipas e o telhado coberto de palhas de palmeiras do babaçu. O Senhor Leonardo já havia me dito dias antes que isso aconteceria no sábado, tal como, de fato, estava acontecendo ali.

Confirmada a minha ida na companhia do Senhor Leonardo e de Ubiraci, busquei então ir até o quarto, trocar de roupas, destaquei três folhas do meu diário de campo e coloquei-as no bolso para, dali poder, anotar alguma coisa que fosse relevante à pesquisa e que eu pudesse me esquecer posteriormente.

O Senhor Leonardo estava na lateral da casa pelo lado de fora em cima das ateiras que ele cultivava próximo à sua casa. Foi dali, de cima da ateira, que ele me chamou para segurar as atas que ele estava apanhando. Assim o fiz. Ele apanhou por média de 12 atas. Depois as peguei, coloquei-as em uma cuia e entreguei-as a ele que logo cuidou de guardar para que a gente saísse de casa e nos direcionássemos para a casa de Vilmar. Saímos da casa dele e começamos a andar na mesma direção que dá acesso à praia.

No período de minha segunda estada na unidade social, acompanhei diferentes momentos da vida cotidiana do grupo e pude ajudar em certos momentos de atividades nas quais percebi que me era favorável contribuir. Foi assim que ocorreu quando os agentes sociais se mobilizaram em torno de um mutirão visando a tapagem da casa de Vilmar.

A casa de Vilmar fica do lado direito da rua principal, atrás do campo de futebol. Ressalto que é o único campo de futebol existente em Brito. No final das tardes, no decorrer da semana em que estive ali, era constante ver jovens e adultos passarem para jogar, ao ficar sentado na frente da casa do Senhor Leonardo. Ali, fazia anotações e observava o movimento das pessoas ao longo do *ramal*. Nessas ocasiões, não houve uma sequer que não visse os homens se dirigindo ao campo, senão para jogar, mas, pelo menos, para assistir aos que iam assim fazer.

Nos finais de semana, percebi que umas das formas de entretenimento na unidade social perpassava pelos jogos de futebol que duram as manhãs inteiras. Há ocasiões em que times de outras unidades sociais se deslocam para Brito para jogar contra o time desta comunidade. Isso pode ocorrer quando organizam os campeonatos entre a maior quantidade possível de unidades sociais ou por agendarem partidas de futebol entre duas unidades sociais que duram apenas um dia, ao contrário dos campeonatos que podem durar meses.

Ao chegar ao local onde a casa estava sendo construída, notei que já havia ali cerca de 26 (vinte e seis) homens distribuídos entre a escavação do chamado barreiro, o carregamento do carro de mão com o barro e a condução e despejo dele em um dos cômodos da casa a serem tapados, o carregamento de água para molhar o barro. Havia outros que, usando umas enxadas,

misturavam a água e o barro que era pisado até se tornar uma mistura *liguenta*¹³ e consistente. Outros, se preparavam para o processo de tapagem propriamente dito que consiste em formar bolões com o barro e iam os depositando entre os espaços deixados no envaramento da casa. O barro melhor, segundo Senhor Leonardo, é o barro *liguento*.

Ressalto que esse processo de construção das casas de taipa consiste na retirada de madeiras que servirão como esteios para a casa e em caibros para o telhado, em varas finas que são pregadas paralelamente (na horizontal) aos esteios distribuídas em pares pregados dos dois lados dos esteios. Para cobrir as casas, são usadas palhas de palmeiras que, abertas e colocadas ao sol por um período de tempo, são amarradas sobre os caibros em um amarrado que vai de baixo para cima, ou seja, desde onde são formadas as beiradas das casas até onde se localizam as chamadas cumeeiras.

No que se refere aos recursos disponibilizados na comunidade usados para construção das casas, apresentarei alguns deles que pude observar na construção da casa de Wilmar. As perguntas sobre o uso desses recursos estiveram orientadas por essas observações. Assim, palhas de palmeira de babaçu usadas para a cobertura das casas, *enviras*, caibros, esteios, barro que são materiais fundamentais na construção e manutenção das casas são encontrados em abundância em torno do *Sítio* de Brito.

O cipó de *tracoá* é usado na cobertura das casas para amarrar as palhas aos caibros. Uma das partes em que esse cipó pode ser encontrado é no entorno do chamado rio Velho, localizado após a lagoa de Brito, do lado direito da estrada que dá acesso à Brito. Pode ser encontrado também no rio da Marva, localizado entre o povoado e a praia da Marva.

Em se tratando do chamado *pau de envira*, Ubiraci relatou que ele pode ser encontrado nas proximidades do *Sítio* de Brito ou dispersos pelo território. A *envira* também é chamada por alguns moradores de *embira*. O Senhor Leonardo me esclareceu duas coisas a respeito desse vegetal. Primeiro, há três espécies de *envira*, sendo elas, *envira de macaco*, *envira cheirosa* e *envira china*. Segundo, elas são trabalhadas de formas diferentes no que se refere à extração, limpeza e preparo para serem usadas nas mais variadas formas, em trabalhos que necessitem desse material.

A *envira de macaco* tem que ser colocada de molho porque são extraídas as lascas da casca. Por ela ter uma resina, acaba ficando toda grudada o que, por vezes, necessita que seja colocada de molho para separar a *envira* da chamada borra. A *envira cheirosa*, segundo ele, é a mais fácil de se extrair, sai melhor e quanto mais resistente é a fibra dessa *envira* mais cheirosa ela é. Ao que parece, é esse cheiro que caracteriza a resistência que essa *envira* terá ao ser usada,

¹³ Homogênea.

implicando, deste modo, no fácil reconhecimento dos vegetais que já estão ou não bons para ter suas cascas retiradas para extração da *envira*. Por último, sobre a *envira china* foi dito que dela sai pouca borra e que a casca dela é mais seca e o cheiro é fraco.

Vale considerar que o local em que Vilmar construiu sua casa também já foi lugar utilizado por outros da vizinhança. Foi onde os senhores Ciro e, posteriormente, o senhor Alfredo, construíram suas casas. Esses antigos moradores já faleceram. Eles eram parentes do Senhor Leonardo. Tive conhecimento sobre isso com o Vilmar quando o acompanhei até a unidade de Santa Maria para comprarmos bebidas que seriam servidas aos envolvidos no mutirão. Fomos de moto num percurso de aproximadamente dez minutos pelo ramal de Brito. Variando entre partes de piçarra e outras de areia, a trajetória foi feita regada a conversas sobre a construção da casa.

Segundo ele me contou, aquele era um comportamento esperado da parte dos outros que vivem na unidade social. A ajuda mútua ao que está precisando dar conta de tal serviço é uma prática que assegura a realização rápida desse tipo de demanda. Além de evitar o comprometimento dos trabalhos referentes à *roça* e à pesca por conta do tempo que uma pessoa sozinha levaria para dar conta daquele trabalho, assegura também por parte dos envolvidos a certeza de que, quando eles precisarem daquela força de trabalho, o que foi atendido em outrora também irá ajudar.

Essas trocas de dias de trabalhos refletem singularidades nas práticas relacionadas a laços de solidariedades entre os agentes sociais e que permitem a manutenção de seus fazeres. Talvez aqui, mais do que tentar encontrar as origens¹⁴ do conceito mutirão, como propôs Clovis Caldeira (1956) na primeira parte do seu estudo sobre essa temática, a intenção seja compreender o sentido que essas formas mútuas de ajuda assumem ao serem praticadas pelos agentes sociais. O significado destas ao modo de vida dos agentes sociais possibilita perceber processos de manutenção nas relações sociais que asseguram coesões entre os integrantes da unidade social.

A atualidade dos escritos de Caldeira (1956) consiste, de certa forma, na possibilidade de se refletir que sua contribuição sociológica perpassa por levantamentos de dados empiricamente observáveis por outros autores citados por ele, e que explicitam práticas de ajudas mútuas que demarcam especificidades desses grupos inseridos em uma lógica própria de organização social em torno de demandas amplas de força de trabalho.

¹⁴ A crítica inferida a parte do estudo realizado por Caldeira (1956) e que está sendo reforçada neste estudo é numa perspectiva de superar essa noção evolucionista que pretende buscar uma origem comum acerca das práticas de ajuda mútua. Neste sentido, minha intenção não está baseada nessa busca, antes, consiste em percebê-las hoje e qual o sentido dessa prática nas relações sociais estabelecidas entre os agentes sociais.

Voltando de Santa Maria, entregamos as bebidas, refrigerantes e vinhos. Fiquei sentado embaixo de uma árvore onde tive alguns instantes de conversa com Senhor Martinho antes de ele voltar para o trabalho. Dali, segui por trás da casa para ver as plantações de mandioca que havia ali perto. Caía um fino sereno e o tempo estava bastante nublado. Isto bastou para que Vilmar providenciasse algumas folhas de palmeira de babaçu, pois caso chovesse, elas seriam encostadas nas paredes recém tapadas.

Andando por ali, em volta da casa, vi que próximo ao lugar da casa existem algumas mangueiras grandes, que aparentavam ter bastante tempo que foram plantadas ali. De certo, o foram. Elas foram plantadas por um daqueles que ali já tiveram residência. Havia também pés de macaxeira no fundo do terreno e, olhando um pouco mais à frente, do lado esquerdo da casa, avistei uma *roça* feita por trás das outras residências.

Após algum tempo observando o trabalho daqueles homens, percebi que era possível dar uma contribuição no serviço. Uma ajuda que abriu a possibilidade de uma aproximação junto aos moradores com quem, até aquele momento, eu ainda não tinha conversado e que me foi propiciado assim fazer no instante em que me dispus a “meter a mão no barro” umedecido com água, amassá-lo e repassar aos outros, envolvidos no serviço, os chamados bolões, modelados de forma esférica para que, um por um, fossem encaixados entre os vãos envarados e situados entre um mourão e outro das paredes da casa. Ali, não somente os homens abriram um curto sorriso como se achegaram para breves conversas descontraídas que interessavam apenas à construção de uma familiarização com alguém de fora daquele cotidiano.

Queria contar o porquê de estar ali, mas percebi que o máximo que seria possível era abrir um sorriso e, descontraidamente, me inserir naquelas conversas que perpassavam entre os esforços dos moradores envolvidos naquele trabalho. Os dados que seguem a partir daí são apenas descrições que levei para o caderno de campo no final deste dia. Mais tarde, aquelas conversas me renderam outros diálogos com Loro, com Senhor Martinho e com Lachu, como Senhor Luís Damásio é conhecido pelos seus próximos.

Foi cooperando também com esse momento de trabalho do grupo que pude perceber as relações que são acionadas no que diz respeito à construção das casas na unidade social observada. O trabalho de construção da casa em regime de mutirão envolve quase todos os moradores da unidade social. Homens, na atividade referente à tapagem da casa, e as mulheres, nos espaços das cozinhas, preparando duas refeições especificamente, a saber, a merenda que foi servida no intervalo do café da manhã e do almoço e o próprio almoço que fechou o serviço daquele dia. Na merenda, havia arroz, farinha, milho e peixe frito. No almoço, além destes pratos já citados, havia o feijão e o suco. Essas movimentações, de certo modo, agitam a vida

na unidade social que, cotidianamente, se volta para outras atividades como o extrativismo, a *roça*, a pesca e a manutenção dos instrumentos de pesca e *roça*.

Nessas casas, as unidades familiares se organizam de tal modo que, à primeira vista, aparentam se tratar de famílias nucleares. Por outro lado, ao se atentar para as relações estabelecidas entre os agentes sociais de cada núcleo familiar se perceberá que as mesmas estão constituídas por interrelações de parentesco que extrapolam esse modelo. E, são esses núcleos familiares que asseguram a manutenção dos trabalhos diários nas *roças*, na pesca, no extrativismo e na criação de animais domésticos. Há casos em que duas ou mais famílias se reúnem para as trocas de dias de trabalhos nas *roças*. Em outros, pode ser que núcleos familiares distintos se reúnam para construir, juntos, as *roças* e que seus produtos são, então, divididos entre os que nelas trabalharam.

Até onde pude observar, as casas abrigam familiares em que percebi que os filhos e filhas, ao se casarem, constroem suas casas próximas às casas dos pais. Não que essa seja a regra. Há, nessa questão também, uma certa relação entre as terras dos antigos moradores com as terras dos que hoje vivem nelas e que são chamados de herdeiros ou que consideram ter parte ali. Assim, também há o reconhecimento dos lugares que foram ocupados por moradores que já faleceram e onde hoje se encontram as plantações de mangueiras feitas na época de vida desses antigos.

É neste ambiente que busquei me situar para perceber nos modos de vida dos que constituem a unidade social, os instrumentos que são acionados para distribuição das casas no referido *Sítio* e como que estão organizados os núcleos familiares a partir desses diferentes planos que organizam a vida social.

Precisei mais que um pouco de aproximação da Dona Maria para conquistar o mínimo possível de sua confiança e, aos poucos, os diálogos começassem a fluir. Conversamos sobre assuntos que até então não tinha tratado com Senhor Leonardo. Ela me aproximou de algumas situações vividas na comunidade que, ao que parece, demarcam posicionamentos políticos entre os que fazem parte do processo de construção e dinamicidade do território de Brito. Essas tensões, inclusive, são apontadas como sendo, de certo modo, necessárias para demarcar os limites de posições cabíveis a cada membro dentro da unidade social.

Há casos em que uma casa abriga duas unidades familiares. No momento, esses casos não foram registrados em Brito. O mais próximo dessa especificidade foi a casa de Senhor Leonardo, onde os seus filhos, que moram em São Luís, se abrigam em sua casa quando chegam na unidade social, o que não representa uma estada permanente, sendo, antes, marcada por temporalidades como nos feriados ou no momento das altas na pesca. Quando não, em momentos de festas de Carnaval, Dia das Mães ou no Natal.

Os que vivem nessa unidade, ao que me foi possível perceber, se mobilizam, em algumas situações, em torno da demanda de uns em relação aos outros. Há uma articulação em torno da qual os agentes se organizam para efetivação de trocas de dias trabalhos. Observei que a ideia de troca de dias de serviço, presente no grupo acerca das atividades da *roça* também, se estendem para outros setores da vida social, como a construção das casas, a desmancha das *roças*, a limpeza do chamado *sítio* de Brito, que compreende uma área de uso coletivo ou mesmo as veredas que dão acesso a determinados locais de uso comum das famílias.

Sobre a educação em Brito, há uma escola, hoje, desativada que fica de frente para a casa de Dona Naná. Para estudarem, as crianças são transportadas para a comunidade de Santa Maria onde cursam o ensino fundamental. Quando precisam cursar o ensino médio, os adolescentes são condicionados a sair de Brito para estudar na sede de Alcântara ou se mudarem para São Luís.

Os jovens que optam por ficar em Brito saem de moto às cinco da tarde para Santa Maria, onde aguardam o ônibus que os levam e os trazem todos os dias da escola na sede de Alcântara. Os que optam por sair e ir para São Luís ficam condicionados a voltarem para casa dos pais em Brito apenas no período de férias, nos finais de semana, quando possível, ou nos feriados. Pelo que me foi possível perceber, há um diálogo sobre a possibilidade de ela ser emprestada para um dos moradores mais velhos que não possui condições físicas de estarem se locomovendo para ir ao banheiro pois o mesmo é construído um pouco distante das residências.

Há uma associação onde funcionam as atividades inerentes ao artesanato produzido localmente e, também, abriga a Associação dos Moradores da Comunidade Negra Quilombola de Brito. Foi nessa associação que gravei as entrevistas com Dona Roberta, prima do Senhor Leonardo em uma tarde de chuva. Ela estava ali trabalhando com outras mulheres no tecimento de uma rede de dormir. Entre as passadas dos fios de algodão de um lado para o outro da rede presa ao tear, conversávamos sobre aquele seu trabalho, sobre a igreja e sobre São Félix que, segundo ela, é considerado o padroeiro do lugar.

Há duas igrejas, uma próxima à associação, referente ao templo evangélico da Assembleia de Deus Ministério de Missões. O outro templo é de ordem católica apostólica romana, mas não possui vínculos com santos ditos padroeiros. A igreja não tem, necessariamente, um nome ainda. Em entrevista com Dona Roberta, ela esclareceu a respeito disso, pois a igreja que existe, no momento, trata-se de uma capela. O templo da igreja ainda será construído e, possivelmente, receberá o nome de São Félix, apontado por ela como padroeiro da unidade social. Há uma imagem de santo que é São Félix, mas que até aquele momento não tinha tido oportunidade de ver porque ele está guardado na associação.

Enquanto conversava com Dona Roberta, na Associação, sobre as igrejas, consegui ver a imagem de São Félix. Ela me mostrou e explicou que se tratava de um santo milagroso. A imagem da criança que ele carrega nos braços representa Jesus Cristo. Ela conta que um antigo morador tentou separar São Félix da criança. Ele pegou a imagem da criança e carregou consigo em um cavalo. Ao passar pela lagoa, que tem na chegada de Brito, ele deixou a imagem da criança cair. Desesperado, ele voltou para contar o acontecido, mas, para sua surpresa, a criança já estava de volta nos braços de São Félix.

O relato que ela fez me levou a lembrar das histórias sobre os santos andarilhos de outras comunidades como Santa Tereza, em Itamatatuiua ou São João Batista da comunidade de São João de Cortes. Em certo sentido, essas relações estabelecidas com esses santos perpassam pelas lógicas referidas às relações estabelecidas nos territórios étnicos.

As observações realizadas em Brito possibilitaram refletir sobre o próprio modo como as famílias estão pensadas em estudos clássicos como os de Fortes (2011). Esse autor se refere aos termos “grupo familiar” e “unidade familiar” para tentar problematizar o modo como, dentro de uma unidade social, as famílias estão organizadas. Segundo ele, o grupo familiar se apresenta enquanto possibilidade de assegurar a reprodução física e social do grupo e é inerente a diferentes estágios de desenvolvimento das gerações que dela fazem parte. Segundo ele, os grupos domésticos estariam postos em analogia ao processo de desenvolvimento de um organismo vivo, necessitando passar por diferentes estágios de desenvolvimento (FORTES, 2011).

Mauro Almeida (1986) argumenta que estudos como os de Gudeman (1976), Ossio (1982) e Souto Maior (1984) apontam para discussão em torno da perspectiva de pensar as famílias a partir do ciclo de vida. Para esse autor essas “abordagens acabam por obscurecer a possibilidade de que hajam estratégias diferenciadas, relacionadas (...) com a composição interna do grupo doméstico” (ALMEIDA, 1986).

No último dia em que estive em Brito, organizando as bolsas de viagem para retornar para São Luís, tive uma das últimas conversas com Senhor Leonardo. Eu e ele acordamos na madrugada para arrumarmos as bagagens e nos prepararmos para descer até a sede de Alcântara, onde eu pegaria o barco de volta e ele ficaria ali resolvendo umas pendências. Ele organizou uma caixa de isopor onde colocou os peixes que ele levara até a sede. Vilmar ia conosco e, da sede, ele ia comigo até São Luís para uma consulta. Tudo quase arrumado, sentamos na sala para tomarmos um café antes de sairmos. Ali, começamos a conversar por uns instantes. Foi quando Senhor Leonardo começou a falar a respeito dos mais velhos que moravam em Brito.

Para contar a história referente aos que vivem hoje nessa unidade social, Senhor Leonardo fez uma breve apresentação dos chamados antigos moradores, os quais ele tomou

como referência para explicar a relação de parentesco entre os membros da unidade social. Os equipamentos audiovisuais já estavam todos guardados na mala me restando ainda para embalar, apenas os blocos de nota, o diário de campo e as canetas. Aproveitei e perguntei a ele se eu podia anotar aquela história. Ele concordou e eu rapidamente peguei o diário e uma caneta azul e tentei me atentar ao máximo para a história ao passo que me esforçava para registrar os nomes citados e memorizar a relação deles ali naquele contexto.

Recordei que ele já havia falado comigo sobre isso em outro momento quando estive lá pela primeira vez. Naquela ocasião, estávamos sentados no chão da frente da casa dele quando começamos a conversar sobre nossas famílias. Por motivo disso, ele me relatou que em Brito hoje se encontram aproximadamente 30 (trinta) núcleos familiares, os quais advêm da família dos “Borges”, dos “Ferreira”, dos “Morais”, dos “Serejo”, dos “Garcia” e dos “dos Anjos”. Após essa recordação, voltei a atenção para essa nova conversa que eu ali teria com Senhor Leonardo.

Ele, então, me relatou a respeito do Senhor Manoel Moraes, morador por meio do qual ele começou a trazer para o diálogo a história do grupo. Tentarei, assim, expor o resultado da conversa na qual ele fez considerações precisas e, muito embora não tenha sido gravada, tentei anotar o que me chamava atenção.

Manoel Moraes era casado com uma senhora da qual Senhor Leonardo não conseguiu recordar o nome naquele momento. Com ela, João Moraes teve sete filhos, sendo estes: Martinho Moraes, João Moraes, Joana Moraes, Gertrudes Moraes, Tolentino Moraes, Cevero Moraes, Raimunda Moraes e Rosa Moraes. Posteriormente à morte de sua esposa, o Senhor Manoel Moraes formou uma segunda família com a Dona Lodigera Silva Lima. Ela também estava vindo de um outro casamento do qual teve um filho, o Senhor Tibúcio da Silva Lemos pai de Luís Damázio Lemos, por vez, este é conhecido pelo nome de Lachu e vive em Brito.

Do casamento entre o Senhor Manoel Moraes e Lodigera Lemos nasceram Cândido Moraes, Vicente Moraes e Antônia Moraes. Após o falecimento do Senhor Manoel Moraes. Dona Lodigera casou-se novamente e teve outra filha, Ordolina, que mora na agrovila Espera juntamente com Dona Antônia Moraes.

Os filhos advindos desses casamentos do Senhor Manoel, citado por Senhor Leonardo, também casaram e hoje em Brito se encontram seus filhos, netos e bisnetos. Destes está presente uma ampla rede de parentes acionada por Senhor Leonardo para explicar o porquê de ele ter dito que “em Brito é uma parentagem só”.

Neste sentido, ele expôs o seguinte: dos Filhos de Manoel Moraes, teve o João Moraes que se casou e é pai de Joana Moraes, que, por vez, esta é tia do Senhor Leonardo, irmã de sua mãe, Dona Loleide Moraes. Dona Gertrudes Moraes casou-se, teve filhos dentre os quais,

Francisco Morais, que hoje ele é um dos moradores mais velhos de Brito. Tolentino Morais era pai de Dona Aldenora Martinha Morais Garcia. Ela, por sua vez, era a mãe de Senhor Jorge Morais Garcia, genro e primo do Senhor Leonardo. Dona Martinha faleceu no início do mês de fevereiro deste ano (2017). Este foi um assunto comentado comigo por Fernando Marcelo e pela mãe dele, Silvana Morais Garcia. Dona Silvana é filha de Dona Aldenora e irmã mais nova do Senhor Jorge.

Martinho Morais é pai de dona Naná que mora do lado esquerdo da casa do Senhor Leonardo. Seus filhos moram em São Luís, mas ela continua morando em Brito. O Senhor Cevero Morais não teve filhos. E Dona Rosa Morais foi mãe de Raimundo Zilo, Belmiro, Noberto, Silvestre, Dinorá, Iolegna.

Essa relação de parentesco sugere também um detalhamento detido no sentido de se tentar compreender como que, em alguns momentos da fala da sra. Maria José, esposa do sr. Leonardo, essas relações foram apontadas para justificar a ideia de herdeiros das terras de Brito. Isso possibilitou também aos agentes sociais a construção de uma história social consolidada pelas relações de parentescos estabelecidas com os seus primeiros parentes que estiveram naquelas terras. Essa história é trazida assim para o presente na construção da lógica de pertencimento e de direito de estar ali, legitimamente naquele território.

Descrevo o sistema de parentesco do senhor Morais porque as referências de que as terras de Brito são terras de herança perpassam pela construção da história social da vida dele. Os que vivem em Brito se sentem, em certo sentido, pertencentes a essa árvore genealógica do senhor Morais. Ou quando não, situam a família dele para orientar a organização inerentes aos laços de vizinhança, parentesco ou de afinidade.

Quando questionei se Brito, em algum momento, tinha sido fazenda. O senhor Leonardo disse que não, que Brito ficava perto de uma fazenda e que provavelmente os que saíam de lá foram que construíram moradias nas terras que hoje se localiza Brito. A fazenda, por nome Mato Grosso, ficava localizada onde hoje está a unidade social por nome Camarajó. O Sr. Leonardo também se refere a ela como lugar em que dona Loleide ia com certa frequência juntar pequi.

Ao que observa Almeida (2006) essas relações com a preservação dessas referências históricas foram se equilibrando frente a própria luta pela reivindicação territorial. Além do mais, acrescenta o autor:

A relação com o ecossistema, preservando cocais, juçarais, manguezais e terras agriculturáveis, disciplinando o uso de instrumentos de pesca e mantendo reservas de matas para extração de madeira (bacurijuba, paparaúba) para construções de casas, embarcações e benfeitorias, tornou-se gradativamente mais equilibrada, além de atentamente acompanhada por determinadas famílias e/ou pessoas, cuja autoridade para tanto é reconhecida no plano comunitário (ALMEIDA, 2006, p. 31).

As referências territoriais são representadas por três anajazeiras antigas que delimitam as terras de Brito com as unidades sociais de Santa Maria e Itapera na parte norte e a leste. A referência territorial está representada pelo Igarapé de Brito que delimita as terras de Brito e Baracatatiua. Do ponto de vista das relações sociais que foram estabelecidas em torno das terras de Brito, o senhor Leonardo percebe que, para além da área na parte terrestre que somam 700 hectares de terras de uso comum, tem as áreas de uso para pesca que corresponde uma área que inter cruzam as unidades sociais, ou seja, são áreas que não estão restritas ao uso de uma só unidade social, antes, obedecem a regras de uso coletivo entre as unidades sociais, tanto das que se encontram no litoral quanto as que se encontram distante dele.

Os agentes sociais apontam como desafiador no presente a possibilidade de um rompimento dessas relações sociais consolidadas pelas experiências compartilhadas nas práticas do cotidiano e que reforçam a história de luta e resistência do grupo. A preocupação que, de certo modo, foi apontada também pelo grupo é desses laços não serem respeitados e que um possível deslocamento compulsório venha a desestruturar toda essa rede de experiências secularmente vividas pelas unidades sociais presentes em Brito.

Mesmo os moradores que não se encontram na comunidade por conta da necessidade de colocar os filhos para estudar são trazidos pelos entrevistados na afirmação de seus pertencimentos étnicos. Enquanto os de dentro, esses moradores que tiveram que se ausentar da comunidade são citados como alguém que tiveram se ausentar por motivos extremos, mas que voltam a comunidade sempre que possível.

1.4 – O território em disputa: a luta dos quilombolas pelo reconhecimento de suas territorialidades

Passo a discorrer sobre as implicações que a implantação da Base trouxe aos agentes sociais na unidade observada. Afirmo que o esforço aqui está concentrado em refletir a partir de uma unidade social que não está isolada das demais. Essa inter-relação das comunidades pode ser percebida em nível da especialização do trabalho e ainda em relação à defesa do território étnico. Há relações de parentesco entre membros de comunidades distintas bem como relações sociais de vizinhança e compadrio.

Essas implicações, as quais me refiro ao longo do trabalho enquanto efeitos sociais decorrentes da relação de conflitos vigentes, persistem e são cotidianamente sentidas pelos agentes sociais. Podem ser compreendidas dentro de uma interpretação marcada por momentos de acirramentos das tensões e também em momentos em que essas tensões sociais se apresentam de forma atenuada. Mas mesmo estando atenuadas essas implicações não deixam de surtir seus efeitos sobre as organizações sociais das comunidades.

Torna-se pertinente refletir que os distintos conflitos que tem ocasionado a politização das histórias, na organização dos agentes sociais em unidades de mobilizações e na objetivação das lutas em movimentos sociais, deixam explícitas as disputas pela reivindicação do reconhecimento de direitos territoriais.

As discussões sobre os conceitos de “terra” e “território” perpassam significativamente os debates e demarcam lugares distintos sobre a construção analítica de cada um tanto no âmbito acadêmico como na elaboração de políticas estatais que reivindicam a legitimidade na operacionalização de cada uma dessas categorias. Em outros termos, são conceitos em disputa por diferentes campos não somente do conhecimento científico e que demarcam lógicas interpretativas as quais descrevem questões socialmente observáveis de reivindicação territorial, descrevem o território como fatores geográficos ou se pautam em questões meramente econômicas.

Esses conceitos “terra” e “território” aparecem, de modo significativo, relacionados a descrição de recursos naturais e bases físicas, para geógrafos, ou descrevendo situações referentes a processos sociais de reivindicação de direitos e afirmações identitárias frente a diferentes contextos de conflitos e tensões sociais, para a sociologia e a antropologia.

Deterei atenção aqui para enfatizar as reflexões advindas de trabalhos antropológicos¹⁵ pelos quais é possível uma aproximação no debate perpetrado pelos movimentos sociais presentes em Alcântara que reivindicam junto ao Estado o reconhecimento de suas identidades étnicas e a garantia de direitos territoriais face a situação de intrusão de seus territórios pelo empreendimento CLA. Esses trabalhos foram produzidos sobre as situações de conflitos observados em diferentes momentos e em distintas unidades sociais presentes no território étnico das denominadas “comunidades remanescentes de quilombos” localizadas no território étnico de Alcântara. Eles foram produzidos no âmbito de realizações de pesquisas que culminaram na elaboração de monografias, dissertações, livros, fascículos e teses de doutorado.

No contexto de acirramento das tensões sociais observadas em Alcântara, a partir da retomada das negociações entre Brasil e Estados Unidos sobre os sítios de lançamentos, nota-se que as lutas pela reivindicação e reconhecimento da identidade étnica correlaciona-se com questões pertinentes ao acionamento das identidades enquanto força que converge em “unidade de mobilização”. Não se limitam a estratégias de cunho meramente econômico, antes,

¹⁵ Davi Pereira Junior (ano) Danilo Serejo (2016) Cynthia Martins (1994), Patrícia Portela (ano) Alfredo Wagner (2003, 2006, 2008,...) Leonardo dos Anjos (2017) são alguns dos pesquisadores e agentes sociais que se propõem a deslindar sobre esses conflitos territoriais e que me reporto para situar o processo de construção do território étnico das denominadas Comunidades Remanescentes de Quilombo em Alcântara. A proximidade desses trabalhos de cunho etnográfico consiste na possibilidade de visibilizar processos de circulação, trocas e relações sociais entre as unidades sociais situadas nos territórios étnicos em Alcântara.

perpassam por relações sociais que os autoriza a afirmar suas identidades étnicas e a lutar pelo acesso aos recursos naturais e pelo território.

Ao longo dos trabalhos realizados pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, foi sendo elaborado juntamente com os agentes sociais o mapa do território étnico pelo qual os agentes sociais passaram a representar seus modos de vida, os conflitos e os atos de intrusão de seus territórios a partir da implantação da Base. Observa Almeida:

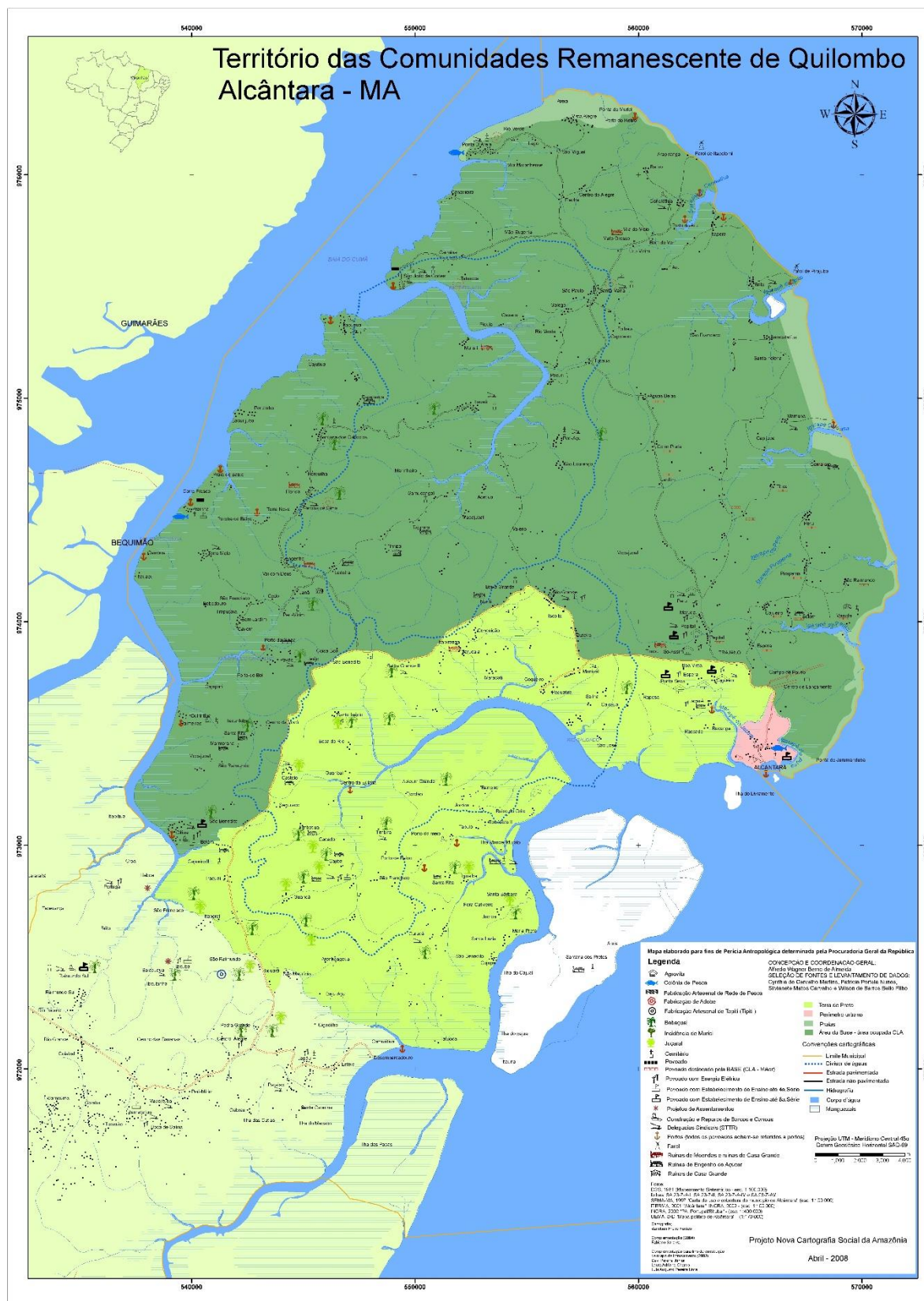
A verificação in loco de situações empiricamente observáveis remete a relações de pesquisa entre os investigadores e os agentes sociais estudados, que no caso em pauta do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia referem-se as comunidades tradicionais, cujos efeitos se manifestam, de maneira diferenciada, nos resultados obtidos (ALMEIDA, 2013, p. 157).

Acrescenta-se a esta análise a afirmativa de Henri Acselrad (2010) em seu livro “Cartografia Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate” pelo qual reúne cerca de 220 experiências de mapeamento social entre 1992 e 2010 e que trazem para a questão a pergunta “quem mapeia quem”. Nesse livro, o autor atesta:

Os conflitos em que estão engajados (os agentes sociais que afirmam suas identidades e suas territorialidades específicas) são, desta forma, ao mesmo tempo simbólicos e materiais, e as práticas culturais entre as quais inscrevem as atividades de auto-mapeamento, na contramão da expansão das fronteiras da acumulação, não apontam para arranjos institucionais consensuais, mas antes, para dissenso, pelo qual pretendem concorrer para a produção não hegemônica de sentidos e territórios (ACSELRAD, 2010, p. 7).

Segue o mapa:

Mapa1: Mapa referente ao território étnico das Comunidades Remanescentes de Quilombo em Alcântara – Maranhão.



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, N935, 2008.

O mapa situacional apresentado anteriormente representa um esforço coletivo entre pesquisadores do PNCSA e agentes sociais no sentido de visibilizar as tensões sociais. Desconstroem também “visões de vazios demográficos” (ALMEIDA,2006), trazendo para o debate jurídico formal a construção de “territorialidades específicas” que reforçam os entrelaçamentos das unidades sociais em uma rede de relações e circulações que possibilitam a eles o reconhecimento do seu território étnico.

O processo de efetivação dos novos dispositivos presentes na Constituição Federal de 1988 contraditam os instrumentos legais de inspiração colonial a respeito das referências territoriais (ALMEIDA, 2008). Desse modo, tais direitos nem sempre são efetivados, muito em função dos aparatos burocrático-administrativos do Estado, ou quando são resultantes de estratégias engendradas por interesses de grupos que monopolizaram a terra.

Neste sentido, o “território étnico” é posto como categoria explicativa imprescindível para situar a dinâmica presente na questão das lutas pela afirmação de direitos e reivindicação territorial. Partindo dessa condição interpretativa, busquei refletir a respeito dos processos que possibilitaram a construção coletiva por parte dos agentes sociais em Brito e o modo como eles representam o contexto que os autoriza a afirmar seu pertencimento étnico frente aos embates com grupos antagônicos. Isso permite sobremaneira a compreensão dos diferentes processos com os quais as territorialidades foram se consolidando, pois envolvem processos de reconhecimento, de pertencimento e relações sociais estabelecidas no território. Afirma Martins:

A noção de território étnico pode ser contraposta às ações governamentais que tem reconhecido como comunidades quilombolas insularizadas desconsiderando que há relações sociais entre as comunidades em jogo. Ao proceder de forma a reconhecer “ilhas de quilombos” ao invés de territórios étnicos a ação oficial desarticula relações sociais construídas ao longo do tempo e desmobiliza lutas coletivas (MARTINS, [s//d], p. 17).

O território, assim, aparece não como resultante de delimitações geográficas, mas enquanto resultado de relações estabelecidas entre agentes sociais cuja identidade étnica é acionada frente aos efeitos dos conflitos territoriais. O território aparece também demarcado socialmente por processos específicos de territorializações que peculiarizam os modos de apropriação e controle no uso social dos recursos naturais. Segundo Almeida, “a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força” (ALMEIDA, 2006). O autor afirma também que:

As “territorialidades específicas” (...) podem ser consideradas, portanto, como resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território (ALMEIDA, 2006).

Desse modo, não há possibilidade de tratar isoladamente as relações sociais estabelecidas em Brito, pois há constante fluxo entre Brito e as demais unidades sociais distribuídas pelo

território étnico reivindicado. Neste sentido, se apresenta como uma das dificuldades ao trabalho investigativo delimitar o *locus* da pesquisa pela impossibilidade de descrever analiticamente sobre uma unidade social a isolando das demais que a circunscreve.

A terras tradicionalmente ocupadas, segundo Almeida, “expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza” (ALMEIDA, 2008, p.25). O uso da categoria “terra” aparece em dimensão relacional, quando mais, como base física sobre a qual se estabelece fluxos nas fronteiras sociais e afirmações identitárias. Não se trata do meramente físico, antes, é resultado de relações sociais, de estratégias, de regras que demarcam singularidades na maneira como os agentes sociais percebem a si e a própria natureza.

As chamadas “terras de Brito”, designação apresentada pelo Senhor Leonardo dos Anjos, não escapam dessa reflexão, pois compreendem processos distintos de apropriação e domínio territorial que singularizam as relações estabelecidas em Brito e, também, entre esta e outras unidades sociais com as quais estabelece distinções no sentido de demarcação dos diferentes processos decorrentes nessas terras tradicionalmente ocupadas. As referências como *pedras de rumo* e árvores que secularmente tem sido acionadas pelos agentes sociais quando objetivam os processos inerentes às formas como decorram as construções das “territorialidades específicas” no território étnico de Alcântara.

Não compreendem di-visões estritamente enrijecidas, mas estabelecem distinções no modo como os agentes sociais foram estabelecendo suas relações sociais em torno das denominadas comunidades remanescentes de quilombo e a forma como efetivam as regras que convergem, de certa forma, para uma unidade do território étnico reivindicado. Neste sentido é impossível pensar em termos de fragmentação territorial uma vez que a história social do grupo não implica em formações de “guetos comunitários”, ao contrário, convergem para processos específicos de intensos fluxos sociais entre as unidades sociais, no que se refere ao estabelecimento de circulações comerciais, casamentos, vínculos parentais, rituais religiosos, trocas de dias de trabalho, formas distintas de ajudas mútuas e laços de afinidades.

Senhor Leonardo recorre à história social do grupo como forma de descrever os processos que levaram à construção social das designadas terras de Brito que compreendem uma área de 700 hectares. Ele traz essa questão para se referir às primeiras famílias que chegaram em Brito. Foge desta narrativa a ideia de fuga, como proposta por certos discursos sobre modo de construção dos designados quilombos, sendo antes, apresentada como ausente, mas que não implica em não reconhecimento enquanto comunidade quilombola.

1.4.1 – Acirramentos nas ameaças de deslocamento e práticas de intrusamentos do território étnico

Tomarei como referência a designação “intrusão” para situar os processos referentes aos desmatamentos, obstruções de vias públicas e comprometimento de igarapés provocados pelos distintos processos de ampliação do CLA nas chamadas “terras tradicionalmente ocupadas” em Alcântara. Esses atos de intrusamentos desencadearam, em distintos momentos, tensões sociais que tem levado os agentes sociais a se mobilizarem frente aos conflitos.

Destaco que essas relações de conflitos estão colocadas aqui como resultante das discussões que acompanhei em distintas reuniões organizadas pelo MABE, STTR e MOMTRA, a partir da seguinte agenda: em Mamuna, no dia 06 de abril; uma audiência em São Luís com o Secretário de Direitos Humanos e Participação Popular, no dia 27 de abril de 2017; em Canelatiua, na manhã do dia 29 de abril e, na tarde deste mesmo dia, em Brito. Por último, esta primeira parte da agenda se encerrara com uma Audiência Pública prevista para o dia 25 de maio de 2017 a acontecer no STTR, na sede de Alcântara.

Dentre as questões levantadas na reunião que ocorreu em Brito, estão: conflitos inerentes ao processo de deslocamento decorrentes da implantação do CLA; as constantes ameaças de remanejamento das unidades sociais presentes no litoral para a ampliação dos chamados sítios de lançamento; atenuação e acirramento das referidas ameaças; intrusamentos das áreas entre Brito, Mamuna e Baracatiua; retomada das negociações entre Estados Unidos e Brasil sobre o aluguel de sítios de lançamento no litoral de Alcântara.

As práticas de intrusão se intensificaram especificamente com os estudos realizados por empresas de engenharia com fins de analisarem o solo e a água que implicou em processos de devastação de áreas vegetativas, comprometeram caminhos de servidão pelos quais os agentes sociais transitavam entre as unidades sociais de Mamuna e Baracatiua. Tal intrusamento, segundo descreveu o Senhor Leonardo, ocorreu em novembro de 2007.

Vale situar que esse processo de tensões sociais se acentuou diante das negociações realizadas via Tratado entre Brasil e Ucrânia que resultou na criação da ACS, promulgado pelo DecretoPresidencial nº 5.436 de 28 de abril de 2005, mas que já estava firmado desde outubro de 2003. Essa parceria é então denunciada em 2015, segundo Decreto nº 8.494, pela então presidenta Dilma Rousseff o qual deixa de vigorar nos dias 16 de julho de 2016.

O Senhor Leonardo relata que, diante desse processo de intrusamento, foi organizada uma barricada ocorrida em 2008. Nessa barricada, foram fechadas as entradas para a área em que estavam acontecendo os trabalhos de empresas terceirizadas contratadas pela ACS para

realizar procedimentos necessários com fins de preparar a área que seria usada para execução do projeto referente ao Veículo de Lançamento Cyclone-4.

Todo mundo ficou animado que ia ter emprego e ia ter tudo, então está bom. Agarraram os rapazes no outro dia, mas só que eles estavam aqui com um mapa, como por exemplo, aqui é o mapa e o mapa está dizendo que bem aqui é a divisa das terras de Mamuna e Baracatiua e lá eles meteram o pico e foram trabalhar. Quando o pessoal da Mamuna chegou lá estava o estrago no caminho que vai da Mamuna pra Baracatiua pelo mato. Aí, que eles foram ver o estrago que eles iam fazer pra eles e que foram pra o Sindicato e, daí, foi que foi feito aquela barricada e iniciamos aquela luta toda. Chegamos até que ir pra Brasília (...). Então, a “menina” (senhora Miritina Presidente da Associação da Comunidade Quilombola de Manuma) foi e chegando lá eles “imprensaram” ela, lá, sozinha, mas ela foi corajosa porque diante de uma sala cheia de pessoas, das autoridades pra você sair daqui sozinho e chegar lá e ter que saber representar, dar conta do recado, então, ela foi corajosa¹⁶ (LEONARDO DOS ANJOS, 2017).

Os efeitos sociais dos deslocamentos também são referenciados pelos agentes sociais no que se refere aos atos de devastação e desmatamento de vegetações e nascentes de rios. Os agentes sociais percebem o comprometimento dos rios, significativa derrubada da vegetação como resultado de longo e curto prazo dos processos de remanejamento compulsório.

Luís: Olha, Santa Maria é bem ali. Você sabe onde fica Santa Maria, não é? Mas daqui eu não sai pra ir bem prai pra Santa Maria, deus me livre, não saio. Quando alguém me pergunta: ei rapaz por que que tu não vem morar pra Santa Maria? Aonde vou nada, vim pra cá pra onde vende peixe pra eu comprar? Eu saí daqui de onde eu pesco pra mim comer a hora que eu quiser e do que eu quero pra mim ir pra ali comprar peixe de 13 reais o quilo, onde o cara passou ontem vendendo uns de 13 conto o quilo. Vou nada! Aqui, se o peixe tiver magro, a gente ne quer comer. Essa daqui é uma.

Tacilvan: Dá pra escolher né o peixe que se quer comer.

Luciane: Eu gosto é do peixe gordo. E quem não gosta, não é?! (risos)

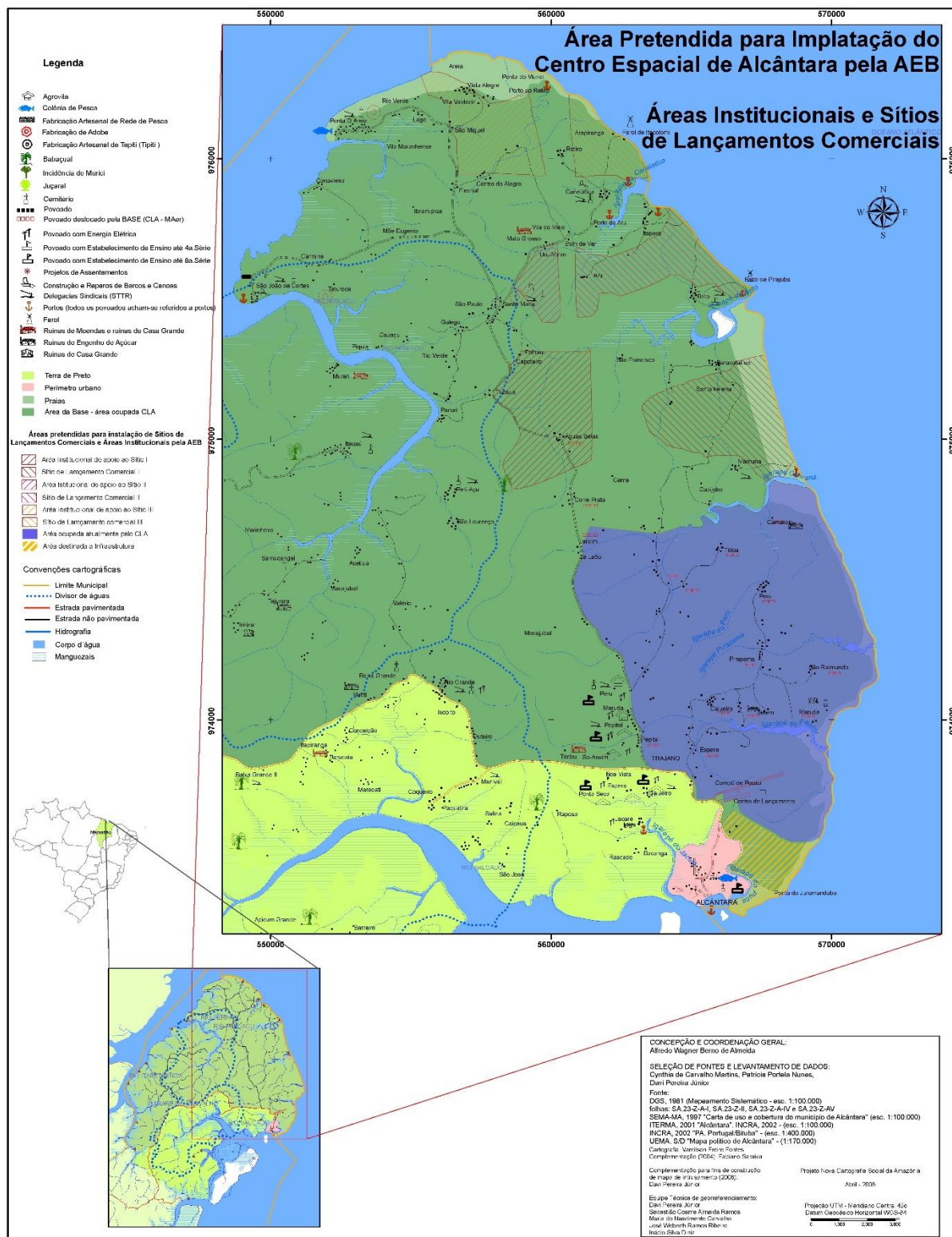
Segue o mapa, produzido no âmbito das pesquisas realizadas pelo PNCSA sobre a identificação das áreas pretendidas pela Base para fins de ampliação e construção de Sítio de lançamentos. Sobre esses sítios de lançamento, pontuo que os dados são fundamentados em informações de 2006.

Estou me embasando também nos dados de campos obtidos pela equipe do PNCSA que resultou na publicação do livro “Quilombos de Alcântara: território e conflito. Intrusamento do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space” publicado em 2009 sob autoria do pesquisador e quilombola Davi Pereira Júnior. Nesse estudo foram identificados áreas devastadas, estradas destruídas e processos que configuraram intrusamentos de parte do território étnico do qual as unidades sociais resistem.

Segundo esse estudo, o território foi, a priori, dividido pela Agência Espacial Brasileira, em área permanente para comportar o CLA e outras duas, denominadas de “Sítios de Lançamentos Comerciais” e “Áreas Institucionais”.

¹⁶ Depoimento do senhor Leonardo dos Anjos proferido em reunião ocorrida em Brito na tarde do dia 29 de Abril de 2017.

Mapa 2: mapeamento das áreas identificadas no laudo antropológico como de pretensão à implantação do CLA pela Agência Espacial Brasileira e para a construção dos chamados “Sítos de Lançamentos Comerciais” e das “áreas institucionais”.



Fonte: Pereira Júnior, 2009/Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia 2008.

CAPITULO II – “PORQUE A ROÇA E A PESCA TÊM O MESMO PESO NA VIDA DA COMUNIDADE”¹⁷: os pescadores de Brito e o Centro de Lançamento de Alcântara¹⁸

Neste capítulo objetivo refletir sobre as relações estabelecidas entre as práticas da *roça*, da pesca e do extrativismo exercidos em meio a constantes tensões sociais vivenciadas pelos agentes sociais frente ao empreendimento governamental conhecido localmente como Base Espacial. Essas práticas organizam as relações sociais e, nessa situação, são combinadas de formas distintas pelas famílias. Há famílias que vivem da pesca associada com práticas extrativistas, outras que vivem da *roça* e da pesca. Existem também famílias que associam as três atividades.

Para descrever sobre essas distinções citadas acima, busco compreender os processos de acirramento das tensões sociais que têm levado os agentes sociais a se mobilizarem e objetivarem suas práticas cotidianas na afirmação de suas identidades étnicas, reforçando suas reivindicações em movimentos sociais como MABE, MOMTRA e STTR. Parto deste modo para analisar as práticas de implantação das *roças*, a prática da pesca e a prática do extrativismo também como relações sociais que convergem para processos de representação e afirmação identitária.

Busco, como ponto de partida para a construção dessa reflexão, a ideia de “nova descrição” (ALMEIDA, 2013) porque, em certo sentido, ela me permite trabalhar os dados da pesquisa enquanto resultado das relações sociais que me permitiram concebê-los não como meros incidentes da investigação. Por isso, invisto esforços no sentido de uma descrição das observações realizadas ao longo de duas estadas em Brito para realização de trabalho de campo. Neste sentido, esses pormenores aparecem como elementos que visibilizam um sistema de relações sociais fundamentais para o modo de vida do grupo.

Esta pesquisa tem me levado a considerar que as denominadas atividades econômicas não estão dissociadas da afirmação identitária (ALMEIDA 2013; FRASER, 2006). Segundo discorre Almeida (2013), no prefácio do livro *Insurreição de Saberes 3: tradição quilombola em contexto de mobilização*, elas são indissociáveis e só podemos as compreender de modo detido se forem perscrutadas “as pautas de reivindicação e as práticas mobilizatórias, bem como as formas organizativas a elas correspondentes” (ALMEIDA, 2013, p.18).

¹⁷ Fala pronunciada pelo Senhor Leonardo dos Anjos, agente social da autodesignada Comunidade Quilombola de Brito, pescador, quilombola, presidente do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial – MABE e autor do livro *Direitos, Resistência e Mobilização: a luta dos quilombolas de Alcântara e a Base espacial*.

¹⁸ Os primeiros dados de campo obtidos para iniciar a investigação a respeito dessa temática ocorreram no âmbito da execução das pesquisas referentes ao Projeto “Centro de Ciências e Saberes: experiências de criação de ‘museus vivos’ na afirmação de saberes e fazeres representativos dos povos e comunidades tradicionais” (CNPq-MCTI).

Na situação daqueles que assumem o protagonismo político em suas comunidades, a *roça* e, principalmente, no caso do Senhor Leonardo, a pesca, passou a ser representada como referidas a uma identidade étnica, a saber, pescadores e trabalhadores rurais. Soma-se a estas duas atividades também a prática do extrativismo vegetal realizado constantemente pelos agentes sociais.

2.1 – Pesca, *roça* e extrativismo como atividades interligadas

Para a compreensão da situação social que pretendo analisar recorri a autores situados em distintos momentos da produção antropológica de modo a situar o debate referido às situações empíricas nas quais me detive durante a pesquisa. Iniciei com a leitura dos autores clássicos do campesinato de modo a compreender a constituição das famílias e a relação dessa composição com as unidades de produção denominadas *roçados*. Tais autores (SHANIN 2005, WOLF 2003, CHAYANOV 2014) auxiliaram na percepção da *roça* como uma atividade que se desenvolve no âmbito da unidade de produção familiar. Para esses autores, as famílias se constituem na unidade básica de produção e consumo, assim como a produção está atrelada à manutenção da família. O auxílio da literatura referida ao campesinato se deu no sentido de perceber as especialidades dessa “economia”. As categorias presentes na economia familiar são distintas daquelas da economia capitalista (CHAYANOV, 2003). Para Chayanov, o camponês que gere a sua própria empresa sem recorrer ao trabalho assalariado e, portanto, não se pode compreender essas sociedades a partir das categorias da sociedade capitalista. Para ele, nas sociedades camponesas inexistem as categorias salário, lucro, renda e o produto do trabalho familiar é a única categoria possível de rendimento.

Para refletir sobre pesca e *roças* como relações sociais que se inter cruzam, como estratégia de resistência e afirmação identitária me afasto, em certo sentido, dos estudos clássicos sobre o campesinato (CHAYANOV 1924, 2014; WOLF 2003; SHANIN 2005) cujas abordagens estão voltadas para refletir a respeito das relações camponesas a partir das questões econômicas. Sobremaneira, os estudos que tratam a respeito de pesca tendem a seguir também o mesmo viés econômico dissociado das relações inerentes à *roça* ou a qualquer que sejam as práticas que venham a se somar às relações pesqueiras. É necessário que se construa objetos de estudos, métodos e técnicas de pesquisa específicos para pensar, de maneira articulada as atividades dos “camponeses” e pescadores.

A esse respeito, reflete Marin (2009) que “a construção da história social do campesinato, como de outras categorias socioeconômicas, deve romper com a primazia do econômico e privilegiar os aspectos ligados à cultura” (MARIN, 2009, p.12). Acrescento aqui

aspectos inerentes aos processos de reivindicação de direitos territoriais, a lógica local que garante o compartilhamento de regras sociais e sentimentos de coesão social que positivam os modos de vida em cada unidade social. Soma-se a isto as singularidades das situações a partir de relações específicas que podem, ou não, ser compartilhadas em localidades que se encontrem diante das mesmas condições sociais.

Porém, estou considerando esses estudos como limitados para contribuírem na reflexão sobre a situação investigada uma vez que *roça* e pesca não correspondem ao meramente econômico, não são praticadas de formas dissociadas. A pesquisa de trabalho de campo, as entrevistas e as observações diretas tem me levado a considerar tais práticas pelo ponto de vista dos agentes sociais que se autoafirmam como quilombolas, pescadores e trabalhadores rurais e, que convergem suas autoafirmações identitárias em “unidades de mobilização” face às constantes tensões

A literatura relativa aos estudos sobre campesinato não dá conta da compreensão da complexidade das situações analisadas. Nas situações em análise, a atividade na *roça* é conciliada com a pesca e o extrativismo e a família possui uma composição que inclui a presença de membros das unidades que estão dispersos em outras atividades nas cidades de Alcântara e São Luís. Ou seja, é preciso repensar a família como unidade básica de produção e consumo já que há membros dessa unidade que trabalham em atividades relacionadas à prestação de serviços e construção civil.

Diante dos conflitos vivenciados no território étnico de Alcântara, os agentes sociais passaram a reivindicar o reconhecimento de suas territorialidades e a construir a identidade como quilombolas. É a forma organizativa o critério de afirmação étnica (BARTH, 2000). A categoria quilombo, construída via um processo de luta, não exclui a classificação das territorialidades específicas e, em alguns casos, é conciliada com o acionamento de outras identidades, como a de pescador e trabalhador rural. Portanto, a categorias camponês, construída de forma externa ao grupo parece ser insuficiente na compreensão da emergência da identidade étnica.

O que está em questão nesse debate sobre o território não é a funcionalidade da terra ou a dimensão meramente econômica como defendiam os autores denominados clássicos do campesinato. Está em jogo as possibilidades de representação do território pelos agentes sociais que dele fazem uso.

Levando em consideração as observações diretas e as narrativas que apontam as características pelas quais os pescadores intercruzam as diferentes práticas que lhes asseguram positividade na circulação e manutenção de suas relações sociais internas e externas à unidade

social em Brito, é favorável estabelecer um diálogo com as reflexões de Firth em sua etnografia a respeito dos pescadores malaios.

A atualização do texto de Firth para o debate proposto nesta dissertação consiste na possibilidade de analisar situações localizadas e na persistência de práticas e processos sociais no presente onde se observa que agentes sociais estabelecem relações de interdependência entre as práticas da *roça*, extrativismo e da pesca. Essa interdependência os permite também estabelecer uma relação própria com os recursos naturais a partir de trabalho coletivo, rituais religiosos, mutirões, em um sistema que singulariza um modo de vida.

Algumas críticas são lançadas à abordagem de Firth, principalmente em função do viés funcionalista, já que ele estava preocupado em considerar a função da inter-relação das atividades de pesca, agricultura e extrativismo para a sociedade Malaia. Entretanto, o próprio autor, em trabalho posterior, intitulado *Social Structure and Peasant Theory* (1970) repensa essa proposição e se propõe a distinguir as atividades dos malaios a partir dos diferentes modos de acesso aos recursos naturais.

Para a situação empírica que pretendo trabalhar, a análise de Firth no livro *Malaya Fishermen*, publicado pela primeira vez em 1946, auxilia na compreensão da maneira como ocorre essa inter-relação entre as atividades. As questões que perpassaram a dissertação foram as seguintes: seria a pesca uma atividade principal? Poderíamos pensar a pesca como simplesmente complementar à agricultura? Como pensar o extrativismo? Ou seria o contrário: a *roça* seria a atividade principal?

A leitura de Firth auxiliou no rompimento da dicotomia das questões acima apontadas e abriu a possibilidade de pensar de forma interligada tais atividades. Apesar disso, nas situações que estamos analisando, tais atividades não se reduzem a meras atividades econômicas pois podem ser acionadas como categorias identitárias.

Firth afirma em seu estudo, de acordo com uma das situações que ele observou no decorrer de sua pesquisa de campo entre os pescadores malaios:

Kelantan é predominantemente um Estado agrícola (2 pág. 2), com o arroz como a principal cultura e com alguma produção de borracha e compra para exportação, bem como frutas e vegetais e produtos florestais para consumo local. Mas cerca de 6.500 Malaios, ou 3 por cento da população masculina malaviana, se dedica ao setor pesqueiro como pescadores, e muitos outros são empregados como curadores ou transportadores de peixe¹⁹ (FIRTH, 1975, p. 2. Tradução livre).

¹⁹ Texto original: Kelantan is predominantly an agricultural state (2 pag. 2), with rice as the principal crop and with some production of rubber and copra for export as well as fr fruit and vegetablrd and forest products for local consumption. But about 6,500 Malays, or 3 per cent of the Malay male population, is engaged in the fishing industry as fishermen, and many others are employed as dealers curers or carriers of fish. (FIRTH, 1975, p. 2)

Neste caso, “a cultura principal do agricultor é geralmente também seu alimento básico, mas o pescador não vive principalmente de peixes” (FIRTH, 1975). Nesse estudo, Firth busca perceber como que essas duas práticas vão se articulando a partir, inclusive, das relações de casamentos estabelecidos entre pescadores e agricultores. Descreve o autor: “No entanto, embora tecnologicamente diferentes os pescadores não estão rigidamente separados economicamente dos agricultores” (FIRTH, 1975).

Acrescento esta outra afirmativa:

(...) os pescadores da área costeira de Kelantan vivem lado a lado com pessoas de outras ocupações, incluindo agricultores; Têm relações econômicas através de leasing de terras ou de seus produtos; E em alguns casos limitados plantam o arroz eles mesmos. Além disso, têm relações sociais estreitas e íntimas com o setor agrícola da população. Não só têm em quase todos os casos parentes próximos na planície de arroz interior, a quem visitam ocasionalmente e a quem convidam para casamentos e outras reuniões; Eles podem misturar pescadores e agricultores em suas próprias famílias. Por exemplo, a esposa do homem citado acima veio de uma família de pescadores e dois irmãos de sua mãe também eram pescadores; Outro, seu irmão mais velho, era um plantador de arroz e plantador de vegetais de estilo agrícola comum (FIRTH, 1975).

As observações que realizei em campo apontam para a impossibilidade em considerar de forma genérica uma das atividades como principal ou secundária. Parti, portanto, para uma descrição das situações concretas, pois observei que cada uma dessas famílias combina de forma própria as atividades, de acordo com a composição da sua unidade familiar, dos seus conhecimentos em relação a uma outra atividade e sua relação com a territorialidade. Mesmo as famílias que se dedicam mais à pesca possuem membros da família extensa que possuem *roça* e podem ou trocar ou receber produtos da *roça* para seu sustento. E aqueles que trabalham mais na agricultura podem ocasionalmente pescar no período do *verão* para garantir a alimentação da família. Mesmo aqueles que estão nas cidades e possuem outras atividades recorrem a Brito para pescar no período do *inverno* e vender parte do pescado para ajudá-los em suas manutenções na cidade.

Nesse momento do trabalho descrevo como ocorrem essas relações entre a pesca e a *roça* a partir da observação de situações concretas a exemplo daquelas vivenciadas pelas famílias com as quais tive relação social durante a realização do trabalho de campo

2.1.1 – A conciliação da pesca e a *roça* operacionalizadas pelas famílias de Brito

Defendo que há uma inter-relação entre as atividades das famílias nas práticas de pesca, *roça* e extrativismo. As famílias se organizam estrategicamente de modo a garantirem seus modos de vidas na comunidade de Brito. Em três das situações descritas, as famílias possuem membros das unidades familiares que residem em São Luís ou em Alcântara. A saída para a cidade ocorre principalmente para que os filhos possam estudar. E, os vínculos com Brito não se desfazem. A pesca é interpretada também como uma forma de garantir o sustento dos filhos

na cidade, assim como a *roça*. É comum os filhos que moram nas cidades se alimentarem com produtos dos *roçados*, assim como aqueles que já contraíram matrimônio retornarem no período do *inverno* para trabalhar na pesca em Brito.

Essas situações analisadas, das famílias que compõem o trabalho, não estão dissociadas do debate em relação à implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. Essas famílias estão ameaçadas de sair das suas terras desde o início da implantação desse projeto e vivem sobre constante ameaça. Atualmente, face aos acordos do governo brasileiro com os Estados Unidos essa tensão se tornou mais forte. Recorrer à distribuição de membros de unidades familiares nas cidades se constitui em uma das estratégias face a esse conflito. Percebi, no transcorrer da pesquisa, que as comunidades que não foram remanejadas para as agrovilas abastecem de pescado e, inclusive com produtos dos *roçados*, aqueles que atualmente residem nas denominadas agrovilas.

A figura do *peixeiro*, ou vendedor de peixe passou a ser fundamental para a sobrevivência nas chamadas agrovilas. Antes da implantação do CLA, os peixes eram comercializados mais na cidade de Alcântara ou mesmo em São Luís. As comunidades que foram remanejadas, na situação anterior, também tinham a pesca como atividade fundamental e moravam na beira do mar. Com o remanejamento são estabelecidas diferentes relações de acesso aos recursos naturais nas proximidades das antigas comunidades, inclusive, regularizados pela Base Espacial.

Em Brito, as terras para implantação dos *roçados* são livres e há terras disponíveis para a implantação das *roças* itinerantes. As famílias deixam as terras descansando, em algumas situações por mais de dez anos, o que permite uma total recuperação.

As famílias implementam duas denominadas *roças*: *inverno* e *verão*. O plantio da denominada *roça* de *inverno* inicia-se em janeiro e nela são plantados o arroz, milho, melancia e mandioca. Após o plantio, passam à capina e, posteriormente, à colheita daqueles: do milho, melancia e arroz. A mandioca pode ser colhida entre um ano e um ano e seis meses e cada família escolhe o melhor momento de colher e garantir a feitura da família. Em dezembro, o trabalho na *roça* é intenso com a realização das seguintes atividades: a escolha pela área em que será implantada a *roça*; a demarcação dessa área; a feitura das picadas, que são divisões entre os matos que serão derrubados e os que permanecerão no entorno da *roça*; a derrubada para limpeza da área; a queima desses matos abatidos seguido da retirada dos galhos que não foram consumidos pelo fogo.

Na *roça* de *verão*, o plantio inicia-se em agosto e nela é plantada somente a mandioca. A colheita dessa mandioca ocorre a partir do mês de abril indo até o mês de junho, um período considerado difícil para as famílias haja vista a produção da *roça* de *inverno* estar exigindo

trabalho, principalmente na capina. As famílias nesse período estão colhendo certos produtos agrícolas, como o milho e a melancia e a atividade na pesca também é intensificada nesse período.

No mês de dezembro, acontece a extração da maniva para ser plantada na *roça* do ano seguinte. Dona Maria me esclareceu que, após o período de extração da maniva que será usada para o plantio na outra *roça*, na *roça* de *inverno*, a mandioca passa por um processo de degeneração ficando num estado esponjoso. Isso impossibilita a desmancha da *roça* nos dias seguintes, o que passa a ser feito somente nos meses entre abril, maio e junho quando a mandioca já se recuperou desse processo. A recuperação da mandioca, quando ela volta a ter consistência e há uma quantidade significativa de fécula nela, é chamada em Brito de “apuração” ou “apuração da mandioca”.

A existência dessas duas *roças* é que garante a existência da farinha durante praticamente todo o ano. Devido a isso, a farinha se constitui em fonte alimentar fundamental e em Brito, ao contrário, do que ocorre em outras comunidades, serve somente para o consumo local. Em Canelatiua, por exemplo a farinha é vendida. Já em Brito, a farinha substitui o arroz já que a produção de arroz é baixa. Essa produção de arroz é pouca em função da quantidade de chuvas ser insuficiente para a garantia de uma boa colheita. As famílias utilizam mais a farinha do que o arroz nas refeições. E, se as famílias compram o arroz, no caso da farinha, elas nem vendem, nem compram. A quantidade de farinha é suficiente para abastecer as famílias.

A pesca é mais intensa no *inverno*, entre o final de dezembro até julho do ano seguinte. Nesse período, as famílias vendem o excedente da pesca. A pesca se dá em *alto mar* e é executada de forma coletiva no sentido de várias canoas se deslocarem juntas em direção ao alto mar. Essa pesca em *alto mar* é considerada arriscada, e as canoas vão juntas por medida de segurança. Descrevo sobre essa pesca e dos procedimentos para a sua execução no capítulo III.

2.1.1.1 – Observação das atividades a partir da família do senhor Leonardo

O Primeiro trabalho de campo ocorreu no mês de agosto de 2016, em pleno *verão*. Em relação à pesca percebi que havia a realização dessa atividade por parte dos pescadores. Meu entrevistado principal, Senhor Leonardo, saía todos os dias para executar a pesca, tanto no período do dia, quanto à noite. Estava em abundância a pesca da tainha, atividade realizada com a rede de pesca denominada sajubeira. Tal designação da rede como sajubeira tem relação com o tipo de tainha denominado sajuba.

O horário de saída do Senhor Leonardo para a atividade de pesca variava de acordo com o fluxo da maré. As denominadas marés grandes são as ideais para execução da pesca da

tainha e a saída do Senhor Leonardo para execução dessa atividade estava condicionada às marés não possuindo, portanto, uma fixidez nos horários. Ele saía sozinho e retornava 4 horas depois com uma quantidade variável de um ou dois quilos de peixe. Somente quatro vezes seu Leonardo foi acompanhado de Samuel, seu filho mais novo, que mora com ele mesmo. O filho acompanhava o pai nas situações em que precisavam pescar um pouco mais para direcionar o excedente para a venda. Antes mesmo de chamar seu filho para acompanhá-lo, Senhor Leonardo já sabia se o dia definido para a pescaria seria propício à captura dos pescados, pois o mesmo já observara as condições dos ventos, da lua, do mar. No dia anterior à pesca na qual levava o seu filho, o Senhor Leonardo já identificava sinais de que a pesca no dia seguinte seria melhor.

O período caracterizado como *verão* é marcado por uma frequência maior dos pescadores nas atividades o que não significa que seja o período de maior quantidade de concentração de peixes nos designados pesqueiros. A pesca no *verão* ocorre nas áreas de pesca mais próximas, concentradas nas chamadas beiradas, croas, igarapés. A pesca no denominado *verão* é realizada de forma individual e sem fins comerciais. Apesar disso, ocasionalmente, se uma família pesca um pouco mais do que vai consumir repassa esse excedente ao denominado peixeiro que, por sua vez, revende esses pescados para as denominadas agrovilas.

No período que estive em campo Senhor Leonardo vendeu a tainha somente duas vezes ao seu genro, Senhor Jorge, que, por sua vez, revendeu o pescado nas agrovilas de Marudá e Peru. O Senhor Jorge, por sua vez, dedica-se mais à *roça* do que à atividade de pesca. Apesar disso, se auto define como pescador.

Senhor Leonardo não implementou *roçados* no ano do trabalho de campo, o que não significa que, em outros anos, a *roça* não tenha se constituído em uma atividade constante. Essa dedicação mais à pesca do que à *roça* aparece como circunstancial. No caso da família do Senhor Leonardo, há membros da unidade familiar que residem em São Luís. Ele possui 6 filhos em São Luís. Quatro já contraíram matrimônio e duas estão sob a responsabilidade do Senhor Leonardo. Os filhos dele que moram em São Luís residem no bairro do Jaracati e um deles, Ubiraci, mora no Maiobão. Ubiraci, é casado e viaja, normalmente no *inverno* – entre fevereiro e julho – para executar a atividade de pesca em Brito. Em São Luís, trabalha como pedreiro e a atividade de pesca auxilia na manutenção da sua família.

Apesar de a unidade familiar do Senhor Leonardo se dedicar preferencialmente à pesca, isso não significa que o grupo doméstico mais amplo, que inclui os filhos que permaneceram em Brito, não tenham *roçados*. Os filhos do Senhor Leonardo com Dona Maria José são: Maria de Jesus, Ubiraci, Isaac, Francisca, os quais já casaram e estão em São Luís; Marcela e Yasmim,

as filhas mais novas que moram o Senhor Leonardo em São Luís; Alan, Samuel, Vilmar e Alcilene constituíram família e estão em Brito.

Tive oportunidade de observar a *roça* e a pesca no momento do *inverno* e procurei distinguir como cada uma das famílias que integram o grupo doméstico com o Senhor Leonardo executava a conciliação dessas atividades, sendo assim percebidas:

O filho do senhor Leonardo, Ubiraci, que está vivendo na ilha de São Luís, precisamente no Maiobão, volta com certa frequência para Brito no momento do *inverno* onde se dedica à prática da pesca. Por sua estada no Maiobão, ele fica impossibilitado de implementar *roças*, mas passa a ter acesso aos recursos desta devido os seus irmãos que vivem em Brito os quais anualmente implementam tais *roçados*.

Samuel, filho mais novo do Senhor Leonardo, já casou e construiu sua casa no final do Sítio de Brito, nas proximidades de dois caminhos que dão acesso à praia e ao porto no igarapé. No período de realização da pesquisa de campo, Samuel estava com uma *roça* de *verão* perto de sua casa. No ano seguinte em que retornei à Brito, ele estava implementando uma *roça* de *inverno* em frente à sua residência. Estive por duas vezes na *roça* de *verão* de Samuel por estar acompanhando Senhor Leonardo que, na ocasião, estava indo para a praia pescar. Como a *roça* de *verão* do Samuel ficava na beira do caminho que dá acesso à praia, passamos por diversas vezes em frente a ela.

Senhor Jorge esposo da filha do Senhor Leonardo, Alcilene, implementou apenas uma *roça* de *inverno* na capoeira de outra *roça* que ele havia feito nessa mesma área em 1999. Seu trabalho na *roça* é conciliado com a venda dos pescados que no *inverno* são comprados dos pescadores de Brito e Pacuri. No *verão*, ele concentra a compra do peixe em Pacuri onde há um acúmulo maior de pescados. Nesta estação, a quantidade de peixes nos pesqueiros tende a diminuir, migrando para outras áreas. Com isso, os pescadores de Pacuri se deslocam por partes longínquas no igarapé e no mar o que possibilita a captura de pescados que permitem aos peixeiros executarem o abastecimento de peixe nas agrovilas.

Não há necessariamente uma restrição quanto quem pode ou quem não pode dar uma ajuda a determinada família nos trabalhos na *roça*. Quando se trata do grupo doméstico, essas regras se tornam bem mais flexíveis. A exemplo disto, Dona Silvana, esposa de Vilmar, durante uma semana ajudou na capina da *roça* de Senhor Jorge. Ele sai para vender os pescados pelas agrovilas enquanto Alcilene, dona Silvana e dona Maria José se dedicavam à segunda capina na *roça* de *inverno* do senhor Jorge.

A unidade de medida que é usada para delimitar o tamanho das *roças* são “linhas” ou “braças”. Neste caso cada linha corresponde a uma área de vinte e cinco braças ao quadrado ou

cinquenta e cinco metros ao quadrado. A *roça* da família do Senhor Jorge tinha três linhas de terras na qual foram plantados milho, melancia, arroz, mandioca, maxixe e abóbora.

Dona Maria José, no período em que ela passou em Brito, dedicou-se em ajudar na capina da *roça* de *inverno* da família de sua filha, Alcilene. Elas três, Alcilene, Dona Maria José e Silvana se organizavam durante o dia cujas atividades domésticas e da *roça* eram cuidadosamente conciliadas. Pela manhã elas iam para a *roça* logo depois que os dois filhos de Alcilene, Aline e Anderson saíam para a escola e voltavam por volta das nove ou dez da manhã para prepararem o almoço. Como na casa do Senhor Leonardo estava sem fogão, as refeições eram todas preparadas na casa de Alcilene.

Imagem 3: Mulheres trabalhando na capina da *roça* de *inverno*. Da esquerda para a direita: Alcilene, Dona Silvana e Dona Maria José.



Fonte: Tacilvan Alves, 2017.

Vilmar estava dedicado à pesca e por isso só pode realizar a capina na *roça* no mês de abril. O acompanhei por duas vezes em sua *roça* onde ele me mostrou a plantação de mandioca, arroz, milho e melancia. Sua *roça* fica ao lado da *roça* do Senhor Pelado que, por sua vez, além de plantar os mesmos produtos já citados, dedicou uma área da *roça* para cultivar capim usado na alimentação do gado que ele cria.

Vilmar implantou uma *roça* de *inverno* com apenas duas linhas de terra. Isso, segundo ele é devido, na *roça*, crescer muitas ervas daninhas, a área suja muito pelo solo está umedecido

e fértil e, em alguns trechos, chega a ficar alagada. Ele aproveitou essa área encharcada para plantar o arroz. Ele já havia colhido o milho e a melancia restando na *roça*, a mandioca e o arroz.

Alan voltou recentemente para Brito saindo da sede de Alcântara. No mês de setembro, quando estive em Brito pelo projeto Centro de Ciências e Saberes²⁰, ele estava construindo sua casa entre a casa do Senhor Leonardo e a casa de Dona Naná. Ele não implantou nenhuma *roça*, mas ajudava Senhor Leonardo nas pescarias. Sua esposa estava na sede de Alcântara aguardando a casa ser aprontada para que eles pudessem se mudar.

Os filhos do Senhor Leonardo aprenderam a pescar e a *roçar* com ele desde novinhos. Isso é o que ocorre também com as demais famílias em que os pais se encarregam de ensinar aos filhos os saberes necessários para que eles possam executar ambas as práticas.

Luís: Meu nome é Luís, moro aqui na comunidade de Brito e a minha vida aqui é essa, eu pesco e roço, que senão a gente tem que comprar a farinha e a gente não come o peixe simples, né, e aí, a gente tem que pescar. E a minha profissão mesmo é a pesca. E, aí, eu compro minhas coisas, ajeito minha casa, cuido dos meus filhos tudo com o dinheiro da pescaria. Eu tenho minha canoa, tenho os meus panos de rede e a minha vida aqui, pra mim, é muito boa (LUÍS, 2017, grifos meus).

Gravei duas entrevistas com Senhor Luís. Ambas ocorreram na própria casa dele, sendo a primeira realizada pela manhã em um momento em que ele estava descansando em casa, da pesca que realizara na noite anterior. Sua esposa estava com pouco tempo que havia chegado da *roça*, aonde estava capinando com Dona Roberta, e sua filha estava estudando na sala. A segunda entrevista foi gravada novamente na sala dele meses depois da minha segunda estada em Brito. Na ocasião, ele estava reunido na sala com a família dele.

Luís é casado com Dona Luciane e, com ela, tem três filhos. O filho do meio, Laercio, estuda em Alcântara e todo dia no final da tarde segue de moto com Marcelo até Santa Maria onde esperam o ônibus escolar passar e os levar para sede de Alcântara com os demais alunos de Canelatiua, São João de Cortes, Santa Maria e os das agrovilas. A filha mais nova do Senhor Luís, Laila, estuda em Santa Maria. A sua filha mais velha se deslocou para a sede de Alcântara por conta dos estudos. Neste caso, o Senhor Luís investe parte do recurso financeiro obtido por meio da pesca para manter os seus filhos estudando na sede do município.

Luís: Laercio, essa aqui é a Laila e a menina que está em Alcântara é Leila. E tem o outro filho que mora em São Luís, Zé Luís, o meu filho mais velho, mas é com outra família que ele mora em São Luís. Aí, eu vim pra cá e comecei a minha vida e tudo aqui eu compro é com esse dinheiro dessa pescaria, aí. E tem mais uma ajudazinha do bolsa família de 300 reais, mas se a gente fosse depender só desse não dava pra nada porque botar filhos pra estudar pra outro lugar e, às vezes, a gente bota em outra casa pra Alcântara e a gente faz

²⁰ Minha ida a Brito em setembro se deu via Projeto Centro de Ciências e Saberes e tinha como objetivo realizar um levantamento das casas, das famílias, e das áreas de uso para pesca e *roça*. Esse levantamento foi executado com alunos do Curso de Arquitetura e com o mestrando do PPGCSPA/UEMA, Cesar Choayre.

outra despesa e aí eu que tenho que garantir. Aí, eu mando peixe pra lá, mando tudo (LUÍS, 2017, grifos meus).

Além disso, como ele mesmo pontua, Senhor Luís destina parte do recurso financeiro adquirido com a venda dos pescados para a sua filha Leila na sede de Alcântara. A esposa de Senhor Luís trabalha em uma *roça de meia* nas proximidades do antigo farol de Brito. Neste caso, os produtos da *roça* são destinados ao consumo na própria unidade familiar.

Quando o perguntei sobre a relação entre a *roça* e a pesca, Senhor Luís me fez a seguinte colocação:

(...) A gente trabalha mais é... porque assim, todo mundo tem seu pedacinho de *roça* aqui e pesca também, mas pra comprar mesmo o mantimento de casa é a pescaria, porque aqui não se vende farinha, não. Só se faz farinha pra comer. Agora, a pesca, aqui, se vende. Se tu apanhar quatro quilos, tu vende três e come um e, aí, já vai pescar de novo. E, aí, eu vou pescar cedinho e apanho cinco quilos de peixe eu vendo quatro quilos e meio e, pra família, eu fico com meio quilo pra fazer essa comidação porque mais tarde eu vou pescar de novo. O igarapézinho é bem aí, tem a praia. E, aí, se eu pego cinco quilos de peixe eu já vou vender de novo. E, aí, de noite, eu torno a ir e a vida daqui da gente é assim, é essa. A não ser os aposentados, que já estão coroas mesmo, mas também compram da mão da gente pra comer (LUÍS, 201, grifos meus).

A prática da pesca na unidade familiar de Senhor Luís ocorre duas vezes ao dia. No entanto, quando está no período do *verão*, ela pode ocorrer até três vezes ao dia, sendo uma pela manhã, uma pela tarde e outra pela noite. E, enquanto Senhor Luís cuida da pesca, sua esposa se encarrega dos cuidados com a *roça*: na capina e na vigília contra os ataques de animais.

Senhor Luís pesca tanto durante o *inverno* quanto no *verão* já que depende dos recursos da pesca para manter sua família. Em dias em que o Laercio não vai para a escola, ele acompanha seu pai na pesca. Quando isso não é possível, Senhor Luís fala com outra pessoa, o chamado companheiro de pesca com quem acerta de ir pescar no período em que há concentração do pescado nos pesqueiros. Essa relação de companheirismo adotada por esses pescadores pode durar até um ciclo completo da lua. Isso acontece no *verão*, por exemplo, quando há concentração dos peixes nos pesqueiros, tanto da beirada da praia quanto os que se encontram em alto mar.

2.1.1.4 – Dona Faustina e dona Maria da Natividade: na pesca, na *roça* e no extrativismo

Dona Faustina dos Anjos é a irmã mais velha do Senhor Leonardo. Foi por meio dele que a conheci e pude realizar três entrevistas com ela. Nessas entrevistas, ela me relatou sobre a prática da pesca, da *roça* e da extração do murici e da semente da mamona, para a produção de azeite, e da extração da amêndoa do coco babaçu também para produção do azeite e do

sabão. Ela teve três filhos dentre os quais está a Dona Maria da Natividade, filha mais velha dela que está morando em Brito.

Dona Faustina nasceu em Brito e desde então vive em Brito. Ela começou a pescar com a mãe dela para ajudar na criação dos seus irmãos mais novos. Depois que ela constituiu família continuou pescando e trabalhando nas *roças*. Ela pesca de caçoeira, de linha e de caniço e nessas pescas ela se destaca na captura da peixe-pedra, capado, do pacamão, da cuíca e da moreia. Ela só não realiza a pesca em alto mar como os pescadores fazem, pois fica com enjoos devido às ondas do mar. Ela afirma que, em Brito, o consumo de peixe é diário sendo que todos eles são da água salgada. Os peixes de água doce, que há muito tempo eram consumidos em Brito eram as traíras, carás, jejus, alguns dos quais ela chegou a pescar no rio do Muricizeiro, que ficava entre Brito e Santa Maria. Mas, devido à diminuição das chuvas, ele acabou secando. Mesmo nos *invernos* recentes ele não encheu mais como em outros momentos.

Dona Faustina foi casada por duas vezes e teve dez filhos. Destes, apenas seis estão vivos e, com exceção de Dona Maria da Natividade, todos os demais moram fora de Brito. Quando seus parentes, que estão em São Luís, vão visitá-la em Brito, ela arruma peixes para eles levarem quando retornam para a Ilha. Seu filho, que mora no Maiobão, sempre que vai a Brito costuma pescar para levar peixe para sua família. O mesmo acontece com outras duas filhas dela que vivem em São Luís, nos Bairros do Jaracati e João de Deus. Duas filhas dela que vivem na comunidade de Janã, nas proximidades de Ladeira e Peroba, sempre que podem ir a Brito também costumam levar peixe quando retornam para suas casas.

Os depoimentos delas, obtidos no decorrer das entrevistas, e em uma reunião, onde elas versam sobre suas práticas e a situação de conflitos percebidos por elas, têm me levado também a considerar que tanto as *roças* quanto a pesca além de não compreendem dimensões dissociadas, compõem um léxico próprio de classificações que são acionadas por essas agentes ao descreverem suas relações sociais e também na afirmação de seus pertencimentos étnicos ao território que reivindicam. Acrescento o depoimento de Dona Natividade:

(...) Meu nome é Maria da Natividade, conhecida como Preta, fui nascida e criada no Brito. Já participei também de várias lutas com o Leonardo. Desde os meus 14 anos, eu pesco, trabalho de *roça* ajudando a minha mãe a criar eu e meus outros irmãos. Criei meus dois filhos, incluindo já com um neto que já chegou, com essa terra, com esse mar, com esse povoado e, eu aviso pra todos os meus amigos que vamos nos reunir, nos ajuntar pra vencer mais uma batalha porque eu já passei por isso, lutei. Anteontem mesmo eu estava falando pra minha nora, aqui a gente se aplumou tudinho, todo mundo, pra agora ir *roçar* em outra parte, porque eu me lembro disso, eu também estava incluída nisso. Não tenho também cadastro de nada, tenho minha casa, tenho minha família, mas eu já passei muito por isso e luto pra que nós todos vençamos essa batalha mais uma vez e pra que todos se reúnam e vá mais à frente lutar pelo que é nosso, pelo nosso povoado, pela nossa praia, por todos nós. É pra se unir. Também essa é a minha palavra pra todos (MARIA DA NATIVIDADE, 2017, grifos meus).

A fala de Dona Maria da Natividade foi obtida na reunião preparatória para organização de uma pauta que seria apresentada numa Audiência Pública que ocorreria no dia 25 de maio de

2017, na sede de Alcântara. Essa reunião preparatória ocorreu em Brito no momento em que eu me encontrava lá realizando o segundo momento do trabalho de campo. A pedido do MABE, eu e Cristina Bezerra²¹ fomos indicados para realizar assessoria da reunião no sentido de construir um relatório sobre as questões tratadas naquele momento. Neste sentido, foi possível acompanhar também o posicionamento destes agentes sociais sobre as questões no presente inerente aos desafios postos face às negociações entre o Brasil e Estados Unidos sobre a Base.

Enfatizo a fala de Dona Maria da Natividade, sobrinha de Senhor Leonardo e filha de Dona Faustina, pois ela possibilita perceber, de início, a relação de afirmação enquanto lavradora e pescadora interligadas enquanto elemento de autodefinição. Dona Maria da Natividade verbaliza nos seus ditos, as suas lutas junto ao grupo que reivindica o reconhecimento de suas territorialidades. Ademais, acrescenta que a reivindicação e afirmação enquanto pescadora e lavradora são acionadas frente às situações de conflitos que perduram por mais de 30 anos no território.

Dona Maria da Natividade pesca no Igarapé de Brito de linha ou de caniço. Além disso, ela extrai azeite de babaçu, ajuda sua mãe na coleta de murici e trabalha em sua *roça*. Ela cria três netos, dois de sua filha e um de seu filho que é casado, mas mora com ela. Sua filha estava casada e morava em São Luís, com a separação, ela retornou para Brito levando os dois filhos, que são gêmeos, para morarem juntos com a mãe dela.

No caso das *roças*, a Dona Faustina já não implanta mais por conta de sua idade. No entanto, sempre que é possível ela ajuda sua filha, Maria da Natividade, a capinar, a colher e a *desmanchar* a *roça* que esta venha a fazer. Além do mais, ela ajuda outras famílias no período de desmancha das *roças* e isso já lhe assegura ganhar uma parte de farinha como pagamento pela ajuda prestada.

2.1.1.5 – A *roça* e a pesca a partir da família do senhor José Raimundo Pimenta

Descreverei a respeito da família do Senhor José Raimundo a partir de uma entrevista que gravei com ele em sua residência. Na ocasião, ele estava em casa e, um dia antes, eu havia combinado com ele que no início do dia seguinte eu iria passar na casa dele para conversarmos um pouco. Cheguei à casa dele, ele estava na me aguardando na sala junto com seus filhos.

O Senhor José Raimundo ou Zé Raimundo, como ele é conhecido em Brito, pesca e implanta *roça* também. Sua esposa trabalha na *roça* e, na ocasião em que estive em Brito, ela estava organizando a lenha da *roça* para fazer uma caeira. Os quatro filhos do casal estudam

²¹ No período dessas reuniões Cristina era graduanda em Ciências Sociais pela UEMA, pesquisadora do PNCSA e membro do GESEA.

em Santa Maria e, quando não estão estudando, ajudam os pais nos trabalhos inerentes à *roça* e à pesca. Descreve o Senhor Zé Raimundo:

Meu nome é José Raimundo Pimenta, tenho 38 anos, sou de 79. Meu pai é Francisco Sodré e a minha mãe já faleceu. (...) O nome da minha mãe era Maria Regina Pimenta. E minha história é essa: eu cheguei aqui em 92 e, aí, de lá pra cá, eu construí a minha família, tenho quatro filhos, duas meninas e dois rapazes, e a minha lida é essa: é pescaria. Comecei devagar. Hoje em dia o pouco que tenho é meu. Tenho os meus paninhos de rede, tenho a minha canoa, tenho essa minha casa de taipa que eu construí com minha esposa e a gente está levando a nossa vida do que a gente pode, entendeu?! E a minha vida é essa, sair lutando daqui, sair lutando acolá e, graças a Deus, e, aí, consegui esse carrinho que é que eu levo o pessoal de vez em quando pra Alcântara e, aí, nós estamos na luta, aí (JOSÉ RAIMUNDO, 2017, grifos meus).

A *roça* e pesca são praticadas pela família dele, no entanto, ele faz a ressalva de que a pesca se destaca entre as atividades que praticam. A família do Senhor Zé Raimundo organiza da seguinte maneira as atividades da *roça* e da pesca:

Zé Raimundo: A *roça* é assim, eu paro um pouco da pesca, aí, eu roço uma linha, linha e meia, eu planto e a mulher é quem cuida. É, do restante é ela quem cuida como a capina. Ela é que zela e, aí, no tempo nós tiramos nossos cinco ou seis paneiros ou sete de farinha.

Tacilvan: Esse período de fazer as *roças* o senhor não pesca?

Zé Raimundo: Eu pesco bem pouco porque a gente tem que dar a atenção pra um, né. Se não largar um, aí, não cuida do outro. Aí, nessa época do *roçamento* a gente não pesca porque tem que *roçar* e, aí, enquanto ele [*roçado*] está secando nós estamos pescando e, aí, quando ele seca nós tocamos fogo e, aí, para de novo [a pesca]. E, aí, para a pesca e a gente vai limpar, e vai plantar. Aí, quando a gente planta a gente torna parar lá na *roça* e vai pra pesca. Ai, quando é o tempo de cercar [a *roça*], aí, a gente para de novo a pesca e vai cercar. E, aí, é as duas coisas no mesmo momento e ai pra fazer um não faz o outro e ai tem que dar atenção pra um pra depois dar pro outro (JOSÉ RAIMUNDO, 2017, grifos meus).

A prática da pesca e da *roça* são conciliadas por meio de alternâncias que asseguram a efetivação de ambas. A esposa do Senhor Zé Raimundo se encarrega da *roça* depois que esta está plantada e ele volta para as atividades da pesca, da venda do pescado na sede de Alcântara e da realização de fretes quando há alguém que precise se deslocar também para a sede de Alcântara. Neste processo, a pesca aparece como atividade que complementa a *roça*. Foi preciso um pouco de atenção para ter a compreensão de como ele percebe essa complementaridade, visto que é a pesca que se destaca na sua família. Segue outro trecho da entrevista:

Tacilvan: Na renda familiar, quem complementa quem? É a *roça* que complementa a pesca ou a pesca que complementa a *roça*?

Zé Raimundo: Eu acho que a pesca coisa a *roça*.

Tacilvan: É?

Zé Raimundo: É!

Tacilvan: Por quê?

Zé Raimundo: Porque é assim a *roça* só dá de ano e meio e a pesca não, você vai ali rapidinho, abaixo de Nossa Senhora, e pega seus dez ou quinze quilos de peixe e vende e, aí, já traz o alimento pra casa, certo?! A *roça* só dá assim: quando dá a colheita da melancia, aí, ela um trocadinho, aí, o cara já traz alguma coisa pra dentro de casa, mas se não for, é só na época da mandioca mesmo que é ano e meio que a gente bota, mas a pesca não, quando está dando é direto. Caboco vende, traz pra comer.

A pesca aparece como complementação da renda familiar, não no sentido de ser uma prática secundária, mas no sentido de ser o meio imediato pelo qual o Senhor Zé Raimundo pode alcançar os recursos necessários para garantir: alimento para o núcleo familiar ou recursos financeiros para sua manutenção. Em termos práticos, observa-se que ela é fundamental na manutenção do núcleo familiar se destacando mais que a pesca.

O Senhor Zé Raimundo vende parte do que captura na pesca que ele realiza. Como ele tem carro que transporta as pessoas para a sede de Alcântara, ele aproveita para levar os peixes que ele captura em suas pescarias e os vende na sede de Alcântara. Diferentemente de outros compradores de peixes que revendem tanto nas agrovilas e na sede de Alcântara, o Senhor Zé Raimundo se concentra na venda do peixe que sua unidade familiar captura.

Tacilvan: O senhor vende peixe também?

Zé Raimundo: Vendo, graças a Deus.

Tacilvan: Aqui mesmo?

Zé Raimundo: Não, pra Alcântara.

Tacilvan: Como acontece a venda do peixe aqui?

Zé Raimundo: Não, porque é assim, eu não gosto de estar comprando certas horas porque no compramento o cara ganha bem pouco, aí, eu já, do meu mesmo que eu pesco com os meus filhos, eu gosto de levar pra lá e vender em Alcântara que é melhor de preço. Entendeu?!

Tacilvan: Hum rum.

Zé Raimundo: Aí, quando eu vou daqui pra lá que eu tenho peixe, aí, eu ligo pra lá que já tem o pessoal, aí, eu digo: olha eu estou levando tantos quilos é dessa e dessa e, aí, chego lá já só pesando e entregando. Aí, facilita mais pra mim

O Senhor Zé Raimundo descreve a prática da pesca seguindo a seguinte lógica de organização:

Tacilvan: A pesca aqui, como é que ela funciona? Cada família faz sua pesca? Se junta um grupo pra pescar?

Zé Raimundo: Não, porque, assim, eu, no local hoje aqui na minha casa, eu tenho meu casco e tenho meus sete panos de malhadeira. Então, como o peixe está de pouco, eu levo os meus dois filhos pra pescaria. Então, no caso, somos só nós da família mesmo e, aí, eu não pego outro grupo de fora porque no momento está fraco, não dá pra sustentar a minha e a do outro. E quando dá bastante, ao invés de levar os meus, eu já levo outros pra ajudar também a família, entendeu?! Mas no momento, como está, dá muito mal só pra gente de casa.

Tacilvan: E, aí, vai só os de casa fazer a pescaria.

Zé Raimundo: Isso.

Possuir os instrumentos de pesca como o barco de pesca, chamado por ele também de “casco”, os panos de redes de pesca e os filhos que já o auxiliam na realização da pesca é, de

certa forma, assegurar que sua família aumente as possibilidades de obtenção dos recursos necessários para manutenção da casa e afirmar a autonomia familiar. Como ele esclarece, quando aumenta a quantidade de peixes nos pesqueiros esses pescadores se articulam interfamiliarmente para realizar a pesca. Os *companheiros de pesca*, como são chamados, se organizam para efetivarem suas pescas. Se for a pesca de linha, cada pescador captura peixes para si. Se for a pesca com a rede saubeira, por exemplo, os peixes pescados são pesados e divididos entre os envolvidos na pesca.

O Senhor Zé Raimundo relaciona a prática de ensinar os filhos a pescar como atrelado a ter a “paciência de ensinar aos filhos” a pescar e a escolha do local de pescar está condicionada também a essa relação que é estabelecida entre os membros da família. O Senhor Zé Raimundo leva seus filhos e tem a preocupação de ensiná-los os procedimentos necessários para executar a pesca.

Tacilvan: O senhor costuma pescar mais aqui onde, no igarapé, na praia?

Zé Raimundo: No igarapé.

Tacilvan: Por que, assim, dá mais peixe?

Zé Raimundo: Porque, assim, como no caso assim, como ontem, eu fui e eu levei três panos de saubeira. Como eu fui só com os meus filhos eu tenho a paciência. Aí, eu atravesso as redes no canal e fico lá esperando na boa vontade que Deus manda. Aí, daí a uns dez minutos eu vou mirar. Tem um, dois, três. Aí, eu digo: oh, meus filhos, está devagar, mas nós vamos ter que esperar. Ver a vontade que Deus manda. Aí, eu agarro e vamos pra canoa de novo e, aí, a gente fica lá sentado conversando daqui e dacolá e aí, quando dá dez minutos eu vou lá mirar de novo e, aí, tem dois, três ou quatro de novo e, aí, eu vou tirando, entendeu?! E, aí, vai devagar, devagar e devagar até que, no final das contas dá assim seus seis sete quilos e, aí, já é um alimento pra casa.

Em Brito, busquei observar como os agentes sociais estabelecem uma lógica de trabalho que envolve diferentes relações sociais desde a confecção de instrumentos, à colocação das *roças* e à execução das práticas de pesca. Assim, fui levado a perceber que os produtos agrícolas e pesqueiros advindos dessa maneira como os agentes sociais se relacionam coletivamente assumem representações associativas também, não apenas como recurso físico, alimento, mas também como materialidade das relações simbólicas estabelecidas na unidade social entre os núcleos familiares.

Somam-se a estas práticas descritas acima relações de reciprocidade no trabalho coletivo desempenhado pelos agentes sociais que intercalam as relações de vizinhança, parental e de afinidade que permite a eles a efetivação de suas práticas a partir de formas de ajudas mútuas nos diferentes planos de organização social local.

Nessa unidade social, a terra e o mar aparecem circunscritos em processos de relações pelas quais os agentes sociais estabelecem modos distintos de viver demarcados por regras e normas que os diferenciam, por suas experiências, e que trazem para a questão os processos de institucionalização estatal e como ele tenta estabelecer sua dominação física e simbolicamente.

Nesse esforço de pensar relacionalmente, busco compreender como que o aparato burocrático do Estado também é refletido pelos agentes sociais, seja no sentido da reivindicação territorial, seja no sentido de falar sobre as formas com que ele regulariza as práticas da *roça* e de pesca.

É possível perceber também, a partir da fala dos entrevistados, que as referências territoriais não são meramente físicas, pois perpassam por processos históricos de construção social que são inerentes à lógica vivenciada pelo grupo. Isso, de certa forma, os legitimam a falar a partir de um lugar de pertencimento tanto a unidade social como ao território étnico mais abrangente. Está incluído nessa dimensão os locais em que os pescadores executam suas práticas relacionadas a pesca. Nesse sentido, a descrição que segue sobre a unidade social perpassa pela representação do território e pela lógica de organização social e política desse grupo em torno de seus saberes e fazeres.

Passarei a descrever os próximos tópicos desse capítulo intercruzando os dados da pesquisa de campo que apareceram, em certo sentido, comuns as famílias ao modo elas se organizam coletivamente na unidade social de Brito.

2.2 – “Você é seu patrão”: a construção social da autonomia do grupo a partir das atividades agrícolas e pesqueiras no “território de pesca”

Há uma inter-relação entre as atividades econômicas praticadas em Brito, mais especificamente, entre a *roça* e pesca. No decorrer das entrevistas e das observações realizadas apreendi que os agentes sociais percebem de formas diferentes as relações entre a pesca e a *roça*, se para alguns a *roça* se apresenta como mais forte, para outros a pesca é que se destaca. Outra parcela do grupo se orienta nessas relações a partir das possibilidades de uma pesca eficiente, ou seja, a que é possível capturar pescado que, além de satisfazer as demandas do núcleo familiar ainda há um excedente que é vendido garantindo a obtenção de uma renda que possibilita a obtenção de mantimentos para a casa ou de outras despesas que aquela família venha a ter.

Senhor Leonardo descreve, em certa medida, como que estabelece uma das possibilidades de encaixe entre as atividades pesqueiras e as inerentes à *roça*. Assim, afirma:

Leonardo: Não, aí, tu vai pescar e, aí, quando tu vier é que tu vai pra *roça* de tarde. É uma questão de que você é seu patrão. Você não é obrigado a ir pra aquela *roça* se você... você é o seu patrão, você vai fazer a atividade que é mais importante naquele momento. A diferença do trabalhador rural para o assalariado é que ele tem que trabalhar com o patrão porque ele é assalariado, tem que ir pra lá, ele não vai poder ir pescar aquele horário porque ele tem que ir pra *roça*. Essa é uma diferença. E o trabalhador que é autônomo, ele faz o trabalho dele de acordo com que ele acha que dá pra ele fazer. Ele vai pescar, agora de manhã ele vai pescar e a tarde ele vai pra *roça* ou então ele pesca agora e “amanhã eu vou pra *roça* e não vou pescar”. Então, não empata um ao outro (LEONARDO DOS ANJOS, 2017).

O depoimento apresentado por Senhor Leonardo descreve a autonomia na realização das atividades relacionadas à *roça* e à pesca. Há uma relação lógica que cruza as duas práticas em uma interrelação de acordos estabelecidos entre os membros das unidades familiares, que assegura a realização tanto da pesca quanto da *roça* em momentos distintos de trabalho, mas que não as tornam bilaterais. Antes, há um processo convergente entre ambas.

O depoimento do Senhor Leonardo possibilita se refletir em termos de distinção ao se questionar o sentido do termo “patrão” usado por ele ao se referir à autonomia do grupo face às situações de relações trabalhistas impostas pelo sistema capitalista. Permite também uma ruptura com a relação de patronagem que caracteriza a relações do campesinato na dicotomia patrão-cliente que perpetraram nos debates sobre o campesinato

Acrescento também que entre as duas práticas, *roça* e pesca, não perpassa apenas a conciliação de horários, delimitada na noção tempo de trabalho, em que se pode ajustar o tempo para realização de ambas. Entre estas duas atividades se estabelece também relações inerente a todo um modo específico que leva os agentes sociais a acionarem essas relações como parte de suas práticas ajustadas à autonomia de que dispõem para efetivarem a ambas.

No estudo antropológico realizado por Almeida (2008), é possível perceber que essa interrelação das práticas da *roça* e da pesca não se limitam à unidade social de Brito, antes, atendem a uma lógica que atravessa as diferentes unidades sociais localizadas no território reivindicado pelos agentes sociais. Observa o autor:

Constata-se uma complementariedade em múltiplos aspectos, suprimindo as necessidades essenciais dos grupos familiares. Tal complementariedade acha-se consolidada historicamente e apresenta uma relação de pertinência e certo equilíbrio, quando se examinam as conexões entre as diferentes etapas dos ciclos produtivos ou entre os calendários agrícolas e extrativos e entre estes e as atividades derivadas da pesca (ALMEIDA, 2008, p. 167).

O trabalho de campo que realizei consistiu em investimentos mais detidos para compreender as relações entre a pesca e a *roça* em e Brito. Esse esforço investigativo também foi acompanhado de cuidados para tentar perceber as relações sociais e como elas permitem a compreensão das práticas inerentes a essas duas atividades e a identidade do grupo. Por outro lado, à medida que a pesquisa avançava foi possível perceber que as relações sociais estabelecidas pelos agentes sociais não se restringem a apenas essas duas práticas, sendo antes intercruzadas com a criação de animais domésticos, extrativismo vegetal da mamona, de babaçu, murici, coleta de lenha para produção de carvão usado nas unidades familiares. Os usos sociais dos recursos naturais estão atravessados por uma lógica coletiva que permite aos agentes fazerem o aproveitamento de quase tudo que é produzido nessa unidade.

Tentado compreender a lógica referente à interrelação da *roça* com a pesca, realizei uma entrevista junto ao Senhor Leonardo em uma tarde quando estávamos sentados na frente da casa dele, debaixo dos dois pés de manga que há ali.

Tacilvan: Senhor Leonardo, aqui, no caso, que se pesca praticamente todo dia, como é que fica pra quem trabalha com a *roça*? Quem bota *roça* não pesca?

Leonardo: Não, não empata pescar. Que, por exemplo, hoje é domingo e, aí, amanhã tu quer ir pra *roça* e a maré amanhece grande, aí, tu vai pra *roça*. E, aí, quando vier da *roça* onze horas ou doze e a maré estiver seca tu vai pescar de tarde com a maré seca. Ou então, tu vai pescar de noite e trabalha de dia. Pesca não empata a *roça*, tu não deixa de trabalhar na *roça* e nem de pescar. Combina um horário pra *roça* e o outro pra pesca.

Neste sentido, não está em questão somente entender o sistema de funcionamento da pesca ou da *roça*, mas também de compreender a interligação entre essas diferentes atividades e, como, a partir disso, os agentes sociais asseguram sua autonomia produtiva.

Enfatizando a fala de Senhor Leonardo quando diz: “Pesca não empata a *roça*, tu não deixa de trabalhar na *roça* e nem de pescar”, me foi viável refletir que essa articulação perpassa por uma dinâmica própria cujo estabelecimento de tempo para realizar cada uma das duas atividades são conduzidas a partir da organização dos núcleos familiares que se articulam seja para realizar tais trabalhos a partir dos membros que compõem cada núcleo, seja nos acordos estabelecidos entre dois ou mais núcleos familiares. Neste último caso são levados em consideração a relação de parentesco, de vizinhança ou de afinidade.

Entre a *roça* e a pesca estão incluídos não apenas as outras atividades que asseguram a dinamicidade do grupo como também uma relação de divisão social do trabalho específica. Enquanto na pesca se concentra o trabalho dos homens, na *roça* há a predominância do trabalho das mulheres. Não que isto seja a regra ou que cristalize as relações. Há mulheres que pescam, tanto quanto homens que participam de muitos momentos do trabalho na *roça*. Mas, ao que foi possível perceber essas relações demarcam posicionamentos por parte dos homens e das mulheres em torno dessas duas práticas.

Há uma relação mútua entre a pesca e a *roça*. Embora a pesca seja apresentada como complementar a *roça* isso não significa que uma esteja com maior importância que a outra. Como lembra o senhor Leonardo, as duas tem o mesmo peso na vida dos agentes sociais. A pesca por garantir, de imediato, a provisão de alimentos para o núcleo familiar se manter, além de uma pequena renda, através de sua venda e troca por outros recursos. A *roça* requer um investimento a longo prazo, muito embora ao se desmanchar a *roça* se obtenha uma renda que garante a manutenção do núcleo familiar por quase um ano. Uma não anula a importância da outra e tão por isso a pesca é posta enquanto complementação.

Ao serem questionado sobre a relação *roça* e pesca os entrevistados iniciam suas falas não pelo processo de etapização referente as duas práticas, antes, iniciam suas falas com um

esforço de se fazerem ser entendidos sobre a relevância que as duas tem na regularidade da vida cotidiana do grupo e na organização social da vida coletiva dos núcleos familiares. Aparece também nos depoimentos a persistência dessas práticas ainda que para alguns uma prática apareça como mais relevante que a outra. Assim afirma o senhor Leonardo:

Leonardo: A *roça* continua com as atividades como era antes. A gente bota *roça* e continua pescando. Tanto bota *roça* como continua pescando. Uns gostam mais de botar *roça* outros gostam menos, mas continua do mesmo jeito (LEONARDO DOS ANJOS, 2017).

Há o uso diário dos recursos da *roça* e da pesca que garantem a manutenção do recurso financeiro das unidades famílias. A *roça* possibilita a plantação de diferentes produtos que são colhidos em tempos diferentes também. A começar pela melancia, seguida do milho, do feijão e do arroz. O último produto a ser colhido é a mandioca que amadurece com um ano ou um ano e meio. Esses momentos são marcados por articulações dos núcleos familiares que se organizam em torno das trocas de dias de serviços para *capina*, colheita e produção da farinha.

Em determinados momentos a *roça* fica a cargo das mulheres que se mobilizam para organizar as atividades inerentes a demanda da *roça*. Em boa parte essa divisão social do trabalho ocorre motivada pelas ocasiões em que os homens se articulam para efetivação da prática da pesca. Os homens participam das atividades da *roça* quando estas não coincidem com o horário da pesca. Quando ocorre o contrário, são as mulheres que assumem a responsabilidade de cuidar das *roças*. Para outros, como o senhor Leonardo, é possível articular o trabalho entre os dois, pois a pesca, por poder ser realizada de forma rápida, é possível organizar um período para cada uma das duas práticas.

Enquanto os homens se organizavam para ir executar as pescarias ou fazer a manutenção nos instrumentos usados na pesca as mulheres se dedicam ao trabalho nas *roças*: na *capina*, na coleta dos produtos como milho e melancia, em cuidar para evitar ataques de animais e assegurar que os produtos, nas *roças* plantados, possam crescer. Isso dito, pontuo também que essa dinâmica pode variar de um núcleo familiar para outro.

Embora tenha obtido as informações em momentos diferentes com duas entrevistadas trarei aqui o que foi apontado pelas duas a respeito da *roça* por se tratar de algo que foi comum na fala das duas. Apresentarei também o depoimento de outros entrevistados como Vilmar, o senhor Raimundo e o senhor Luís que narram suas práticas a partir de pontos de vista diferenciados. O confronto entre esses distintos posicionamentos tem como finalidade a possibilidade de visibilizar a dinamicidade decorrente do modo como os agentes sociais organizam suas relações atreladas a essas práticas.

Ao que foi possível perceber na fala de dona Faustina e de dona Maria José, há um uso diário dos recursos da *roça* e da pesca que garantem a manutenção tanto do capital econômico das famílias como autonomia do grupo. A *roça* aparece nessa questão na condição de garantir

a colheita de diferentes produtos assim como a pesca possibilita a garantia dos pescados e da compra de algum alimento não cultivado nas *roças* ou mesmo quando os produtos da *roça* se esgotam.

Segundo os agentes a organização dos núcleos familiares na execução dessas duas atividades são importantes porque elas se tornam a base para a manutenção desses próprios núcleos. Desta forma, homens e mulheres participam desses processos.

As atividades na *roça* estão articuladas a partir de acordos sociais estabelecidos entre os agentes sociais por meio dos quais asseguram a regularização na execução dos diferentes momentos de trabalhos na *roça*. Esses acordos perpassam pelas trocas de dias de trabalhos, por ajudas mútuas nas capinas, nas colheitas e na produção da farinha.

2.3 – Ameaças a organização econômica local

A economia local, ao que parece, está organizada por um conjunto de articulações entre diferentes práticas que se coadunam e permitem à coletividade possibilidades de estabelecer circulações produtivas de bens e serviços. Por outro lado, essas práticas não se dissociam da economia mais ampla, antes, estabelece um constante fluxo na fronteira entre ambas. Os agentes sociais percebem suas diferenças nessas trocas e se posicionam face as possibilidades de intervenção econômica em seus modos de vida.

É registrado circulações de produtos em diferentes períodos com os comércios da capital de São Luís, a sede de Alcântara, Bequimão, Pinheiro e que não implicou no desaparecimento do modo como os agentes sociais articulam suas práticas comerciais internamente. Antes, fortaleceram as relações de circulação que afirmam suas diferenças face aos fluxos econômicos que atravessam suas fronteiras sociais.

Em Brito, observa-se isso na circulação dos pescados entre as distintas unidades sociais, a sede de Alcântara e São Luís; a compra de equipamentos para a manutenção da casa de farinha, como os tipitis que não são produzidos localmente; a venda de produtos coletados nas *roças*, como a melancia e o milho; a compra de fios de algodão em Bequimão, sendo estes a matéria prima usada na tecelagem de redes de dormir, bolsas e tapeçarias.

Essas formas de manutenção de uma economia local, estabelecida segundo as regras da organização do grupo é classificada por órgãos oficiais como sendo a “pesca de subsistência” ou “pesca artesanal”, “agricultura de subsistência”, designações estas usadas para se referir a esses modos específicos de organização local e que são apresentados como fadados ao desaparecimento. O modelo econômico capitalista é, nesse contexto, fortalecido nesse discurso em detrimento dessas formas específicas de organização local. A isto pesa também as

colocações de que tais condições de reprodução social local inerente modo de vida organizado pelas designadas “comunidades tradicionais” são as causas do atraso na economia aeroespacial brasileira.

O contradiscurso apresentado pelas lideranças que estão à frente dos movimentos sociais e forças sindicais, como o senhor Leonardo, dona Leandra e os senhores Aniceto, Marcos e Samuel, demarca o posicionamento dos agentes sociais no sentido de afirmar suas identidades frente as tensões sociais e tentativas de criminalizar as lutas engendradas em defesa dos direitos territoriais constitucionalmente assegurados por lei nos termos do Art. 68 do ADCT, e também pela garantia das condições de reprodução física e social.

Martins²², em 1994, já registrara, em seus estudos sobre os processos de deslocamento em Alcântara, depoimentos de agentes sociais relocados para a agrovila de Cajueiro os quais descrevem a mudança nas relações de pesca estabelecidas em outrora nas proximidades com o litoral. Nessas proximidades com o mar era possível, para os pescadores, realizarem o que denominam de pesca *ligeira* ou rápida, ou seja, realizadas em um tempo mínimo e que não comprometia a realização de outras atividades, como os cuidados com as *roças*. Com a mudança para as agrovilas e o distanciamento dos antigos pesqueiros cuja a Base passou a impor formas de controle no acesso a eles, os pescadores passaram a viver condições de imobilização da força de trabalho e de práticas inerentes aos modos tradicionais de estabelecerem as relações sociais em torno da pesca e da *roça*.

No contexto presente observa-se ainda esses relatos, agora, descritos pelos pescadores que estão no litoral. Em Brito era constante ouvir os pescadores relatarem sobre a possibilidade de realizarem as pescas de modo rápido contrastando com as situações dos pescadores que estão nas agrovilas e que para pescar tem que se deslocarem num percurso que dura quase um dia até chegar aos pesqueiros.

Segundo os agentes sociais de Brito me apontaram em muitos momentos das entrevistas: “estar próximo ao mar e ao igarapé é, de algum modo, a garantia de ter alimento na mesa diariamente”, manter as relações sociais com suas *parentagens* é a possibilidade de manutenção de seus modos de vida na unidade social.

Como ressalta a agente social Maria da Natividade:

Já participei também de várias lutas com o Leonardo. Desde os meus 14 anos eu pesco, trabalho de *roça* ajudando a minha mãe a criar eu e meus outros irmãos. Criei meus dois filhos, incluindo já com um neto que já chegou, com essa terra, com esse mar, com esse povoado e, eu aviso pra todos os meus amigos que vamos nos reunir, nos

²² Cf. Trabalho de Conclusão de Curso de Cynthia Martins (1994). Esses estudos foram realizados no âmbito do projeto de pesquisa “Remanejamento Compulsório de Segmentos Camponeses: o caso do CLA” entre 1992 e 1993, e que culminaram com seu trabalho monográfico intitulado: “Os Trabalhadores Rurais de Cajueiro e o Centro de Lançamento de Alcântara: a ação oficial e a transformação compulsória de um campesinato de terras de uso comum em campesinato parcelar” apresentado ao curso de Ciências Sociais da UFMA, em 1994.

ajuntar pra vencer mais uma batalha porque eu já passei por isso lutei (MARIA DA NATIVIDADE, Brito, 2017, grifos meus).

A fala de dona Maria da Natividade explicitada em uma reunião ocorrida em Brito, no dia 29 de abril, ajuda a compreender a dimensão que tem, para as unidades familiares de Brito, a luta pela permanência em seu território. Não se trata de um posicionamento que objetiva somente a permanência em suas localidades secularmente ocupada por essas famílias, mas também reflete uma luta em torno do reconhecimento de suas identidades, de seus direitos étnicos e territorial e a lógica que garante aos agentes sociais estabelecerem seus domínios sobre práticas singularizadas.

A permanência nas áreas cujo uso dos recursos garante a permanência de práticas referentes aos saberes e fazeres desses agentes sociais assegura que os mesmos executem cotidianamente suas atividades coletivas e exerçam seus saberes de modo tradicional em seus territórios. Observa-se, neste sentido, a politização do próprio modo de vida pelo qual perpassam as experiências compartilhadas coletivamente, as relações de vizinhança, parental e de afinidade que são fortalecidos nessas tensões.

Luciane: Acho que dos filhos daqui tudo foi nascido e criado aqui, eu mesmo fui criado aqui. Teve um tempo que eu fui passar lá no Peru, porque aqui eu como o tipo de peixe que eu quero porque aqui tem todo tipo de peixe né, tem peixe aqui que eu não como. Mas eu fui pra o Peru passar uns três dias com minha avó, nessa época ela ainda era viva ainda, a mãe da minha mãe. Passei lá, eu não comia pacamão e quando eu cheguei lá eu tive que comer porque a fome estava aperreando e não tinha outra coisa. Ali no Peru que eles chamam de, como é que se chama?

Tacilvan: Nas agrovilas?

Luciane: Sim, nas agrovilas, ela morava lá. Agora não, que ela já morreu. E, aí, eu tive que comer pacamão que aqui eu não como, aqui eu como é o peixe que eu quero.

As tensões sociais em torno de uma nova possibilidade de remanejamentos compulsórios têm levado a unidade social de Brito e das demais localidades a se mobilizarem e objetivarem suas reivindicações a partir do MABE, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara – STTR e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara – MOMTRA. Por meio dessas instâncias de representação política, os agentes sociais têm se orientado na luta pela reivindicação de seus territórios e o direito de permanecerem usufruindo de seus domínios.

No processo de reivindicação são narrados pelos agentes sociais os diferentes momentos de acirramentos de tensões sociais estabelecidos nas unidades sociais desde a implantação do CLA. Durante as reuniões organizadas pelo MABE, STTS e MOMTRA, essas narrativas sobre a luta são retomadas no sentido de situar no presente o novo momento do conflito territorial. Essas reuniões compuseram a agenda dessas instâncias representativas que tiveram como objetivo fortalecer localmente as unidades de mobilização e situar as estratégias de enfrentamento frente às ameaças de novos processos de deslocamento.

2.4 – Categorias locais para pensar as atividades agrícolas

Os trabalhos relativos à construção das *roças* estão compreendidos pelos agentes sociais a partir de designações próprias que enfatizam uma forma singular por meio da qual eles representam seus modos coletivos de relações sociais e asseguram, em certo sentido, a reprodução de cada unidade familiar.

De início, os agentes sociais quando entrevistados, se reportam ao calendário agrícola que lhes permite descrever sobre como estabelecem as destrezas manuais de suas práticas. Ademais, para além da ênfase às técnicas, os agentes sociais se fazem compreendidos pelas diferentes estratégias que estabelecem do tempo e das áreas em que se consolidam a construção das atividades agrícolas.

Neste sentido, os produtos da *roça* não exprimem apenas a ideia de produtos comercializáveis, ainda que isso aconteça. Antes refletem, ao serem trazidos para a descrição, as relações que os dão sentido tanto quanto ao seu consumo e circulação dentro e fora de Brito.

A *roça* é descrita a partir da escolha pelo local em que será posta. Em primeiro plano, os agentes sociais levam em consideração que a área usada anteriormente para implementação de uma *roça* precisa descansar por no mínimo dez anos. Isso assegura que ela se recupere dos desgastes do solo e que reponha os nutrientes que lhes foram retirados pelo arraigamento da *roça* anterior.

Em uma das entrevistas que gravei com Senhor Jorge, o mesmo me relatou que sua *roça* feita entre o final de 2016 e início do ano de 2017, na mesma área de outra *roça* dele feita em 1999. Segundo ele, esse intervalo para descanso do solo assegurou sua recuperação e isso só foi possível pois há no entorno das chamadas terras de Brito áreas suficientes que permitem aos agentes sociais colocarem suas *roças* em diferentes partes no território.

A partir da lógica de manejo sobre essas áreas, os agentes sociais classificam as *roças* de três formas: as *roças de mata*, as *roças de capoeira* e as *roças de fundo de quintal*. As *roças de mata* se referem às atividades de *roçagem* realizadas pela primeira vez em determinada área para fins cultivo dos produtos agrícolas. A segunda, está relacionada à implementação da *roça* pela segunda vez nessa mesma área. A terceira se reporta ao uso das áreas localizadas nas proximidades dos *Sítios* nas áreas que ficam por de traz das casas ou entre uma casa e outra.

Das três possibilidades pelas quais os agentes sociais colocam as *roças*, a que não mais ocorre nas terras de Brito é a *roça de mata*, pois os agentes compreendem que ela se trata da primeira vez em que uma área será destinada ao ato de “botar uma *roça*”. Até onde pude perceber, mesmo que a área usada pela primeira vez descansa por décadas após a *desmancha da roça* a referência dessa área entendida pelos agentes sociais como capoeira não muda.

Esse entendimento sobre o uso dessas áreas reflete também a ênfase dada pelos agentes sociais à lógica de que é preciso ter no território uma extensão territorial que lhes permita estabelecer o uso dos recursos naturais dentro desta dinâmica. Ademais, isso é apontado pelos agentes sociais como possibilidade de terem *roças* e coletar seus produtos sem uso de produtos químicos que agridam o solo tanto quanto produtos para controle de pragas, tais como fertilizantes, agrotóxicos e dedetizastes.

O trabalho inerente a *roça* começa pela escolha da área que será usada para colocação da *roça*. Em seguida, são feitas as *picadas* em torno da área para evitar que, no momento da queima, o fogo devaste as áreas de vegetação que se encontram fora da extensão pretendida para *roça*.

Esse processo de *roçagem* ou *corte*, como é chamado, fica a cargo dos homens, principalmente nas áreas em que o mato está alto, ou seja, em partes cuja a vegetação está predominante composta por árvores altas com troncos grossos e que exige a força física do trabalho destes homens.

Após a *roçagem* e a *queimada* é feita a limpeza da *roça*. Essa limpeza consiste na retirada dos galhos que não foram consumidos pelo fogo e que são empilhados na parte central da *roça* onde serão novamente queimados. Esses amontoados de galhos são chamados por alguns agentes de *acero*. Os troncos mais grossos são separados para construção das cercas em torno da *roça* para evitar que animais entrem e comam os alimentos que serão plantados.

Na minha estadia em Brito acompanhei a construção das cercas em duas *roças*: a do senhor Jorge e a do Vilmar. Neste sentido, a compreensão sobre a distinção feita a respeito dos diferentes modelos de cercas encontradas na unidade social. Descrevo assim, a partir do que registrei nas entrevistas e nas observações diretas.

Segundo me esclareceu Vilmar, filho do senhor Leonardo, as cercas construídas em volta das *roças* são diferentes das cercas feitas em volta das casas. Nas *roças* são construídas as cercas de tapume que são erguidas com a fixação de dois morões na vertical com um espaço relevante em que serão encaixados os outros troncos de madeira na horizontal. Constantemente são madeiras de espinheiros, aririzeiros entre outras variedades que estejam mais retos possível e que variem de um a dois metros de comprimento. O tamanho dessas madeiras implicará na distância entre os morões fixados no solo.

Assim explica Vilmar:

Tem dois modelos de cercas: um de pau-a-pique que geralmente é o que a gente cerca o quintal, né, é desse modelo, de pau-a-pique. E já desse modelo aqui que eu vou fazer daqui pra lá nessa beirada todinha até lá onde está aquela rede no final se chama de tapume que é outro modelo. Tem esse pau aqui né, aí o cara usa pau, espinheiro, aririzeiro, tudo que serve, mas geralmente tem que ser lenha reta, reta e comprida como essa aqui. Até de dois metros serve, de um metro, tudo vai servindo. A o cara infica dois morão aqui assim, só que pra fazer a cerca geralmente só amarra e ai dois,

um de cada lado e vai só empilhando as lenhas e ai chegando numa altura dessa aqui o cara amarra. (Vilmar dos Anjos, 2017, grifos meus)

Além das cercas são praticadas como estratégias para espantar animais como veado e o porco do mato, o corte de matos em torno da chamada *beirada da roça*. Para Vilmar, só dele passar em volta da *roça* já implica em escabreá-los, pois eles sentem o cheiro das pessoas que por ali passaram. Esse cheiro representa ameaça a esses animais que, embora entrem na *roça*, mas estão *cabreiros*. Estar *cabreiro* é, em certo sentido, estar atento de que ele não está sozinho naquela área, mas que somente isso não basta para evitar que tal animal entre na *roça* e coma o que lhe apraz.

As *cercas de tapume* se diferenciam das cercas de pau-a-pique usadas no cercamento dos quintais das casas. Esta última é construída com a justaposição de varas ou talos das palmeiras de babaçu as quais são postas na vertical. Os cercamentos dos quintais estabelecem divisórias entre partes usadas de modos diferenciados dependendo das atividades que cada família queira implementar nesses quintais, como plantio de ervas, criação de animais, De modo específico, elas fazem a divisão entre o lado de criação de animais domésticos como as galinhas, que são criadas soltas, e a parte que se cultiva hortaliças ou ervas medicinais nos quintais para evitar que estas sejam comidas por esses animais.

As cercas de tapumes não são construídas sequencialmente a queima, ou seja, acontece em momentos distintos que pode coincidir com o momento em que as plantas estão nascendo, ou após a segunda capina da *roça*. Além disto, observa-se que a construção ou não das cercas de tapume pode variar de tamanho, isso dependerá dos lados em que se intensificar os ataques dos animais às plantações. Isso pode implicar em ter *roças* com apenas um ou dois lados cercados até aquelas completamente cercadas.

Imagem 4: Vilmar dos Anjos construindo uma cerca de tapume em volta da *roça* dele.



Fonte: Tacilvan Alves, 2017.

O erguimento das cercas e o aproveitamento da lenha que não foi consumida pelas chamadas na queimada das *roças* e que são usadas também para a feitura de carvão implicam no aproveitamento dos recursos madeireiros em sua quase totalidade pelos agentes sociais. Por outro lado, observa-se que a possibilidade de uso desses recursos se dá em decorrência da extensão territorial pela qual os agentes sociais conseguem fazer uso de diferentes áreas para a *roça* deixando as já utilizadas em estado de recuperação. Essa recuperação do solo ao longo de 10 anos permite também que a vegetação cresça.

O trecho da fala do senhor Luís possibilita perceber dois pontos fundamentais: a delimitação no tamanho das *roças*, o porquê de ter, em Brito, as *roças* cercadas:

Porque a *roça* aqui ela dá, mas ela suja muito e a gente não tem condição de ter *roça* grande por causa disso porque se *roçar* grandão não dá conta de capinar e nem de cercar também que bicho come. Todo tipo de bicho come. É a paca, é a cutia, é o tatu, é o veado, é tudo. Tem o quati, é tudo que é bicho (LUÍS, 2017).

O tamanho de cada *roça* está condicionado as possibilidades de manutenção disponibilizada por cada núcleo familiar. Em termos de media, os tamanhos das *roças* variam entre duas ou três linhas a depender das condições que os donos de cada uma delas terão para se dedicar aos cuidados necessário com o plantio, as capinas e desmancha da *roça*.

No que se refere aos demais processos inerentes a *roça* me foi esclarecido que eles consistem, em síntese, no plantio; seguido de duas capinas com determinados intervalos entre cada uma delas; a colheita do milho, da melancia, do feijão e arroz, quando estes dois últimos

são plantados. Posteriormente a esses momentos se sucedem a poda da maniva que será plantada em uma nova *roça*; a desmancha da *roça* encerrando com a farinhada.

2.4.1 – *Roça de meia*: formas organizativas do trabalho coletivo

Há acordos feitos também, no que se denomina de *roça de meia*, que se refere ao modo como está organizado uma das formas de trabalho relacionado a dinâmica da ajuda mútua entre os agentes sociais. Por meio desse acordo fica estabelecido que cada um dos que contribuirá na desmancha da *roça*, no final da farinhada ganhará uma parte dessa produção.

Ao que parece, as *roças* de meia compreendem um sistema de relações cuja reciprocidade entre as partes envolvidas, no que se refere ao trabalho e o resultado dele, evidenciam condições que permite ambas as partes obter beneficiamentos dos produtos agrícolas, ainda que uma das partes envolvidas não tenham diretamente participado do processo de colocação das *roças*.

As *roças de meia* consistem em acordos estabelecidos entre dois agentes sociais onde um deles, por não poder *desmanchar* sua *roça* no tempo devido, contrata o serviço de outra parte para fazê-la. Este contratado, então, se encarrega de dar conta da chamada *desmancha da roça* cujo produto final desse processo, a farinha, é dividida entre o encarregado pela desmancha, com os demais que participaram da *farinhada* e com o dono da *roça*.

A divisão em partes determinadas dessa produção é chamada de *quinhão*, é reservada para pagar as pessoas envolvidas na *desmancha da roça*, tais como os trabalhadores com quem o encarregado da *desmancha da roça* falou para ajudar nesse trabalho. Outra parte do *quinhão* é entregue como pagamento para o dono da *casa de forno* ou *casa de farinha*.

Segundo me exemplificou dona Faustina, a lógica na divisão da farinha no final de cada farinhada funciona assim: se uma farinhada reder 20 alqueires de farinha, 10 alqueires deste total é do dono da *roça*, 2 alqueires são destinados ao dono da *casa de farinha* e os outros 8 alqueires são divididos entre os que ajudaram na *desmancha da roça*. Cada parte dessa corresponde aos chamados *quinhões*. Acrescento que este cálculo foi me apresentado segundo forma de exemplificar o processo inerente a divisão da farinha nesse sistema de pagamento por *quinhão*.

O *quinhão* como forma de pagamento ao dono da casa de farinha acontece devido a casa de farinha ter sido construída por um só agente da unidade social. Neste sentido, os demais colaboram com a manutenção da casa de farinha ao deixarem para o dono dela uma pequena parte da produção de farinha. Por outro lado, a casa de farinha é disponibilizada para uso de todos na unidade social.

Os trabalhos inerentes as *desmanchas* das *roças* acontece durante alguns dias. Cabe ao dono da *roça* o cuidado com a alimentação dos que participam do trabalho ao longo dos dias necessários para concluir a farinha. Essa alimentação é feita, em certa medida, com os produtos da pesca. Neste sentido, o dono da *roça* compra os peixes de outros pescadores, caso esteja impossibilitado de ir pescar durante aquele período. Outra forma, vai ele mesmo pescar para garantir o alimento durante aquele período.

Esse cuidado com a alimentação dos que se dispõem a ajudar aquele que, de algum modo, está precisando de auxílios se estende também por outros momentos da vida em grupo. Estão implicados nos trabalhos de tapagem das casas, da limpeza do Sítio de Brito, ou algum outro trabalho que requeira a realização de formas mútuas de ajuda.

As *roças de meia* também compreendem acordos entre distintas famílias que se juntam para construir uma única *roça*. Neste sentido, desde o início das atividades inerentes à *roçagem*, ao plantio. As capinas, até o momento das designadas *desmanchas* das *roças* é compartilhado por todos os envolvidos na implantação dessa *roça*.

2.4.2 – A dinâmica de “botar uma roça”: problematizando a ideia de calendário agrícola

A discussão neste tópico perpassa pela retomada da discussão referentes aos conceitos de ciclos, equilíbrio e fixação do tempo e do espaço em calendários. Neste sentido busco me reporto aos trabalhos clássicos de antropólogos que, em seus trabalhos de pesquisa, elaboraram esquemas explicativos e elaboraram calendários que me despertam o questionamento: até que ponto essas representações do tempo e espaço nos calendários correspondem a dinâmica estabelecida pelos grupos observados.

Cabe aqui trazer ao debate a crítica feita por Pacheco no texto “O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX” publicado em 1979, no qual percebe que os debates sobre ciclos não mais dão conta de refletir acerca dos processos sociais nas situações observadas.

O calendário agrícola é apresentado aqui sobre certo nível de relativização. Situado aqui na descrição apenas como condição de descrever as bases que permitem aos agentes sociais a orientação para situar seus processos sociais que são dinâmicos e não rígidos. São inseridos aqui também como forma de superar, em certo sentido, a produção de esquemas generalizantes e estagnados abrindo para a possibilidade de pensar nas articulações estabelecidas entre os agentes sociais e o modo como estabelecem acordos nas trocas de dias de trabalhos e em seus planejamentos do cotidiano.

Ao me referir a processos sociais complexos faço menção a dinamicidade presente na unidade social da qual decorrem os diferentes pontos de vista dos agentes sociais entrevistados a respeito de suas práticas referentes a *roça* e a pesca, a articulação entre ambas e, também delas duas com relação as demais práticas que descrevo a partir do tópico 2.6 – “práticas extrativistas associadas à *roça* e à pesca”

Pensar na “dinâmica” (Leach, 1970) é estrategicamente permitir incluir, no trabalho, as relações para além das interpretações sobre equilíbrio no movimento da lógica local inerente a organização social. A isso chama a atenção Leach no livro *Sistema Político de la Alta Birmania: estudio sobre la estructura social Kachin* (1970) que critica o posicionamento em alguns estudos cujos pesquisadores por muito tempo se debruçaram em descrever sobre equilíbrios, regularidades e normalizações nas relações sociais dos grupos estudados.

Afirma Elias, que o tempo não se deixa ver, tocar, ouvir, saborear nem respirar como um odor. E talvez aqui se faça pertinente a questão levantada por tal autor, uma pergunta que, segundo ele, continua à espera de resposta: como medir uma coisa que não se pode perceber pelos sentidos? (ELIAS, 1998: p. 7)

Caberiam diferentes argumentações a essa pergunta, no entanto, limitar-me-ei, neste momento, a analisar como que, dentro da lógica organizativa da vida em Brito, estão postas as orientações relacionadas ao tempo da *roça* e da pesca para tentar compreender a dinâmica estabelecida pelo próprio grupo para classificar o seu modo de perceber o tempo.

A possibilidade de problematizar aqui a questão do tempo está orientada a partir da interpretação daqueles que, ao serem questionados, descrevem uma forma peculiar de pensar suas relações dispersadas em uma lógica própria de expressar suas relações sociais em momentos distintos. Isso exige, assim, o exercício de pôr em suspenso categorias generalizantes de conceber a noção de tempo como fator agregador, linear e contínuo.

Por isso, estou analisando a relação entre o tempo e a organização social do grupo da seguinte maneira: I) como orientadora dos usos sociais dos recursos naturais realizados pelos agentes sociais, e II) das tensões sociais frente às reivindicações territoriais. As práticas referentes às relações estabelecidas entre esses agentes sociais e as regras que orientam a prática dos seus trabalhos, as quais perpassam pela lógica da ajuda mútua, estão inseridas no contexto social tanto em Brito quanto nas demais comunidades. Expressões como *no tempo da minha mãe*, *no tempo dos meus avós*, *o tempo da pesca*, *o tempo da roça* e *todo o tempo* são designações usadas por esses agentes sociais para se referirem às representações que eles fazem dos processos sociais inerentes ao modo como organizam suas relações sociais.

Essas designações apresentadas acima também são citadas por esses agentes sociais em contrastes com o que se poderia pensar aqui como o “tempo de proibição de acesso à praia

muito longo” (ALMEIDA, 2008), percebido pelos agentes sociais como efeito social do deslocamento das unidades sociais do litoral para as agrovilas. Outro efeito social atrelado a essa questão são as impossibilidades de feitura das *roças* nas glebas de terras destinada aos agentes sociais das agrovilas. Isso ocorre uma vez que o solo não apresenta condições necessárias para que eles *botem a roça*.

O calendário agrícola está orientado por uma divisão da *roça* em duas grandes classificações, a saber: *roça de verão* e *roça de inverno*. Essa mesma orientação social perpassa as relações inerentes à pesca, na qual os agentes sociais se articulam a partir de relações de encaixe e reencaixe de suas práticas, a partir da compreensão de um tempo que lhes é específico.

A apresentação do calendário agrícola, aqui é colocado em formato linear, apenas como procedimento metodologicamente estratégico para dispor as informações-sínteses dos processos de produção agrícola. E, embora esteja nesse formato, não tem a pretensão de descrever os dados de campo pelo viés de ciclos, antes, o relaciono à possibilidade de pensá-lo enquanto evidenciando processos inerentes ao confronto dos diferentes pontos de vista dos agentes sociais que permitem pôr em suspenso a ideia de práticas atreladas ao tempo cíclico.

Assim, o calendário ora apresentado é um esforço analítico de representar os diferentes pontos de vistas acerca dos processos de construção das práticas agrícolas. Neste sentido, ele reflete posições que, de certa forma, atestam a distinção entre aquilo que é dito e o que é praticado enquanto atividades agrícolas. Optei por fazer assim, pois busquei evitar que, em outras circunstâncias de análise dos dados de pesquisa, poderia incorrer de elaborar um modelo idealizado pelo qual distribuiria as atividades inerentes à produção na agricultura e o modo como essa lógica é executada frente aos “imponderáveis da vida” dos agentes sociais como mera descrição do que ouvi e observei de forma puramente genérica.

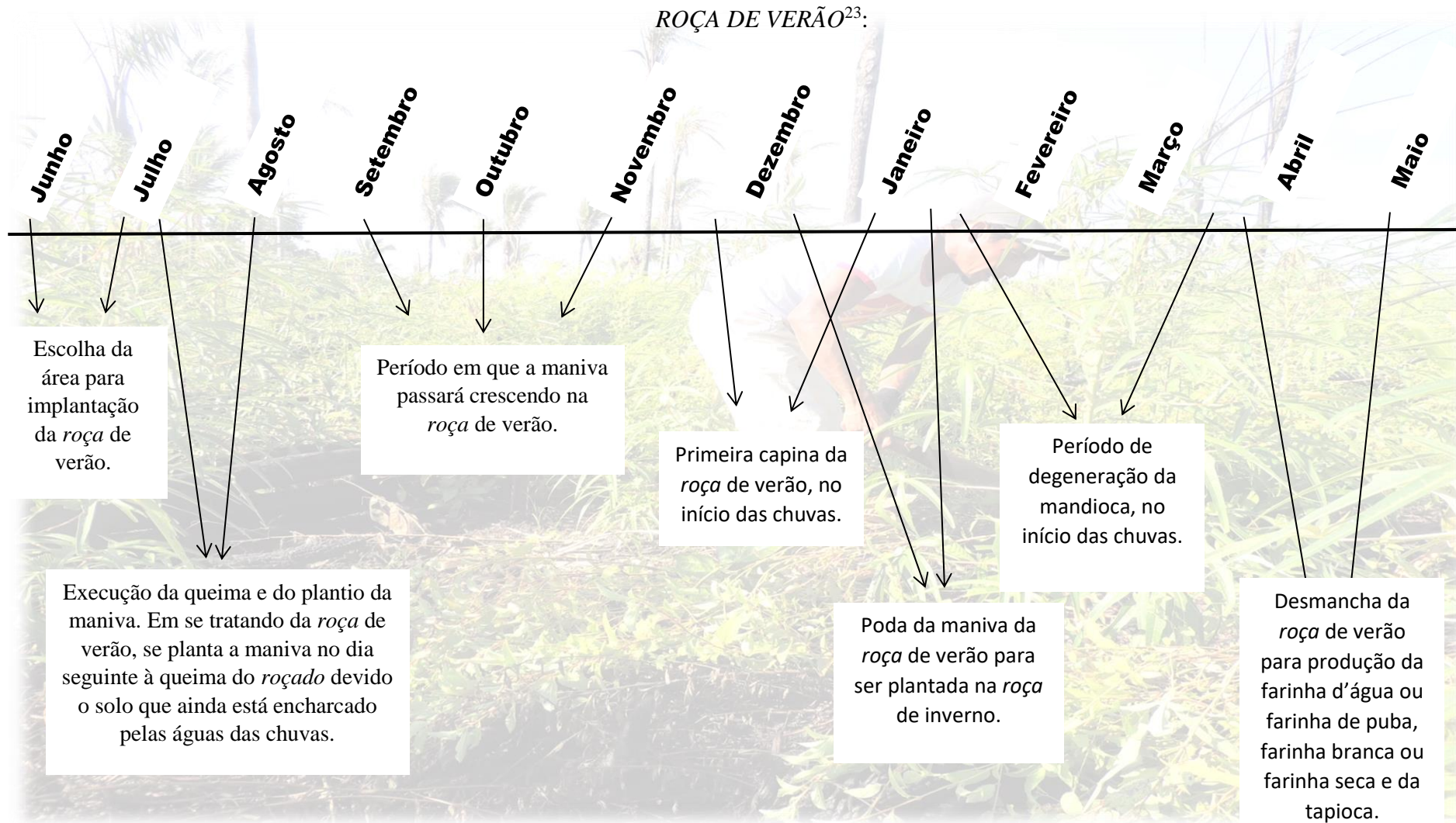
Para este momento de escrita, me deterei a descrever não somente a partir das condições que me possibilitaram pensar na elaboração desse calendário, tais como as descrições que me foram feitas dentro de uma perspectiva demonstrativa, porque elas limitam e não dão conta de esgotar as relações estabelecidas entre os agentes sociais e a execução de suas práticas.

A partir dos dados verificados, penso esses calendários situacionais, levando em consideração que eles também são resultados de relações sociais implicadas em dinâmicas específicas de grupos que lutam pelo reconhecimento dos direitos territoriais. Ao que parece, os agentes sociais descrevem suas relações com suas práticas agrícolas que nos permitem refletir sobre a possibilidade de construção de calendários que relativizam a fixação no tempo de práticas vinculadas às lógicas desses grupos com as dinâmicas nos seus territórios.

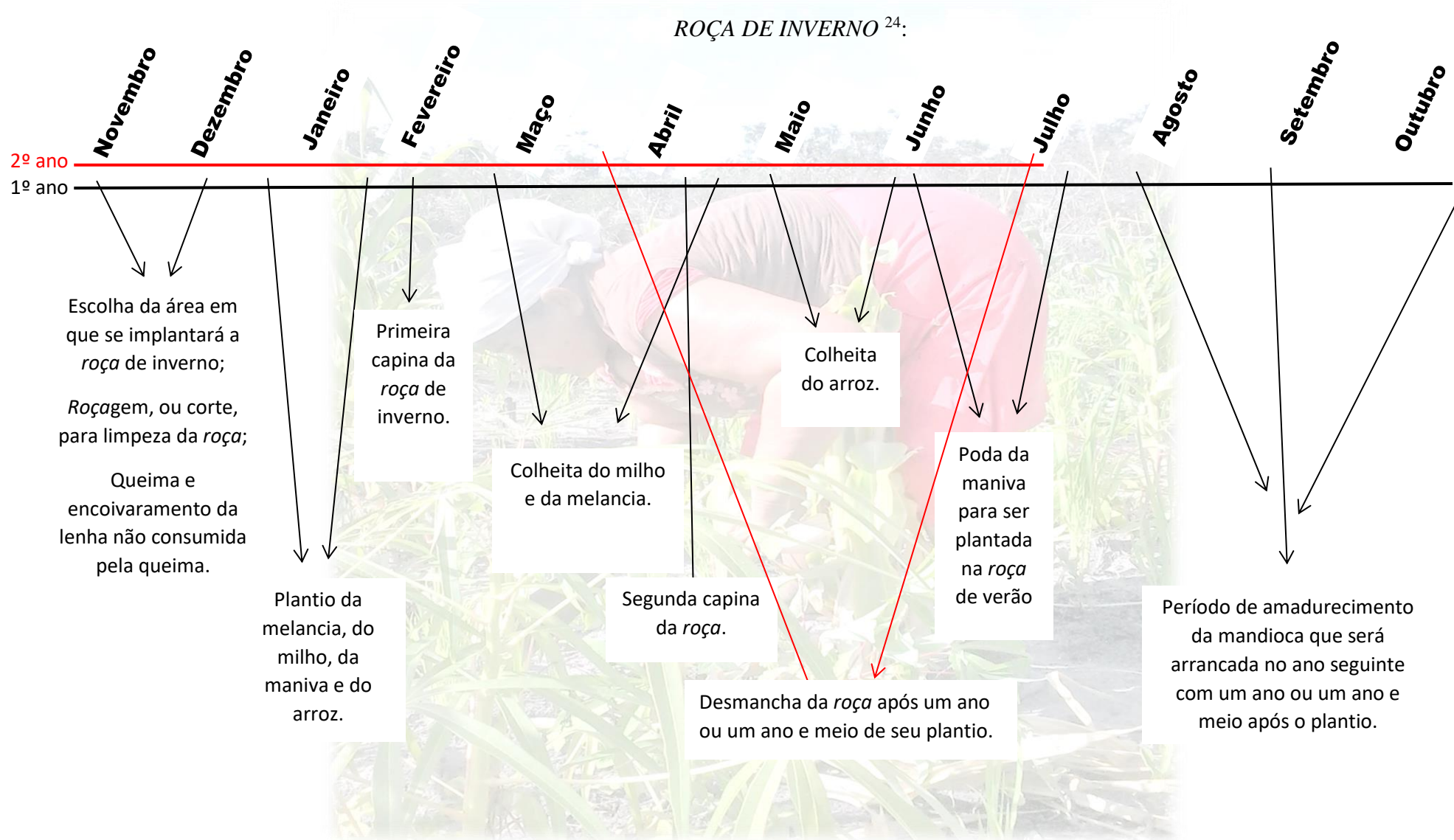
Neste subtópico, apresento duas representações do calendário referentes ao modo como os agentes sociais organizam suas atividades orientadas pela distinção entre a *roça de verão* e

a *roça de inverno*. A partir de tal diferença, os agentes sociais se articulam, tendo como base para as unidades familiares e do grupo doméstico. Também estabelecem suas organizações a partir dos laços de vizinhança, principalmente, quando se articulam em torno de relações sociais designadas de *roças de meia*, as quais possibilitam a ampliação das forças de trabalhos para além das unidades familiares, pois permite que a junção de um quantitativo de trabalhadores, parentes e vizinhos, inclusive, implantem uma *roça* em uma área maior.

Apresento, a seguir, os dois calendários referentes à *roça de inverno* e à *roça de verão*:



²³ Esquema elaborado pelo pesquisador com base nas entrevistas dos agentes sociais de Brito, gravadas entre 2016 e 2017.



²⁴ Esquema elaborado pelo pesquisador com base nas entrevistas dos agentes sociais de Brito, gravadas entre 2016 e 2017.

2.4.2.1 – Dinâmica do cultivo das espécies agricultáveis na *roça de inverno* e na *de verão*

Em Brito, as espécies cultivadas nas *roças de inverno* são: diferentes tipos de mandioca, milho, melancia e arroz. Enquanto o feijão, a abóbora, o maxixe e o quiabo são cultivados em pouca quantidade. Na *roça de verão* são cultivadas apenas as espécies de mandioca. Essa diferença entre o cultivo de vegetais está relacionada a uma lógica específica que leva em consideração o nível pluviométrico, o solo escolhido para implantação da *roça* e o possível ataque de insetos. A dinâmica sobre o tempo necessário para que cada espécie produza é diferente, sendo que uns levam mais tempo, outros menos tempo. Essas questões me foram descritas pelo senhor Leonardo, pelo senhor Zé Raimundo, por Dona Maria José e pelo senhor Luís. Segue a descrição de parte dessa explicação que me foi apresentada no decorrer das entrevistas:

Tacilvan: Quando é que se colhe esses milhos que se planta até março? Se colhe quando?

Senhor Leonardo: Plantou em março, então, em maio... não, plantou em fevereiro, janeiro ou fevereiro, aí, do final de março pra abril se está colhendo. Porque é de três meses, quatro meses no máximo. No final de março, de abril pra maio tá colhendo tudo. O milho.

Senhor Leonardo: A melancia também é três meses, dois meses e alguns dias. Aí, planta ela em janeiro e ela nasce na primeira chuva que dá. A gente planta janeiro, aí, fevereiro, março já está boa pra colher, né ou no começo de abril. Dois meses e alguns dias.

Senhor Leonardo: A mandioca depende da *roça*, da forma como você prepara ela. Se tu prepara ela boa e se ela for boa mesmo, com um ano tu tá colhendo. Tem *roça* que tu planta em janeiro, fevereiro e, se quiser, já pode até arrancar de acordo, se tu tiver precisão tu já pode arrancar, já tem mandioquinha pra dar. Só que não vale à pena porque tá novinha e vai estragar a mandioca e mais a maniva pra no *verão*. Quando não, tu deixa ela passar esse ano, no começo do ano que vem, no *inverno*, que é pra ela engrossar mesmo e no final do *inverno* tu arranca que é de ano em diante.

O trabalho para implantar a *roça*, designado localmente pela expressão *botar uma roça*, compreende um processo do qual as atividades de finalização de uma *roça*, as chamadas *desmanchas*, ocorrem quase ao mesmo tempo em que os agentes sociais estão implantando uma nova *roça*. Os agentes sociais que não investem esforços em uma nova *roça* se dedicam à pesca ou ao extrativismo vegetal ou animal.

As *roças de inverno* podem ser feitas intercaladas, ou seja, quase finalizando os trabalhos de uma *roça de inverno*, os agentes sociais se mobilizam para implantar outra desta. Perguntei ao senhor Leonardo, em diferentes entrevistas, como funcionavam as atividades inerentes ao processo de implantação de uma *roça de inverno*. Destaco abaixo as respostas que obtive:

Senhor Leonardo: Por exemplo, plantamos em janeiro, de janeiro pra fevereiro, quando chegar dezembro tu prepara a outra *roça* pra dezembro ou janeiro tu planta novamente. Então, quando chega dezembro, tu já tira a maniva dessa *roça* e planta na outra. E deixa a outra roca que tu vai arrancar só de julho pra frente do ano seguinte. É de um ano e seis meses. Tu botou ela este ano de 2016, em janeiro, tu vai passar o ano todinho com ela ali. Quando chegar janeiro de 2017 ela já completou um ano, não é?! Aí, tu já pode arrancar, mas como tu não vai arrancar em janeiro, tu vai arrancar só no final de junho de 2017 já, que é pra tá com um ano e seis meses, já.

Senhor Leonardo: Dentro da outra, é! No período de um, no espaço de um ano, tu começa a outra. Já, essa que tu plantou, em janeiro de 2016, quanto chegar em janeiro de 2017, tu já tira a maniva dessa pra plantar na outra, mas tu não arranca a mandioca lá pra fazer farinha tu, não arranca a mandioca pra fazer a farinha. Tu só poda, como a gente chama, e atira maniva para plantar na outra e, me deixa falar também... se tivesse maniva em uma outra *roça* paralela tu já não tira dessa, já não poda. Tu já poda da outra *roça* paralela e deixa essa inteira, tu vai arrancar da terra no *verão*

Senhor Leonardo: Não dos dez para os doze meses só decota no janeiro do ano seguinte em que tu plantou e, aí, com a chuva aqui, geralmente, só dá pra plantar de janeiro pra frente. Se der uma chuvinha em janeiro tem já que plantar logo e, se não der pra molhar a terra bem, tu não planta, vai esperar fevereiro.

Nos trechos acima, Senhor Leonardo se refere à *roça* de *inverno*. É a dinâmica seguida por aqueles que se dispõem em implantar somente as *roças* de *inverno*. Para os que decidem por trabalhar tanto na *roça* de *inverno* quanto na *roça* de *verão* é preciso um tempo menor na intercalação entre ambas, *inverno* e *verão*. A *roça* de *verão* leva um tempo menor de maturação, sendo de oito meses a um ano. A de *inverno* precisa de um ano a um ano e meio para maturar.

Entrevistei Dona Maria José também para saber a respeito dessas *roças*. Ela traz uma distinção entre a *roça* de *verão* e a *roça* de *inverno*, esta última também chamada pelos seus pais e avós de *roça* de dezembro, sendo que a de *verão* é percebida como um meio pelo qual se pode obter, de imediato, o principal produto da *roça*, a saber, a mandioca para a produção da farinha. Segundo ela:

É, é uma *roça* de dezembro que se chama. E aí como já não choveu mais em dezembro, começou a chover só em janeiro aí a pessoa planta. Mas na época que comecei a minha entender como a Aline [sua neta, filha de Alcilene] para cá, aí o meu avô, meu avô, meu pai *roçava* e era uma *roça* de dezembro que eles chamavam [a mesma *roça* de *inverno*]. Só que no mês de junho, julho que o *inverno* era pesado e o mato Era bastante molhado. Aí, eles faziam [a *roça*] de *verão* que meu pai dizia que o *verão* era que tirava a fome de farinha porque eles *roçavam* em novembro. Enquanto essa *roça* tá se preparando você tá com *verão* e quando chega arrancar essa aqui...não, aí a gente vai arrancar o *verão* ai e essa aqui fica pra maturar a mandioca (Dona MARIA JOSÉ, 2017. Grifos meus).

2.4.2.2 – O arroz, a mandioca, o milho, a melancia e o feijão: do cultivo ao consumo dos produtos das *roças*

O plantio das espécies agrícolas como o milho, a melancia, a mandioca e o arroz acontece em dias diferentes, mas exige o investimento do trabalho da unidade familiar em

cooperação com parentes, vizinhos e demais da unidade social com os quais os donos da *roça* mantenham relações de proximidade. Os produtos selecionados pelos agentes sociais para plantarem nas *roças* perpassa pela compreensão que eles detêm sobre as condições físicas locais e os recursos que eles dispõem para produção desses produtos. Quando questionei o senhor Leonardo sobre as espécies que eles costumam cultivar em Brito o mesmo destacou o seguinte:

Senhor Leonardo: aqui se bota *roça* mais pra mandioca e milho, melancia, se planta um feijãozinho, mas é mais pouco, pra cá é muito danado pra dar aquele pulgão no feijão. E, aí, tu planta ele no começo do *inverno* e aí é difícil tu plantar que não dê esse pulgão danado. E, aí, estraga a maior parte mais do que tu aproveita. E, aí, nós não somos muito viciado nele por isso, porque também nós não somos acostumados a comprar os insumos pra evitar o pulgão e por isso é que dá muito pulgão. Mata mesmo, chupa as vargens tudinho que não presta. Algumas vezes que presta. E, aí, tu planta mais é a melancia, a mandioca e o milho (Senhor LEONARDO DOS ANJOS, 2017).

O feijão encontra condições básicas para ter um bom crescimento. Por outro lado, os agentes sociais se deparam com os constantes ataques dos chamados pulgões, uma praga que ataca as vargens do feijão impedido que elas se desenvolvam adequadamente. Por este motivo são poucos os que se dispõem em plantá-lo, pois optam por cultivar as espécies que não os trará essas implicações. Neste caso prevalecem o milho, a melancia e a mandioca.

Embora eu tenha encontrado arroz plantado nas *roças* de *inverno* do senhor Jorge, de Vilmar e do senhor Pelado, não significa que ele também seja uma das espécies fortemente cultivadas em Brito, pois a quantidade de chuvas anual não tem favorecido que os grãos enchem o suficiente para assegurar uma safra que permita o sustento das unidades familiares por um longo período. Afirma o senhor Leonardo:

O arroz a gente deixou mais de cultivar porque os *invernos* não prestaram mais pra se plantar o arroz. As vezes só de muito pouquinho é que se planta o arroz. Por exemplo, começa a chover. Aí, dá uma chuvinha em janeiro e quando a gente vai plantar o arrozinho no começo de fevereiro. Aí, pra quando chegar o mês de maio já se tá cortando ele. Fevereiro, ai março, abril e maio fez três meses. Aí, se é arroz de quatro meses, vai pra junho (LEONARDO DOS ANJOS, 2017).

A mandioca assim é o produto que se destaca na produção agrícola de Brito. Nas *roças* há uma variedade de espécies plantas e que são conhecidas localmente pelos nomes de pingo de ouro ou maniva de coelho, vianinha, pretinha, fininha, casa de forno.

Assim, afirma Dona Maria José:

Maria: são de várias qualidades aí. Tem uma tal de casa do forno, mas dessa casa do Forno parece que não tem aqui e aí de toda essa mandioca aqui essa aí, ela tá e se plantar dezembro, a terra sendo boa, e aí passa dezembro e janeiro quando chegar o outro dezembro já pode arrancar que ela já tá boa de mandioca. Eles chamam essa daqui de fininha porque a folha dela é fininha. Essa maniva ela é muito boa tem ela ali perto das casas no sítio onde ficava aquelas casas eu já conheço os três pés dela, siô, e é cada mandioca. Porque se deixar ela completar um ano ela não amolece direito ela fica como se tivesse toda assada ou cozida assim, sei lá, escaldada. Olha é dessa aqui que estava falando essa e da outra ela é muito boa para dar mandioca lá no quintal daquelas casas para ali (MARIA JOSÉ, 2017. Grifos meus).

A mandioca passa pelo processo de amadurecimento que finaliza no momento designado de apuração da mandioca. Trago o depoimento de dona Maria José sobre esse processo de maturação da mandioca na *roça* onde ela explica a percepção dos agentes sociais sobre esse momento. Assim, ela descreve:

A gente vai plantar essa maniva. Então, é um ano ou um ano e meio pra apurar essa mandioca. E, aí, quando chega dezembro e começa as chuvas em janeiro, essa mandioca a gente chama de degenerar, né, porque ela perde toda a tapioca e, aí, essa mandioca ela fica como se fosse uma palha. A gente bota ela de molho pra ela amolecer e aí ela fica tipo uma palha, se vai descascar ela pra fazer a farinha, que aí outros chamam de farinha branca e outros chamam de farinha seca, só que, aí, a mandioca ela fica toda como se fosse só uma borracha e, aí, ela não dá pra se fazer a farinha nessa época. Aí, vai se esperar que entre o mês de abril, que a chuva para mais e, aí, ela começa a melhorar, ela começa a voltar a tapioca pra mandioca novamente e, é aí, que eles dizem que é a apuração da mandioca. E, aí, vai de abril até julho o período pra desmanchar a *roça*, arrancar a mandioca pra fazer a farinha que, aí, a mandioca está apurada, está mussiça. E, aí, quando é pra raspar tem uns que só descasca assim (de um lado) e outros raspam (do lado que não foi descascado). Aquele leite da mandioca cai todo na gente chega fica alvinho, até a roupa fica toda branca só da tapioca. Então, ela está muito boa pra fazer a farinha (MARIA JOSÉ, 2017).

Pelo que ela explica pode-se destacar alguns momentos dessa maturação designados localmente de *degeneração* e *apuração* da mandioca. A *degeneração* corresponde à metade do tempo de maturação da *roça* de *inverno* que coincide com o início das chuvas do ano seguinte ao que foi feito o plantio da maniva nas *roças*. No início dessas chuvas a mandioca entra no processo de *degeneração* em que perde o amido. Com a diminuição das chuvas as mandiocas voltam a se regenerar ou, como descreve a dona Maria José, ela entra no processo da *apuração*.

Quando a mandioca entra no processo da *apuração*, ela apresenta condições de ser arrancada e garante a produção da farinha branca, também conhecida como farinha seca; é produzida a farinha d'água, também designada como farinha de puba; é possível ainda a extração do tucupi rico em amido. Com esse amido é produzida a tapioca. Pelo que observei em uma farinhada, o amido é extraído do tucupi das mandiocas que não foram postas de molho para pubar. Assim, após serem arrancadas das *roças*, essas mandiocas são descascadas, lavadas e trituradas no caititu. Após trituradas essa massa é exprimida em tipitis para secar. O líquido extraído na secagem da massa de mandioca, o tucupi, é posto em reservatórios como baldes e bacias em que o amido se concentra no fundo deles e possa ser retirado ou para ser torrado nos fornos no final da farinhada ou para ser guardado seco e in natura. Com a extração do tucupi da massa da mandioca esta é, então, usada na produção da farinha branca.

Além da produção dessas distintas farinhas, que são feitas com fins de consumo pelas próprias unidades familiares, os agentes sociais se dedicam ao cultivo da melancia e do milho. Ao que parece, são os dois únicos produtos da *roça* que são voltados para atender ao comércio.

Neste caso, estes dois últimos são vendidos para outras comunidades ou para compradores de outros municípios como a sede de Alcântara e Bequimão.

Os agentes sociais que vendem o milho que produzem utilizam a designada “mão de milho” como unidade de medida, sendo que esta corresponde a vinte e cinco espigas de milho. Os preços das “mãos de milho” são tratados com cada comprador sendo que, no momento da pesquisa de campo, ficou difícil estabelecer um valor específico sobre a venda deste.

2.5 – Práticas extrativistas associadas à *roça* e a pesca

Descrevo esses pormenores dessas atividades pois considero que a relação com o território perpassa pela relação estabelecida também na realização dessas práticas. Neste sentido, caracterizá-las minimamente representa uma forma de descrever as relações estabelecidas entre os agentes sociais.

Dedico este tópico para descrever práticas que se associam à *roça* e à pesca na construção da autonomia dos núcleos familiares em Brito. As falas dos agentes sociais levaram a perceber que no território há uma circulação de produtos que asseguram o modo específico de viver nessa unidade social.

Desse modo, descrever essas atividades é tentar perceber como que elas são articuladas em uma relação de reciprocidade positiva que possibilita a construção da autonomia do grupo. Não se trata, assim, da mera descrição dessas práticas, sendo antes, o esforço reflexivo para pensar como a *roça* e a pesca não são atividades unilaterais e totalizantes, mas estão articuladas com práticas que se intercalam, estabelecem formas específicas de organização local e asseguram as condições de existência da coletividade.

Essa descrição também está posta não apenas pelas observações realizadas na unidade social pesquisada, mas também pelas falas dos agentes sociais nos momentos das entrevistas. Tais agentes buscam descrever essas práticas estabelecendo uma relação de contraste entre a vida social dos grupos que permanecem em suas unidades sociais próximas ao litoral, frente às unidades sociais deslocadas para as chamadas agrovilas.

Segundo os agentes sociais com os quais gravei entrevista, a permanência no território étnico, em que há abundância de recursos naturais que asseguram suas reproduções físicas e sociais, é a condição de afirmação de sua autonomia. Diferem-se neste sentido dos que estão nas agrovilas, pois estes estão sob condições de controle no uso dos recursos naturais além de sentirem os efeitos da escassez dos recursos necessários para assegurarem sua autonomia produtiva.

Neste sentido, descreverei a respeito da produção do carvão vegetal; sobre a captura do marisco designado jurupeua, da captura do tamarú, uma espécie local de camarão que vive nas áreas de lama, da extração da ostra e do caranguejo nos manguezais; da extração e venda do murici e dos derivados da palmeira de coco babaçu; sobre a criação de animais domésticos e do trabalho das artesãs de Brito. Essas práticas se somam na organização local e permitem aos agentes sociais descreverem os saberes embutidos em cada uma delas.

A economia local assim, está composta por um sistema de práticas coletivas que permite uma circulação de bens e serviços próprios entre as diferentes unidades sociais no território.

O que está aqui sendo analisado como caso particular das relações totais estabelecidas entre as diferentes unidades sociais presentes no território étnico não é peculiar a Brito, antes esse caso investigado, diz respeito a uma descrição pormenorizada ocorrida dentro de uma unidade social, mas que é recorrente nas demais. No Laudo antropológico desse território, isso fica evidenciado, as relações mercantis decorrentes das trocas inseridas na organização econômica do grupo. Ademais, acrescenta Almeida:

As transações mercantis envolvem apenas os produtos do trabalho agrícola, do extrativismo, da caça, da pesca, da criação de gado para abate e das peças de artesanato feitas com palha (cofos, abanos, piaçabas, meaçabas, cestos, tipitis), madeira (para esteio das casas), barro (utensílios de cerâmica) e fios de algodão (redes), além do carvão produzido com os restos vegetais dos terrenos de plantio (ALMEIDA, 2008, p. 78).

As observações têm levado a pensar nessas relações estabelecidas entre as unidades sociais como processo de construção constante de relações sociais que se intensificam e objetivam suas práticas em mobilizações que convergem para a reivindicação do território étnico. Neste sentido, não se trata apenas das relações estabelecidas em torno de atividades econômicas, antes, elas estão implicadas em modos de vidas que são acionados na afirmação identitária dos agentes sociais que se afastam desses recursos naturais ao objetivarem em movimentos sociais suas lutas de reivindicação pelo reconhecimento e permanência em seus territórios.

2.5.1 – Produção de carvão

As lenhas destinadas à feitura do carvão são postas em uma das laterais da *roça* e em áreas descampadas o suficiente para construir as caeiras ali mesmo. Essas caeiras são construídas sobre o solo ou, quando não, são feitas valas retangulares em que se organizará pedaço por pedaço da lenha até a altura suficiente em que seja possível reverter a lenha com galhos verdes de vegetais diversos e cobrir toda ela com areia. A extremidade que fica para o lado com maior intensificação dos ventos será a parte por onde se ateará fogo à caeira. A outra

extremidade será revertida por galhos verdes e areia e por meio dela será feito o controle da velocidade com a qual ocorrerá a carbonização da madeira.

A feitura das caeiras é uma prática que pode acontecer concomitantemente aos trabalhos na *roça*. Em uma organização do trabalho, as mulheres se empenham em realizar a capina da *roça* e a feitura do carvão dividindo o tempo entre a tarde e a manhã. Assim, quando trabalham na capina pela manhã, dedicam determinado momento no período da tarde para enfornar a caeira. Ou pode acontecer o contrário. Essa flexibilidade na organização das atividades é pertinente a cada unidade familiar.

Para além do período das capinas, as mulheres podem produzir o carvão a qualquer momento, desde que ele seja preciso nas casas. No período em que falta o gás de cozinha, por exemplo, se torna propício prover o carvão principalmente se a família estiver desprovida de recursos financeiros para a compra do gás.

Levam-se, em média, três dias para prepararem a caeira, dependendo do tamanho que as mulheres resolvam fazê-la. O processo para retirar o carvão produzido demanda outros dias de espera visto que se tem que esperar o carvão esfriar na caeira para que possa ser recolhido, colocado em cofos ou sacos de náilon e armazenados nas designadas *puxadas* das casas.

As áreas em que ocorrem a extração de madeiras em Brito para a feitura do carvão estão referidas como *ciribal*, ou ilha das garças nas proximidades da margem do igarapé do lado de Baracatatiua. Esse local é referência para Brito, pois há uma concentração significativa de troncos secos do vegetal chamado ciriba nessa área. Ademais, pode ocorrer nas ocasiões de feitura das *roças* e também na coleta de madeira seca dispersa no entorno do Sítio de Brito.

O carvão produzido pelas unidades familiares é destinado ao consumo das famílias. É um modo pelo qual os agentes sociais buscam economizar o gás de cozinha e auxilia também na construção de algumas casas, na construção dos *puxados* às casas. Esses *puxados* consistem em formas de varandas construídas no fundo das casas que abrigam entre outros objetos, o jirau, os potes com água e o fogão à lenha.

Os fogões de barros ou mesmo os fogareiros são abastecidos com o carvão produzido nas caeiras e se destinam ao preparo de alimentos tanto assados quanto cozidos e fritos. No período da colheita do milho são constantes o uso dos fogões à lenha para assá-lo, ou quando não, são usados para assar ou fritar os pescados capturados pelos pescadores.

Alimentos que demandam um longo tempo de cozimento como o feijão, são cozinhados no fogão à lenha. Na ausência do fogão a gás, são os fogões à lenha que asseguram o preparo dos alimentos na cozinhas das unidades familiares.

2.5.2 – Captura das jurupeuas nos arrecifes de pedra, do tamaru na lama, ostras e carangueijo nos manguezais

Tratarei de apresentar aqui as relações inerentes à captura de mariscos como as jurupeuas, os tamarus, as ostras e o carangueijo. A captura de mariscos nas praias e nos igarapés e nos manguezais ocorrem, em certa medida, com menos frequência que a pesca, mas se equipara a práticas extrativistas no sentido de uma atividade que soma na renda dos núcleos familiares.

2.5.2.1 – As jurupeuas

Luís: Esse aqui que é a jurupeua, oh. Ela tem um buzinho dentro, um negócio que a gente tira com a ponta da faca e a gente faz a torta e o guisado e tudo dela.

Tacilvan: Tem gosto de quê?

(todos rimos).

Luciane: Tem gosto de um búzio.

Luís: É como gosto de sururu, essas coisas. Ela é da mesma família do sururu, mas ela é de outro tipo.

As jurupeuas pertencem a uma espécie de lesmas que vivem em conchas de formato espiral cuja coloração variam de um tom embranquecido a um tom acinzentado e são marcadas por pequenos pontos preto. Em geral, elas são coletadas no início da noite quando as marés propiciam a realização de tal prática. A saída das mulheres e/ou dos homens das residências em que vivem para executar a captura da jurupeua está orientada pelo movimento das marés, ou seja, é preciso ir em um momento em que a maré esteja de vazante, pois é quando os arrecifes de pedra ficam descobertos das águas e é possível apreender esses mariscos.

São mariscos que, ao longo do dia, passam recolhidos debaixo das pedras, mas que durante a noite saem de seus esconderijos e ficam expostos sobre as pedras dos arrecifes. Isso facilita sua captura que antes exigia esforços dessas mulheres para revirar as pedras para capturá-los. Após perceberem que eles eram presas de fácil captura no período noturno, as mulheres passaram a se reunir à noite para irem pegá-los.

A vantagem, segundo a esposa do Senhor Luís, de capturar as jurupeuas durante a noite é que fica de fácil identificação o tamanho delas. Assim, torna-se prática a escolha das maiores deixando as menores para se desenvolverem até alcançar o tamanho em que possam ser também recolhidas. Afirma ela: “...e de noite não, elas sobem tudinho pra cima das pedras e a gente escolhe o tamanho que a gente quer” (Dona Luciane, 2017).

Os que a capturam saem no início da noite e fazem um percurso desde a praia da Marva até a prainha de Brito. Levam consigo um balde onde são depositados os mariscos capturados. Segundo a ela, há vezes de ela voltar com o balde cheio desses mariscos que, ao chegarem em casa, são pré-cozidos para se desprenderem das conchas, após isso são pesados e repassado aos compradores. Ela afirma:

Luciane: Aí, a gente vai de noite e, aí, vai de cinco ou seis mulheres, às vezes, vai até homem e, aí, a gente vai aqui pela Marva e vem, traz um balde, deixa só eu lhe mostrar, um balde aqui que a gente sempre leva e traz cheinho de jurupeua (Dona, 2017).

A venda desse marisco não movimentava uma comercialização diária nem intensiva, já que são vendidos quando há encomenda deles por algum comprador que não os revende, servindo apenas para alimento da unidade familiar deste que os encomenda

Dona Faustina é uma das que realiza essa captura também. A última vez em que ela fez a coleta desse marisco foi para atender ao pedido do Senhor Domingos, o doutor de ossos de Canelatiua que, segundo ela, é um dos grandes apreciadores desse marisco.

Eles são vendidos no quilo que chega a custar R\$ 20,00 (vinte reais) e são comercializados entre as unidades sociais dispersas no território desde que haja encomendas desse marisco. O Senhor Luís e sua esposa afirmam:

Luís: Aí, por Santa Maria, Alcântara e esses outros povoados, aí, como São João de Corte, tudo ela (Dona Faustina) vende, até Canelatiua.

Luciane: todos esses, aí, eles encomendam pra ela.

Tacilvan: De Canelatiua?

Luciane: Hum rum, de Canelatiua. Tem um velhinho chamado Domingos de Canelatiua. Esses dias mesmo nessas duas marezadas que nós fomos tirar, ela tirou de dois a três quilos pra ele. A gente tira o miolo dela e ela já vai preparar já só pra entregar (LUÍS; LUCIANE, 2017).

O consumo local da jurupeua não é frequente, ocorrendo em datas específicas como em momentos de festas como na semana santa, no dia das mães, no natal ou por outras eventualidades não descritas pelos agentes sociais. *Quando chega assim, semana santa, na época do carnaval ou natal, a gente sempre tira pra comer nessa época* (dona ... 2017). A jurupeua é fundamentalmente consumida no preparo de tortas ou mexidos. Ademais, são capturados apenas sob a condição que alguém solicite às essas mulheres.

2.5.2.2 – Os tamarús

Os chamados tamarús são uma espécie de pequenos camarões que vivem em buracos feitos por eles mesmos na lama ou nas áreas próximas aos arrecifes de pedras. Esses crustáceos são reconhecidos pelos agentes sociais pelo som que eles produzem ao abrirem e fecharem suas pinças. Esse som específico facilita a identificação dos tamarús nos buracos e possibilita a captura desses animais.

O consumo destes crustáceos pelos agentes sociais está associado não somente ao uso destes como iscas para a pesca de diferentes espécies de peixes. Neste sentido, a captura deles ocorre voltadas para atender a três quesitos basicamente: de alimento, de isca para a realização da pesca de peixes e para venda.

Uma vez iscado nos anzóis são lançados ao mar, o que permite a otimização na captura dos pescados de diferentes espécies. Esses animais são encontrados tanto no igarapé de Brito quanto ao longo das praias nas partes em que há concentração de lama. É abundante no território sendo de fácil captura.

2.5.2.3 – As ostras e os caranguejos

Os primeiros dados de campo que obtive a respeito das ostras e dos caranguejos foram com o Senhor Leonardo, que falou sobre as áreas em que a extração de ostras levou ao esgotamento desse recurso devido ao inchaço demográfico ocorrido nas agrovilas que culminou com a centralização e o aumento da exploração dos recursos naturais em uma mesma área.

A esposa do senhor Lachu relata que, no período de reprodução, os caranguejos vêm até o Sítio de Brito. Alguns acabam sendo coletados para consumo familiar. A seguir, temos a descrição dela do Senhor Luís:

Luís: Então, um lugar desse é muito ótimo, é um paraíso isso aqui pra gente.

Luciane: Aqui ninguém tira caranguejo pra comer.

Luís: Ninguém quer ir tirar pra comer, mas tem aí que engancha.

Luciane: Só quando está mesmo com muita vontade de comer.

Luís: Aí, o cabra vai lá e tira.

Tacilvan: Mas tem bastante dele

Luís: Demais! Muito.

Luciane: No período que ele sai assim bem aí pertinho do mangue e, aí, a pessoa vai por ali assim e pega. Aí, come, faz torta dele. Tem a siri, tudo tem. Aqui é muito bom de viver.

Tacilvan: A siri aqui dá mais no igarapé ou na praia?

Luís: Dá no igarapé, na praia, em qualquer lugar.

Luciane: No igarapé a gente agarra de linha assim oh. Aqui é muito bom de se viver

A captura desses mariscos está associada pelos agentes sociais com a possibilidade de uma diversificação na alimentação, além de permitir aos que deles fazem consumo de garantir a autonomia em momentos de diminuição dos peixes nos chamados pesqueiros.

2.5.3 – Extração e venda do murici

Em Brito, o murici é constantemente coletado pelas mulheres que o aproveitam na produção de sucos, licores, ou mesmo para os venderem *in natura*. Os sucos dessa fruta são consumidos pelas próprias unidades familiares, já os licores são produzidos para atenderem a encomendas por outras unidades familiares em períodos festivos. A fruta *in natura* é vendida entre as unidades sociais ou transportada até a sede de Alcântara onde é revendida pelos compradores nas feiras.

O período da safra do murici compreende o período que começa em março e se estende pelos meses de abril, maio, junho indo até o final do mês de julho. Nesse intervalo, há significativa extração dessa fruta devido ao potencial produtivo dessas árvores que se dispersam por toda a orla marítima do litoral.

Para executarem a extração do murici, as mulheres optam por levarem para os muricizeiros um balde de plástico onde depositarão as frutas colhidas e um facão usado na limpeza da área em torno dos muricizeiros. A parte em baixo das copas dessas árvores também são limpas para facilitar a coleta uma vez que o controle estabelecido pelos extratores implica em cuidados sucessivos de evitar coletar os que ainda estão fixados nos galhos da planta. Antes, as mulheres se encarregam de coletar os muricis que se desprenderam da árvore.

A facilidade com que é possível realizar a coleta do murici permite que, no mesmo dia, sejam realizadas diferentes atividades sejam domésticas, sejam na *roça* ou mesmo na pesca. Diariamente eram coletados nos muricizeiros dispersos em toda faixa do litoral da praia de Brito. Esses muricis são pesados e vendidos a um valor mínimo de R\$ 5,00 reais o quilo.

Imagem 5 - Dona Faustina, voltando da coleta de murici na praia de Brito



Fonte: Tacilvan Alves, 2017.

A fotografia acima ajuda a descrever um dos momentos inerentes à coleta do murici. Nela, Dona Faustina porta o facão, o balde com o murici e, sobre o balde, um medidor de plástico usado para colocar o murici quando se está juntando ele debaixo dos muricizeiros. O uso desse recipiente menor possibilita que as mulheres se desloquem sem precisar carregar o balde que, além de ficar pesado pela quantidade dos frutos nele contido, limitaria o deslocamento de maneira ágil.

2.5.4 – Palmeira de babaçu: dos usos sociais das palhas ao coco babaçu

As palmeiras de Babaçu são encontradas por toda extensão do território. Delas, os agentes sociais aproveitam tudo, desde as palhas até os frutos e seus derivados. Passarei a descrever algumas das atividades praticadas em Brito, a partir do aproveitamento dos recursos proporcionados pelo uso das palmeiras de babaçu.

2.5.4.1 – Uso das palhas da pindova para cobrir as casas

Para cobrir as casas, os agentes sociais extraem as palhas e as organizam em feixes compostos por 16 palhas cada um. Para uma casa constituída de dois quartos, uma cozinha e uma sala são necessariamente utilizados 40 feixes. No entanto, essa quantidade pode variar em relação ao tamanho de cada casa. Na circulação desses feixes, os agentes sociais estabelecem um valor que variam dependendo da quantidade de palhas que compuseram cada feixe. Esses feixes são extraídos das palmeiras novas, pois as mais velhas, por serem muito altas, dificultam a extração das palhas, ficando somente para reprodução.

Há um saber próprio no que diz respeito às técnicas necessárias para uso dessas palhas. Consiste na extração das palhas novas ainda fechadas e chamadas de pindoba ou pindova que, ao serem compradas, passam pelo processo de estalagem das folhas, ou seja, as folhas de cada pindova são abertas e escaladas para lateral do talo principal que, a nível de compreensão, pode se dizer que formam um ângulo de 90 graus. Após a estalagem, as palhas são postas para secar quando, só então, poderão ser usadas para cobrir as casas.

Todo esse processo de extração e cobertura das casas são realizados principalmente no *verão* quando as condições propiciam a secagem e a descoberta e recoberta das casas sem correr o risco de comprometer o interior das casas pela água das chuvas no período do *inverno*.

As palhas da pindova também são usadas nas chamadas puxadas, extensões das casas construídas e servem como depósitos para guardar utensílios da pesca e da *roça*, também lá são postos, em algumas residências, os fogareiros para preparar os alimentos. Essas puxadas tem o teto coberto com a palha da pindova. Em algumas casas as puxadas possuem as paredes tapadas também com essas palhas.

Os banheiros nas residências são construídos como cômodos separados dos outros compartimentos e, de forma circular ou quadrada, possuem as paredes tapadas com palhas de palmeira de babaçu, amarradas por embiras também chamadas pelos moradores de *enviras*, uma espécie de corda feita com a fibra extraída de uma parte que fica entre a casca e o âmago do tronco de uma madeira chamada de *pau de embira* ou *pau de envira*, segundo me explicou Ubiraci. Ou, de outro modo, se usa um cipó chamado *tracuá* encontrado nas chamadas *baixas*. Essas *baixas* são as áreas no território com significativas depressões e que ficam próximas às margens dos rios que, por vez, também foram identificadas pelos entrevistados com a designação *beira do rio*.

2.5.4.2 – As palhas de pindova na produção dos cofos, abanos e mençabas

Os cofos são produzidos a partir de técnicas específicas e demandam certas habilidades dos tecedores que os designam de diferentes formas: de cintura, de alqueire, de quatro em cento, cinco em cento, seis em cento, cofo de segredo, de cu torcido. Os que são tecidos para uso na pesca são denominados de enganador por aparentar estarem sempre cheios. Esses cofos são produzidos e usados na pesca; para carregar produtos da *roça* até as casas; para carregar a massa da mandioca dos tanques, onde são postas as mandiocas para pubar, até o caititu onde são trituradas e postas para secar nas chamadas prensas.

Passarei a descrever algumas especificidades a respeito desses cofos. Pontuo que muitas das informações a respeito desses artefatos foram obtidas em entrevistas gravadas no âmbito da pesquisa de campo do Projeto Centro de Ciências e Saberes, em 2016. Somei a estas entrevistas as observações diretas que realizei no decorrer da minha estada em Brito quanto realizei trabalho de campo referente à pesquisa para elaboração da dissertação.

2.5.4.2.1 – Cofos

Os cofos são feitos a partir do uso das folhas das *pindovas*, *designação que é atribuída pelos agentes sociais aos brotos da palmeira de babaçu*. Após sua retirada da palmeira de babaçu, a pindova precisa ser *estalada*, técnica usada para armação das folhas. Uma vez separadas, as folhas da pindova são tecidas em trama. Há uma variedade de tramas utilizadas de acordo com o cofo. A trama é feita sobrepondo uma folha por cima de duas folhas, técnica essa chamada localmente de “*uma por cima de duas*”. Trata-se de um artefato muito utilizado em atividades agrícolas, pesqueiras e domésticas. Para sua produção é necessário o uso de um facão ou faca para cortar e fazer a “*limpeza*” da *pindova*, retirando partes não utilizáveis.

O designado cofo de segredo pode ser usado como uma embalagem para guardar presente ou também para esconder algo que tenha algum valor material ou simbólico para quem guarda ou, ainda, como uma brincadeira na qual se tem como desafio descobrir o que tem guardado dentro do cofo. São tecidos em trama e descrevem uma peculiaridade no saber que envolve sua produção, pois são poucos os que sabem fazê-los.

Os cofos de quatro em cento são tecidos para colocar o carvão, se referindo a uma forma de medida a qual corresponde ao equivalente de três latas de carvão. O cofo de cinco em cento e de seis em cento também são usados para colocar carvão se referindo a formas de medida distintas.

Os cofos de um alqueire são tecidos para guardar farinha. A nomenclatura refere-se a uma medida que equivale a 30 quilos de farinha. Para o armazenamento da farinha nos cofos

de um alqueire é usada uma forragem por dentro do cofo feita com a folha de um vegetal chamado de guarimã. Uma vez que estas folhas de guarimã estejam dentro do cofo, passam a ser chamadas de folhas de paneiro, uma designação que também faz jus à medida de farinha armazenada nesses cofos.

O cofo de meio alqueire, medida equivalente a 15 quilos de farinha, pode ser usado para guardar farinha. Para o armazenamento da farinha nos cofos de um alqueire é usado uma forragem por dentro do cofo feita com a folha de guarimã. Uma vez que estas folhas de guarimã estejam dentro do cofo, passam a ser chamadas de folhas de paneiro. O cofo de uma quarta pode ser usado para guardar farinha também. Refere-se a uma medida que equivale a 7,5 quilos de farinha.

O cofo de cintura é específico para a pescaria onde serão depositados os peixes capturados. Os pescadores, usando uma corda fina, amarram tais cofos na cintura, o que os possibilitam pescar em diferentes partes da praia ou do igarapé, nos chamados pesqueiros, sem que precisem deixar o cofo distante do local de pesca.

Nas fotografias abaixo, é possível observar dois momentos da produção dos cofos de cintura: a primeira fotografia registra os cofos de cintura prontos para serem usados nas pescas; a segunda fotografia registra o momento em que o senhor Leonardo se concentra na produção desses cofos em frente a sua casa.

Imagem 6: Cofos.



Fonte: Alves, 2017

Imagem 7: Senhor Leonardo produzindo cofo de cintura em Brito.



Fonte: Tacilvan Alves, 2017.

2.5.4.2.2 – Abanos

Os abanos são usados basicamente para *abanar o fogo* quando os fogões ou fogareiros são utilizados para cozinhar, assar ou fritar os alimentos. Também servem como pá para juntar o lixo no quintal ou dentro das casas.

No período de realização do trabalho de campo via Projeto Centro de Ciências e Saberes obtive relatos de como o abano também é usado no período pós-parto para benzimentos do abdômen da mulher. Nestes casos, o abano usado para este tipo de benzimentos precisa ser de primeiro uso, ou como os agentes sociais o chamam, um *abano virgem*.

2.5.4.2.3 – Meaçabas

As meaçabas ou meaçabas, como também são designadas, são produzidas com fins diversos. Desde portas até seu uso como esteiras, perpassam por uma lógica prática de se adaptar às demandas daquele momento em que são necessárias.

Identificamos ao longo do PCCS dois diferentes tamanhos e formas dessas meaçabas, sendo elas: meaçaba de duas bandas, que podem ser usadas como esteiras, nas quais são colocadas peixes ou camarão para secar; podem ser usadas como folhas de portas e ou folhas de janelas em casas. Existem também as meaçabas de duas bandas que são menores que as meaçabas de duas bandas. Estas também ser podem ser usadas como folhas de portas e ou folhas de janelas nas casas.

A fotografia abaixo registra a meaçaba de duas bandas menores usadas pelo senhor Leonardo como esteira onde são postos os peixes para serem pesados e divididos entre os pescadores envolvidos naquela pescaria.

Imagem 8: Meaçaba de duas bandas utilizada por Sr. Leonardo.



Fonte: (Alves, 2017)

2.5.4.3 – Usos da amêndoa do coco babaçu na produção de azeite

A extração do azeite do coco babaçu é um trabalho minucioso realizado pelas mulheres de Brito. Compreende um processo que vai desde a coleta dos cocos nos babaçuais até colocação das amêndoas nos caldeirões ou panelas de onde se extrairá o azeite.

Situando a relevância da amêndoa tanto para as relações locais quanto para estabelecer relações comerciais com as demais unidades sociais, Dona Maria de Jesus recupera a história do tempo em que vendia as amêndoas para o pai do Sr. Carrinho em Canelatiua que, na época, possuía um barco e era quem executava a circulação dos produtos das unidades sociais próximas ao comércio em São Luís.

Assim, ela narra a história de quando se deslocava a pé de Brito até Canelatiua para realizar a venda das amêndoas do coco-babaçu. De Canelatiua, ela trazia café, açúcar e demais alimentos necessários para alimentação familiar os quais não são possíveis de serem cultivados nas *roças*.

O azeite do babaçu é tanto usado pelas unidades familiares como também vendido para outras unidades sociais. Quando há encomenda de São Luís, as mulheres também extraem o azeite e repassam para os que a encomendaram.

Em Brito, as mulheres se dedicam também na produção de sabão do babaçu. Alcilene e Dona Maria José produzem esse sabão do coco babaçu tanto em barra como líquido, mas suas produções não são voltadas para venda, antes, seus produtos são consumidos nas próprias unidades familiares destas.

2.6 – Criação de animais domésticos

Não foi possível fazer um levantamento preciso sobre o quantitativo de galinhas criadas por cada unidade familiar. Por outro lado, a criação dessas aves, como se é perceptível observar, é feita de forma solta, sem os chamados galinheiros. Os núcleos familiares se abastecem desses animais que são criados livremente pela unidade social e são facilmente identificados pelos agentes sociais a quem cada ave pertence. Ademais, essa criação é feita para consumo local, ou seja, não é necessariamente voltada para atender a um mercado interno e externo de consumo desses animais.

A criação de porcos não é constante a cada unidade familiar sendo antes alguns agentes que se dedicam a criação desses animais. Estes são criados presos e sua criação funciona como um modo de seguro financeiro. Acompanhei em Brito a criação de porcos feita pelo senhor Jorge, que tem, em média, 10 porcos. A criação desses porcos é voltada para a venda. Destes porcos, dois ou três são destinados à procriação assegurando assim a continuidade na criação desses animais. Os demais são destinados ao abate, ou seja, são engordados para serem vendidos. A venda dos porcos é negociada com o comprador que, na data combinada, vai até a casa do vendedor e negocia o preço e a forma de pagamento.

A criação de bois se encaixa também na lógica de reserva financeira para aqueles que os criam. Cada um dos agentes sociais de Brito cria, em média, de um a dois bois. A exceção nessa média é o senhor José Francisco, esposo de Dona Roberta, que possui aproximadamente 20 cabeças de gado.

A alimentação desses animais é feita à base de ração, comprada na sede de Alcântara, acrescentada de capim cultivado nas baixas e no lago de Brito onde se concentram a maior quantidade desse vegetal. O Senhor José Francisco possui uma máquina, estivadeira, usada na trituração desse capim. Os criadores de gado fazem uso cotidiano desse maquinário para moer

o capim. Neste sentido observa-se, de certo modo, que esta máquina se torna de uso comum ainda que pertença a um dono específico.

No período da desmancha das *roças*, as folhas das manivas são usadas também como ração, sendo que elas são postas para secar ao sol. Após secarem, essas folhas são trituradas na estivadeira e misturada a ração. Além das folhas da maniva, as cascas da mandioca também são usadas como incremento à alimentação do gado. Seguem a mesma lógica no preparo que as folhas das manivas, ou seja, são postas para secar e após secas são trituradas. Há, assim, uma relação de aproveitamento de quase tudo que é produzido na *roça*.

Ao que foi possível registrar e que me foi descrito por Dona Maria de Jesus, os criadores de gado em Brito são os seguintes: Senhor José Raimundo cria um gado, o irmão da Dona Maria de Jesus, Senhor Laurêncio criava dois gados, mas, um ele matou no período do carnaval e vendeu as carnes em Brito; Sérgio, filho de Dona Roberta, cria dois; Jefferson, conhecido como Mucura, cria um; senhor José Domingos cria dois; Senhor Maximiano, conhecido como Pelado, cria dois e Senhor Martinho cria um.

No período de festas é o momento em que são sacrificados os animais destinados à venda. Doutra forma, essa venda ocorre quando aquele que pretende sacrificar determinado animal, seja um porco seja um boi, anuncia na unidade social sua intenção e recebe as encomendas dos interessados. No dia em que ele realiza o sacrifício do animal, determinadas partes desse animal são distribuídas entre aqueles que as encomendaram.

Outro modo de vender os animais é repassá-los para um comprador por inteiro e ainda vivo. Essa venda, neste contrato, tem o preço alterado e é negociado no ato da venda do animal com aquele que pretende obtê-lo.

2.7 – Tecelagem: mulheres no trabalho artesanal

O trabalho com a tecelagem ou com o artesanato, como se referem as mulheres e os demais que vivem em Brito, tem início com Dona Roberta que, após aprender a tecer com sua mãe, ensina às demais mulheres de Brito as técnicas necessárias para que elas pudessem confeccionar as redes, as bolsas e os tapetes que são vendidos em diferentes lugares, como nas feiras, ou sob encomenda.

Esse trabalho está inserido em um constante processo de cursos onde essas mulheres buscam aprender novas técnicas e uso de novos de materiais que as possibilitem adquirir resultados significativos nas peças que elas confeccionam.

Há certos cursos que são feitos unindo as mulheres de Santa Maria, que trabalham com a fibra extraída das folhas da palmeira de buriti, as mulheres de Itamatatua, que trabalham com a cerâmica, e as mulheres de Brito, que trabalham com fios de algodão. Esses cursos são ofertados a essas mulheres via iniciativa de Universidades ou do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.

Em Brito, não há produção dos fios de algodão necessários para confecção das peças. Neste caso, Dona Roberta encomenda os fios a um comerciante de Bequimão que se encarrega de fazer o pedido desse material aos produtores no Pará. Quando eles chegam em Bequimão, o referido comerciante entra em contato com ela que providencia uma ida ao município para buscar os fios. Esses fios já vêm coloridos, ficando assim apenas o trabalho de banhá-los em uma goma para facilitar o trabalho das mulheres quando colocam as peças no tear.

No que se refere à técnica da *batidura*, ponto que essas mulheres envolvem as duas peças paralelas ao tear, com os fios de algodão na horizontal. Feito isso, elas dão início às batiduras, com o fio de algodão que transpassa verticalmente de um lado para o outro os fios na horizontal presos ao tear. Os fios transpassados verticalmente são batidos com um instrumento chamado de *fação* que é entalhado em madeira e usado para bater os fios durante feitura das redes de dormir, tapetes, jogos americanos e bolsas.

2.8 – Circulação de mercadorias entre as unidades sociais e com as sedes das cidades

A circulação de mercadorias entre as comunidades de Alcântara e a sede das cidades como São Luís e mesmo de Alcântara demarcam certas peculiaridades. O senhor Leonardo retoma essa circulação de mercadorias quando fala da relação entre essa produção local e o uso de embarcações também locais que, na época, faziam o traslado desses produtos.

A lógica de mercado, que implantou na década de 50 a Central Estadual de Abastecimento – CEASA, em São Luís, teve como efeito uma diminuição significativa sobre a comercialização dos produtos das unidades sociais. Posteriormente a esse fator, os donos dos barcos optaram por vender suas embarcações e se dedicarem ao comércio local nas próprias unidades sociais.

O senhor Leonardo me contou a respeito de outra prática que perdurou por longa data entre Brito e São Luís, inerente às relações comerciais estabelecidas entre essas duas unidades. Segundo ele, havia moradores em Brito que se encarregavam de comprar dos demais moradores produtos como mamona, amêndoa de babaçu, carvão, madeira, envira ou embira, abanos, cofos, murici, manga, cajá do Pará, coco da praia, guajiru, porcos, galinha e ovos e revenderem em

São Luís, nas proximidades do terminal hidroviário, onde ficava o chamado Cassino Maranhense onde hoje se localizava o Shopping Cidadão na Praia Grande.

Segundo foi falado, essas embarcações pertenceram a diferentes donos que, a nível de sistematização, posso citar em uma sequência não sucessiva: um dos filhos do senhor Manoel Moraes, a saber, Martinho Moraes pai da dona Naná. Em seguida, foi colocado os senhores Vital, João Tetel, Timóteo, Domingos, Zé da Chica, Alfredo e José Massal que tinham um barco juntos, Miúdo, Joílson, Zé Martinho, Ostácio e Pelado que foram um dos últimos a se estabelecerem nesse comércio.

Possuir um barco tanto assegurava mobilidade para a comercialização de produtos locais com as sedes da cidade, quanto possibilitava o traslado dos agentes sociais que precisavam se deslocar das unidades sociais para a capital.

Houve uma diminuição desse comércio com a chegada da CEASA em São Luís, onde os comerciantes deste lado resolveram investir na compra dos produtos oferecidos por essa empresa, os quais tinham a venda intensificada, principalmente, no período próximo às festas realizadas pelas unidades sócias aos seus santos padroeiros. O Sr. Leonardo lembrou de uma festa que era realizada em Peru no mês de dezembro, ocasião em que havia uma intensificação da exportação principalmente do guajiru, fruto rosado, levemente avermelhado, que cresce nas proximidades das praias.

As *enviras* também eram levadas para serem vendidas em São Luís quando, nesta cidade, ainda se usavam tais *enviras* na construção de casas de taipa, cobertas de palhas da palmeira de babaçu. No bairro Camboa, por exemplo, e nas proximidades, havia grandes quantidades dessas casas de taipa. Seu Leonardo me contou que ele conheceu São Luís no tempo em que só existia uma estrada de ferro que levava até a antiga Rede Ferroviária de São Luís – Refesa. Segundo ele, a maioria das casas era de palha. Durante nossa conversa, subindo a rua que vai para o Pão de Amante, Sr. Leonardo contou que tinham casas que, vez ou outra, pegavam fogo.

Nesse período havia um trem que fazia a rota São Luís – Teresina. Era chamado de *Maria Fumaça*, movido à lenha, que era comprada na beira da BR. Segundo ele, nos anos de 1958, por aí, os trens foram desaparecendo. Os bondes funcionaram até 68, depois disso, foram desaparecendo também. Sr. Leonardo tinha por volta de 10 anos de idade em 1958 quando veio pra São Luís, morar com sua madrinha. Às vezes, ela prestava serviços nas fábricas de São Luís.

Ele se recorda que, dentre essas fábricas, havia a Fabril, a São Luís e a Cânimo que ficavam uma do lado da outra, a Santa Amélia, localizada próximo ao Portinho, e a fábrica da

Camboa que era do Dr. Chiquinho, filho do velho Francisco. Era nesta última que a madrinha de Sr. Leonardo trabalhou no período em que ele ficou na casa dela para poder estudar em São Luís. Na capital maranhense, ele estudou até a primeira série do Ensino Fundamental e retornou para Alcântara onde cursou até o terceiro ano do mesmo segmento. Quando estava morando com a madrinha, ele ia levar o almoço para ela nas fábricas. Para isso, atravessava a avenida Osvaldo Cruz, que era a única rua que dava acesso ao centro da cidade. Nesse período, a madrinha morava na Camboa e passou a trabalhar nas fábricas próximas ao Canto da Fabril.

Naquela época, os barqueiros eram também quem atravessavam as mercadorias de São Luís até as unidades comerciais locais e abasteciam os comércios com produtos dos quais não havia uma produção local

CAPÍTULO III – “TERRITÓRIO DE PESCA”: as práticas pesqueiras em análise

Este capítulo visa analisar as atividades relativas à pesca como práticas que envolvem saberes construídos a partir de relações sociais estabelecidas por uma coletividade. Essas relações envolvem domínios de fazeres a respeito dos instrumentos usados na pesca, compreendem práticas distribuídas entre os designados períodos de *verão* e *inverno* e estão orientadas pelos movimentos da lua e das marés. Essas práticas envolvem uma teia de saberes próprios dos agentes sociais que constroem suas organizações sociais a partir dessas relações.

A pesquisa permitiu perceber as possibilidades de movimentações dos agentes sociais no território, a circulação dos produtos provenientes da pesca e em que medida essas práticas contribuem para que eles estabeleçam sua autonomia na manutenção do modo de vida das famílias frente às ações relativas à implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

De antemão, o recorte feito para a construção deste capítulo sobre a prática da pesca não está relacionado a uma divisão rígida das atividades executadas pelos agentes sociais. Tal recorte foi necessário para que fosse possível descrever questões pertinentes às singularidades de autoclassificação dos recursos naturais e das relações sociais que reforçam, em certo sentido, a afirmação identitária do grupo. A afirmação da identidade quilombola é conciliada com aquela de pescadores. Os agentes sociais politizam suas estratégias de luta ao autoafirmarem o seu pertencimento étnico. O senhor Leonardo dos Anjos, meu principal interlocutor, se autodefine como quilombola e, conforme já explicitado, está inserido em movimentos sociais como o MABE. Em distintos depoimentos faz referência a sua identidade como pescador e quilombola.

Para fins de análise estou denominando de ““território de pesca”” à construção que os pescadores fazem no sentido de classificar o que se poderia apreender sobre os saberes e fazeres que dinamizam as relações sociais do grupo. Entretanto, não se trata de território somente no sentido físico já que são esquadrihados, classificados e sentidos a partir de vivências e de diferentes pontos de vista que implicam inclusive em sucessivas reconstruções, estratégias e relações sociais por parte do próprio grupo.

O “território de pesca” não está no mar, nos igarapés ou nos rios. Pelo contrário, perpassa relações sociais, representações coletivas, representação de crenças e de saberes relacionado a um modo de vida que é próprio desses agentes sociais.

Busco analisar a situação de conflitos ocasionada pela implantação do CLA que tem alterado as relações coletivas do grupo. No que se refere à pesca, esses conflitos estão interligados aos remanejamentos de famílias cujos pescadores são distanciados do ““território de pesca””, são proibidos parcialmente de realizarem a pesca, proibição esta imposta pelo CLA

na parte em que houve o deslocamento das comunidades. Os pescadores das comunidades registram também as dificuldades enfrentadas pelos pescadores que se encontram nas denominadas agrovilas para executarem as atividades de pesca dado esses deslocamentos.

No momento presente essas tensões têm se acirrado devido às negociações entre o Brasil e os Estados Unidos em que se articulam as transações pelos 12.000 hectares de parte do território étnico de Alcântara. A área do litoral correspondente a esses hectares de interesse do Estado brasileiro para fins de comercialização, é onde encontram-se, segundo os agentes sociais, mais de 200 unidades familiares que se dedicam ao trabalho da *roça*, da pesca, do extrativismo vegetal, criação de pequenos animais. Essas práticas asseguram certa circulação entre as unidades familiares dessas designadas comunidades e das agrovilas. Essa circulação permite também aos agentes sociais estabelecerem sua autonomia produtiva.

Busquei compreender essa dinâmica a partir das redes de relações sociais que percorri onde foi possível identificar que os pescadores das chamadas “agrovilas” estavam se deslocando para pescar nos chamados *pesqueiros* localizados na parte do litoral que se encontra, em certa medida, livre da intervenção do CLA. A questão que se impõe à pesquisa é que esses “*pesqueiros* livres” e que estão servindo de válvula de escape para os pescadores das “agrovilas” também estão ameaçados uma vez que as comunidades dessa parte do litoral estão em vias desses novos processos de deslocamento.

Segundo entrevista com o senhor Leonardo, é possível listar as seguintes unidades sociais litorâneas inseridas nos 12.000 hectares de pretensão do CLA:

Mamuna, Brito, Baracatiua, Canelatiua, , Tapera, Santa Maria, Bom Viver, Mato Grosso, Vista do Meio, Vista Alegre, Retiro, além de São João de Cortes e Ponta da Areia que vão ficar numa situação mais complicada porque toda essa área aqui vai deixar eles lá na beirinha do espaço numa área bem restrita e isso eles não contam porque São João de Cortes é uma vila muito grande. (LEONARDO DOS ANJOS, 2016)

Ao que é possível perceber, Brito, Canelatiua, Mamuna, Mamuninha, Itapera e Baracatiua, São João de Cortes são algumas das comunidades de referência para os pescadores de todo o território étnico, pois são nelas que se concentram os *pesqueiros* onde são realizadas as execuções da pesca diariamente. Inclusive são executadas pelos pescadores das designadas “agrovilas”. Cabe ressaltar que as comunidades citadas estão ameaçadas de novos processos de deslocamentos compulsórios.

Diante dessas novas tensões sociais, os processos de lutas pela permanência no território, nesta parte que compreende o litoral, têm levado os agentes sociais a politizarem sua identidade étnica de pescadores como componente que soma na luta pelo reconhecimento do território étnico quilombola reivindicado pelas autodefinidas comunidades quilombolas de

Alcântara. As lutas têm sido pelo direito de acesso aos recursos naturais e à reprodução do modo de vida tradicional.

Observei nesse contexto que essas identidades étnicas, em certa medida, estão relacionadas a uma multiplicidade de formas de autodefinições. Tais identidades são politizadas a partir das diferentes situações de luta e acirramento das tensões sociais sobre o território reivindicado.

Sem pretensões de esgotar as questões pertinentes ao tema elaborado para o trabalho dissertativo, buscarei descrever a respeito da prática da pesca perpetradas pelos agentes sociais quando estes passam a discorrer sobre seus fazeres e a verbalizar seus saberes ou, ainda, se permitem serem observados nos seus fazeres cujas práticas não podem ser meramente descritas, mas executadas. Neste sentido, destaco a forma como se organizam no momento de executarem a pesca, as designações locais que orientam tal prática, os instrumentos operacionalizados pelos pescadores, a manutenção desses instrumentos e a maneira como executam suas atividades cotidianamente.

Em se tratando das dificuldades em organizar os dados da pesquisa de campo relativos à pesca, pontuo que elas têm a ver com a existência de uma inter-relação dentro da própria pesca, dentre a qual destaco os diferentes instrumentos usados na pesca e as distintas formas como a pesca pode ser praticada com o mesmo instrumento; o domínio de saberes sobre uso e construção dos instrumentos de pesca, a identificação dos chamados *pesqueiros*, a lógica de organização social na qual estão relacionadas diferentes práticas como a pesca, as atividades extrativistas e agrícolas. É como se essa inter-relação dificultasse qualquer forma de descrição já que me referir, por exemplo, a pesca executada nos igarapés, implica em falar do ciclo da lua, da vasão das águas doces no período compreendido pelos agentes sociais como “*inverno*”. Estão implicadas também na maneira como os pescadores observam o comportamento das marés e das articulações entre a pesca e a agricultura. Digo isto no sentido de que estas mesmas questões eram constantemente acionadas quando os agentes sociais explicavam quaisquer pescas durante as entrevistas. A relevância disso me levou à preocupação de evitar ser repetitivo sem perder de vista o conteúdo inerente a cada descrição.

Busquei sistematizar os dados de pesquisa levando em consideração as observações e as entrevistas que realizei durante as duas estadas em Brito, uma em agosto, momento compreendido como *verão*, e a outra no mês de abril, no chamado *inverno*. Esses dois momentos, “*inverno*” e “*verão*”, são indicados pelos agentes sociais como distintos para prática da pesca. Um se refere ao momento de abundância, o *inverno*, e o outro da diminuição do pescado, o *verão*. Baseando-me nessa distinção citada por eles, iniciei a descrição dos dados de

pesquisa apresentando a organização do calendário de pesca a partir dessa compreensão do tempo. São essas distinções que orientarão toda a atividade de pesca em Brito.

Apresentarei o calendário lunar por meio do qual o senhor Leonardo buscou distinguir as diferenças no posicionamento da lua e as implicações disso nos movimentos das marés. É nessa relação com os recursos naturais que ele situa a atividade pesqueira pontuando que, em certo sentido, isso não determinará a execução ou não da pesca, pois ela é realizada “todo o tempo” (senhor Leonardo, 2016). Perceber os movimentos da lua tanto quanto do mar e dos ventos, pontua ele, pode em certa medida orientar as condições com as quais essa pesca poderá ser executada.

No que se refere a execução das atividades de pesca busquei situar as representações que os entrevistados detêm sobre as relações sociais atreladas nessa prática tanto quanto as designações próprias que circunscrevem essa representação. Neste sentido, busquei atentar para os designados *pesqueiros*, e a distinção que os pescadores fazem deles quando tratam da execução da pesca nas chamadas *beiradas das praias*, *igarapés* e *alto mar*.

A partir da descrição que os entrevistados fizeram sobre os *pesqueiros* percebi que haviam designações próprias para tratar deles. Quando os pescadores se referiam à pesca executada nas *beiradas da praia*, os diferenciavam a partir das seguintes designações: *pesqueiros de areia*, *de pedra*, *croas*, *enseadas* nome advindos das características físicas que eles observam nesses *pesqueiros*. Em outros momentos das entrevistas esses mesmos *pesqueiros* também recebem nomes específicos como *marva*, *fundão*, *ponta*, *coqueiro*, *cachoeira*, *pedra de itacolomi*. Quando esses entrevistados se referiam à pesca em *alto mar* descreviam essas práticas tendo como referência a execução dela nos chamados *cascalho*, *chapéu*, *pedra no mero*. Quando tratavam da pesca no igarapé faziam referência às *beiradas do igarapé* e os chamados *pesqueiros de lama*. Perceber isso me levou a descrever a prática da pesca a partir da diferenciação do modo como ela é executada quando os pescadores a realizam nesses distintos *pesqueiros*.

As pescas executadas em Brito ocorrem pelo uso de diferentes instrumentos de pesca como tarrafas, pesca com linhas, malhão, sajubeira, munzuá, chucho, pesca com caniço e a pesca com espinhel. Esses instrumentos envolvem saberes distintos que vão desde a produção desses instrumentos, a circulação deles entre as unidades familiares até a própria execução da atividade pesqueira em si. A feitura e manutenção deles implicam na execução de técnicas próprias que os pescadores definem como *tecimento*, *entramentos* das redes de pesca, *estrovamentos* de anzóis e as *calafetagens* das canoas.

Os instrumentos de pesca foram apresentados pelos pescadores quando questionados sobre os diferentes modos de realizar a pesca em Brito. Eles também são referidos no decorrer das entrevistas, quando os pescadores estabelecem as designações das pescas por eles praticadas. Assim apareceram designadas a pesca de *sajubeira*, de *serreira*, de *gozeira*, de *puçá*, de *tarrafa*, pesca de *chucho*, de *caniço*, de *espinhel* e de linha.

No decorrer da pesquisa dei conta de que esses instrumentos de pesca podem designar a pesca que está sendo executada. Mas também percebi que as distintas formas com as quais o mesmo instrumento de pesca é manuseado podem implicar no ato de uma nova classificação quando os pescadores relatam sobre a execução da pesca, a saber, pesca de *lanço*, de *tapagem*, de *apoiito*, de *rabiadeira*, de *borbulho*.

A prática da pesca permite tanto aos pescadores das comunidades estabelecerem sua autonomia como também de assegurar às unidades familiares deslocadas para as “agrovilas” a possibilidade de acesso aos pescados e de reestabelecerem suas organizações sociais frente aos efeitos sociais advindos com seus deslocamentos. Aparece nesse contexto os autodesignados peixeiros que realizam a circulação do pescado entre as agrovilas e às sedes das cidades.

Passarei a descrever as relações relativas a pesca e suas peculiaridades apresentando os dados de campo apreendidos na realização dos trabalhos de campo na comunidade de Brito. Em certo sentido, esses dados aparecem circunstancialmente, ou seja, não refletindo a totalidade da situação que perpassa o território étnico. Embora os pescadores apresentem a pesca realizada em Brito interligada com a execução dela por todo o território reivindicado, me esforço para delimitar essa descrição baseando a análise no que observei diretamente em Brito.

3.1 – Os pescadores e as pescadoras de Brito: a construção da autoafirmação identitária.

Os agentes sociais que vivem em Brito se autodefinem a partir das identidades de quilombolas, pescadores, extrativistas, trabalhadores rurais e artesãs. Esses processos de autoafirmação identitária estão atrelados à processos descontínuos de construção social e refletem uma ordem de acontecimentos que são vivenciadas no território por esses agentes e que os autoriza a acionar seus pertencimentos étnicos frente aos conflitos.

Tais identidades são acionadas a partir, inclusive, das relações que são estabelecidas em face a outros grupos e, principalmente, frente a luta pela permanência em suas comunidades e, nesse sentido, o acionamento político da identidade quilombola unifica a luta pelo reconhecimento do território étnico consoante o Artigo 68 da ADCT/CF88. No referido Artigo fica garantido às comunidades remanescentes de quilombo as quais estejam ocupando suas

terras, o título definitivo cabendo ao Estado emitir tais titulações. Para fins de efetivação do Artigo 68, o Decreto 4.887 de 2003 passa a discorrer sobre os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas tradicionalmente. A afirmação identitária de quilombola está em consonância também com as territorialidades específicas e as diferentes formas de definição e “autodefinição” (BARTH, 2000) incluindo a de pescador.

Na prática, a pesca aparece associada às reivindicações territoriais, pois está relacionada ao modo como os agentes sociais estabelecem sua organização social cotidianamente e, sobremaneira, visibilizam atos de resistência local frente aos conflitos vividos por esses agentes. Ademais, não se pode perder de vista que a identidade quilombola unifica a luta em torno do reconhecimento do território étnico e, ainda, que a identidade de pescador não contradita com a de quilombola²⁵. Antes a identidade quilombola perpassa pelas demais e permite aos agentes sociais estabelecerem suas reivindicações frente aos conflitos estabelecidos desde a implantação do CLA.

Para refletir a respeito dessas diferentes identidades observo que nos estudos realizados pelo antropólogo Emmanuel de Almeida Farias Júnior (2010), o mesmo chama a atenção para a questão de que, entre os agentes sociais do rio Jaú e Rio Paunini no Território Quilombola de Novo Airão no Amazonas,

(...) a identidade coletiva não é uma constante, já foram seringueiros, já foram pretos, já foram ribeirinhos, e é o processo de luta pela apropriação do espaço e dos recursos naturais que faz com que tendam para uma politização da identidade. (FARIAS JÚNIOR, 2010, p. 148)

Essa possibilidade interpretativa, exposta por Farias Júnior, pode ser referenciada na análise da construção identitária em Brito, no sentido de que ela ajuda na compreensão não somente em uma relação referentes ao plano físico, como também ocupando proporções simbólicas onde se colocam as lutas pela afirmação identitária e reivindicação dos territórios.

Essas interpretações a respeito das identidades étnicas me levaram a rever também estudos clássicos sobre a pesca, dentre os quais destaco o trabalho de José Veríssimo publicado pela primeira vez em 1895. O estudo de Veríssimo escrito sobre “as pescas sistemáticas nas águas propriamente amazônicas” (VERÍSSIMO, 1970, p. 15), segue com uma descrição refletida nas condições naturais da vida do pescador amazônico. É por meio desta descrição que o mesmo pontua, em certo sentido, a perspectiva determinista que o meio natural tem sobre a vida dos pescadores onde ele realizou seus estudos.

²⁵ Nota a partir do que está no laudo antropológico sobre as relações das identidades étnicas

Nessa descrição, Veríssimo pensa o pescador como sendo também o produto de uma relação racial entre índios e brancos ou índios e negros cujo lugar de pescador não mais estaria ocupado pelo índio, mas por “um índio semicivilizado, um tapuio, ou um mameluco” (VERÍSSIMO, 1970, p. 22) que se encaixariam em um perfil de pescador.

Segundo Veríssimo o “(...) meio aquático e piscoso fez deles comedores de peixes e pescadores. Sedentário lavrador à beira-rio (...) ou, meio nômade, extrator dos produtos naturais, ou ainda, criador ou vaqueiro” (VERÍSSIMO, 1970, p. 09). Refletindo a partir do que foi escrito pelo autor é possível perceber que o mesmo propõe uma análise firmada em: I) uma interpretação determinista geradora de tipos idealizados de pescadores, II) pensa o homem e meio natural como um só e III) leva em consideração as perspectivas de uma descrição da organização social dos amazônidas que se distancia da possibilidade de pensá-los situacionalmente ou dentro de um contexto de autoafirmação identitária.

Em uma perspectiva de criticidade ao modo como a Amazônia por tempos foi imaginada, Almeida atenta para que se realize “uma leitura crítica de esquemas interpretativos para explicar a Amazônia que, fundados na histórica hegemonia das ciências biológicas, se tornaram senso comum no mundo erudito” (ALMEIDA, 2008, p. 8). Nesse sentido, é possível pensarmos em novas possibilidades interpretativas das situações observadas no contexto de conflitos em que se tem observado processos de politização das identidades coletivas. Nesse processo, as próprias instâncias jurídicas passam a ser provocadas a reconhecê-las. Portanto, deve-se ler Veríssimo de forma crítica, pois a pesca é interpretada por ele como uma mera atividade econômica.

Na situação pesquisada percebi sistemas de relações específicas que se aproximam das análises de Almeida (2008), quando este afirma que

(...) a emergência das novas identidades coletivas e de sujeitos sociais organizados, isto é, identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais, estão sendo afastadas de vez das ficções biologizantes, bem como os sujeitos biologizados. (ALMEIDA, 2008, p. 14)

Neste sentido, meu esforço reflexivo consistiu em incorporar na descrição etnográfica, que se constrói a partir das práticas de pesquisa, o modo como os agentes sociais se mobilizam para se autorrepresentar enquanto pescadores. Observa Almeida, “Constata-se uma politização da natureza e problematizar isto constitui nosso objeto de reflexão (...)” (ALMEIDA, 2008, p.14).

Em termos jurídico-formais de reconhecimento dos grupos étnicos, Almeida observa que desde a Constituição Federal de 88, há um deslocamento no sentido do uso da categoria “populações tradicionais” incorporados nos novos dispositivos constitucionais que contradizem

aos sentidos postos em “velhos instrumentos legais de inspiração colonial” (ALMEIDA, 2004, p. 13). Ademais, acrescenta:

A própria categoria “populações tradicionais” tem conhecido deslocamentos no seu significado desde 1988, sendo afastada mais e mais do quadro natural e do domínio dos “sujeitos biologizados” e acionada para designar agentes sociais, que assim se autodefinem, isto é, que manifestam consciência de sua própria condição. Ela designa, deste modo, sujeitos sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério políticoorganizativo uma diversidade de situações correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores que têm se estruturado igualmente em movimentos sociais. (ALMEIDA, 2004, p. 9)

Orientado por essas condições reflexivas, busquei perceber como os agentes sociais autodefinidos pescadores das unidades familiares do litoral de Alcântara têm reivindicado, enquanto sujeitos de direitos, o reconhecimento de suas diferenças, de livre acesso aos recursos naturais e reconhecimento de seu território étnico. Essas reivindicações se encontram obstaculizadas pelo próprio aparato burocrático-administrativos relacionados ao Estado “resultantes de estratégias engendradas por interesses de grupos que historicamente monopolizaram a terra” (ALMEIDA, 2004, p. 13). Em se tratando das relações de conflitos estabelecidos em Alcântara e dos efeitos sociais dessas tensões, observa-se que o Estado brasileiro tem sido apontado pelos agentes sociais como o principal antagonista desse conflito territorial.

A categoria de autoafirmação enquanto pescadores permite à análise considerar que o que está em questão é, em certa medida, a possibilidade de produção e reprodução de práticas e de saberes que permite aos agentes sociais “a construção de expectativas de direitos”. (MARTINS, PORTELA, 2013, p. 20). Neste sentido, é possível refletir que a própria designação “território de pesca” perpassa pela condição de associatividade entre os processos de politização das relações de forças e reivindicação territorial baseada em decursos de construções distintas de territorialidades que, por vezes, se tornam indissociáveis das identidades étnicas.

Frente às possibilidades de perda de parte do território do litoral os agentes sociais observam as implicações que isso acarretará nas práticas do extrativismo da ostra, do sururu, da jurupeua, do caranguejo, do tamaru. Essas tensões são percebidas pelos pescadores que percebem as dificuldades que enfrentarão para realizar à prática de captura das diferentes espécies de pescados como a pescada, a tainha, bagres, pacamão, tainhas, robalo, peixe-prata, peixe-pedra. Soma-se a isto o modo específico com o qual estabelecem sua organização social a partir das experiências estabelecidas nessa parte do território no qual se interligam as práticas extrativistas, implantação de *roças*, prática da pesca e da caça.

No contexto observado os agentes sociais acionam seus saberes e fazeres a respeito da pesca como possibilidade de construção de sinais de diferenciação. Neste sentido afirmam-se enquanto pescadores e pescadoras numa relação de organização e luta interligadas à manutenção do “território de pesca” que, a nível de análise, nos permite pensar em construção de uma territorialidade específica advinda dos processos que inter cruzam a pesca com identidade étnica.

Questões pertinentes à afirmação identitária permitem ainda refletir sobre outra peculiaridade no que se refere à posição ocupada pelas pescadoras nessa relação. Ela se apresenta em duas dimensões: uma, internamente quando as agentes sociais se autoafirmam enquanto pescadoras frente as lutas reivindicatórias; outra, relacionada ao modo como são classificadas externamente pelos órgãos político-administrativos do Estado enquanto marisqueiras.

No estudo realizado por Roseni Santana de Jesus (2016) que culminou com seu trabalho dissertativo intitulado “Por Que a Pescadora é Marisqueira? Identidade de gênero no quilombo de São Braz – Santo Amaro/Bahia, a mesma observa que as agentes sociais da referida comunidade também lutam pelo reconhecimento de si enquanto pescadoras, pois o modo como estão interpretadas leva a uma hierarquização entre elas e os pescadores.

Ellen F. Woortmann (1992), em um de seus estudos intitulado “Da Complementaridade à Dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do Nordeste” relacionado à temática sobre identidade de pescadores e pescadoras faz a distinção entre o ambiente feminino, o intermediário e o masculino. Ela investiu esforços na pesquisa realizada entre as áreas delimitadas por diferentes comunidades ao longo do litoral do Rio Grande do Norte onde cada comunidade “constitui seu território, e que inclui uma faixa do mar, a praia e as terras que se seguem a esta. Sobre esse território a comunidade exerce direitos, seja de pesca, seja de lavoura ou outras atividades”. (WOORTMANN, 1992, p. 41).

A pesquisa em Brito permite, em certa medida, relativizar a afirmativa de Woortmann (1992) pois as mulheres que se afirmam enquanto pescadoras executam a pesca não somente nas beiradas de praias ou igarapés ou se dedicam exclusivamente à prática de mariscagem ou da *roça*. Antes, há uma flexibilização da construção das relações que circunscrevem a prática da pesca onde mulheres e homens executam de modo não enrijecido essas atividades.

Dona Maria da Natividade, sempre que possível acompanha os demais pescadores na execução da pesca em alto mar. Dona Faustina, por motivos de comprometimento da sua saúde, está impossibilitada de realizar a pesca em alto mar, mas também realizava esse deslocamento quando lhe era possível. Ademais estão a dona Dedé, a dona Maria José que também se

destacavam na prática da pesca em Brito acompanhando os seus esposos na execução da mesma.

No mesmo sentido, o senhor Luís, o senhor Leonardo, o senhor Raimundo Pimenta, participam da extração de ostras, do sururu, da jurupeua, do tamarú, do carangueijo sem necessariamente estabelecer uma distinção entre atividade masculina e feminina.

A identidade de pescador está associada ao modo como esses agentes sociais percebem-se face aos conflitos decorrentes das imposições de políticas estatais do presente. Desse modo, a identidade de pescador distingue-se do modo como são percebidos pelo Estado brasileiros, pois não se trata de relações meramente econômica.

Tomando como referência o posicionamento do senhor Leonardo é possível a construção de distintas análises. Ele está inserido em diferentes domínios de poder por meio dos quais constitui seu posicionamento enquanto agente social militante e intelectual. Está engajado nas lutas pelo reconhecimento do território, se autodefine enquanto pescador, quilombola e trabalhador rural. Atua também enquanto representante da associação comunitária de Brito.

A atuação do senhor Leonardo sobressai dos limites de representação local sendo percebido entre os demais agentes sociais desse território como militante que atua na politização dessas identidades e que, na atuação junto às unidades representativas e demais militantes, converge distintos interesses em unidades de mobilização.

3.2 – O tempo da pesca: entre o *verão* e o *inverno*

A classificação das atividades econômicas está condicionada aos períodos denominados de *verão* e *inverno*. Um em que prevalece a ideia de abundância de peixes, designado de *inverno*, e outro demarcado pela diminuição dos pescados, designado de *verão*. Aqui pode-se incluir, além das práticas de pescas, as atividades de *roças* e extrativismos. Além disso, a influência da lua sobre as práticas de pesca é apontada pelos agentes sociais como orientadora das relações estabelecidas nas formas como essas atividades pesqueiras poderão ser executadas para a captura dos pescados.

Em síntese, pode-se perceber esses condicionantes da seguinte maneira:

| ATIVIDADES DE PESCA NO VERÃO E NO INVERNO | |
|--|---|
| VERÃO | INVERNO |
| Marcado pela escassez dos pescados no litoral | Marcado pela abundância dos pescados no litoral |
| Execução das atividades de pescas concentradas nas beiradas das praias e nos igarapés | Execução das atividades de pesca concentradas em alto mar, nas beiradas das praias e nos igarapés |
| Pesca pode ser realizada por um só pescador | Pesca em alto mar realizada de canoa por vários pescadores. |
| Os pescadores executam a pesca com os próprios membros da unidade familiar ao qual pertencem | As relações sociais em torno da execução da pesca se ampliam sendo organizadas a partir dos grupos domésticos. |
| A pesca é voltada principalmente para abastecimento das unidades familiares | A pesca abastece tanto os núcleos familiares como constantemente há um excedente que é vendido para os compradores de peixes |
| Pesca é praticada pelos pescadores que vivem em Brito | Há o retorno para a comunidade dos filhos de pescadores que também passam a pescar. |
| As pescas de espinhel ficam limitadas por ser mais praticada em alto mar. | Possibilidade de realização das atividades de pesca com quaisquer um dos instrumentos usados na prática pesqueira em Brito |
| No <i>verão</i> a venda do peixe diminui o que leva, em certo sentido, à falta deles nas agrovilas. | Os compradores de peixes conseguem realizar a distribuição dos pescados por todas as agrovilas. |
| A compra dos pescados para serem revendidos nas agrovilas se concentram no porto da comunidade de Pacuri e de São João de Cortes. Quando há alguma pesca em Brito que possibilita repassar o excedente para os compradores, os pescadores os acionam. | Os pescados chegam às agrovilas e às sedes das cidades advindos de diferentes comunidades do litoral: Brito, Canelatiua, Pacuri, São João de Cortes, Mamuna, Ponta d'Areia, Tapera, Prainha Peroba de Baixo e Peroba de Cima. |
| As pescas realizadas nas beiradas das praias possibilitam a captura da tainha sajuba que dá durante todo o ano; na pesca no igarapé, além da captura das tainhas sajubas, há a captura de bagres, de pacamão, entre outros, mas que são capturados em proporções menores que no <i>inverno</i> | Marcado pelas temporadas da peixe-pedra, das tainhas sajubas, dos bagres capturados principalmente nas pescas executadas pesqueiros em alto mar. Esses pescados aparecem em abundância nesses pesqueiros. |
| A pesca é realizada nos pesqueiros de Brito pelos pescadores que vivem na comunidade e pelos de Baracatiua. | Além dos filhos que retornam, os pesqueiros em alto mar são frequentados por pescadores de outras comunidades como Mamuna e Baracatiua, e de municípios como Ribamar, São Luís, se Alcântara e Raposa. |

Para o senhor Leonardo “o tempo da pesca é todo tempo”. Mesmo no *verão*, quando essa atividade tende a diminuir, ela não deixa de acontecer cotidianamente pelas unidades familiares, muito embora perpassasse por uma organização detida no âmbito de cada família. Digo com isto que essas especificidades sobre a pesca obedecem uma dinâmica onde cada família passa a estabelecer maneiras próprias para executarem tal prática.

Este entendimento foi possível quando observei que a o senhor Leonardo, durante minha primeira estada em sua casa no chamado *verão*, realizava as suas pescas, praticamente, sozinho. Quando não, pescava com seu filho mais novo, Samuel, que vive em Brito e estava recentemente casado. Essas pescas não se estendiam por um tempo longo, antes, eram realizadas rapidamente. Também não ocorriam fora das beiras de praias ou no igarapé. O senhor Leonardo preferencialmente optava em se dedicar à pesca nas praias que no igarapé.

Observei que no período do *verão* o senhor Raimundo Branco, primo de dona Roberta que é prima e afilhada do senhor Leonardo, também realizava suas pescas sozinho ou com um de seus filhos. Com este tive menos aproximação no período do trabalho de campo, pois ele estava concentrado nas atividades de pesca indo tanto durante o dia quanto à noite. Tive apenas por uma vez em sua casa quando este descansava para voltar na tarde para mais uma pesca. No entanto, o via passar para a praia carregando uma rede sajubeira, o cofo, ora levava os remos ora não e uma estaca grande.

O senhor Raimundo Pimenta, no *verão*, também pescava boa parte do tempo sozinho ou com um de seus filhos quando não coincidiam o horário da pesca com o horário em que seus filhos precisam ir para a escola. O Senhor Raimundo se dedica à pesca no igarapé onde aproveita também para ensinar seus filhos os saberes referentes a essa atividade. Quando este não está pescando se dedica aos fretes que realiza com certa frequência transportando pessoas entre Brito e a sede de Alcântara e vice-versa.

O senhor Luís, assim como o senhor Leonardo, realiza suas pescas na praia mais que no igarapé. No *verão* ele opta por pescar com seus filhos que moram com ele ou, então costuma ir pescar sozinho. Boa parte do tempo ele vai sozinho. Há certas vezes em que ele opta por combinar com um pescador de outra unidade familiar, o qual é chamado de *companheiro*, para pescarem juntos em determinadas pescarias. Esses acordos entre os pescadores podem durar um ciclo inteiro da lua, ou não, a depender das condições de possibilidades de cada uma das partes e da concentração de pescados entre os *pesqueiros*.

Dona Faustina mora próxima à casa do senhor Leonardo. Ela mora sozinha e costuma pescar de *chucho* e de *caniço* no igarapé ou então se junta à sua filha, Maria da Natividade para pescarem doutro modo no igarapé. Dona Faustina não costuma ir pescar em *alto mar*, pois tende

a passar mal com o balanço do mar, no entanto, se dedica à pesca na *beira da praia* e no igarapé tanto no *inverno* quanto no *verão*. Quando não, pescam de linha embarcadas em uma canoa no igarapé ou na boca do igarapé²⁶.

No período compreendido como *inverno* essas relações se ampliam de modo que os pescadores e pescadoras passam a se articular de acordo com as relações do grupo doméstico com fins de executarem a pesca inclusive no que denominam como alto mar ou mar aberto. Como esse período também passa a ser percebido como o momento em que há significativas concentrações dos pescados tanto nas beiras de praia, no igarapé quanto em alto mar, a possibilidade de ampliar as articulações entre o grupo doméstico garante que os núcleos familiares capturem peixes que abastecem tanto as residências de cada família como permite que o excedente dessas pescas seja repassado aos compradores de peixes os quais revendem esses pescados entre as agrovilas e na sede de Alcântara.

O valor da venda dos pescados é dividido de acordo com a maneira como se deu a organização em cada embarcação. Assim, por exemplo, se o senhor Leonardo se organiza com seus filhos já casados, Vilmar e Samuel, o pescado que cada um capturou é vendido individualmente. Ou seja, eles se articulam coletivamente para garantirem a execução da pesca que é realizada de linha e em *alto mar*, mas ao praticarem a pesca propriamente dita, cada pescador busca garantir a sua própria obtenção de peixes. Uma vez que há quantidades significativas de pescado nesses *pesqueiros* é certo que todos os envolvidos nessas coletividades capturarão pescados. Aprofundarei esta questão nos próximos tópicos sobre a execução das pescas nos diferentes pesqueiros.

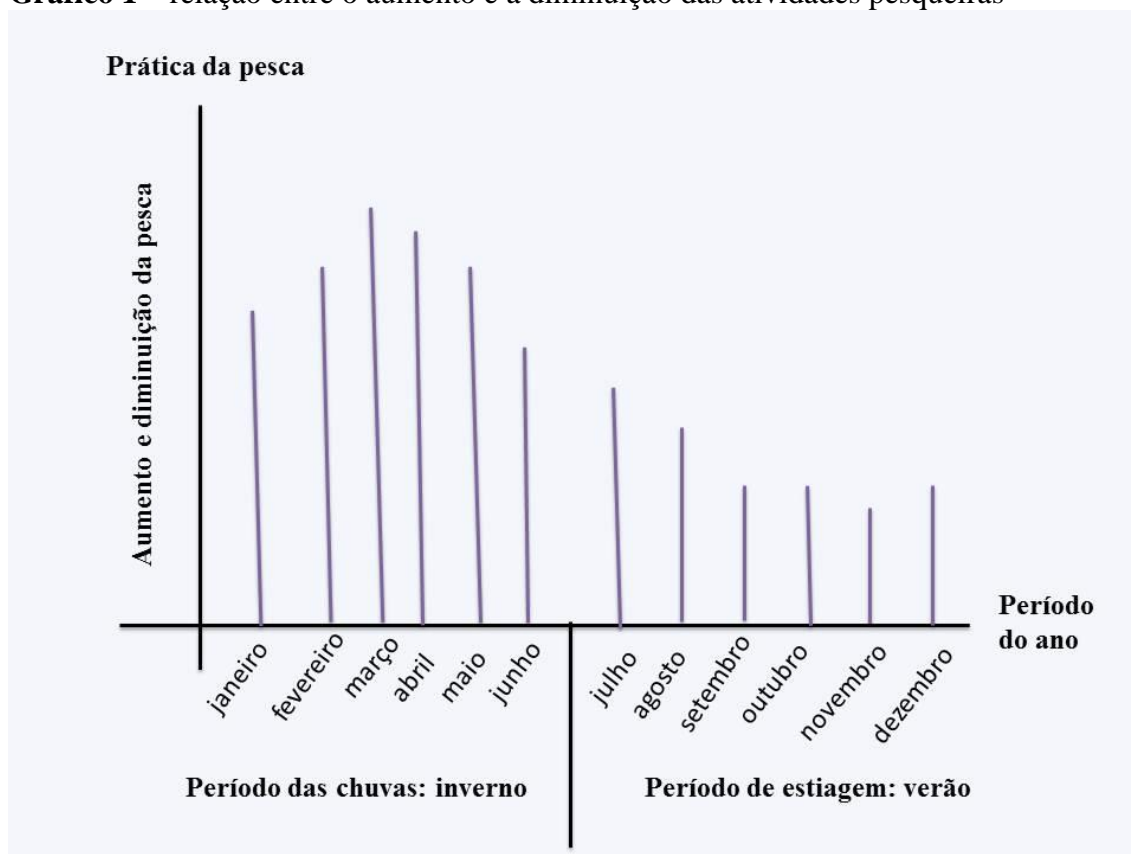
As relações em torno da pesca no *inverno* se estendem também para as relações de vizinhança, de afinidade e, de certo modo, correspondem ao momento em que os filhos e filhas desses pescadores e pescadoras retornam à Brito para obter esses pescados. Os que ficam impossibilitados de retornarem contam com o traslado desses pescados que é feito por algum parente que esteja engajado nas pescarias ou que adquirem o pescado com os que estejam pescando naquele momento.

A partir das entrevistas com o senhor Leonardo, gravada durante o tempo que passamos conversando quando o acompanhava em seus trabalhos de reparos numa rede de pesca, eu aproveitei para pensar na elaboração de um gráfico que possibilitasse a visualização do período de abundância e de diminuição que os pescadores percebem durante o calendário anual.

²⁶ A expressão “boca do igarapé” se refere ao modo como os agentes sociais designam a parte em que o igarapé deságua no mar.

Se na representação do calendário lunar é possível se ter noção das atividades pesqueiras em um mês, o esquema abaixo possibilitou perceber como a pesca se comporta durante o ano. Para detalhar as implicações em volta dessas abundâncias e escassezes na captura dos pescados durante a execução da pesca se fez necessário levar em consideração também outros elementos que somam à maneira interpretativa própria dos agentes sociais a esse respeito as quais descrevo a seguir. Destaco o esquema gráfico:

Gráfico 1 – relação entre o aumento e a diminuição das atividades pesqueiras



Fonte: Gráfico elaborado pelo pesquisado, com base, o trabalho de pesquisa de campo (2016/2017).

Os períodos em que a incidência da pesca está em alta consiste no momento em que se intensificam as chuvas aumentando a saída dos peixes dos igarapés para o mar e com a chegada de novos peixes vindos com as correntes marítimas de outras partes do mar. A saída dos peixes dos igarapés acontece principalmente pelo aumento da água doce nos rios e igarapés. Os peixes que se concentram nas águas intermediárias entre a água salgada e a água doce acabam por procurarem as águas mais salgadas o que propicia sua captura.

A captura desses peixes também é favorecida na execução da pesca em *alto mar*, pois com a diminuição dos ventos e, conseqüentemente, das ondas os pescadores conseguem se deslocar de canoa até esses *pesqueiros*.

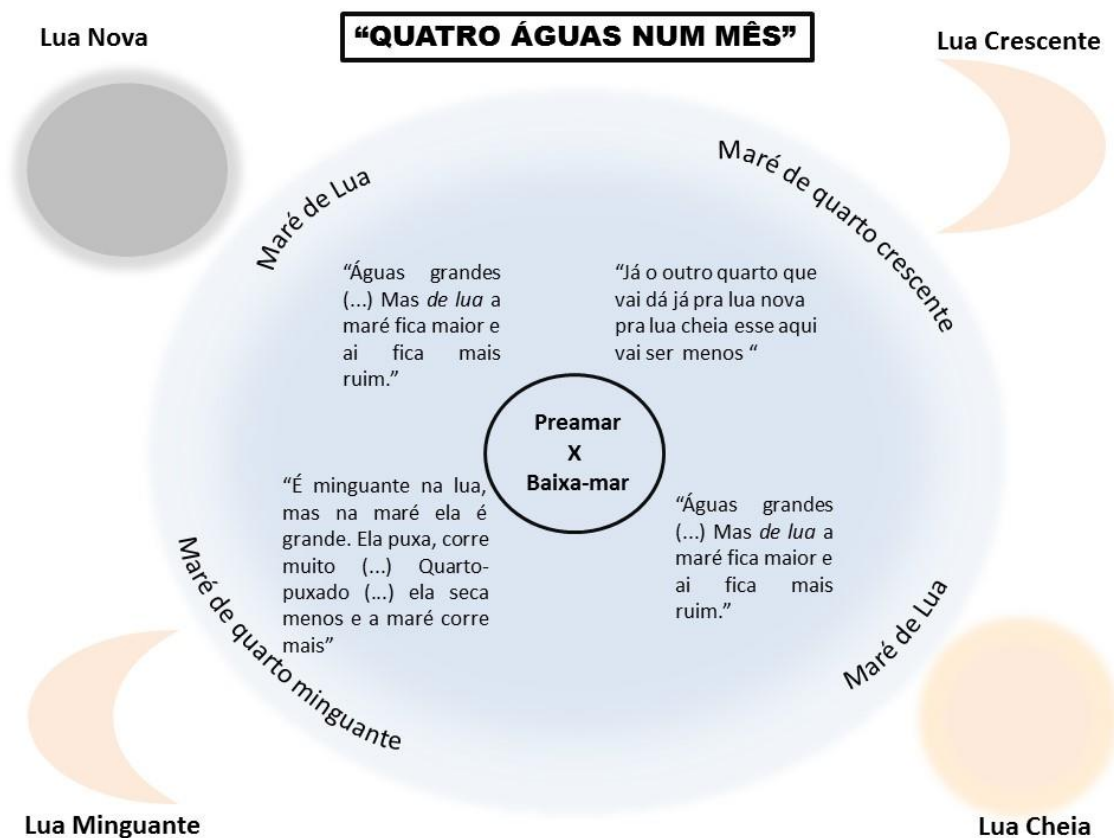
Isso ocorre em todos os pesqueiros das praias do litoral de Alcântara. Esse efeito causa um aumento nas atividades pesqueiras o que ocasiona, em uma certa medida, a diminuição das

vendas do peixe realizada pelos designados *peixeiros*. Sobre isso descrevo no tópico 3.6 sobre a compra e a venda dos pescados realizada por esses compradores.

3.2.1 – A lua e as atividades de pesca

A partir do que foram me expondo os entrevistados passei a elaborar um calendário que pudesse representar, a nível de análise, os dados de campo sobre como os agentes sociais percebem os movimentos dos recursos naturais e se organizam socialmente a partir dessa compreensão. Este calendário diz respeito ao movimento das marés sob influência da lua e das possibilidades, ou não, de realização da pesca nos pesqueiros localizados no mar e nos igarapés.

Elaborei o calendário com embasamento nos dados de campo inerentes aos processos naturais observados pelos pescadores durante um mês e que, em certa medida, é usado para que eles se orientem tanto no *inverno* quanto no *verão*. segue o calendário:



Fonte: Esquema elaborado pelo próprio pesquisador, com base, a fala do senhor Leonardo (2016).

O senhor Leonardo descreveu, ao longo das entrevistas, detalhes que levaram a formulação desse calendário. As observações referentes ao que ele me repassou da primeira vez em que estive em Brito me possibilitaram a elaboração da primeira proposta de construção do

calendário. Uma interpretação arriscada uma vez que a ideia de calendário implica na fixação de práticas que não ocorrem rigidamente.

A proposta de um calendário é tanto quanto desafiadora uma vez que sua elaboração perpassa pelo âmbito da rigidez dos dados, da estatização, das frigidificações da vida prática onde agentes sociais estão constantemente construindo e reconstruindo suas posições, suas visões de mundo e se organizando a partir dessas condições. A primeira proposta que elaborei recaiu sobre elementos de um “tempo ecológico”. Essa limitação na interpretação, foi então parcialmente resolvida quando eu apresentei ao senhor Leonardo tal proposta. Foi a partir disso que ele me alertou sobre tamanha rigidez em que foram dispostos os dados de campo em sua elaboração.

Diante dessa elaboração levo em conta que o calendário também resulta de pontos de vista, de articulações com saberes e de um fazer atrelado com as dinâmicas de uma temporalidade flexibilizada pelos agentes sociais. São por estas vias que busquei perceber como eles se autorrepresentam em consonância com suas próprias interpretações sobre o tempo. Deste modo, o esforço reflexivo é no sentido também de diminuir os efeitos de uma violência simbólica (BOURDIEU, 1997) ao tentar visibilizar essa dinamicidade.

O senhor Leonardo assim, pontua as dinâmicas estabelecidas com os recursos naturais a partir da compreensão detida pelos pescadores experientes que fazem o reconhecimento do “território de pesca” e as condições de realização ou não das pescas.

O calendário acima foi elaborado a partir do uso de trechos das falas do senhor Leonardo expostos durante as entrevistas. Como se trata de uma relação que requer certo cuidado, coloco abaixo alguns dos trechos das entrevistas que realizei com ele no sentido de potencializar a compreensão em torno da lógica local sobre o calendário. As expondo também como condições de possibilidades na elaboração da descrição e como certo rigor ao trabalhar os dados da pesquisa de campo.

Leonardo: não, a pesca aqui pra gente, dentro do igarapé, é maré de quarto. E a maré de lua é mais ruim. É melhor quando é no *inverno* que a gente vai pescar lá nos arrecifes. Mas de lua a maré fica maior e aí fica mais ruim. Deixa eu ver (pegou o calendário anual para ver o calendário lunar) nós estamos em agosto não é?!

Os saberes relacionados à compreensão do tempo sobre esse “território de pesca” e a influência disto na realização da pesca é explicado pelo senhor Leonardo que especificou a interrelação entre o movimento das marés, de acordo com a posição da lua e as condições ideais para que a pesca seja realizada. Esse depoimento foi reforçado pela fala do senhor José Raimundo que também me explicou a respeito das “águas” adequadas para a realização da pesca nos pesqueiros de Brito. As informações não foram gravadas, pois a pedido dele não fiz o

registro da entrevista com gravador, antes, anotei no caderno de campo. Segundo ele a pesca segue as orientações observadas por eles a partir da lua e dos movimentos das marés.

Assim, segue de acordo com o que me foi falado em entrevista pelo senhor Leonardo:

Leonardo: muitos acadêmicos escrevem lá diferente, mas vamos dizer assim, que eles escrevem assim, lua foi ontem. Quem tá acompanhando aqui vai ver que eles escrevem aqui oh, lua foi ontem, mas quem tá acompanhando aqui não acha que lua deu ontem, quem está acompanhando aqui acha que lua vai dá é hoje, mas pra gente que tem um pouquinho da noção do conhecimento, dá certinho. Dificilmente passa. Se passa é como a história da política, um pouquinho pra mais ou pra menos. O que passar é diferença de um dia ou uma hora pra outra. Como, por exemplo, o horário da lua não foi na preamar de hoje de manhã. Maré vai dá na preamar da noite, de oito horas da noite. Então na preamar, na baixa-mar, pode ver. Mas não passa esse dia. Por exemplo, dia de quarto, essa que vem agora maré vai quebrar, é lua cheia e a lua vai minguar. Quando for no dia 25, quinta-feira, vai ser quarto minguante, na outra semana. Pela minguante, muitos não conhecem, ela é minguante na lua, mas na maré ela é grande. Ai os caras acham que como ela é minguante o quarto tem que ser pequeno porque como ela está diminuindo o quarto tem que ser pequeno, mas não. É minguante na lua, mas na maré ela é grande. Ela puxa, corre muito. Já o outro quarto que vai dá já pra lua nova pra lua cheia esse aqui vai ser menos. (Senhor Leonardo, agosto de 2016)

Leonardo: é ela corre mais. Quarto-puxado como a gente chama, ela seca menos e a maré corre mais. No quarto-morto ela corre menos e a maré mais. Então, tudo isso tem muita gente que não entende.

Tacilvan: duas...

Leonardo: e duas marés de quarto. Duas águas grandes pela lua cheia e lua nova e duas mares de quarto que é quarto minguante e quarto crescente. São quatro águas num mês.

Tacilvan: duas marés grandes...

Leonardo: e duas marés de quarto. Duas águas grandes pela lua cheia e lua nova e duas mares de quarto que é quarto minguante e quarto crescente.

Tacilvan: e ai a pescaria, como é que fica nessas águas?

Leonardo: não, ai varia dependendo do tipo de pescaria que a gente faz. Por exemplo, a pescaria de tainha é quase todo o tempo. Vai de maré grande, de maré seca, em qualquer momento que você queira ir lá você pesca. Se agora tu for lá na croa tu pesca (senhor Leonardo, agosto de 2016)

Apesar da precisão do calendário referido ao ciclo lunar e a sua relação com a pesca percebi que as práticas dos pescadores possuem aspectos imprevisíveis. Os ciclos orientam as práticas, entretanto, a execução da atividade de pesca aponta para o imponderável e para um saber nem sempre verbalizado (BERTOL, 2016). Revendo algumas das anotações do antropólogo Castro Faria feitas entre 1953 e 1954, Bertol atenta para a seguinte observação por ele realizada: “O saber não verbalizado: os objetos e as técnicas como expressões únicas dessas formas de saber não verbalizado”. (BERTOL, 2016, p.31). Nesse sentido, a noção de “faro” ajuda a compreender aspectos desse “saber prático” (FOUCAULT, 2008).

O senhor Leonardo, parafraseando algo que lhe foi dito pelo sr. Jaime, pescador de São Luís que mora no bairro da Camboa, disse: “a pesca é pra quem tem faro”. O faro, assim, parece apontar para certo modo de saber e fazer que está sob o domínio desses pescadores e da experiência que eles detêm sobre suas práticas. Posso pensar a respeito do que acompanhei, do que ouvi e do que li na unidade social que esse faro perpassa por um conjunto de saberes intercruzados e apreendidos por aqueles que deles fazem uso.

Dentro desta concepção notei que os agentes sociais estabelecem suas estratégias que possibilitam um agir o qual leva em consideração os saberes tradicionais e cujas dimensões são compartilhadas coletivamente muito embora advenham de formulações e estratégias articuladas a partir de cada unidade familiar, ou seja, perpassam pelas relações estabelecidas primeiramente pela organização das unidades familiares.

O senhor Leonardo, tanto quanto os demais que pude entrevistar, estão numa condição de pescadores que detêm não somente saberes referente a pescaria, como também da maleabilidade necessária para conciliar essas práticas que se interligam de modo a garantir uma eficácia no processo de construção do modo de vida dos agentes sociais em Brito.

3.3 – *Pesqueiros, pescas e pescados: categorias locais inseridas no ato de pescar.*

Descrever o território da pesca implica na compreensão dos limites e obstáculos colocados a essa própria descrição. Há distintas categorias associadas a construção desse “território de pesca”, dentre elas as de *pesqueiros*, *pescas*, *pescado* e outras correlatas. Esse complexo sistema de classificação, no qual torna-se impossível definir precisamente o significado das categorias, encontra-se profundamente articulado. Dito isto, apresento alguns dos obstáculos à descrição que foram enfrentados ao longo deste trabalho. Entre elas está a de estabelecer as distinções entre as categorias *pesqueiros*, *pescas*, *pescaria* e *pescado*. Antes de entrar na descrição que me foi possível estabelecer para afirmar essas distinções pontuo que a reflexão perpassa aqui pela incorporação, ao trabalho descritivo, do significado das categorias usadas pelos pescadores para autodesignarem o que fazem, o que sabem e o modo como vivem.

Em conformidade com Gaston Bachelard sobre a ideia de “obstáculos epistemológicos” (BACHELARD, 1996) que incidem sobre o ato de conhecer implicando num estado de estagnação sobre tal ato ou mesmo produzindo conhecimentos acríticos, busquei perceber as inquietações que me foram aparecendo ao longo da investigação buscando compreender as dúvidas e os questionamentos para construir e reconstruir a descrição dos dados de pesquisa.

Para Bachelard (1996) é preciso antes de tudo, saber formular problemas, se não houver uma questão, não pode haver conhecimento científico. Neste sentido me vi diante de questões que me atravessaram ao estar com os agentes sociais e me deparar com as designações específicas atribuídas por eles para representar seu território e as relações sociais que o atravessa. Como evitar ser de todo violento ao tentar, no ato da escrita, descrever essas designações e seus significados? Como diminuir os efeitos de uma violência simbólica ao

descrever a lógica de interpretação do modo de vida tal como me foi descrito pelos agentes sociais? Como operacionalizar com essas distinções no ato da escrita?

As questões que passei a elaborar auxiliaram no rompimento da noção do território da pesca como vinculado a uma visão mais geográfica. Inicialmente, todas as categorias pareciam remeter a uma noção de lugar, área, local e no próprio texto que elaborei essas noções estavam presentes.

É necessário fazer observações em relação ao ““território de pesca”” e a primeira delas é que ele não está restrito ao mar. Ao contrário, parece estar referido a uma territorialidade específica que articula as representações dos agentes sociais sobre o seu território e impossível de ser compartimentalizada. Assim, o território da pesca inclui as atividades da terra, da superfície do mar e das suas profundezas. E há um fluxo relacionado às representações que faz com que qualquer tentativa de sistematização delas só tenha sentido se for, ao mesmo tempo, relativizada.

Assim, mesmo os croquis, mapas e calendários são formas explicativas e, portanto, inapropriadas para uma análise que absolutize tais representações. Segundo Almeida (2013),

“Os croquis e as figuras de mapas sempre estiveram presentes nas etnografias ou abrindo diários de campo, quando não os próprios livros. Nos trabalhos etnográficos o processo de produção cartográfica é descrito como plural, podendo estar referido a um grupo, uma comunidade ou um povo. A modalidade de representação espacial é vária e os mapas podem ser desenhados no chão, numa casca de árvores, numa parede de pedras ou de alvenaria, num papel ou numa peça artesanal (de couro, madeira ou pedra) ou num painel ou tela constituindo uma obra-de-arte propriamente dita. As possibilidades de ilustração são inúmeras. Com Pritchard o mapa surge como ilustração do início do livro, logo após o prefácio, e mostra a distribuição das sessões tribais dos Jinkany orientais. (cf. E.E. Evans-Pritchard – Os Neur.. São Paulo. Editora Perspectiva.1978). O diário de Malinowski é aberto com um mapa da Nova Guiné Oriental e ilhas adjacentes. (cf. Malinowski, B. – Um diário no sentido estrito do termo. Rio de Janeiro. Ed. Record. 1997 (1ª. Ed. em inglês 1967) (trad. Celina Cavalcante Falck).” (ALMEIDA, 2013)

Nesse trabalho os croquis foram desenhados no sentido de compreensão do território da pesca pelos próprios agentes sociais já que o desenho apresentado foi elaborado pelo meu interlocutor principal, o senhor Leonardo e o seu filho Samuel. Conforme veremos os agentes sociais desenharam, entre os pescadores linhas que os interligam e, essas linhas estão vinculadas a um fluxo dos pescados, das canoas, dos instrumentos de pesca. Assim, o denominado pescador concentra uma quantidade de peixes, entretendo, mesmo esses peixes estão em constante deslocamento. Há um fluxo que interliga o igarapé com o mar. Quando a maré sobe as águas do mar invadem os igarapés. Nos igarapés os peixes se reproduzem, se espalhando posteriormente pelo vasto oceano. Portanto a dificuldade em descrever essas práticas vincula-se a essa complexidade dos próprios saberes que são também incertos, que são imprecisos em certa medida e necessitam de um faro para serem bem direcionados.

Não há uma só parte no mar e no igarapé em que não seja possível realizar a pesca. Os pesqueiros, deste modo, não correspondem ao meramente físico, mas ao “faro”, no sentido de que é preciso que os pescadores tenham a noção das possíveis concentrações dos pescados, seja no mar, nas beiradas das praias ou no igarapé e das condições em que ele poderá realizar determinada pesca e assegure a captura dos pescados. Neste sentido, os pesqueiros se referem ao encontro dos pescadores com suas próprias habilidades de execução da prática pesqueira.

Os pesqueiros, por vezes, estão no denominado alto mar, nas *beiradas das praias* e nos igarapés. Nos igarapés eles são denominados de *pesqueiro de lama* e ali se pescam de diferentes formas e com o uso de distintos instrumentos de pesca. No mar os *pesqueiros* são designados de *pesqueiros de areia* e *de pedras, croas e enseadas* por vias dos quais os pescadores realizam a pesca de linha, de espinhel, de rede *sajubeira*, de malhão, de caniço, de munzuá, pescas estas que asseguram a captura de diferentes espécies de pescados.

As pescas no mar e no igarapé estão orientadas por uma variação entre enchentes e vazantes do mar e, até certo ponto, pelo período de chuvas e estiagens. Diferentemente das que ocorre nas áreas alagadas, como na parte central da Baixada Maranhense ou em outras localidades do Maranhão cuja influência na pescaria está baseada nos movimentos das águas baixas dos rios, no período das estiagens, e das águas altas referentes às elevações do nível dos rios, das enchentes de lagos e campos naturais no período das chuvas. No mar esse fluxo já não é o que orientará a dinâmica da pesca, pois ele é uma constante diária entre baixa-mar e preamar.

Há critérios eleitos pelo grupo que caracterizam as relações estabelecidas no ato de pescar e que comportam um léxico amplo de designações. Analiticamente essas designações estão relacionadas ao modo como esses agentes sociais percebem suas práticas e as representam. Essa representação envolve saberes e fazeres que ampliam as possibilidades de construção da reflexão sobre a temática da pesca e o território reivindicado.

É partindo dessas questões que busco construir os subtópico seguintes descrevendo as condições de possibilidade pelas quais me foi permitido ter acesso a essas informações e o sentido dado pelos agentes sociais às categorias locais.

3.3.1 – Os *pesqueiros*

Os *pesqueiros* envolvem saberes dos pescadores referentes à concentração de pescado, espécies de pescados, período propício para a pesca e os instrumentos adequados para cada pesca, assim como também orientam as formas diferenciadas de pescar no mar e nos igarapés. Para fins de reconhecimentos referentes a esses *pesqueiros*, teríamos a possibilidade de os

pensar a partir das observações realizadas sobre a execução das pescas nas chamadas margens, também designadas de *beiradas das praias*, em *alto mar*, nos igarapés e nos rios. Em termos práticos, os *pesqueiros* descrevem quaisquer encontros entre os pescadores nas áreas de concentração dos pescados que são atravessados por estratégias e por uma dinâmica peculiar que se acentuam na própria manutenção desse “território de pesca”.

Cotidianamente, os *pesqueiros* são frequentados por pescadores que extraem deles os recursos que eles oferecem enquanto possibilidade de assegurar seus próprios modos de vida. Essas relações estabelecidas com esses recursos naturais apontam para a afirmação de uma lógica que se diverge dos interesses de grupos antagônicos quando tentam se impor a quaisquer custos e que lutam para estabelecer seus interesses acima dos interesses dos agentes sociais inseridos nessa relação.

Eles se diferenciam também dos chamados “pesqueiros reais” mencionados no livro *A Pesca na Amazônia de Veríssimo* (1995). Os designados “pesqueiros reais” se referiam às designações atribuídas pela coroa portuguesa para as áreas destinadas às atividades de pesca no intuito de abastecer, com pescados, as províncias da coroa portuguesa no período colonial. Nesse sentido, os *pesqueiros* observados em Brito se contrapõem com essas visões oficiais de “pesqueiros reais” voltados apenas para a prática da pesca como mera atividade econômica. O que está em questão para esses pescadores é a própria identidade de pescador que envolve relações sociais, os modos específicos de organização social que eles estabelecem e a própria reivindicação desse “território de pesca”.

Foi somente no segundo momento em que estive em Brito, seis meses após minha primeira estada, que pude observar, com certa proximidade, as relações em torno da prática das pescas e perceber sua execução cotidianamente entre as unidades familiares. Essa intensificação nas pescas acontece por se tratar do período chuvoso, momento em que há condições apropriadas para o deslocamento dos pescadores para os *pesqueiros* em *alto mar* e também é marcado pelo aumento da quantidade de peixes nessas áreas do mar.

Os agentes sociais fazem uma descrição minuciosa dessas áreas de uso na prática da pesca como, por exemplo, a localização dos chamados *pesqueiros*, que dizem respeito aos locais em que se concentram os pescados e, conseqüentemente, onde os pescadores realizam a pesca. Em entrevista com o senhor Leonardo e seu filho, Samuel, eles elaboraram um croqui²⁷ dessa

²⁷ Segundo Almeida (2013), “Os croquis e as figuras de mapas sempre estiveram presentes nas etnografias ou abrindo diários de campo, quando não os próprios livros. Nos trabalhos etnográficos o processo de produção cartográfica é descrito como plural, podendo estar referido a um grupo, uma comunidade ou um povo. A modalidade de representação espacial é vária e os mapas podem ser desenhados no chão, numa casca de árvores, numa parede de pedras ou de alvenaria, num papel ou numa peça artesanal (de couro, madeira ou pedra) ou num painel ou tela

área no mar e nos igarapés que auxiliou na descrição do que eles identificaram como de uso constante para realização da pesca.

Trago aqui a discussão sobre os croquis como possibilidade de representação de parte da área referente aos chamados *pesqueiros*. Na ocasião, o diálogo que estabeleci com esses pescadores citados acima perpassava pela identificação desses *pesqueiros*, motivo pelo qual o croqui está delimitado a visibilização dos mesmos. Neste sentido, o material ora apresentado não necessariamente corresponde a totalidade do território onde estão estabelecidas as relações que dinamizam a prática da pesca. Por outro lado, essa descrição a partir do croqui reflete os pontos de vista do Samuel e do senhor Leonardo no que os mesmos consideraram significativo apresentar sobre os *pesqueiros*.

Embora haja essa limitação na descrição presente no croqui, o tomo no trabalho como elemento que soma na identificação do ““território de pesca”” e que advém de um saber local que identifica as práticas e os usos dos *pesqueiros* no cotidiano das unidades familiares para execução das pescarias. No PNCSA os croquis passam a ser incorporados na produção de mapas como parte das escolhas feitas pelos agentes sociais e compõem dados minuciosos apreendidos na elaboração dos chamados mapas situacionais que integram os fascículos²⁸. Tais mapas, assim, aparecem como resultado de investimentos teóricos e práticos, envolvem manuseio de GPS operacionalizados por agentes sociais e pesquisadores. Nas chamadas oficinas de mapas os pesquisadores dialogam com os agentes sociais produzem, em certo sentido, na relação de pesquisa as condições de possibilidades de representar seus territórios étnicos.

A elaboração de croquis está inserida nos processos de pesquisa estabelecidos entre os pesquisadores do PNCSA e agentes sociais na relação de construção dos fascículos e mapas situacionais. Eles são elaborados pelos agentes sociais como resultado de processos de

constituindo uma obra-de-arte propriamente dita. As possibilidades de ilustração são inumeráveis. Com Pritchard o mapa surge como ilustração do início do livro, logo após o prefácio, e mostra a distribuição das sessões tribais dos Jinkany orientais. (cf. E.E. Evans-Pritchard – Os Neur.. São Paulo. Editora Perspectiva.1978). O diário de Malinowski é aberto com um mapa da Nova Guiné Oriental e ilhas adjacentes. (cf. Malinowski, B. – Um diário no sentido estrito do termo. Rio de Janeiro. Ed. Record. 1997 (1ª. Ed. em inglês 1967) (trad. Celina Cavalcante Falck).”

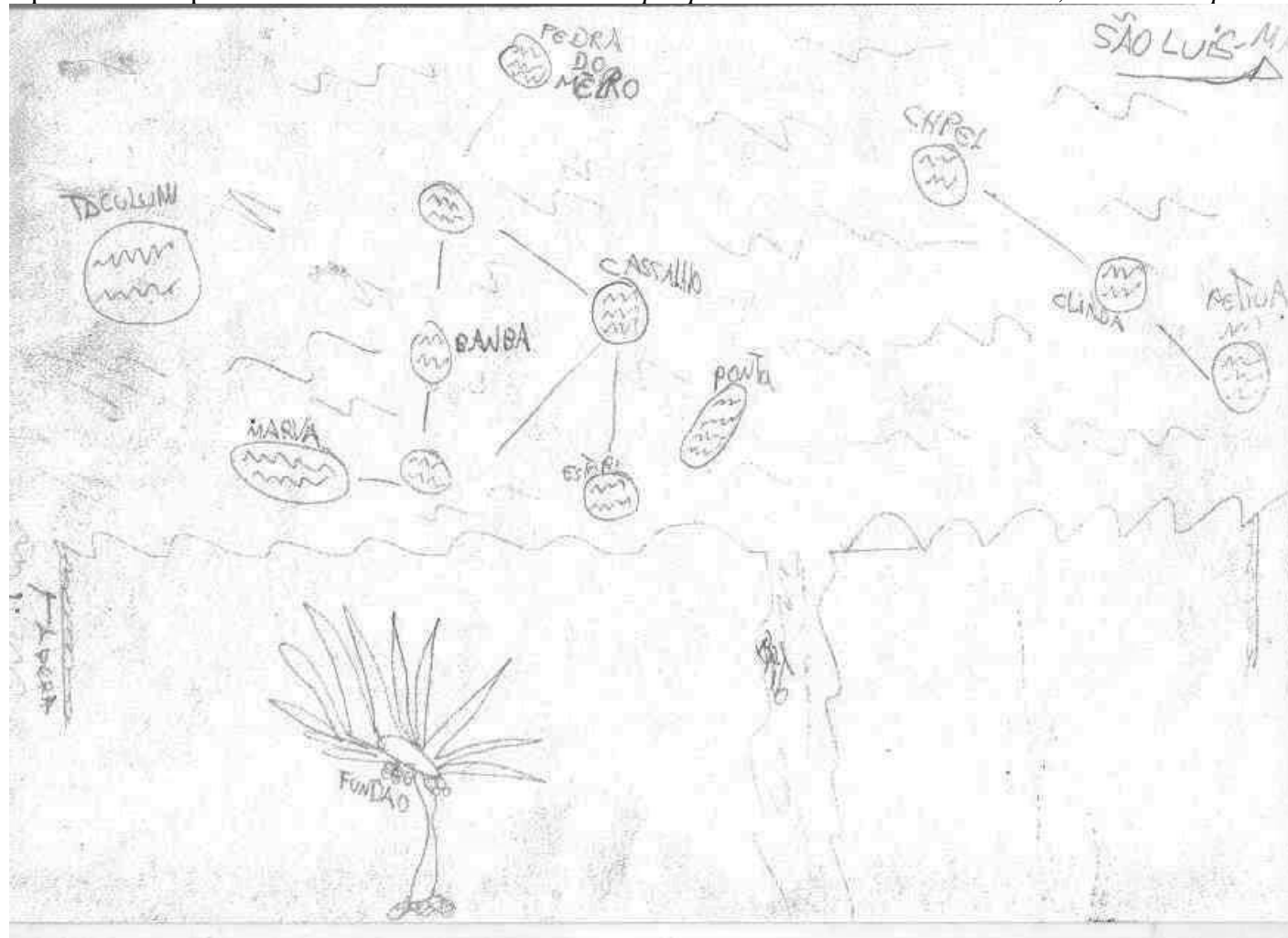
²⁸ Sobre estes fascículos, coloco que se trata de materiais por meio dos quais são publicizados os resultados de um trabalho coletivo estabelecido entre pesquisadores e agentes sociais. Ademais, ressalta Almeida, Para fins de divulgação ampla e difusa, os resultados dos trabalhos relativos a cada situação social são publicados em forma de fascículos, contendo um mapa, excertos de depoimentos de membros das comunidades pesquisadas e as demandas do grupo. (ALMEIDA, 2013, p. 28). O fascículo 25 teve como base para sua construção as situações sociais referentes aos conflitos vivenciados pelos quilombolas de Alcântara ocasionados pela implantação do CLA. Intitulado “Luta dos quilombolas pelo título definitivo: oficinas de consulta” descreve as chamadas oficinas de consulta para fins de construção de instrumento associativo com objetivo de receber o título definitivo do território étnico.

autorrepresentação onde esses agentes identificam seus territórios, agregam saberes e fazeres, identificam as relações de intrusamentos, efeitos sociais referentes aos conflitos territoriais e visibilizam, em caráter étnico, suas territorialidades específicas. Assim, as práticas da “nova cartografia social” aproximam-se, segundo Almeida (2013), de uma leitura crítica dos modos de visibilizar as pautas de reivindicação de direitos territoriais e reconhecimentos étnicos.

Baseado nessa apreensão busquei discutir junto com o Samuel sobre a possibilidade de construção desse croqui. Ele se dispôs a representar na folha de papel o que, antes, estava sendo apenas verbalizado por ele e pelo senhor Leonardo. A representação das áreas de pesca, me levaram a incorporar o croqui como possibilidade de descrever no trabalho dissertativo essas relações em torno de parte desse “território de pesca”.

Assim, apresento esse croqui no sentido de iniciar a descrição:

Croqui 1: Croqui elaborado por Samuel descrevendo os chamados *pesqueiros* localizados em alto mar, na *beira da praia* e nos igarapés.



Fonte: Trabalho de pesquisa de campo / Samuel e senhor Leonardo – Brito, 2017.

No croqui é possível perceber a área que compreende os *pesqueiros* entre o Igarapé de Tapera e o igarapé de Brito chamados de *pedra do mero, cascalho, bambá, ponta, marva, fundão, prainha, fundo do Brito e boca do igarapé*; o *pesqueiro* próximo à Canelatiua identificado como *pedra de Itaculumí* e os *pesqueiros* próximos a Baracatiua identificados pelo nome de *chapéu, Olinda e Petiua*. Nele também é possível perceber as linhas interligando um *pesqueiro* a outro no sentido de demonstrar o deslocamento realizado pelos pescadores quando se encontram executando a pesca. Em uma mesma pesca os pescadores se deslocam em diferentes *pesqueiros*.

Vale destacar que alguns desses *pesqueiros* estão reconhecidos pelos pescadores como lugares sagrados ou que, de algum modo, perpassam por histórias com seres encantados que vivem neles. Neste sentido, destaco o *pesqueiro* da *pedra de Itaculumí* reconhecido no território como lugar de encantaria. Outro é o *Bambá* que, segundo contou o senhor Francisco esposo da dona Roberta, que durante a sua infância, em noites de lua cheia, se ouvia tambores tocando nesse *pesqueiro* a noite toda.

No período do *verão* as atividades de pesca no mar se concentram nos chamados *pesqueiros* mais próximos do litoral designadas *beira de praia* e nas *croas*. Os agentes sociais identificam as *croas* a partir de duas classificações, a saber: as *croas de pedras* que se referem as formações de bancos de areias onde há também pedras que ficam exposta na maré baixa; e as *croas* formadas apenas por *bancos de areia*. Estas *croas* também ficam expostas quando a maré está baixa e são, em muitos momentos, chamadas pelos pescadores de *enseadas*.

Os *pesqueiros* onde se concentram as pescas em *alto mar* no período do *inverno* são identificados pelos nomes de *bambá, pedra do mero e cascalho* reconhecidos entre os pescadores, segundo me falou a dona Faustina irmã do senhor Leonardo, por serem áreas no mar em que há pouquíssimas ondas sendo ideal para concentração do peixe e, também, à realização da pesca. Esses *pesqueiros* também são chamados, pelos pescadores, de *pesqueiros de areia*. Os *pesqueiros de lama*, onde também são realizadas as pescas nesse período, estão localizados em toda a extensão dos Igarapés desde as chamadas *bocas dos igarapés* estendendo-se por toda sua extensão.

3.3.2 – Execução das pescas

Há algumas diferenças na organização social entre os pescadores para o desenvolvimento da chamada *pesca de margem ou de beira e a de alto mar*. Ambas exigem o trabalho de mais de um pescador, no caso da *pesca de beira* ou *de margem* exige em média a

parceria entre 2 ou 3 pescadores. A pesca em *alto mar* exige o deslocamento em grupos, cada grupo em uma determinada canoa. Isso ocorre em função do risco que apresenta o deslocamento até esses *pesqueiros* devido as ondas e as correntes marítimas. Quando se deslocam vários pescadores, segundo afirmam os pescadores, um pode socorrer o outro em caso de algum incidente, como naufrágios.

As relações sociais estabelecidas entre os agentes sociais em torno da execução das pescas os levam a distinguir as superfícies tanto quanto as profundezas aquáticas consistindo, por parte dos pescadores, na formulação de uma descrição detalhada sobre o ““território de pesca””. Esse reconhecimento possibilita que os pescadores interajam nos chamados *pesqueiros*.

No momento da pesquisa de campo algumas designações foram sendo colocadas nos argumentos dos agentes sociais que me levaram a questioná-los sobre as distinções entre elas, a saber, pesca e pescaria. A apreensão delas me levou a perceber que a distinção rígida entre terra e mar não dá conta de responder à inter-relação estabelecida entre ambas por parte dos pescadores.

Os próprios nomes atribuídos aos *pesqueiros* estão diretamente referidos por processos históricos do grupo que estabelece intensas ligações entre a terra e o mar. Os *pesqueiros* designados de farol, cachoeira e fundão possibilitam, em certo sentido, percebermos essas correlações. O *pesqueiro* do farol é assim designado porque toma para sua referência o antigo farol que ficava em cima das falésias de Brito. Como a incidência das atividades de pesca ficavam de frente para o farol, a referência à circulação do pescado e execução das atividades de pesca nessa parte ficou designada de farol. O mesmo acontece com a cachoeira. Este nome atribuído a esse *pesqueiro* decorre dos períodos em que as enchentes nos meses de *inverno* permitiam a formação de diversos córregos em Brito. Um deles escorriam falésia abaixo como se fosse uma cachoeira que desaguava suas correntezas no mar. Diante dela houve grandes incidência de peixes pelos quais se deram a concentração das atividades de pesca na beirada da praia em frente a designada cachoeira. Essa incidência de peixes e a execução da pesca nessa parte da beirada a levou ficar conhecida como cachoeira.

O *pesqueiro do fundão* é sinalizado pela palmeira de coco da praia. Contam os pescadores que eles foram plantados por pessoas que ali tiveram há muito tempo e foi onde uma mulher advinda de São Luís construiu sua casa. Ali, ela intensificou em plantações de diferentes árvores frutíferas, incluindo os coqueiros.

Não obstante a essa ressalva destaco que de início, pensei em trabalhar com a categoria “pescaria” para me referir ao processo que envolve as técnicas de pesca, aos meios de

deslocamento dos agentes sociais até os chamados *pesqueiros*, a forma como será realizada a pesca e os tipos de peixes que podem ser capturados em cada uma das pescas realizadas. Já a categoria “pesca” estava sendo relacionada ao ato da captura do pescado propriamente dito. Tentei fazer tal distinção, em sentido analítico, para orientação da escrita e compreensão no uso dessas designações, pois na prática as mesmas são usadas pelos agentes sociais sem necessariamente haver uma rigidez nessa distinção. Apresentando essa distinção ao senhor Leonardo, o mesmo me levou a descartar essa distinção, pois no ponto de vista deste tanto a pesca como a pescaria são “maneiras diferentes da pessoa se pronunciar” a respeito de suas práticas e não necessariamente implicam em diferenciações rígidas.

Para facilitar a compreensão e diminuir os efeitos de uma “violência simbólica” (BOURDIEU, 1997) ao construir a interpretação dos dados de campo, evitei operacionalizar essas distinções de modo enrijecido, buscando pontuar o sentido das relações sociais presentes na fala dos agentes sociais nas entrevistas no sentido de trazer para a reflexão os diferentes “pontos de vista²⁹” (BOURDIEU, 1997) acerca da prática da pesca. Assim descrevem:

(...) não, ai varia dependendo do tipo de pescaria que a gente faz. Por exemplo, a pescaria de tainha é quase todo o tempo. Vai de maré grande, de maré seca, em qualquer tamanho que você queira ir lá você pesca. Se agora tu for lá na croa tu pesca. (...) A pescaria de linha tu faz toda hora que quiser; de tarrafa tu pode tarrafiar nas beiradas por ai de maré grande, de maré seca, nas beiradas tudo se tarrafeia (LEONARDO DOS ANJOS, 2016)

Luís: É porque aqui tem vários tipos de pescaria e cada tempo tem uma pescaria. (...) Ai entrou o *verão*, ai é pescaria de tapagem ai na beirada ai.

Tacilvan: no *verão* é mais pescaria de tapagem?

Luís: no *verão* é mais de tapagem, é. Eu tenho ali 120 braças de rede de tapagem e ai no *verão* aqui é como eu mantenho minha família aqui, e meus parceiros pescam mais no *verão* de tapagem comigo ai. O pessoal ai das pescarias. (LUÍS, 2017)

Ai eu vim pra cá e comecei a minha vida e tudo aqui eu compro com esse dinheiro dessa pescaria ai. (...) E ai eu compro minhas coisas, ajeito minha casa, cuido dos meus filhos tudo com o dinheiro da pescaria. (LUÍS, 2017)

Jorge: Aí geralmente eles pescam mais aqui nessas áreas daqui, o pessoal do Peru geralmente eles pescam também ali mais no Mamuna onde tem uma estrada melhor e eles vão fazer a pescaria deles (JORGE GARCIA, 2016)

²⁹ Para Bourdieu o ato de uma entrevista tem como efeito associar “a disponibilidade total em relação a pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, (...) a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vista, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria.” (BOURDIEU, 1997, p. 695). Levando em conta que aqui estou tratando com diferentes pontos de vista, busco construir as possibilidades de reflexão resultante do confronto dessas visões do mundo social. Há neste sentido pescadores que estão diretamente engajados na administração da associação de Brito, como o senhor Leonardo e sua esposa, dona Maria de Jesus; há pescadores voltados quase que na totalidade para a prática da pesca, como o senhor Luís; outros que estão na interrelação da *roça* com a pesca e demais atividades. Essas diferentes posições em que se encontram os agentes sociais são geradoras de lugares de falas que fundamentam ponto de vistas diferentes. Essas condições permitem à percepção compreender os efeitos nesse mundo social onde esses pescadores buscam situar suas práticas e estabelecer seus enfrentamentos face aos conflitos.

E minha história é essa: eu cheguei aqui em 92 e ai de lá pra cá eu construí a minha família, tenho quatro filhos, duas meninas e dois rapazes, e a minha lida é essa: é pescaria. (RAIMUNDO PIMENTA, 2017)

(...) hoje é mais a pesca mesmo (mais praticada). Ano passado foi bem pouca gente mesmo que teve *roça*. Já este ano eu acho que só Leonardo é que não teve *roça*. (MARIA DE JESUS, 2017)

Em certa medida, oriento minha opção pela delimitação do uso das duas categorias não dissociada da interpretação colocada pelos agentes sociais. Isto possibilita refletir que no processo de classificação trazidas para este estudo se encontram articulados entre o que está sendo escrito e o que foi dito pelos agentes sociais. Em síntese, são os procedimentos de pesquisa e as falas desses agentes que orientaram a própria conceitualização.

A pesca também é descrita na fala dos agentes sociais a partir de duas condições, a saber, dos instrumentos de pesca: pesca de sajubeira, serreia, gozeira, caniço, linha, munzuá, malhão, tarrafa, puçá, chuchu, vara com anzol; tanto quanto a partir das formas como elas podem ser executadas: pesca de *tapagem*, de *apoito*, de *rabiadeira*, de *lanço*, de *borbulho*, de *arrasto*, de *escora* e de *estaca*.

A partir do que descrevem os agentes sociais sobre a prática da pesca busquei trabalhar os dados das entrevistas as subdividindo em três subtópico, a saber, um em que descrevo sobre as pescas realizadas nas chamadas beiradas da praia; descrevo a respeito das pescas em alto mar e no terceiro busco descrever as pescas executadas no igarapé de Brito. Nesta subdivisão trabalho minimamente a pesca a partir dessa relação entre os instrumentos e essas diferentes formas com que a pesca é realizada.

3.3.3 – Os tipos de pesca: designações a partir dos instrumentos.

Os tipos de pesca os quais descreverei nos subtópicos abaixo, estão diretamente relacionados com os instrumentos usados na execução dessas diferentes pescas. Neste caso, os nomes dos instrumentos de pesca, em certo sentido, determinam o nome da pesca que está sendo executada com eles. Para fins de análises, estou observando nove tipos de pesca cujo nomes tem a ver com o nome dos instrumentos, a saber, a pesca de tarrafa, de sajubeira, linha, caniço, espinhel, chuchu e o puçá. Com exceção do puçá, essas pescas são todas constantemente praticadas em Brito tanto pelos pescadores que vivem nessa comunidade como por outros que se deslocam para Brito com fins de pescar.

Algo que percebi ao chegar em Brito é que há duas distintas condições pelas quais os pescadores designam suas práticas de pesca a primeira diz respeito aos instrumentos usados nessas pescarias; a outra é que o mesmo instrumento de pesca pode ser manuseado de diferentes

formas. Assim, a pesca executada com a *rede sajubeira* pode ser realizada de *borbulho*, de *rabiadeira*, de *escora*, de *estaca* e de *tapagem*.

Devido as singularidades que envolve esses dois modos de construir as designações da prática de pesca, optei por descrevê-las em dois tópicos. Neste tópico apresentarei o primeiro deles, ou seja, as designações dos tipos de pesca a partir dos instrumentos que são usados em cada uma delas.

Observei a presença de diferentes instrumentos de pesca em Brito dentre os quais se destacavam as grandes redes, *sajubeira*, que diariamente eram executadas pescas nas praias e igarapé de Brito. Alguns instrumentos, como o caso do puçá e redes de pescas com malhas menores de 15 milímetros, não foram notados em nenhuma das pescarias que eu observei durante o trabalho de campo, ao que me levou a questionar o porquê da ausência destes instrumentos uma vez que no litoral ele é constantemente usado a puçá, por exemplo, na captura do camarão. O senhor Leonardo enfatizou que sua ausência se deve pela baixa concentração de tal marisco nas praias e igarapé de Brito, antes, se destacam nesse modo de pescar, segundo afirmam tanto o senhor Leonardo como o senhor Jorge, a comunidade de Pacuri e São João de Cortes. Afirma ele:

Leonardo: da *sajubeira*, da *serreira* e *malhão* que é pra pegar peixe mais grande como a pescada e o camurim. O *malhão* é pra peixe maior. Tem a *tarrafa* também. A gente pesca de *tarrafa*, pesca de canço pesca de linha que é um par de anzóis, anzol grande pra pegar camurim pescada. Tudo a gente pesca ai. A pescaria que a gente não faz aqui é a de puçá porque tem camarão, mas é pouco. Eu não sei qual é o mistério, mas aqui tu vê, filhote de camarão tem, tem camarão. Este ano até que deu bastante, a gente pegou bastante ele ai de *tainheira*, a gente pescando ai, de maré seca no período da chuva e das *tainhas* ai no igarapé a gente sempre pegou ele bastante. Mas tu vai pescar de puçá, tu apanha, assim, como eles pescam de arrasto não topa muito assim. (Leonardo dos anjos, 2016)

A prática da pesca está circunscrita por um sistema de saberes locais compreendidos pelos pescadores e que orientam as ações dos que detém esse entendimento a partir da dinâmica estabelecida com os recursos naturais presentes nesse território. O depoimento que segue abaixo se refere à explicação dada pelo senhor Leonardo sobre os momentos em que a pesca pode ser realizada nos *pesqueiros*.

Leonardo: Logo na hora que maré baixa tu pesca, na hora que a maré começar a encher tu pesca, na hora que maré tiver grande tu bota a rede de *borbulho*, boiada no meio do canal. E tem outras que só pode ser feita ou de maré seca ou de maré grande. Como a pescaria de *tapagem*, só se faz de maré grande pra ti despescar na maré seca. A pescaria de linha tu faz toda hora que quiser; de *tarrafa* tu pode *tarrafiar* nas beiradas por ai de maré grande, de maré seca, nas beiradas tudo se *tarrafeira*; *tainheira* tu vai agora; já com o *malhão* tu só pode pescar se tu botar ele num lugar pra ele pescar *apoitado de rabiadeira* ou *de mourão*. E a *tapagem* também é só na maré grande, põe na maré seca e tu pode pegar na maré grande. Então, são essas diferenças assim. Aí varia de acordo com a pescaria que tu for fazer.

Além de enfatizar a relação estabelecida com o tempo de pesca, que pode ser realizado em qualquer momento, o senhor Leonardo observa como que esse tempo para a realização de determinada atividade pesqueira estará orientada mediante à forma com que o pescador resolva realizá-la tanto quanto o instrumento de pesca que ele manuseará na realização dessa prática.

Partindo dessas relações, a tabela abaixo sintetiza esses instrumentos, a quantidade de pescadores que podem estar envolvidos em uma determinada pesca e as possíveis formas com que ele estará efetivando tal atividade. Entra nessa tabela também as possibilidades de pescados que poderão ser capturados nessas pescas e os possíveis pesqueiros por onde os pescadores os encontrarão. Dentre os instrumentos usados nas pescarias realizadas em Brito cinco delas se destacam no sentido de serem as que constantemente são praticadas pelos pescadores e pescadoras. Segue Tabela:

Tabela 3 – Identificação dos instrumentos de pesca e as formas como eles podem ser manuseados na execução da pesca propriamente dita.

| Instrumentos de pesca | Momento do ano em que pode ser realizada | Instrumentos | Quantidade possível de pescadores | Formas de pesca | Principais pescados | Pesqueiros em que são executadas as pescas |
|-------------------------|--|---|-----------------------------------|---|---|--|
| Pesca de linha | <i>Verão e inverno</i> | Linhas e anzóis estrovados | Um pescador | Lançamento das linhas n'água | Bagre; Peixe-pedra Mero bagre. | Pesqueiros na beirada da praia e no igarapé |
| Pesca de caniço | <i>Verão e inverno</i> | Vara de pesca, linhas e anzóis estrovados | Um pescador | Lançamento do caniço n'água | Pacamão; Bagre Peixe-pedra Peixe-prata; | Pesqueiros na beirada da praia e no igarapé. |
| Rede de pesca de Malhão | <i>Verão e inverno</i> | Malhão | De um a dois pescadores | Tapagem; Borbulho; Apoitada; | Tainha; Peixe-pedra; Bagre; Pescada; | Pesqueiros de lama, boca do igarapé e em alto mar |
| Rede de pesca sajubeira | <i>Verão e inverno</i> | Rede pesca sajubeira | De dois a três pescadores | Apoito; Estaca; Borbulho; Rabiadeira. | Tainha sajuba; Tainha pituiu; Sardinhas Peixe-prata; Uriacica; camurim | Pesqueiros em alto mar, beirada da praia e igarapé |
| Pesca de tarrafa | <i>Verão e inverno</i> | Rede de pesca tarrafa | De um a dois pescadores | Rede lançada ao mar ou no igarapé. | Tainha; Bagres; Sardinhas; Pacamão. | Pesqueiros na beirada da praia e no igarapé |
| pesca de espinhel | Mais no <i>inverno</i> | Espinhel | De um a dois pescadores | Conjunto de anzóis lançados ao mar; Apoitados. | Pescada; Peixe-pedra, etc. | Pesqueiro em alto mar e igarapé |

Fonte: Tabela elaborada pelo próprio pesquisador, com base, dados de trabalho de pesquisa de campo (2016/2017).

À nível de descrição desses instrumentos de pesca, destaco:

3.2.3.1 – Pesca de Tarrafa

A tarrafa consiste em um dos instrumentos de pesca que é usado principalmente no igarapé ou na chamada *boca do igarapé* situado no início do igarapé, ou seja, onde este deságua no mar. Entre as comunidades do litoral é um instrumento de significativo conhecimento entre os pescadores, mesmo entre aqueles que não praticam a pesca de tarrafa com frequência.

De formato circular, a tarrafa é um instrumento que à medida em que vai sendo tecido vão sendo acrescentados os designados *crescidos* que, por vezes, se tratam de duas malhas inseridas em uma mesma malha tecida na sequência anterior de malhas. As malhas designadas de *crescidos* permitem que a circunferência da tarrafa se amplie à medida em que vai sendo confeccionada. Esses *crescidos* são adicionados do início ao fim do pano de rede da tarrafa.

Ao se encerrar o tecimento da tarrafa, esta é *entralhada* se usando apenas uma corda rabo de tatu de 6 milímetros de espessura na qual são dispostos a cada dez ou quinze centímetros, pedaços de chumbo para garantir que a mesma submerja ao ser lançada nas águas. As bordas da tarrafa são dobradas para dentro do pano de rede formando um saco que fica preso nessa posição por pedaços de náilon designados de *tensos*. essa finalização no tecimento das tarrafas assegura que quando esta for lançada sobre um cardume, os peixes capturados circulem por esse saco até a tarrafa se fechar por completo, evitando que os pescados escapem.

A tarrafa é usada pelos pescadores em Brito principalmente na captura dos seguintes peixes: bagres, pacamão e tainhas sajubas. Seu uso é menos constante que a rede de pesca sajubeira, por exemplo, servindo para pescas voltadas para alimentação da unidade familiar que propriamente para venda externa a tal unidade, com exceção do período em que há concentração dos pescados nas beiradas de praias e nos igarapés que garantem, de certo modo, abundância na obtenção de pescados.

A pesca com a tarrafa não exige a participação de mais de dois pescadores sendo que o manejo dela é realizado apenas por um pescador enquanto o outro cuida para manter o equilíbrio da embarcação em que ambos se encontram. O segundo pescador também, pode ser quem se encarrega de guardar os pescados enquanto o primeiro dá continuidade ao lançamento da tarrafa na água.

3.2.3.2 – Pesca de sajubeira

As redes de pesca sajubeira são cotidianamente usadas pelos pescadores de Brito. Isso foi justificado pelo senhor Leonardo no sentido de que tanto na praia quanto no igarapé a

presença das tainhas sajubas persiste tanto no *inverno* quanto no *verão* o que possibilita o manuseio dessas redes o ano inteiro. Essas redes de pesca tendem a ter 50 braços de comprimento e os pescadores optam por usar até duas redes dessas em uma só pescaria. Neste caso, elas têm as cordas rabo de tatu amarradas umas às outras e entre as malhas das duas redes são feitas costuras com a linha de náilon grilon.

A pesca de sajubeira é realizada tanto nas *beiradas das praias*, na *boca do igarapé* quanto no próprio igarapé. Com ela, os pescadores realizam as pescas de *apoito estacada* ou *escorada*, pesca de *borbulho*, e de *rabiadeira*. No igarapé também é praticada com ela a pesca de *tapagem*, onde, juntando dois panos desse tipo de rede, eles são atravessados de um lado para o outro na maré baixa, sendo recolhida na preamar da maré juntamente com os pescados que neles estiverem malhados.

Abaixo, duas fotografias registram a execução de uma pesca de sajubeira feita por Samuel e o Thiago, filho mais velho do senhor Jorge. Eles estavam pescando na designada boca do igarapé onde puseram a rede ao mar deixando as cortiças borbulhando sobe o mar. As redes de pesca usadas nessas pescas pertencem ao senhor Leonardo que constantemente empresta aos seus filhos para que estes realizem suas pescarias. Nesta pesca o principal pescado capturado foram as tainhas sajubas.

Imagens 9: Thiago e Samuel recolhendo a rede de pesca sajubeira de dentro da canoa do senhor Leonardo.



Fonte: Trabalho de pesquisa de campo. Alves, 2016.

3.2.3.3 – Pesca de linha

A pesca de linha é executada nas *beiradas da praia*, nos *igarapés* e em *alto mar*. Para sua realização é preciso um tubo de linha de náilon que terá em sua extremidade entre dois ou três anzóis estrovados seguidos por um peso chamado de chumbada garanta a imersão da linha no mar ou nos igarapés. Na *pesca de linha* não precisa necessariamente de uma varinha como a chamada pesca de *caniço*. O pescador, ao jogar a linha com os anzóis nas águas, segura parte dela com a mão. Com a linha entre os dedos, ele tenta sentir o momento em que os peixes se

aproximam das iscas nos anzóis para comê-las. Nesse momento os pescadores puxam a linha com uma velocidade que garanta fisgar os peixes nos anzóis.

Quando a pesca de linha é executada em alto mar, nos *pesqueiros do bambá*, na *pedra do mero*, *chapéu* e demais *pesqueiros* de Brito, ela exige que os pescadores construam chumbadas pesadas para equilibrar a linha ante as correntes marítimas no fundo do mar assim como elas precisam também suportar a pressão das ondas por cima da água. Quando a pesca com esse instrumento é realizada nos *pesqueiros de lama* no igarapé, as chumbadas tendem a ser mais leves, pois as forças das correntes marinhas tendem a ser menos intensas e cujas ondas são rarefeitas.

Imagens 10: Marcelo realizando as feituas das chumbadas usadas nas pescas em *alto mar*.



Fonte: Trabalho de pesquisa de campo. Alves, 2017

Nas imagens acima, Marcelo, sobrinho do senhor Jorge, preparava uma das chumbadas para levar em uma das pescarias realizadas em *alto mar*. Para essas pescarias em *alto mar* os pescadores costumam levar uma reserva de chumbadas, pois é constante a perda delas. Dentre as causas das perdas eles listam: elas ficam presas entre as pedras dos arrecifes; podem ser carregadas pelas moreias para suas tocas e, ao pucharem acabam rompendo a linha; as linhas podem ser apartadas.

Essas chumbadas podem ser preparadas a partir do uso de chumbo ou, quando não, os pescadores usam pedaços de ferro para as prepararem. No caso das execuções das pescas que eles realizam em *alto mar* que exigem que sejam pesadas, eles optam por prepararem-nas com pedaços de ferro. Quando realizam a pesca no igarapé, as chumbadas são menores podendo ser feitas tanto de ferro quanto de chumbo.

A pesca de linha é realizada para captura de diferentes pescados, a depender do periodo em que elas sejam realizadas. Na minha estada em Brito, no mês de abril, acompanhei os momentos de captura principalmente dos peixe-pedras. Ademais foram capturados peixes por nome paru. Quando eram realizadas nos igarapé de Brito, os pescadores capturavam

principalmente a peixe-pedra, o guribu e o bagre. Além dessas espécies outras tendem a ser capturadas de linha como o próprio mero.

Ao ser realizada, a pesca de linha exige dos pescadores certa atenção no sentido de que precisam sentir as vibrações das linhas com as mãos, uma vez que esse instrumento de pesca não necessita de um apoio, como no caso do caniço, sendo segurada diretamente com as mãos mesmos. É preciso, deste modo, que eles sintam entre os dedos o momento em que os peixes estão comendo as iscas colocadas nos anzóis para poder visgá-los.

3.2.3.4 – Pesca de caniço

Segundo relata a dona Faustina dos Anjos, irmã do senhor Leonardo, a *pesca de caniço* ocorre com o uso de uma vara fina na qual é amarrada uma linha. Na outra extremidade da linha são postos de dois a três anzóis *estrovados*. Nas pescas realizadas por dona Faustina, essa linha tende a ter entre dois a três metros aproximadamente.

A pesca de caniço é praticada durante todo o ano tanto nas beiradas das praias, na boca do igarapé como nas margens do igarapé. A diferença entre ela e a pesca de linha é que neste tipo de pesca são usadas varas que variam no tamanho podendo chegar até três metros. Ela é praticada tanto pelos mais experientes quanto pelos jovens da comunidade.

Costuma ser uma pesca ligeira em que os pescadores se deslocam por diferentes pesqueiros executando essa pesca. São usados os tamarus como iscas fisgadas nos anzóis e podem ser capturados diferentes espécies de peixe como a peixe-pedra, a peixe prata, o robalo, o bagre e o pacamão.

3.2.3.5 – Pesca de espinhel

Os espinheis são construídos pelos pescadores de Brito e usados principalmente nas pescas em alto mar onde a possibilidade de capturar os peixes é maior. É um instrumento de pesca que também é usado no igarapé, sendo atravessado de uma margem a outra deste. Nas pescarias realizadas em alto mar esse instrumento de pesca é posto ao mar atravessando a força das correntes marítimas.

Esse instrumento de pesca consiste em uma corda longa principal, chamada de *arpueira*, na qual são distribuídos a cada 50 centímetros um anzol *estrovado* em um pedaço de corda mais fina que a principal, chamado de *estrovo* e tem em média meio metro de comprimento. O

tamanho de cada espinhel varia de acordo com cada pescador. Há espinhel com aproximadamente 200 anzóis.

Quando são levados para as pescas em alto mar, os anzóis são iscados com pedaços de peixes como as sardinhas e, um a um, são postos ao mar. Na extremidade que é lançada primeira ao mar é posto um peso, pode ser uma âncora ou uma pedra pesada, que conduz o espinhel para o fundo. Na outra extremidade dessa corda em que foi amarrado peso é colocado uma boia que fica emersa no mar. A cada 25 anzóis são colocados pesos mais leves do que o que posto na primeira extremidade. Em um espinhel de 200 anzóis, a cada 100 anzóis são postas as boias que flutuam na superfície da água. A segunda extremidade é amarrada na corda da âncora da canoa, nas proximidades da âncora que, em seguida, é lançada ao fundo do mar conduzindo consigo o espinhel. O espinhel permanece no mar até o momento em que é despescado.

Uma vez lançado ao mar, os pescadores voltam-se para realizar a pesca de linha até o momento adequado de recolher o espinhel e os pescados que, porventura, tenham ficado físgados nesse instrumento. Após ser recolhido, pode ser novamente iscado e relançado ao mar. Nesse processo os pescadores aproveitam o tempo em que passarão aguardando voltados para a realização da pesca de linha.

3.3.3.6 – Pesca de chucho

A *pesca de chucho* consiste na atividade pesqueira que tem como instrumento de pesca uma vara de um metro a um metro e meio na qual são colocados na extremidade fina duas pontas de ferro afiadas amarradas à vara por uma linha resistente de náilon. Esse instrumento é assim usado na captura dos peixes pacamão, cuíca e moreia. A pesca de chucho é executada pelos pescadores e pescadoras, ocorrendo tanto nas *croas de pedras* dispersas pelas designadas *beiradas das praias* como também nas pedras encontradas no igarapé

Com a experiência adquirida com a prática dessa pesca entre os pescadores de Brito, as áreas de incidência das pedras tanto na praia quanto no igarapé se tornaram de fácil localização entre os pescadores e pescadoras que a executa. Os peixes são identificados entre as pedras por meio dos toques realizados com o chucho. Uma vez encontrados, são chuchados e puxados para a superfície onde são postos nos cofos.

A pesca de vara com anzol se aproxima, em certo sentido, das pescas realizadas com o chucho tendo como diferença que em uma das extremidades da vaza é posta um anzol na e a outra fica livre servindo de apoio para as mãos com as quais se puxará o peixe quando este for físgado pelo anzol.

3.3.3.7 – Pesca de puçá

A pesca de puçá não é praticada em Brito, antes, é uma pesca realizada nas áreas em que há a presença do camarão. A puçá tem o pano de rede tecido circularmente onde uma extremidade é estreita e a outra, larga. Na ponta do lado estreito é posto uma bolsa na qual serão aprisionados os camarões e dependendo da quantidade de camarão capturada, eles podem ficar guardados nessa bolsa até o termino da pescaria. Quando não, esses camarões são postos no cofo.

A parte larga do puçá tem seus dois lados presos a dois pedaços de madeira designados de calões os quais servirão para dar apoio aos pescadores quando estes estiverem arrastando ela nos pesqueiros. Em cada calão é amarrada uma corda que auxiliam no equilíbrio da ponta de cima com a ponta de baixo de cada calão.

No tecimento do pano de rede do puçá os pescadores identificam três partes especificamente: a primeira parte tecida chamada de saco e tem entre 50 a 100 malhas de circunferência. O pano de rede é tecido com essa circunferência até que ele obtenha metade de uma braça de comprimento quando, então, são adicionadas as chamadas malhas dos *crescidos*. Esta segunda parte segue a mesma lógica do tecimento das tarrafas. São esses pontos que fazem o pano de rede enlarguecer sua circunferência. A terceira parte do tecimento do pano de puçá é designado de ponto morto. Este último momento do tecimento não são adicionados os *crescidos* e são com os *pontos mortos* que é encerrado o tecimento da rede puçá.

Segundo pude observar, a pesca com as redes de pesca puçá são realizadas especificamente no igarapé Peri-Açú e são executadas por pescadores tanto de Pacuri, São João de Cortes como pelos pescadores das agrovilas e demais comunidades do território.

3.3.4 – A feitura dos instrumentos de pesca e os seus respectivos reparos entre os pescadores de Brito

Não me proponho aqui a descrever meramente as técnicas envolvidas na construção dos instrumentos de pesca. Antes tomarei como referência os dados de campo obtidos tanto nas observações quanto nas entrevistas para descrever, em certo sentido, o modo como os pescadores descrevem seus instrumentos de pesca, as construções dos mesmos, a manutenção deles e as singularidades no modo como eles são usados nas práticas da pesca entre os diferentes *pesqueiros* dispersados pelas praias e igarapé de Brito.

Construir os instrumentos de pesca perpassa por questões inerentes as relações sociais estabelecidas entre as comunidades e do controle necessário sobre os usos dos recursos naturais dispersados em toda a costa do litoral, desde os relacionados a pesca como também referentes as implantações das *roças* nas proximidades das praias e dos igarapés e também nas atividades de coleta de lenha nas margens do igarapé e de frutos como o guajiru e o murici.

Neste contexto está presente a preocupação dos pescadores relacionados aos tipos de *malhas* das redes usadas na prática da pesca. Neste sentido, as redes de *malha 15* não são usadas na realização das pescas por se tratar de uma *malha* muito pequena e que captura, inclusive, os filhotes dos peixes. Isso não é aceitável pelos pescadores, principalmente por aqueles mais velhos. Exceto a tarrafa que pode ser de *malha 15*, pois se trata de um tipo de pesca muito específica e que não tem as mesmas proporções na captura dos peixes que tem outros instrumentos de pesca com redes sajubeira ou malhões.

Os tipos de malhas são determinados pela numeração da linha comprada para tecer as redes de pesca ou na construção de outros instrumentos de pesca, como a pesca de linha e pesca de caniço. Assim, as tarrafas são tecidas com linhas de náilon de número 018 ou 020 milímetros possuindo, desta forma, malhas 18 ou 20. As redes *gozeiras* são tecidas com náilon de número 035 ou 040 que dará o formato das *malhas 35* ou *40*. As redes serreias possuem *malhas de 50* ou *60*, as redes chamadas de malhão possuem *malha 70, 90* ou *100*. As redes de pesca são tecidas com esses diferentes tamanhos de malhas de acordo com o conhecimento que o pescador tem a respeito dos *pesqueiros* onde serão realizadas as pescas com elas, pois levam em consideração as possíveis espécies de peixes que poderão ser pegados com aquele tipo de *malha*.

O modo como essa rede é feita está relacionada a um saber sobre o “território de pesca”. Envolve um saber não somente pela apreensão da técnica necessária para tecer cada tipo de instrumento de pesca ou os tipos de linhas usadas na feitura desses instrumentos de pesca em si mesmos, mas por se tratar também de um saber fazer orientado pelas condições de se realizar determinadas atividades de pesca naqueles *pesqueiros* e que levam os pescadores a compreenderem a dinâmica existente nesses territórios de pesca.

3.3.5 – AS CANOAS COMO GARANTIA DA PASSAGEM DO RIO PARA O IGARAPÉ E DO IGARAPÉ PARA O MAR: as *beiradas das praias*, o *alto mar* e os igarapés.

As canoas são usadas com frequência pelos pescadores de Brito na execução das atividades pesqueiras. Elas são passadas de um porto para outro segundo o planejamento de

cada pescador quanto à organização das pescarias que queiram realizar. Esse traslado da canoa ocorre porque em alguns portos o acesso às canoas fica comprometido devido as preamares das marés.

Em algumas pescarias os pescadores saem para os pesqueiros com a maré ainda *alta de vazante*. Estar *alta de vazante* significa que embora a maré esteja ainda preamar, ela já está de vazante e isso permite aos pescadores o deslocamento até os pesqueiros e que nessas condições garantirá que ele chegue no local adequado para realizar a pesca, propriamente dita, no momento em que a maré estará nas condições ideais para a realizar.

Esse meio de transporte garante aos pescadores certa autonomia no sentido de que essas canoas asseguram a realização de deslocamentos pelas diferentes áreas em que são praticadas as atividades de pesca, tanto no mar quanto no igarapé, se tornando fundamental na execução da pesca em alto mar.

Imagem 11: Senhor Leonardo com seus dois filhos, Vilmar e Samuel, se deslocando da prainha para os pesqueiros em *alto mar*.



Fonte: Trabalho de pesquisa de campo, Alves, 2017.

Em Brito há nove canoas que são pertencentes a diferentes unidades familiares e, em certa medida, são elas quem asseguram o deslocamento de todo o grupo doméstico nas execuções das atividades pesqueiras, tanto no mar quanto no igarapé. São os donos delas: o senhor José Raimundo Santos Moraes, Laurêncio Cantanhede, Francisco Moraes, Leonardo dos Anjos, Maximiano Borges, Francisco Sodré, José Raimundo Pimenta, Luís Damásio Lemos e Matias Evangelista Moraes.

Todas essas canoas foram adquiridas com os carpinteiros navais da comunidade de São João de Cortes. Por vez essa comunidade é a referência no território no que tange a produção de embarcações. O ofício da carpintaria naval é praticado há séculos e os que o exercem descrevem suas atividades tendo como referência a produção de barcos e canoas que atendem

tanto as práticas da pesca quanto a realização dos translado dos que vivem nessas comunidades para a capital.

3.2.4.1 – As *beiradas das praias*

Os peixes podem se distribuir entre o rio, o encontro do rio com o igarapé, o igarapé, o encontro do igarapé com o mar e no próprio mar. Perceber isso é, para os pescadores, fundamental pois é esse saber que garantirá seus deslocamentos entre os *pesqueiros* no ato da pesca. Mas só saber disso não é o suficiente para garantir a captura dos peixes.

As informações referentes a realização da *pesca nas beiradas* das praias foram obtidas por meio de entrevistas com os pescadores e pelas observações diretas realizadas nos momentos em que estive na praia nos horários em que se encontravam ali pescadores em suas atividades. Outras observações foram realizadas quando estava em frente à casa do senhor Leonardo e na ocasião passavam alguns pescadores com as redes de pesca e cofos e ele ia me esclarecendo sobre as pescas que seriam realizadas a partir daqueles instrumentos. Neste caso as redes estavam postas dentro dos cofos o qual estava transpassado uma estaca que seria usada em uma forma de pesca.

No *verão*, as pescas se concentram nos *pesqueiros de areia* localizados nas *beiradas das praias* e nas *enseadas ou croas*. Essas áreas em que são realizadas essas pescas são designadas de diferentes modos. Os *pesqueiros de areia*, identificados ao longo de toda a orla da praia são identificados em Brito pelos nomes de *prainha, porto, fundão, cabeceira do igarapé, cachoeira, ponta, praia da marva, farol* indo até nas proximidades de Canelatiua onde se encontra o *pesqueiro da pedra de Itacolomi* localizado na praia de Canelatiua.

A identificação dessas diferentes áreas para execução da prática de pesca é relacionada também com as formas de pesca que poderão, ou não, ser realizados nelas. Sobre isto explica Marcelo:

Marcelo: Onde nós vamos agora é lá na ponta, lá a gente bota rede também lá e ai tem dois lugares lá na ponta que a gente bota rede: na croa de terra e no arrecife, mas ai a gente fala que a gente vai botar rede na ponta. E ai a gente pergunta: ei, Leo, vai botar a rede onde? No arrecife ou tu vai botar de rabiadeira? No arrecife é apoitado. E se for de rabiadeira é na terra, na croa de areia. E ai, não rapaz, eu vou botar minha rede apoitado.

Tacilvan: pode ser de rabiadeira ou apoitado?

Marcelo: apoitado a gente amarra dos dois lados e de rabiadeira a gente amarra só uma ponta nas puxas. (Marcelo, 2016)

As pescas nas praias da comunidade de Brito estão associadas à diferença que os pescadores fazem sobre a execução das pescas na *beirada da praia* e as pescas em *alto mar*, pois exigem formas próprias para captura dos pescados, os instrumentos adequados a cada uma

dessas capturas e o momento em que é favorável usar este ou aquele instrumento. Essas distinções estão associadas também aos deslocamentos nos chamados *pesqueiros* que podem acontecer a pé ou nas canoas.

A *pesca na beirada* é estabelecida a partir de critérios referentes às condições do tempo, aos movimentos das correntes marítimas, à posição da lua e às formas de pescar que se pretenda executar no momento, principalmente com as redes de pesca *sajubeiras*. Com isso, os *pesqueiros* localizados em toda a extensão da *beirada das praias* e os *pesqueiros de lama* nos igarapés são constantemente frequentados no período do *verão* nas chamadas *marés de quarto* que ocorrem duas vezes em cada mês.

Quanto às mudanças que ocorrem no nível das águas do mar, as chamadas *marés*, também influenciam na orientação da forma com que cada pesca poderá ser realizada. No momento máximo de enchente do mar, chamado de *preamar*, as pescas são realizadas com os pescadores embarcados nas canoas nas áreas em que se localizam os chamados *pesqueiros*. Pude observar nesse período a realização da *pesca de borbulho* quando o pescador de dentro da canoa vai soltando a rede na água onde as correntes marítimas se encarregam de ir arrastando a rede consigo.

A parte da rede composta por cortiças de isopor fica emersa no mar enquanto a outra, composta por pedaços de chumbos, fica submersa. Os dois segmentos da rede, nessas posições, permitem que a rede se mantenha aberta durante as pescas possibilitando, assim, que os peixes fiquem *malhados* na mesma. Os *pesqueiros* que ficam na beirada da praia possibilitam a realização da pesca também nos momentos das baixa-mar. As pescas podem ser realizadas, nestes casos, sob as formas de pesca *de estaca* ou de *escora* que se tratam de distintos modos como as redes podem ser *apoitadas*. Os designados processos de *apoiar* as redes estão relacionados com a destreza do pescador ao fixar essas redes de pescas nos *pesqueiros* que, implicará também no tempo que levará para essas redes sejam despescadas.

Observei em determinada ocasião que o senhor Leonardo executava uma pesca com a rede *sajubeira* numa pesca designada por *pesca de apoio estacada*. Nesta forma de pesca a rede é amarrada em duas estacas e atravessada no *canal*³⁰ formado em decorrência da maré baixa e expõe de um lado a *croa de areia* que fica próxima a boca do Igarapé de Brito e do outro lado da margem limita-se a algumas formações recentes de dunas.

Nessa forma de realizar a pesca, as duas estacas são postas cada uma de um lado do canal e nelas são amarradas as cordas da chumbada e da cortiça da rede *sajubeira*. Essas cordas

³⁰ Os canais são como os pescadores designam os córregos d'água formados nas marés baixas. Neles, as correntes marítimas são menos intensas e nelas há certo fluxo dos pescados que permanecem essas áreas durante as vazantes.

são identificadas pelos pescadores pelo nome de rabo de tatu número 6. Terminado a dispersão da rede no canal, os pescadores aguardam por determinado tempo quando então movem a canoa de um lado para o outro do canal recolhendo a rede e os peixes que, por ocasião, tenham malhados nela.

Outra forma de pescar que pude observar foi realizada por Samuel que no momento pescava com a maré cheia embarcado na canoa do senhor Leonardo, executando uma pesca com a *rede de borbulho*. Nessa forma de pescar a rede é jogada ao mar de dentro da canoa. A primeira parte da rede é posta devagar na água e, aos poucos, é levada pela corrente d'água ficando apenas as cordas da outra extremidade da rede e que, por vez, são amarradas na borda da canoa. A rede de pesca é desta forma deixada ao mar onde a parte das cortiças borbulham enquanto a outra parte é submergida com o peso do chumbo. Ela permanece nesta posição seguindo o fluxo das correntes marítimas até o momento em que é recolhida para dentro da embarcação. Nesse processo, os peixes nela malhados são removidos e postos nos cofo.

Quando a pesca é realizada de maneira que um lado da rede fique amarra em uma estaca e o outro lado dela permaneça livre e acompanhando o movimento das marés, os pescadores a designam de *pescas de escora rabiadeira*, pois ela está escorada, mas ao mesmo tempo esse movimento que ela realiza com lado que está desprendido permite a captura dos pescados. Ela é deixada presa à estaca em cima dos bancos de areia na vazante da maré apoitada até que a maré encha e vaze novamente quando, então, ela é recolhida juntamente com os pescados que nela se encontrarem malhados.

Essas pescas de rabiadeira também são realizadas nos pesqueiros de arrecifes quando a rede de pesca tem uma das suas extremidades presas às pedras e a outra extremidade fica livremente acompanhando o fluxo do mar. Ela é posta nessas áreas com a maré baixa e permanece ali até que a maré encha e vaze. Só então os pescadores a recolhe.

3.2.4.2 – O alto mar

As pescas em alto mar ocorrem somente no período do *inverno*. Isso se deve à diminuição dos ventos que contribui, por vez, à diminuição das ondas e possibilita chegar com um pouco mais de segurança aos pesqueiros distantes das margens das praias. Esse momento coincide com a chegada de diferentes espécies de peixes nas águas próximas ao litoral, tanto no mar quanto no igarapé.

A descrição sobre as pescas em alto mar está pautada nos relatos feitos pelos agentes sociais que entrevistei e por duas caminhadas que ocorreram pela orla marítima de Brito em

determinada manhã. Na ocasião, estive na companhia de dois jovens da referida comunidade, Marcelo, sobrinho do senhor Jorge, e Anderson, filho de seu Jorge com Alcilene filha do senhor Leonardo.

Na manhã em que caminhamos pela praia fizemos um percurso por uns cinco pesqueiros na beirada da praia. Marcelo e Anderson foram me contando sobre as localizações e apontando onde ficava a direção dos dois pesqueiros localizados em alto mar. Nesta mesma ocasião, os mesmos me contaram dos riscos que os pescadores enfrentam para se deslocarem até essas áreas de pesca.

Contaram-me também sobre um naufrágio de duas canoas que voltavam desses pesqueiros e acabaram enfrentando o mar agitado. As ondas acabaram virando as canoas com os pescadores a bordo. Eles acabaram perdendo os pescados, mas conseguiram se salvar. Esta foi apontada como uma das causas pelas quais se evita ir apenas com uma canoa para esses *pesqueiros*.

No momento de realização da pesca em *alto mar* os pescadores se reúnem em grupos de dois ou três por canoas e seguem juntos para os pesqueiros. Segundo me falou o senhor Leonardo se deslocam de nove a dez canoas de uma só vez para os pesqueiros chamados de *cascalho*, *bambá*, *pedra do mero* dentre outros em *alto mar*.

O senhor José Raimundo me esclareceu, em entrevista não gravada, que a pesca realizada nesses pesqueiros são as *pescas de linha*, pesca com a rede sajubeira *de borbulho* e a *de espinhel*. Nesses pesqueiros a pesca se intensifica entre os meses de abril e junho.

Também chamadas de *pesca em mar aberto*, as pescas em alto mar são realizadas mediante a algumas medidas de segurança por parte dos pescadores. Dentre essas medidas está a de evitar ir somente uma canoa para esses *pesqueiros* nessas partes do mar. Em termo de divisão dessa parte do “território de pesca” foi possível perceber que os *pesqueiros* estão localizados em “regiões³¹” (BOURDIEU, 2010) composta pelas seguintes designações: *alto mar*, *beiradas* e *igarapés*. Descreverei no próximo tópico sobre as singularidades das pescas realizadas nos *igarapés*. Antes disso, acrescento aqui uma fotografia que representa uma dessas pescarias realizadas em *alto mar*:

³¹ Estou trabalhando aqui com o conceito de região a partir das análises de Pierre Bourdieu. Segundo ele, a “região é antes de tudo um espaço construído por decisão, seja de ordem política, seja da ordem das representações” (BOURDIEU, 2010). Neste sentido, os pescadores percebem essa região em que se localizam esses *pesqueiros* não somente por meio de critérios físicos, mas sobretudo nas relações estabelecidas desde os primeiros pescadores de Brito, dos quais conseguem lembrar e que são trazidos para construção social das histórias as quais fundamentam, inclusive, o nome atribuído a esses *pesqueiros*. Está-se diante assim, da “condição de se incluir no real a representação do real, mais exatamente, a luta das representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais”. (BOURDIEU, 2010, p. 113)

Imagem 12: Pesca em alto mar.



Canoas de pescadores de Brito que estavam pescando peixe-pedra no bambá, pesqueiro localizado em alto mar. Da esquerda para a direita: 1ª canoa Zé Araé (José do livramento) e Mathias filho do sr. Mathias velho parente de Luís Damázio Lemos (conhecido como Lachu); 2ª canoa Zé Raimundo Branco e seu filho Rosivaldo; 3ª canoa sr. Martinho, Fernando e sr. Jorge; 4ª canoa Lachu, Lourival Moraes e Daniel e 5ª canoa sr. Leonardo dos Anjos, Vilmar e Samuel. A 6ª canoa era de algum pescador que não foi identificado e que estava passando para São Luís.

Essa imagem foi registrada quando o senhor Leonardo me convidou para observar esse momento em que ele se deslocava com seus dois filhos, Vilmar e Samuel, para pescar em *alto mar*. Eu fiquei na beirada da praia entre a denominada *ponta* e o antigo farol de Brito. Desse ângulo registrei a pescaria, os movimentos das canoas indo de um *pesqueiro* para o outro localizados em *alto mar*. Para obtenção dessa imagem tive que usar o zoom máximo da câmera fotográfica posicionada sobre algumas pedras que encontrei em cima da falésia aonde eu me posicionei para realizar as observações.

Para além das designações dos *pesqueiros* os agentes sociais inter-relacionam essas pescas com orientações referentes às dinâmicas do meio natural incluindo aí o período chamado de *verão* e *inverno*, os fluxos das marés nas diferentes fases lunares e as correntes marítimas em uma descrição que, a nível de reflexão se aproxima do que Evans-Pritchard³² classifica como “tempo ecológico” (EVANS-PRITCHARD, 1978).

Segundo os pescadores as pescas são realizadas constantemente em alto mar durante o *inverno*, especificamente nas chamadas *águas de quarto*. Nas *marés de lançamento*, entretanto, há uma diminuição das pescas motivadas pela diminuição também dos pescados. As chamadas

³² Segundo Evans-Pritchard, a maioria, senão todos os conceitos inerentes ao “tempo” e “espaço” são determinados por motivações ecológicas. No entanto, os valores incorporados por tais conceitos dependem também de princípios estruturais. O autor distingue os conceitos de tempo e de espaço em dois tipos: aqueles que são principalmente influenciados pelo meio ambiente, o tempo ecológico, e os que são principalmente reflexos das relações mútuas dentro das estruturas sociais, chamado por ele de tempo estrutural (EVANS-PRITCHARD, 1978).

águas de quarto ocorrem sob condições de duas fases da lua, a saber, lua minguante e lua crescente. Essas *marés de lançamento* coincidem com as fases da lua nova e lua cheia. Essa temporalidade na abundância e diminuição dos peixes terá também efeitos no modo como os pescadores se organizam em relação aos trabalhos inerentes a *roça*, a caça e as práticas de extrativismos vegetais.

3.2.4.3 – Os igarapés

As pescas realizadas entre os *pesqueiros* localizados no igarapé de Brito são praticadas constantemente por determinadas unidades familiares como a da dona Faustina, da dona Maria da Natividade, do senhor Luís, do senhor Raimundo Pimenta e do senhor Zé Raimundo. O Igarapé de Brito se estende do rio da Ponte até desaguar na Baía de São Marcos nas proximidades com o Oceano Atlântico. O rio da Ponte é onde se localiza a comunidade de Ponte, por vez, tanto o rio quanto a comunidade recebem esse nome devido a existência de uma ponte sobre o rio por meio da qual se fazia o traslado entre as diferentes comunidades dos dois lados do rio.

Para os pescadores de Brito, o Igarapé de Brito é um entre os que se destacam em Alcântara na concentração de pescados. O igarapé que passa pelas comunidades de Pacuri e de São João de Cortes é outro ressaltado pelos pescadores como referências para as comunidades do litoral sendo este um dos maiores no território étnico. O referido igarapé é identificado pelo nome de Rio Peri-Açu e deságua na Baía de Cumã. Há ainda o Igarapé de Canelatiua que também é aludido pelos pescadores por se destacar nas atividades pesqueiras.

Soma-se a estes o igarapé de Caiuaua do qual estão próximas as comunidades de Mamuna, Mamuninha e Capijuba. O igarapé de Caiuaua é onde deságua o igarapé de Peru, que era frequentado especificamente pelos pescadores de Peru antes do remanejamento desta comunidade para a Agrovila de Peru. Nesta mesma situação encontram-se os igarapés de Pirapema e de Pepital cujo este último é declarado seco pelos pescadores devido a construção da Agrovila de Pepital ter sido feita em cima da nascente dele. Ao longo da extensão desses igarapés existem diferentes rios que deságuam neles e cujas atividades pesqueiras também são executadas neles.

Os Igarapés de Pirapema, de Peru ou mesmo de Pepital; as áreas nas proximidades onde eles deságuam no mar; os *pesqueiros* em *alto mar* na direção desses igarapés, no presente, encontram-se sobre total controle da Base Espacial, sendo que para os pescadores terem acesso a essas áreas de pesca, eles precisam estar cadastrados junto a referida Base, cadastro este, que

permite a obtenção de uma carteira de identificação que autoriza aos cadastrados terem acesso aos pesqueiros.

Em se tratando do igarapé, as atividades pesqueiras são praticadas tanto no *verão* quanto no *inverno*. No *verão* as pescas nessa área tendem a aumentar devido às impossibilidades de realização das mesmas nos *pesqueiros* situados em *alto mar*. Os pescadores se referem aos *pesqueiros* encontrados em toda a extensão do igarapé os designados *pesqueiros de lama* devido as características do solo lamoso concentrado no fundo do igarapé.

O *verão* é compreendido também nessa relação estabelecida entre os pescadores e a prática da pesca nos chamados *pesqueiros de lama* como o momento em que há o aumento na incidência de peixes nessa parte do território. Nos *pesqueiros de lama* as pescas são feitas quando a maré está tanto preamar quanto baixa-mar. Nestes *pesqueiros* são praticadas as atividades inerentes à pesca de arrasto e de dentro das canoas também. Nessas áreas os pescadores realizam as pescas de chucho, de linha, de caniço, de tapagem e de tarrafa.

As pescas de linha e mesmo a de tarrafa e de caniço podem ser praticadas de dentro da canoa ou mesmo das próprias margens do igarapé. Já a pesca de tapagem é realizada com o deslocamento dos pescadores que vão de um lado para o outro do igarapé embarcados nas canoas atravessando as redes de pesca de uma margem a outra. Na pesca de tapagem são usadas as redes sajubearas ou os malhões.

A pesca de linha e de caniço é praticada tendo como isca o tamaru coletado nas margens da praia ou na parte em que o igarapé deságua. Uma vez coletados são repassados para os pescadores que os compram, dos que os extraíram, e os usam na execução da pesca. Mesmo nas pescas de linha e de caniço realizadas em alto mar ou nas beiradas de praias os pescadores utilizam esses mariscos como isca. Os que extraem os tamarus também são pescadores.

Tanto nessas áreas como nas demais por onde é realizada as atividades pesqueiras no litoral de Alcântara os pescadores evitam pescar com redes cujas malhas sejam iguais ou inferiores ao tamanho de 15 milímetros, pois eles afirmam que essas redes são predatórias uma vez que malham nelas desde peixes grandes até os filhotes. Neste caso as redes sajubearas com tamanho de malhas 18 são as redes com as quais esses pescadores iniciam as suas pescas ao longo do igarapé.

Ademais, esses igarapés são reconhecidos pelos pescadores como nascedouros de diferentes espécies de pescados e mariscos que anualmente frequentam essas águas para desovar. Ter noção disso leva os pescadores a evitarem uso de redes de pescas com malhas que comprometam esses filhotes de pescados. Há neste sentido, um constante controle por parte desses pescadores sobre os recursos que podem e que não podem extrair dos igarapés.

3.3.6 – Os Pescados: descrição da diversidade de espécies de peixes

Leonardo: rapaz, aqui são várias qualidades de peixe, vários, vários tipos de peixe. Tem a tainha, a pescada, o camurim, carapeua, mero, uritinga, bagre, pacamão, soia, moreia, paracuaca, uriacica, e outras mais. Ai tem umas qualidades de peixes, são muitas qualidades de peixinhos que a gente pesca. (Leonardo dos Anjos, 2016)

Tanto no mar quanto no igarapé há uma variedade significativa de peixes que são capturados pelos pescadores durante as atividades pesqueiras. Os pescadores experientes são os que conduzem os deslocamentos dos demais até essas áreas de incidência desses peixes. As conversas que detive com tais pescadores ocorreram em diferentes momentos e locais, sendo estes, o comércio do senhor Raimundo Pimenta, a casa do senhor Leonardo, a casa do filho dele, Samuel, ou mesmo nas ruas da comunidade acabavam aparecendo elementos durante as conversas que possibilitavam a identificação desses pescados que eram capturados ao longo das pescas.

Em uma das entrevistas que obtive com o senhor Leonardo, foi possível identificar algumas das espécies de peixes que são pescadas por ele. A mesma ocorreu na sala da casa dele, na ocasião em que tratávamos conversando sobre questões relacionadas às redes de pesca. Considerei o momento oportuno e perguntei a ele se podia gravar aquela nossa conversa, ele afirmou que sim. Naquela manhã ele estava trabalhando na sala de sua casa *entralhando* uma rede de pesca *sajubeira*. Segue trecho da entrevista sobre as diversidades de peixes:

Leonardo: não, todos eles são pegos mais aqui no igarapé. Lá na praia se pega também e ai tem a carapitanga, tem a peixe-pedra, tem o capado. A carapitanga se pega aqui no igarapé também, a peixe-pedra. Agora o capado a gente só pega ali pra praia ali, ao redor dos arrecifes. Pra cá pro igarapé é só a peixe-pedra, a carapitanga e tem é muitas outras qualidades de peixes se tu for botar tu vai encher o teu caderno só com nomes de peixes. tu já viu quantos estão dando ai?

Assim como o senhor Leonardo, os demais pescadores voltam-se para a pesca de diferentes espécies de peixes, dentre as quais destaco o camurim, pacamão, mero, peixe-pedra, pescada, tainha sajuba, tainha urichoca, tainha pituiu, sardinha, robalo, camurupim, carapeua, peixe prata, uritinga e uriacica que se destacaram nas falas dos agentes sociais como sendo os principais pescados voltados não somente para o consumo das unidades familiares como também são os mais procurados para compra entre aqueles que vivem nas agrovilas. Esses peixes estão distribuídos em determinadas partes das beiradas de praias e igarapés sendo de fácil reconhecimento, por parte dos pescadores, os *pesqueiros* e os momentos do ano em que poderão realizar a captura de determinadas espécies dessas citadas.

Descreve o senhor Leonardo que existem espécies de peixes como a tainha urichoca, camurim, robalo e a peixe prata as quais aparecem nessas áreas de execução da pesca entre os meses de março até junho e se concentram principalmente nas partes em que há a mistura entre a água salobra do igarapé com o mar. A tainha sajuba, pescada, uriacica e o mero são peixes que são pescados especificamente nos igarapés. O peixe capado, a uritinga são peixes capturados em mar. A tainha sajuba diferentemente das demais espécies é uma das que é capturada tanto no *verão* quanto no *inverno*. Nos primeiros meses do ano há concentração das sardinhas e das tainhas pituu que são capturadas nos pesqueiros dispersos pelas beiradas das praias.

Ao que me foi possível perceber, não há uma rigidez quanto ao uso dos instrumentos de pesca e a captura de uma única espécie de peixe especificamente, embora sejam esperados a captura de determinada espécie a partir de certo instrumento. É o caso da rede sajubeira cujo nome é dado a partir da pesca da tainha sajuba realizada com essa rede.

3.4 – Diferentes instrumentos e formas de praticar a pesca.

Diferentemente de estudos que apontam para uma reflexão comparativa entre instrumentos de pesca ou abordagens relacionadas à busca pela origem destes, como observado em estudos realizados por Raimundo Lopes (2010)³³, a perspectiva aqui envereda pelo esforço de interpretar a construção identitária dos agentes sociais a qual passa a ser pensada inserida em relações estabelecidas entre esses agentes que, fazendo uso desses instrumentos, acionam saberes e fazeres específicos e que demarcam singularidades cujos pormenores delas, nos possibilitam refletir sobre seus pertencimentos étnicos.

Há um processo de politização dos conhecimentos tradicionais acerca desses instrumentos que nos possibilitam observar as relações de afirmação identitária e domínios de saberes que perpassam por toda uma rede de relações estabelecidas entre os pescadores das unidades familiares de Brito e das comunidades circunscritas. Mesmo as comunidades afastadas de Brito, mas que são pertencentes ao mesmo território étnico reivindicado estabelecem com Brito relações de circulação de bens e serviços.

É preciso levar em conta que as situações observadas entre as comunidades do litoral de Alcântara apontam para processos de autoclassificação das práticas executadas pelos agentes sociais a partir das relações sociais estabelecidas entre os grupos e os usos sociais dos recursos

³³ Raimundo Lopes: dois estudos resgatados: Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão.

naturais. Neste sentido, é possível levar em consideração estudos como o de Raimundo Lopes (2010) sobre a pesca no Maranhão que aponta para uma variedade significativa de designações que, embora sejam diferentes, se referem ao mesmo instrumento de pesca. Doutra forma, se aproximam também quanto ao uso desses objetos mesmo estando em regiões longínquas.

Por outro lado, no entanto, mais do que uma dedicação em torno da busca pela origem dos termos e seus respectivos significados, é tentar refletir, nas condições do presente, sobre o modo como essas designações são acionadas pelos agentes sociais para demarcarem as fronteiras dos saberes que lhes são inerentes frente as lutas territoriais travadas em face ao CLA. Fronteiras do fazer que também lhes são específicos.

O que neste tópico estou me referindo enquanto processo de feitura dos instrumentos usados na execução das atividades pesqueiras dizem respeito à dinâmica relacionada aos saberes que os pescadores, tidos na comunidade como mais experientes, detêm sobre a relação entre saberes inerentes ao reconhecimento das áreas de pesca, as atividades pesqueiras que podem ser realizadas nelas e também os instrumentos que são adequados para pescar em cada uma delas. Esta interação é levada em conta pelos pescadores e ocasiona na feitura dos instrumentos de pesca de acordo com o interesse do pescador em realizar determinada pesca. Essa interação está relacionada também às espécies de peixes que, nas chamadas *águas do mês*, estarão em abundância nos pesqueiros.

Os pescadores que, de certo modo, possuem mais experiência do que os chamados de *novatos*, relatam no momento das entrevistas, o processo de feitura das redes também como forma de afirmar as complexas atividades circunscritas entre os domínios das técnicas e dos possíveis resultados que serão alcançados dependendo do modo como esses instrumentos estejam sendo construídos, pois terão seus efeitos diretamente implicados na execução da pesca tanto no mar quanto nos igarapés. Segue o que colocou o senhor Leonardo a respeito:

Tacilvan: (continuidade da conversa que não estava sendo gravada) ...Quantas braças ela tem seu Leonardo?

Leonardo: Aqui é por metro.

Tacilvan: Ah, é por metro!

Leonardo: Ela tem cem metros. Entralhada, ela dá vinte e nove braças, até trinta, depende do entralhador, quem vai entralhar. No máximo, vinte e nove a trinta braças.

Tacilvan: Mas por que assim, seu Leonardo?

Leonardo: Vinte e nove é de duas em duas malhas

Tacilvan: Duas malhas.

Leonardo: Tem entralhador que bota só uma malha, assim oh. Vou te explicar aqui oh.

Tacilvan: Hum rum

Leonardo: Pega só uma aqui, e aí vai dá quase cinquenta braças, se ela é cem metros, ela vai diminuir metade. Mas na hora que se vai pescar ela fica muito esticada assim. (demonstra como ela fica esticada na hora da pescaria) aí o peixe não consegue meter a cabeça assim.

Tacilvan: Enrolar na malha, não é?!

Leonardo: Ai tem gente que bota duas e uma, duas e uma, mas ai termina ficando esticada do mesmo jeito e ai eu gosto de botar de duas em duas logo.

Tacilvan: Ela, no caso, é amarrada é, seu Leonardo, pra segurar...?

Leonardo: essa corda ai oh,

Tacilvan: Ham ram.

Leonardo: Ai.

Tacilvan: A sajubeira é só com a cortiça é?

Leonardo: Não! Cortiça e chumbo. Cortiça numa corda (a que fica para cima) e chumbo na outra (que ficará para o fundo do mar na hora da pesca). Ai essa ai é da cortiça e essa outra eu vou botar o chumbo depois, no *entralhamento*, juntando assim os par. Essa aqui eu vou botar o chumbo depois.

Tacilvan: Além do senhor, mais alguém entralha aqui em Brito?

Leonardo: Tem!

Tacilvan: Todos que pescam sabem entralhar?

Leonardo: Nem todos. Só os mais novatos que não sabem. Não sabem porque não se botaram ainda pra aprender.

Respaldo alguns pontos a respeito deste fragmento da entrevista gravada com o senhor Leonardo quando este trabalhava no *entralhamento* de uma rede de pesca sajubeira. A começar, primeiro, pela ampliação da possibilidade de pensar sobre as relações que envolvem a prática da pesca e dos saberes que estão envolvidos tanto na dinâmica inerente a realização da pesca quanto na identidade étnica desses que se autoafirmam enquanto pescadores. Para o senhor Leonardo, implementar o trabalho de construção dos instrumentos de pesca não exige apenas o domínio das técnicas inerentes à esse feito. É preciso ter conhecimento do “território de pesca” onde se executará essa atividade e, como que diante das correntes marítimas e das diversas formas com que se pode executar a pesca tais instrumentos irão se comportar.

A segunda questão que persiste é que o domínio desses saberes referentes ao “território de pesca” tanto quanto das diferentes técnicas o autoriza a distinguir entre os experientes e os chamados de novatos que estão em processo de aprendizagem sobre as técnicas de construção dos instrumentos de pesca e do reconhecimento dessas diferentes áreas de execução das atividades pesqueiras tanto quanto as diferentes formas com as quais esses instrumentos poderão ser manuseados. Essa relação de aprendizagem envolve não somente o domínio do que é verbalizado por esses pescadores experientes como também exige a inserção desses novatos na prática propriamente dita.

As atividades referentes à pesca não consistem apenas na ação de estar no mar e colocar em prática a pesca. Ela envolve toda a execução de práticas e inter-relação de saberes que tornam possível a efetivação das pescarias e da afirmação de um conhecimento que assegura, aos que as praticam, certa coerência e singularidade no modo de vida coletivo que compartilham em sua comunidade e no território étnico.

Não me deterei nos tópicos seguintes na descrição de todos os instrumentos dos quais eu ouvir ser citados durante o trabalho de campo por não ter, até o momento, obtido dados de

pesquisa que permitam aprofundar na descrição sobre eles a partir da própria representação lógica do grupo. Neste sentido, me deterei na descrição das seguintes questões: I) a feitura dos instrumentos de pesca e os sucessivos reparos que lhes são realizados; II) de alguns procedimentos técnicos inseridos nos saberes desses pescadores, como o *entralhamento*, o *estrovamento*, e a *calafetagem*; e III) de alguns instrumentos de pesca como o cofo de cintura, rede sajubeira, caniço, pesca de linha, puçá, malhão, espinhel e a pesca de chucho.

3.4.1 – Os *entralhamentos* das redes de pesca, os *estrovamentos* dos anzóis e a *calafetagem* das canoas: a manutenção dos instrumentos de pesca.

Os instrumentos de pesca são construídos a partir de saberes peculiares que podem estar atrelados às complexidades das técnicas, como no caso das redes de pesca, que exigem o cuidado desde as primeiras sequências de malhas tecidas até o momento de acabamento quando são acrescentados os chumbos e as cortiças. Outros instrumentos como as linhas de pesca, o chucho e o caniço exigem um trabalho cujas técnicas são facilmente dominadas por todos os pescadores, mesmos os chamados novatos. Destaco neste subtópico três processos relacionados às atividades de construção e manutenção dos instrumentos de pesca os quais, em certo sentido, perpassam pela confecção de todos os panos de rede, os *entralhamentos*; por todas as pescas que envolvem o uso de anzóis, os *estrovamentos*; e pela manutenção das canoas usadas no ato das atividades pesqueiras, a *calafetagem*.

Os tamanhos dos designados panos de redes e da forma como podem ser *entralhados* tal como as braças que elas irão medir, dependendo da forma como forem feitos os *entralhamentos*, observei que se tratam de práticas que competem aos pescadores mais velhos, pois exigem cuidados precisos. Os *novatos*, como são conhecidos os pescadores com menos idades ou menos práticas na construção desses equipamentos de pesca, não conseguem executar essa parte ainda que já detenham estas informações dos pescadores mais velhos, pois se trata de uma prática que requer certo tempo de dedicação para dominar o conhecimento suficiente sobre os procedimentos adequados que evitem comprometer a eficiência do pano de rede no ato das atividades pesqueiras. Esses comprometimentos estão relacionados ao saber sobre as implicações que o *pano de rede* pode apresentar na hora da pesca devido a forma como ela foi entalhada. Neste caso, foi possível perceber, a partir da fala do senhor Leonardo, que esse *entralhamento* pode ocorrer de formas variadas.

Os *entralhamentos*, consistem na atividade referente a colocação de elementos fundamentais que modelam os panos de redes e os tornam aptos de serem usados nas pescas.

Para tanto esse processo consiste na distribuição de cortiças, na parte superior, e pedaços de chumbo na parte inferior das extremidades do pano de rede. Isto permitirá o equilíbrio da rede de pesca no momento da pesca permitindo que a mesma se mantenha aberta durante a pescaria.

Para sustentar as cortiças e os pedaços de chumbo nesses panos de rede, é posto uma corda fina conhecida pelo nome de rabo de tatu de 6 milímetros de espessura. Nela são distribuídas as cortiças e as chumbadas que são presos a tal corda por um fio de náilon cinzento cuja a espessura é designada pelos pescadores como “barra 3”. Esse náilon por ser menos escorregadio garante que as cortiças e os chumbos não saiam dos lugares onde estão sendo fixados na rede.

Para detalhar a explicação sobre a forma como esse processo pode ser feito, tomei as falas do senhor Leonardo e busquei construir uma figura que facilite a visualização das formas como os *entralhamentos* podem ser feitos. Ao que é possível perceber na figura, as chamadas *casas* são distribuídas em proporções iguais entre os pedaços de chumbos acrescentados às redes. Cada pedaço de chumbo corresponderá a uma cortiça colocada do lado oposto ao mesmo. Isso possibilita o equilíbrio entre as duas extremidades das redes.

Na figura, a seguir, é possível perceber o lado em que foi distribuído apenas os pedaços de chumbo. No entanto, o lado em que se coloca as cortiças segue a mesma lógica. Ao esquema explicativo, juntei a fotografia do senhor Leonardo entalhando a rede de pesca sajubeira. O modo de *entralhamento* realizado por ele corresponde ao esquema explicativo número 2 em que o *entralhamento* requer a fixação de duas malhas por cada casa fixadora.

Imagem 13 – Representação de três maneiras de distribuição das malhas de um *pano de rede* durante o processo de *entramamento*.



34

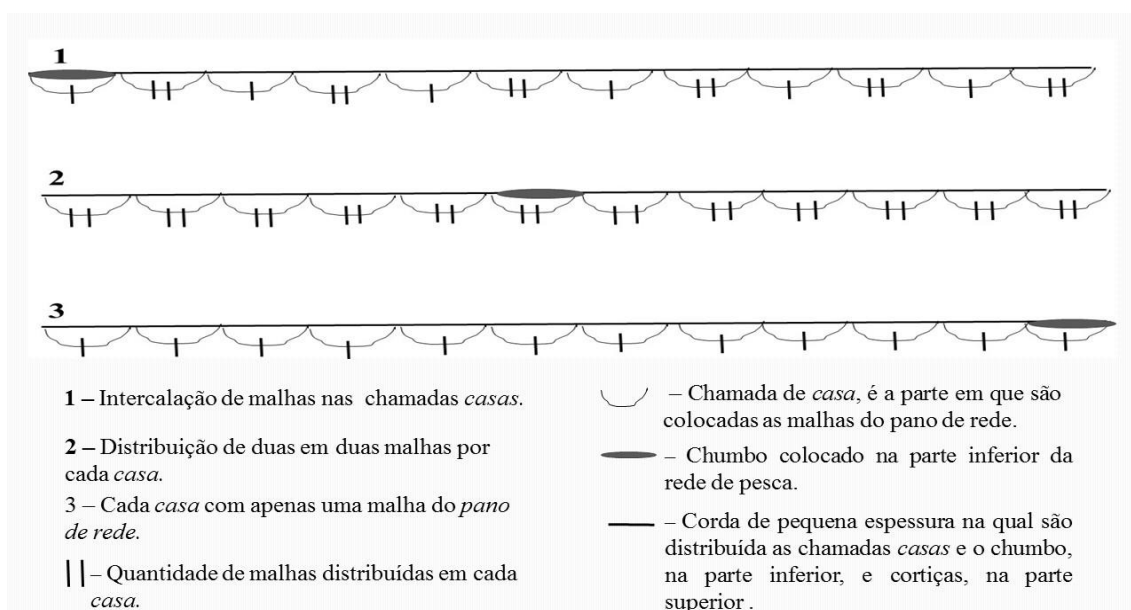


Figura elaborada pelo pesquisador com base no material de entrevistas (2016)

No processo de *entramamento* da *rede sajubeira*, observei que seu Leonardo usava uma pequena *vitola* fina que orientava o distanciamento de uma *casa*³⁵ para outra. Essa *vitola* tinha

³⁴ Fotografia retirada do senhor Leonardo quando este entramava a rede sajubeira. Ênfase aos detalhes do *entramamento* referente a descrição 2 das formas de entramar.

³⁵ As chamadas “casas” se referem às malhas fixadas na corda rabo de tatu por meio do náilon cinzento. Os pescadores optam pelo uso do náilon cinzento na feitura das designadas “casas” por eles serem mais aderentes que

aproximadamente de cinco a seis centímetros o que metrificou cada casa com essa mesma medida. As *Vitolas* neste caso funcionam como elemento fundamental tanto no momento em que os pescadores estão tecendo os *panos de rede* quanto no momento do *entralhamento* das mesmas. As *vitolas* que são usadas no tecimento das redes definem o tamanho das malhas que irão compor o *pano de rede*. As que são usadas no *entralhamento* auxiliam na medição do espaço de uma *casa* para outra evitando que as mesmas fiquem uma maior que a outra.

As *vitolas* são manufaturas feitas de matérias como madeiras e plásticos. São sempre usadas em proporção ao tamanho das *agulhas* usadas para tecer as *redes de pesca*. Elas também determinam o tamanho das malhas e que, conseqüentemente, demarcará a especificidade da pesca que serão realizadas com tal pano de rede.

A partir do esquema anterior é possível também perceber três das variações com as quais um pano de rede pode ser *entralhado*. Estas questões implicarão diretamente nas braças que a rede terá no final desses *entralhamentos* e também se a mesma tenderá a ficar encolhida, ou não, durante a execução da pesca. Além disso, dependendo de como ela seja entralhada, pode facilitar, ou não, a captura do pescado. Esse saber referente a essas implicações, pelo que fala o senhor Leonardo, é detido principalmente pelos pescadores com amais experiências.

Na ocasião em que estive na casa de seu Leonardo, o mesmo *entralhava* uma rede de pesca *sajubeira*. Dela, foi possível perceber que a cada vinte das designadas “*casas*” que eram tecidas sobre as cordas rabo de tatu, durante o *entralhamento*, ele acrescentava um pedaço de chumbo. As mesmas quantidades de *casas* serão postas no intervalo entre uma cortiça e outra. Em certo sentido, isto garante o equilíbrio do pano de rede evitando, assim, que ele tenda a ficar mais leve ou pesado.

Em muitos casos pode haver de o pescador que tece o *pano de rede* não deter o conhecimento inerente ao *entralhamento*. Neste caso, eles procuram os mais experientes para que possam realizar o trabalho de acabamento na feitura da rede de pesca. Em outros casos, a *primeira carreira de malhas* necessárias para se tecer essas redes requer também um conhecimento que nem todos detêm e, neste caso, a mesma regra da procura pelo pescador mais experiente na hora do *entralhamento*, se faz presente nesse momento também.

Estou orientando a descrição a respeito dos *entralhamentos* baseado no que acompanhei diretamente em Brito na minha estada em 2016, referente à execução desse processo de *entralhos* na rede de pesca *sajubeira* do senhor Leonardo. Farei isto apenas como escolha para

as demais marcas de náilon usadas na confecção dos instrumentos de pesca. É por meio da fixação das malhas da rede nessas ditas “casas” que os pescadores garantirão que o pano de rede fique aberto o suficiente na execução da pesca a tal ponto que os peixes, ao passarem por ele, fiquem malhados.

conduzir a descrição, pois os *entralhamentos* que são realizados nas redes de pesca como serreia, gozeira e malhão usadas também nas pescarias em Brito seguem os mesmos cuidados descritos sobre o *entralhamento* da rede sajubeira. Todavia, a exceção nesse caso, é o *entralhamento* das redes de pesca puçá que além dos pedaços de chumbo e das cortiças, são acrescentados dois calões pelos quais essa rede será arrasada no ato da pesca; e a tarrafa que, no *entralhamento*, são acrescentados somente os pedaços de chumbo.

Além dos trabalhos inerentes ao tecimento e os *entralhamentos* dessas redes de pesca, as mesmas passam constantemente pela vistoria de seus donos, pois é recorrente que a cada pescaria realizada essas redes retornem rasgadas. Neste caso, são feitos os devidos reparos aos rasgos onde as malhas são novamente interligadas. Neste processo de conserto são usadas apenas as *agulhas*, pois o que orientará o tamanho das malhas necessárias para fechar os buracos nas redes são as próprias malhas no entorno desses rasgos, as quais não foram danificadas. As *vitolas* são reservadas para o momento de tecimento, não de consertos.

As atividades inerentes aos designados *estrovamentos* não apresentam a mesma complexidade necessária para realizar os *entralhamentos*. No entanto exigem certos cuidados devido o manuseio dos anzóis. Dependendo do instrumento a ser construído, espinhel, caniço ou linha de pesca, serão necessários tamanhos diferentes de anzóis os quais esses pescadores precisarão estrová-los.

Os *estrovamentos* consistem basicamente no modo específico com o qual esses anzóis são amarrados em pedaços de linhas de náilon de tal modo que quanto mais pressão seja exercida sobre esses anzóis ao físgarem os peixes o nó dado na linha sobre o anzol tenderá a ficar cada vez mais apertados. O pedaço de linha de náilon usada nos *estrovamentos* dos anzóis usados na pesca de linha e de caniço tem aproximadamente 20 centímetros. Dobrado ao meio, as duas extremidades desse pedaço de náilon são postas sobre o anzol onde o nó será efetivado. A extremidade oposta do náilon à que foi dada o nó é a que será amarrada à linha principal tanto do caniço quanto da linha de pesca.

Uma vez que os anzóis estejam *estrovados* nesse pedaço de linha de náilon, os pescadores podem juntá-los à linha principal que pode ter tamanhos variados a depender do interesse e da área em que se pretenda realizar esse tipo de pesca, no mar ou no igarapé. assim também como podem juntar às linhas que integram os caniços que possuem tamanho menor que a linha usada na execução da pesca de linha propriamente dita.

Na confecção dos espinheis o tamanho desse pedaço de linha tende a aumentar de tamanho e de espessura, embora a forma de amarrar os anzóis seja a mesma praticada no *estrovamento* dos anzóis usados na pesca de caniço de linha.

A *calafetagem* está relacionada as atividades referentes aos processos de vedação dos fundos das canoas para evitar que estas encham d'água, afundando. Quem realiza esse processo é chamado na comunidade de calafate se tratando de um saber que nem todos os pescadores detém conhecimento para realizar tal procedimento. A *calafetagem* das canoas ocorre em dois momentos específicos: o primeiro é quando as canoas são construídas que precisam ter o fundo completamente vedado; o segundo são procedimentos inerentes às manutenções dessas embarcações.

Em Brito, o senhor Leonardo, o senhor Luís, o senhor Pelado e o senhor Zé Raimundo foram pescadores que realizam esses procedimentos referentes à *calafetagem*. Como cada um deles possui suas próprias embarcações eles mesmos se encarregam de realizar tais manutenções quando estas precisar ser feitas. Em alguns casos, quando essas canoas precisam ter as tábuas do fundo trocadas, os seus donos falam com os demais que vivem na comunidade os quais ajudam a carregar essas embarcações da praia ou do igarapé até o Sítio de Brito onde são postas debaixo de algum rancho para que tal trabalho seja realizado. Nas ocasiões em que é preciso apenas as *calafetagens*, estas são realizadas nos portos mesmos onde essas canoas estiverem e, por vezes, serão apenas emborcadas.

3.5 – A pesca inserida nas relações de produção e consumo familiar: entre as comunidades deslocadas e as que permanecem no litoral.

Os pescados obtidos a partir das atividades pesqueiras estão articulados pelos pescadores entre a venda e o abastecimento das unidades familiares obedecendo aos cálculos e planejamentos de cada unidade familiar. Este planejamento familiar envolve não somente os produtos advindos das atividades pesqueiras como também está relacionado com os produtos obtidos com a implantação das *roças*, com a prática da caça, da criação de pequenos animais e da prática de atividades extrativistas.

Neste tópico busco perceber as relações estabelecidas entre os agentes sociais no sentido de situarem a pesca entre as diferentes atividades produtivas organizadas por eles no que se refere a caça, a *roça*, ao extrativismo, frente aos desornamentos impostos ao modo de vida local a partir da implantação do CLA. Neste sentido, analiso como que a pesca se interliga aos modos de produção familiar e passa a integrar fundamentalmente as estratégias de reorganização social. Os agentes sociais entrevistados afirmam suas resistências frente aos possíveis novos processos de remanejamento contrastando seu modo de vida local com a daqueles que foram afastados do litoral, das áreas de *roça* e de pesca e que foram colocados nas agrovilas. Desta

forma, meu objetivo de análise está associado também a refletir sobre os processos de reorganização que os grupos estabelecem entre os que permanecem no litoral e os que foram remanejados na década de 80.

A questão que norteia esta parte do trabalho perpassa pela compreensão de que o que está sendo apontado por cada pescador e pescadora não se trata da mera descrição do funcionamento de suas práticas, mas de estabelecer também seus posicionamentos quanto ao conflito territorial ao discorrerem sobre como os grupos têm buscado reorganizar suas relações sociais face aos efeitos sociais sentidos desde a implantação da Base Espacial e que se acirram a cada proposta de ampliação desse empreendimento sobre o território étnico.

Diante desse processo citado acima, os pescadores descrevem os pescados adquiridos nas atividades pesqueiras a partir das questões pertinentes às espécies de pescados que podem ser deixados para o consumo na unidade familiar, aqueles que podem ser vendidos para os compradores que os revendem nas agrovilas e na sede de Alcântara. Os pescadores contrastam também o consumo desses pescados realizados pelas comunidades que permanecem nas proximidades do litoral com as condições de obtenção e consumo desses pescados pelas comunidades que estão nas agrovilas. Neste sentido, afirma o senhor Jorge: “É na carne e na galinha só que isso é mais caro, nessa hora sai mais caro porque o peixe tem como você dividir melhor do que a carne, entendeu?!” (Senhor Jorge, 2016).

Quando entrevistei o senhor Jorge em frente à casa do senhor Leonardo, ele colocou que o pescado é percebido pelos moradores como um alimento que é mais fácil de ser dividido. Essa divisão, ao que parece, aparenta representar à coletividade o compartilhamento e a abundância no abastecimento familiar. Os demais alimentos que aparecem como opção de compra para os que vivem nas agrovilas estão associados tanto com a ideia de custos mais elevados para serem adquiridos, como também a ausência da ideia de fartura, que prevaleceu na organização das relações familiares antes dos remanejamentos.

Ao que parece, a pesca é inserida nesse processo de tensões sociais como uma válvula de escape para os que foram remanejados para as agrovilas, no sentido de que mesmo após o remanejamento os produtos advindos das atividades pesqueiras permanecem sendo a referência na alimentação desses que nelas vivem. A ideia de que o pescado permanece como de divisão adequada entre os membros das unidades sociais é contrastada com as condições de obtenção da carne bovina e de aves tanto no sentido de que para obtê-los é preciso recursos financeiro como também pelas condições de que nem sempre podem atender ao consumo alimentar de cada núcleo familiar.

Segundo o senhor Luís de Brito, a prática da pesca é de certo modo, a segurança de manter sua família, tanto no que se refere ao consumo do pescado quanto também permite que essas unidades familiares construam suas autonomias econômicas. Afirma o senhor Luis:

Teve um rapaz que pegou 23 quilos com um tanto desse ai [de tamaru]. Daniel que mora perto de Pelado ali. Que estava comigo ontem pescando. (...) 23 quilos só com um tanto desse ai. Olha, nada nada eu paguei duzentos e tanto pra ele ainda agorinha aqui de 19 quilos de peixe que ele me vendeu. Nem vendeu tudo.

Tacilvan: E os outros quilos?

Luís: Ele já deixa em casa pra comer.

Para as unidades familiares a relação estabelecida entre os pescadores que pescam e aqueles que pescam e compram o pescado dos demais estabelece uma dinâmica intrínseca às unidades familiares da comunidade. Quando esses compradores repassam esses pescados para outros atravessadores, asseguram a circulação desse pescado entre as demais comunidades e agrovilas. Há, em certo sentido, uma interdependência entre as unidades familiares de Brito, entre as comunidades do litoral e as que se encontram distanciadas nas agrovilas.

Além dessa interdependência outra questão se impõe nessa relação entre os agentes sociais que vivem nas áreas próximas ao litoral, a saber, a possibilidade de escolherem os pescados que as suas unidades familiares irão comer, ou não, contrariamente do que observam, em certos momentos entre as agrovilas. Descreve a dona Luciana, esposa do senhor Luís:

Luciane: Acho que dos filhos daqui tudo foi nascido e criado aqui, eu mesmo fui criada aqui. Teve um tempo que eu fui passar lá no Peru, porque aqui eu como o tipo de peixe que eu quero porque aqui tem todo tipo de peixe né, tem peixe aqui que eu não como. Mas eu fui pra o Peru passar uns três dias com minha avó, nessa época ela ainda era viva ainda, a mãe da minha mãe. Passei lá, eu não comia pacamão e quando eu cheguei lá eu tive que comer porque a fome estava aperreando e não tinha outra coisa. Ali no Peru que eles chamam de, como é que se chama?

Tacilvan: Nas agrovilas?

Luciane: Sim, nas agrovilas, ela morava lá. Agra não, que ela já morreu. E ai eu tive que comer pacamão que aqui eu não como, aqui eu como é o peixe que eu quero. (Luciane, 2017)

A autonomia estabelecida em Brito é pensada, em certo sentido, pelos pescadores a partir de uma lógica de possibilidade de obtenção dos pescados à depender da disposição dos pescadores para realizar a pesca e da condição de realizar pescas ligeiramente sem comprometer as demais atividades com as quais queiram realizar. Perpassa também pela possibilidade de escolha quanto aos alimentos a serem consumidos pelas unidades familiares. Destaca o senhor Luís em entrevista:

Luís: (...) é porque aqui tem vários tipos de pescaria e cada tempo tem uma pescaria. E ai se você quiser comer sururu você vai tirar, se quiser carangueijo vai tirar, se quiser jurupeua vai tirar na praia, se não quiser comer esse peixe porque é um peixe magro ai você vai tirar um sururu ou uma ostra pra você comer já já. (Luís, 2017)

Segundo dados levantados por Inácio Silva Diniz em seu trabalho de conclusão de Curso de Agronomia da Universidade Federal do Pará, realizado entre 2004 e 2008, o mesmo buscou

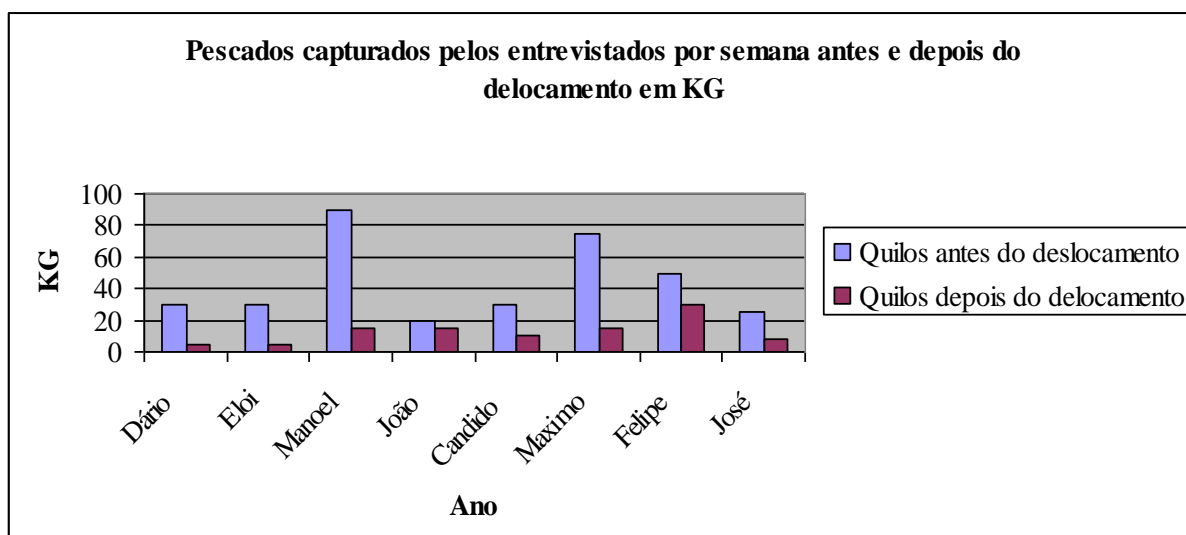
perceber as alterações pertinentes à execução da pesca entre os pescadores que vivem na agrovila de Marudá. Inácio Diniz é integrante do MABE e morava na comunidade de Marudá antes do remanejamento.

No seu trabalho intitulado “Impacto do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) na economia pesqueira de Marudá”, Diniz (2008) analisou que:

A agrovila de Marudá fica a dezoito quilômetros em relação ao mar, esse fator implicou em inúmeras conseqüências. Primeiramente na morosidade na realização da pesca, sendo que antes do deslocamento os pescadores gastavam em média vinte minutos para chegar até a praia. Na atualidade os mesmos gastam duas horas. (DINIZ, 2008, p. 52 – 53)

Segundo observa Diniz (2008), as atividades pesqueiras realizadas pelos pescadores antes dos processos de deslocamento compulsório deficitaram mais da metade após a execução desses deslocamentos. Sendo representados por ele, com base nas entrevistas com os pescadores de Marudá, em forma do seguinte gráfico:

Gráfico 2: diferença nas atividades de pesca antes e depois do remanejamento.



Fonte: Inácio Diniz, 2008.

O gráfico elaborado por Diniz, descreve a relação entre as diferenças nas práticas pesqueiras a partir do que narram os oito pescadores sobre as condições do presente e também, em certo sentido, as lutas deles para exercerem suas atividades pesqueiras. A partir dele é possível se perceber que os efeitos sociais desses deslocamentos perpetram não apenas nas questões de obtenção de recursos financeiros que assegurariam aos agentes sociais deslocados obterem os mantimentos que não podem ser adquiridos com os trabalhos da *roça* por esta está implicada nas impossibilidades produtivas por conta das limitações das glebas de terra como também pelas condições não favoráveis apresentadas pelo solo pedregoso.

Os pescadores das agrovilas que conseguiram adquirir condições para se deslocar das agrovilas até os pesqueiros controlados pela Base ou os pesqueiros na parte do litoral livre são,

de certo modo, quem asseguram que as famílias impossibilitadas de exercer a pesca tenha acesso aos pescados. Chamados de peixeiros, compradores e vendedores de peixe, esses pescadores estabelecem a circulação do pescado. Passo a discorrer sobre esses designados peixeiros a partir do tópico seguinte.

3.6– O peixeiro: pescador, comprador e vendedor de pescados

Jorge: eu sou Jorge Morais Garcia, eu faço a compra aqui do peixe do pessoal, compro e revendo lá fora, lá fora que eu falo é de Peru até Alcântara. (Jorge, 2016)

Neste tópico apresentarei uma discussão em torno dos designados peixeiros, pois esses agentes sociais possibilitam refletir, em certo sentido, sobre o processo de reorganização dos pescadores nas relações sociais estabelecidas em um “território de pesca”. Nesse contexto aparece a figura do *peixeiro* que no período em que estive em campo acabou se tornando referência no encadeamento das discussões acerca das reorganizações conduzidas pelos grupos face à implantação do CLA e os deslocamentos compulsórios.

A ideia de compreender a introdução da venda do peixe no contexto analisado possibilita, de certo modo, a interpretar essa reestruturação dos grupos. Esta situação me foi colocada durante as entrevistas e nas conversas que tive com o senhor Leonardo, quando caminhávamos para o porto de Brito na praia; com o senhor Jorge na entrevista gravada em frente à casa do senhor Leonardo; na entrevista junto ao senhor José Raimundo Pimenta e o senhor Luís. A partir destas informações relatadas por eles, pontuarei algumas especificidades referente ao que foi possível compreender desse processo político organizativo no território étnico reivindicado.

Segundo foi possível observar nas falas dos entrevistados, as agrovilas, no presente, diante dos efeitos sociais vivenciados pelo deslocamento, se encontram obstacularizadas no acesso às áreas de execução da pesca. Neste contexto, aparecem os compradores de peixe, chamados também de *peixeiros*, que fazem o escoamento dos pescados das comunidades de Brito, São Joao de Corte, Mamuna, Pacuri, Canelatiua para as agrovilas.

Os chamados *peixeiros* são pescadores também. Dominam saberes referentes aos processos que atravessam a dinâmica da pesca e executam a atividade pesqueira propriamente dita. No entanto, percebendo os efeitos sociais existente nas agrovilas com a falta do pescado ocasionado vias de regras pelos deslocamentos das antigas comunidades iniciaram a prática da venda do pescado entre as agrovilas.

A partir das relações estabelecidas entre as comunidades que permanecem em seu território étnico e as que foram deslocadas compulsoriamente, a ausência de peixe nas agrovilas

desencadeou a reelaboração das relações referentes a pesca e a prática da compra e venda do pescado. Neste sentido, as atividades desenvolvidas pelos referidos *peixeiros* retomam lugar de destaque no processo de reabastecimento e na possibilidade de rearticulação entre os que se encontram nas agrovilas e seus modos de vida quanto se encontravam nas proximidades do litoral, onde o acesso aos pescados era constante.

Vale destacar a peculiaridade estabelecida nessa relação em que aparecem os peixeiros. Existem peixeiros locais que compram o pescado dos pescadores de Brito e revendem para outros peixeiros que realizam o traslado do pescado até as agrovilas. É o caso do senhor Luís Damázio. Outros que compram o peixe de outros pescadores ou os que ele mesmos capturaram e (re)vendem diretamente na sede de Alcântara para pessoas que já havia encomendado tais pescados, como o senhor Raimundo Pimenta e do senhor Maximiano, ou Pelado como é conhecido. A distinção entre os dois últimos para o primeiro se deve principalmente porque tanto o senhor Raimundo como o senhor Pelado possuem cada um, um veículo automotivo que favorece a realização do traslado desses pescados.

A terceira especificidade na compra e venda dos pescados está relacionada aos peixeiros que compram o peixe localmente ou nas comunidades de Pacuri e São João de Cortes e revendem diretamente nas agrovilas ou na sede de Alcântara nos dias em que não é possível vender todo o pescado nas agrovilas. Isso ocorre especificamente no *inverno* quando aumentam os números de peixeiros na venda do pescado entre as agrovilas.

Destaco que as comunidades que permanecem no litoral aparecem nessa relação como fundamentais para a permanência das livres atividades pesqueiras e como centro de abastecimento dos pescados para as agrovilas. São nelas que os peixeiros realizam a compra dos pescados e fazem o traslado deles para as famílias que foram remanejadas.

Tacilvan: Essas áreas que antes eram os antigos povoados foram desocupados pela Base?

Jorge: É pela Base. E é nessas áreas que eles têm mais dificuldade porque a Base, às vezes, não quer deixar, muitas vezes não quer dar permissão pra que eles entrem, entendeu. Aí, geralmente, eles pescam mais aqui nessas áreas daqui do pessoal. Do Peru, geralmente, eles pescam também ali mais no Mamuna onde tem uma estrada melhor e eles vão fazer a pescaria deles, inclusive neste *inverno* aqui eles agarraram muita sardinha, muitas sardinhas. Tinha gente que agarrou tanta que lavava a caixa pra cortar até em casa. Aí, a vida é essa aí porque quando falta peixe lá fica muito difícil pro pessoal, tá difícil.

Tacilvan: E acontece isso principalmente no *verão*?

Jorge: No *verão* e no *inverno* só que no *inverno* fica mais fácil porque chega peixe nessa região do Peru, de toda essa região nossa aqui Prainha, esse Peroba, Peroba de Baixo e Peroba de Cima, tudo chega peixe. Aí, chega de São João de Cortes, Ponta da Areia, Canelatiua, da Tapera, Brito, Mamuna e vai tudo pra lá, entendeu. Aí fica mais cheio de peixe, entendeu, mas no *verão* falta em geral e aí tanto aqui dá pouco quanto lá fica pouco peixe também.

A fala do senhor Jorge aponta para esse processo de reordenamento das relações estabelecidas pelos pescadores que foram deslocados para as partes distantes do litoral e buscam

exercer suas atividades pesqueiras mesmo estando nessa condição de deslocados. Visibiliza também a relação estabelecida entre a venda e a compra do pescado frente a esses processos de deslocamentos ocorridos na década de 80 que tem levado os agentes sociais das agrovilas a comprarem o pescado advindo das comunidades que permanecem no litoral de Alcântara. Ademais, a própria sede de Alcântara, como também as famílias que vivem em São Luís são abastecidas com os pescados capturados pelos pescadores das comunidades que permanecem no litoral.

Neste caso, os peixeiros se deslocam para a sede de Alcântara, local em que finalizam a venda dos pescados. Essa impossibilidade de obtenção do pescado por parte dos que estão vivendo nas agrovilas ocorre como efeito social dos processos de deslocamento compulsório refletem as possibilidades de reorganização com os quais as unidades familiares deslocadas buscam reproduzir seus modos de vida física e social.

Jorge: Justamente daqui a gente tira pra lá. O peixe que dá aqui aí eu compro, eu compro aqui, compro no Pacuri, nesses lugares por aqui onde tem muitos pescadores aí a gente vai comprando e eu o irmão ali de Tacua tem dois aqui. Tem o irmão ali da Santa Maria que também compra.

Tacilvan: Qual o nome deles?

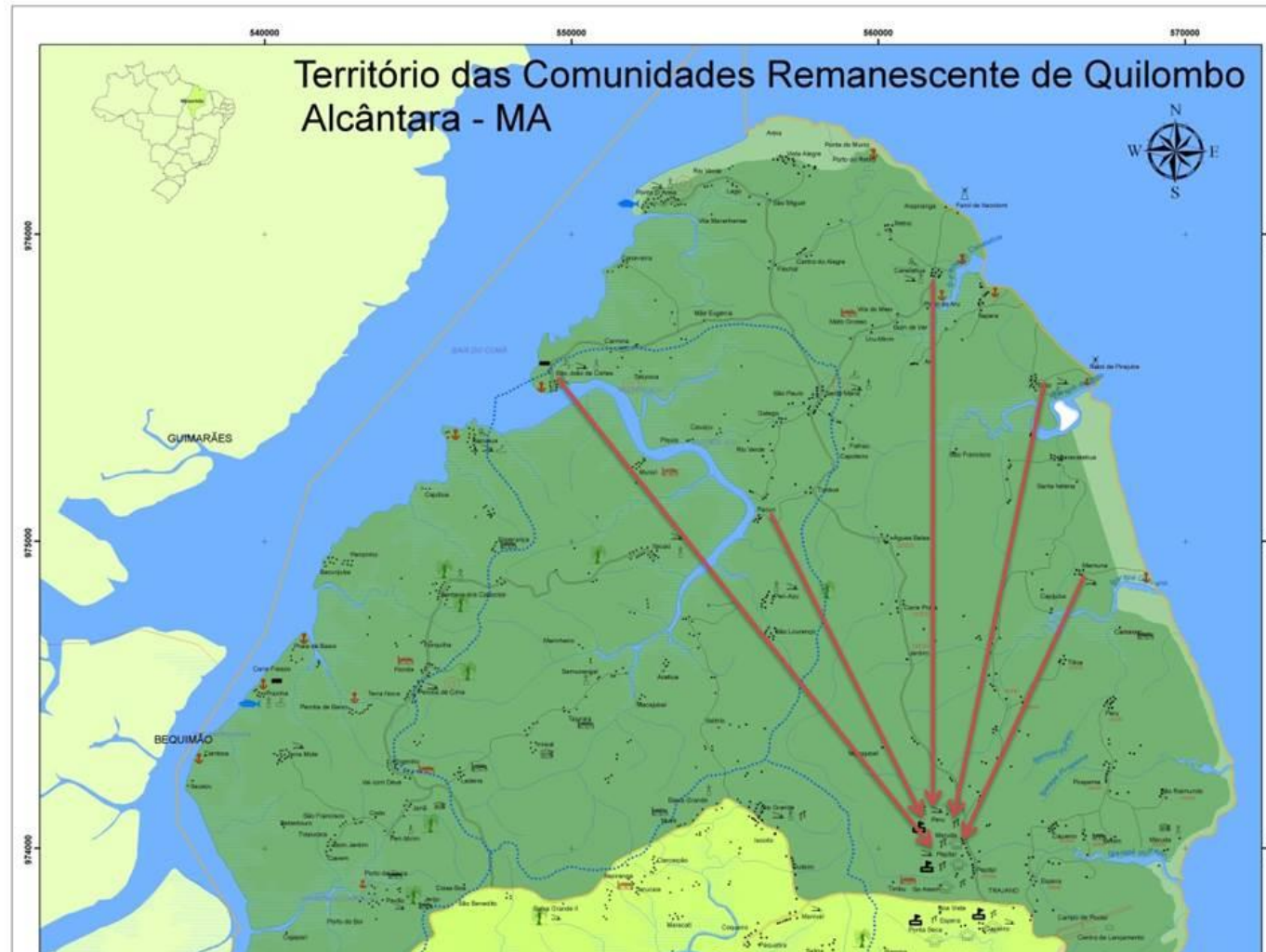
Jorge: É Ribamar, o da Santa Maria ali, e tem o irmão Lourival, ali do Tacua.

Além dos pescadores citados pelo senhor Jorge, Lourival e Ribamar, outros pescadores exercem as atividades de compra e venda dos pescados nesse processo de circulação dos pescados entre o litoral e as agrovilas e sedes das cidades de São Luís e Alcântara. Em Brito se destacam também na venda do pescado o senhor Luís Damázio que repassa esse pescado para outros compradores, como o senhor Ribamar; e o senhor José Raimundo Pimenta que aproveita os fretes que realiza para a sede de Alcântara para levar os pescados e entregar para aqueles que o pediram.

A imagem, apresentada a seguir, foi construída a partir do mapa feito sobre as comunidades remanescente de quilombos de Alcântara – MA no período do Laudo antropológico. Trata-se de um recorte do mapa situacional pelo qual busco demonstrar as comunidades fornecedoras dos pescados, onde ocorrem as principais incidências de excedentes na pesca e o deslocamento feito pelos *peixeiros*, desses pescados para as agrovilas.

Segue imagem:

Imagem 14 – Representação do escoamento dos pescados das comunidades costeiras para as agrovilas em Alcântara, MA.



Fonte: Base cartográfica PNCSA, 2008.

Destaco na imagem, da esquerda para direita, as comunidades de São João de Cortes, Pacuri, Canelatiua, Brito e Mamuna situadas nas proximidades do litoral e destacadas pelos entrevistados como de referências nesse processo de compra e venda dos pescados, por parte dos *peixeiros*. Para além destas há as comunidades de Prainha, Ponta d'Areia, Itapuaua, Peroba, Peroba de Baixo, Peroba de Cima, Tapera das quais há o deslocamento de pescados para as agrovilas no *inverno*.

A circulação do pescado pode ser explicada partindo da síntese colocada no quadro demonstrativo construído com base no que me foi dito sobre os momentos de abundância e diminuição dos pescados nas áreas de pescas frequentadas por pescadores do litoral de Alcântara. No período de campo as unidades sociais destacadas na imagem foram citadas por serem elas as referências no fornecimento dos pescados para as agrovilas. O escoamento dos pescados parece, em certo sentido, representar uma dinâmica próprias das relações de reorganização das práticas pesqueiras entre as comunidades do território étnico.

A partir do que o senhor Leonardo e o senhor Jorge me apresentaram sobre a dinâmica referente ao aumento e a diminuição da venda dos pescados entre os que vivem nas agrovilas, foi possível elaborar a seguinte tabela:

Tabela 2 – Dinâmica na demanda dos pescados entre as comunidades e as agrovilas de Alcântara.

| PERÍODOS REFRENTES AO VERÃO E AO INVERNO | ATIVIDADE DE PESCAS | MOTIVOS | VENDA DO PESCADO | MOTIVOS |
|--|---------------------|--|------------------|--|
| VERÃO | Diminuem | - Mar agitado devido os fortes ventos; Impossibilidade de pesca em alto mar; - Diminuição dos pescados na beirada. | Diminuem | - Dificuldades no acesso aos pescados; - Distanciamentos entre as agrovilas e s pesqueiros; - Poucos Compradores / vendedores de peixes. |

| | | | | |
|---------|----------|---|----------|---|
| INVERNO | Aumentam | <ul style="list-style-type: none"> - O mar está brando; - Possibilidade de realizar a pesca em alto mar; - Aumento dos pescados tanto em <i>alto mar</i> quanto na <i>beirada</i>. | Aumentam | <ul style="list-style-type: none"> - As procuras dos pescados aumentam nas agrovilas; - Abastecimento feito por compradores/vendedores de comunidades como Brito, São João de Cortes, Pacuri. |
|---------|----------|---|----------|---|

Fonte: Tabela elaborada pelo próprio pesquisador (2016).

A venda do peixe, obedece à lógica relacionada ao movimento de procura pelos pescados no momento do *verão*. Devido as condições de possibilidades de abundância das espécies de peixe no mar e nos igarapés em decorrência do período chuvosos, *inverno*. NO *verão* essa procura tende a diminuir motivada pela diminuição dos pescados nessas áreas. Nestas condições, as unidades familiares nessas comunidades tendem também a serem abastecidas primeiramente. Após o abastecimento familiar o restante do pescado é repassado para os compradores que se encarregam do traslado até as agrovilas.

No *verão*, com a diminuição dos pescados, os peixeiros se organizam de tal modo que seja possível a distribuição desses pescados tendo como objetivo o abastecimento significativo da maior quantidade possível de unidades familiares que estão nas agrovilas. Neste sentido, expõe o senhor Jorge durante em entrevista:

Jorge: E no *verão*, que se leva até 40 quilos de peixe e tu não passa do Peru. Eu já fiz esse teste. Tem vez que as vezes, não foi só uma vez foram diversas vezes, tu não passa do Peru, no máximo tu vai no Marudá. Peru e Marudá. essas agrovilas estão sem peixe porque o peixe é pouco e aí em uma Agrovila que tu vai, se tu vai no povoado hoje volta amanhã nesse mesmo povoado que tu vendeu hoje, tu vende só lá de novo. Não passa. Tu tem que saber dividir. Se hoje tu leva pra um povoado aqui pra essa Agrovila aqui e amanhã tu vai ter que levar pra outra. No *verão*, agora no *inverno* é difícil, no *inverno* é diferente. No *inverno* tem vez de tu rodar muito e é rodar o dia todinho pra te vender 30 quilos porque é muito peixe que chega, muito peixe aí rodando, entendeu?! E muitos vendedores, entendeu?! E aí chega de toda região, vai chegando peixe e no *verão* é diferente, o peixe dá pouquinho.

A venda dos pescados obedece também a lógica dos calendários e gráficos postos no início deste capítulo. Está vinculada principalmente a divisão entre o *inverno* e o *verão*. Essa divisão também vai determinar principalmente as altas e as baixas na venda dos pescados.

Tacilvan: E aí aumenta a venda então.

Jorge: É. E aí aumenta a venda, fica mais fácil de tu vender, entendeu?! Porque o peixe fica mais difícil. Agora no *inverno* o peixe fica mais fácil em todas as praias, chega sardinha e aí pronto. Agora no *verão*, não. É certo. Sou eu que compro aqui.

Tacilvan: Quais são os pensadores que geralmente você compra o peixe daqui de Brito.

Jorge: Tem o seu Leonardo aqui, tem o Zé Raimundo ali em cima, tem dois Zé Raimundo, é do pessoal todinho. De todo o pessoal que pesca e passa pra gente, entendeu?!

A presença do peixeiro representa de certa forma a passibilidade de abastecimento das unidades familiares. Para isso, eles estabelecem uma circulação sistemática entre as agrovilas dividindo por dias o momento em que venderão os pescados em cada uma delas. Essa condição permite que, ainda que seja em baixas quantidades, os pescados possam chegar às famílias nas agrovilas

CONSIDERAÇÕES

A prática da pesca executada entre as comunidades do litoral norte de Alcântara, mais precisamente, da comunidade de Brito e sua circunscrição, estão estabelecidas distintas relações sociais entre os agentes sociais que nelas vivem. Tal prática está inserida em um contexto de disputa tanto no plano das questões territoriais, quanto dos sistemas de classificação do próprio modo como os agentes sociais identificam, percebem e representam os recursos naturais dos quais lançam mão.

O que apresentei no decorrer deste trabalho a respeito dos pescadores da comunidade de Brito reflete parte das possibilidades com as quais se pode aprofundar os estudos sobre esta situação empiricamente observável. Mesmo diante das condições de relativização de metodologias rígidas e abrindo mão de técnicas reducionistas, a abordagem que busquei construir não se torna menos desafiadora ao dispor um estudo sobre os pescadores, seus modos de vida e os conflitos perpetrados pelo próprio Estado e suas práticas de violação de direitos territoriais.

Parte dos estudos até então encontrados, sejam relatos de viajantes ou produções científicas deram ênfase ao pescador distanciado da agricultura, da caça, da coleta, desconsiderando a possibilidade que as interrelações entre elas estabelece uma dinâmica própria de organização social, a qual escapa da mera hierarquização dessas práticas quando são tratadas como meras atividades econômicas.

As observações realizadas entre os pescadores de Brito apontam para esse sistema mútuo que intercruza as práticas produtivas na construção da própria lógica local de execução da pesca, pois é a partir da sistematização delas que os agentes sociais estabelecem suas dinâmicas e fortalecem seus modos de vida. Desconsiderar essa questão, de certo modo, ofuscaria qualquer condição de refletir sobre a forma como esses pescadores estabelecem suas relações sociais e consolidam sua autonomia.

Especificamente, as narrativas formuladas pelos agentes sociais, ao descreverem suas relações sociais e as suas expectativas de direitos frente ao Estado com sua imposição de empreendedorismo e progresso, perpassam por esse sistema de representação tanto no que se refere aos “sistemas de uso comum” (ALMEIDA, 2008) dos recursos naturais, como de suas religiosidades e disputa territorial as quais os levam a acionar suas identidades étnicas diante tanto dos conflitos como da extensão de seus “efeitos sociais” (SIGAUD, 1992) no modo de vida deles.

Os agentes sociais descrevem suas relações numa perspectiva que se distancia do meramente biológico e do meramente econômico, sendo antes, formas pelas quais buscam se encaixar num processo de politização de suas próprias identidades étnicas.

Ademais as definições que orientam o Estado na construção das políticas públicas e que são encontradas em documentos oficiais, Decretos e Leis, tendem a interpretar as atividades de pesca por uma escala onde a designada “pesca artesanal” é percebida como sendo de “subsistência” a partir de noções evolucionistas que o leva a considera-la como primitiva ou menos tecnológica. Todavia, existe uma clara diferenciação entre o que se designa como pesca artesanal e pesca industrial. Esta diferença corresponde às práticas sociais que mobilizam elementos identitários, étnicos, culturais e religiosos.

A circulação envolve questões organizativas para trocar produtos advindos das atividades de pesca, das *roças* e do extrativismo. Acredito que tais relações ditas de subsistência, como previsto nos dados oficiais, obedece a uma circulação de produtos, que corresponde à maneira local de estabelecer as atividades econômicas assim também como modos de vida específicos.

Na prática, os produtos tendem a ser adquiridos pelos agentes sociais que retiram parte deles para alimentação da unidade familiar e repassam a outra parte para os compradores que os revendem nas agrovilas, nas sedes de Alcântara, São Luís e Bequimão. No caso dos pescados, são os chamados peixeiros que se encarregam de realizar esse traslado. Em Brito, os aposentados que não podem obter esses pescados por meio da execução da pesca, fazem a compra com aqueles que realizam tal prática.

Os pescadores de Brito percebem as suas atividades a partir de uma interrelação que eles estabelecem entre elas. É a partir dessa compreensão que eles também estabelecem suas organizações tanto em suas unidades familiares como também as que envolvem a coletividade na comunidade. Esses trabalhos coletivos aparecem na execução das atividades inerentes a *roça*, na pesca e nos distintos processos que elas envolvem.

Na implantação dos *roçados*, as relações coletivas prevalecem e são executadas a partir de saberes tradicionais a respeito dos diferentes procedimentos exercidos desde a escolha da área em que eles serão implantados até o momento em que são desmanchados para a produção da farinha.

A elaboração, mesmo do calendário que representasse essa dinâmica da lógica de implementação das *roças*, precisou ser pensado e repensado para evitar que fosse de tal modo rígido. Levei isso em consideração ao perceber que entre os que a praticam é estabelecida formas próprias na execução dela, pois está em questão a escolha da área, os dias acordados

para *roçagem*, a percepção do mês adequado para realização dessas atividades, até mesmo o tempo que será realizado a desmancha desses *roçados* está circunscrito por acordos entre aqueles que o implantaram.

Os produtos que são cultivados nesses designados *roçados* também são escolhidos entre aqueles que se juntam para implementá-lo quando ele é feito por distintas unidades familiares. Quando ele é implementado apenas por uma única unidade familiar, esses produtos são escolhidos entre os membros que a formam.

Mesmo nos dois casos organizativos que orientam a implantação das *roças*, está presente as trocas de dias de serviços, para a derrubada do mato onde se implantará a *roça*, ou mesmo quando elas são desmanchadas para a produção da farinha. São esses acordos que asseguram localmente a realização rápida desses procedimentos e que garante aos envolvidos realizar suas demais atividades, seja na pesca, na feitura de carvão com os galhos das árvores amontoados após a queima do *roçado* ou nas práticas de coleta de frutas, mariscos e outras extrações.

No que tange a pesca, é visível também as dinâmicas estabelecidas entre os pescadores que orientam a execução das atividades pesqueiras a partir de saberes próprios. Esses saberes envolvem formas específicas de entendimento que vão desde o saber sobre a construção dos instrumentos de pesca, o reconhecimento do “território de pesca” por onde executam as capturas dos pescados, até aos acordos entre eles, quando precisam se deslocar para os designados *pesqueiros em alto mar*.

Essa dinâmica envolve tanto a percepção dos conflitos em torno das possibilidades de permanência no “território de pesca”, quanto os “efeitos sociais” perpetrados sobre esse território a partir da implantação do CLA. Pode-se compreender que a afirmação da identidade de pescador está inserida nessas tensões sociais e é por meio delas que os agentes sociais fazem o reconhecimento de seus territórios, visibilizam saberes, afirmam suas relações sociais e reivindicam, diante do Estado brasileiro, o reconhecimento de seus direitos territoriais.

A pesquisa de campo possibilitou perceber as práticas pelas quais os agentes sociais têm se mobilizado para estabelecer suas organizações sociais pós a execução dos primeiros deslocamentos compulsórios realizados pelo CLA, com fins de desapropriar a área destinada a implantação do referido empreendimento.

Interpretar isso levou a entender que há entre as distintas comunidades uma intensa relação. Entre elas, há relações de reciprocidades em distintos “planos de organizações sociais” (GEERTZ, 1967) no que se refere à economia, à religiosidade, às relações políticas e sociais estabelecidas internamente em cada comunidade e entre todas elas. Os remanejamentos

compulsórios alteraram, significativamente, o modo de vida, não somente das comunidades que foram deslocadas para as chamadas “agrovilas”, como também as que permaneceram em seus territórios.

A prática da pesca e a venda dos produtos dela resultante levam a evidenciar essas alterações de forma abrangente, pois para os deslocados restou em primeira instância, o afastamento do litoral onde executavam suas atividades pesqueiras, os que não foram deslocados precisaram estabelecer novas relações com as comunidades remanejadas, inclusive no abastecimento de pescados para as unidades familiares que não conseguem realizar a pesca nas comunidades próximas ao litoral.

Os que vivem nas agrovilas que conseguem pescar tiveram que optar por comprar veículos como motos, carros ou bicicletas, que diminuíssem o tempo gasto no percurso até os pesqueiros. Antes desses transportes, o tempo de ida e volta durava dias. Exigiu, também, desses pescadores formas de conservar os pescados para não estragarem antes de chegar às agrovilas, assim, tiveram que comprar caixas grandes de isopor e gelo.

A venda de peixes entre as comunidades do litoral e as que estão nas agrovilas também foi intensificada. Essa circulação de pescados implicou no estabelecimento local de um pequeno comércio de venda de peixe que implicou em uma dinâmica própria de obtenção dos pescados e revenda deles entre as unidades familiares nas agrovilas.

As mobilizações dos agentes sociais que objetivam suas lutas a partir do MABE, do MOMTRA e próprio STTR pela permanência no território, não apenas reivindicam o reconhecimento de seus direitos territoriais, como também as possibilidades de estabelecer seus modos próprios de organização social, de estabelecer suas práticas e de terem livre acesso os recursos naturais em seus territórios.

Por fim, podemos considerar, a partir do trabalho realizado na comunidade de Brito que, é por meio dos seus saberes que os agentes sociais estabelecem o fortalecimento de laços de pertencimento étnico frente às lutas pelo reconhecimento de seus direitos territoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, Marin, Rosa Elisabeth, Org. **Populações tradicionais, questões de terra na Pan-Amazônia**/ Organizado por Rosa Elisabeth Acevedo Marin e Alfredo Wagner Berno de Almeida. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berro de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, Faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2ª Ed, Manaus: PGSCA – UFAM, 2008.

_____. **Antropologia dos Arquivos da Amazônia**. Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.a

_____. **A Ideologia da Decadência: leitura antropológica e uma história de agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.b

_____. **Conceito de terras tradicionalmente ocupadas**. (palestra – seminário sobre questões indígenas). [s//d]. 10 p.

_____. **Os quilombolas e a Base de Lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico** / Alfredo Wagner Berno de Almeida. 2V. – Brasília: MMA, 2006.

_____. **Quilombos: sematologia face as novas identidades**. In: Projeto Vida de Negro, FRECHAL Terra de Preto: Quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luis:SMDDH/CCN-PVN, 1996. p. 11-19

ANDERSON, Benedict R. **Censo, mapa, museu**. In: Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo/ Benedict Anderson; tradução: Denise Bottan: – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANJOS, Leonardo dos. **Direitos, resistência e mobilização: a luta dos quilombolas de Alcântara e a Base espacial** / Leonardo dos Anjos; Cynthia Carvalho Martins, org. Davi Pereira Júnior, Org. Patrícia Portela Nunes, Org.; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed. – Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

Antropologia e Poder / Wolf, Eric; organizado por Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro; tradução de Pedro Maia Soares. – Brasília: Edito Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

BACHELARD, Gaston, **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução: Esteia dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. – Fredrik Barth. Trad. de Jhon Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. P. 25 – 67.

_____. **Etnicidade e o conceito de cultura**. Tradução: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. In: Antropolítica : Revista Contemporânea de Antropologia e CiênciaPolítica. — n. 1 (2. sem. 95). — Niterói : EdUFF, 1995.

Basile Kerblay, «**Chayanov and the theory of peasantry as a specific type of economy**», In: Teodor Shanin (editor), *Peasants and Peasant Societies*, Penguin Modera Sociology Readings, Harmondsworth, 1971, pp. 150-160.

BERREMAN, Gerald. **Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia**. In. *Desvendando máscaras sociais*, Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1975, p 123-175.

BOURDIEU, Pierre. **A lógica da prática**. In: O senso prático/ Pierre Bourdieu; Tradução de Maria Ferreira; revisão de tradução, Odaci Luiz Coradini. 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. – (Coleção Sociologia).

_____. **Compreender**. In: A Miséria do mundo/ sob direção de Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accardo [et. al.] – Petrópolis, Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal** / Pierre Bourdieu; Tradução Lucy Magalhães. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. In: TOMAZ, F. (trad.). O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2010.

Brasil. **Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. Debate sobre o Código sindical para as colônias de pescadores artesanais e federações estaduais e Confederação Nacional**. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

CALAZANS, Roseni Santana. **Marisqueira é Pescadora: mulheres negras do quilombo de são braz – santo amaro, bahia**. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 9, n. 23, p. 82-108, nov. 2017. ISSN 2177-2770.

CALDEIRA, Clovis. **Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

Cartografia Social e Dinâmica Territorial: marcos para o debate / Henri Acselrad (organizador; Aurélio Vianna Jr... [et al.]. – Rio de Janeiro: Universidade Federal, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

CHAYANOV. A. V. **Teoria dos sistemas económicos não - capitalistas (1924)**. In: Chayanov e o campesinato. / Horário Martins de Carvalho (org.). – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CUNHA, Raimundo Lopes, 1894 – 1941. **Raimundo Lopes: Dois Estudos Resgatados**. Org. Heloísa Maria Bertol Domingues, Alfredo Wagner Berno de Almeida; Prefácio Luís de Castro Faria. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

Cultura, Percepção e ambiente: diálogo com Tim Ingold / Carlos Alberto Steil, Cristina de Moura Carvalho, organizadores. – São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012. – (Coleção Antropologia Hoje)

DAMATA, Roberto. **Relativizando; uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro, 1987.

DOMINGUES, Heloísa Mari Bertol. **A história das ciências e os saberes na Amazônia** / Heloísa Maria Bertol Domingues; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed.; Patrícia Maria Portela Nunes, org. Maria Consolação Lucinda, org. Cynthia Carvalho Martins, org. Camila do Valle, org. – Rio de Janeiro / São Luís: Casa 8, 2016.

DURKHEIM, Émile, 1858-1917. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália** / Émile Durkheim; tradução Paulo Neves. – São Paulo: Martins Fontes, 1996. – (Coleção Tópicos).

_____. **O ofício de Etnólogo, ou como Ter Anthropological Blues** In: NUNES, Edson. *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1978.

Diniz, inácio silva. **Impácto do Centro de Lançamento de Alcântara (cla) na economia pesqueira de Marudá**, 2008.

ELIAS, Norbert, (1897 – 1990). **Sobre o tempo** / Norbert Elias; Editado por Michael Schroter; tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica, Andrea Daher. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 1998.

EVANS-PRITCHARD, Sir Edward Evan. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2005.

EVANS-PRITCHARD, E. ([1940] 1978), **Os Nuer**. São Paulo, Perspectiva.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. **Megaprojetos inconcludentes e territórios conquistados: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará**/ Emmanuel de Almeida Farias Júnior. – Manaus, 2016.

FIRTH, Raymond William. **Malay fishermen: thier peasant Economy**. The Norton library, 1975.

_____. **Organização Social e Estrutura Social**. In: CARDOSO, F.H. & IANNI, O. (org.). *Homem e Sociedade*. São Paulo: Cia. Editira Nacional, 1971.

_____. 1970, “**Social Structure and Peasant Economy: the Influence of Social Structure upon Peasant Economies**”, WHARTON, S., *Subsistence Agriculture and Economic Development*, Nova Iorque, Frank Less.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984 7.ed. **A arqueologia do saber**/Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GEERTZ, Clifford. **Planos de Organização Social**. Texto Original: *Form and Variation in Balinese Village Structure*. In: *Peasant Society: a reader*. Potter, J. , M. Diaz e G. Foster [Eds.] – Boston: Liffte Brown, 1967.

_____. **O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa**. 5a Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP & A Editora, 2000.

Insurreição de saberes: práticas de pesquisa em comunidades tradicionais. Interpretações do Maranhão/ organizadores, Cynthia Carvalho Martins... [et. al.]; autores, Davi Pereira Júnior ... (et. al.) – Manaus: Universidade Estadual do Amazonas. UEA, 2011.

JESUS, Roseni Santana de. **Marisqueira é Pescadora: mulheres negras do quilombo de São Braz – Santo Amaro, Bahia**. Revista da ABPN, v. 9, n. 23. jul – out 2017, p.82-108.

_____. **Pescador e Marisqueira: identidades em conflito**. Cachoeira, BA, Brasil. 2015.

_____. **Por que a Pescadora é Marisqueira? Identidade de gênero no quilombo de São Braz – Santo Amaro/Bahia**, Cachoeira, 2016.

LEACH, E. R. **Sistemas Políticos de la Alta Birmannia: estudio sobre la estructura social Kachin**. – Barcelona: Editorial Anagrama, 1975.

LOPES, Danilo da Conceição Serejo. **As Territorialidades Específicas como Categoria de Análise na Construção do Direito de Propriedade das Comunidades Quilombolas de Alcântara** / Danilo da Conceição Serejo Lopes. – São Luís, 2016.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **A Afirmação identitária dos grupos étnicos na Amazônia: desafios à pesquisa**. In: **Terra e território na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**/ Sérgio Sauer, Wellington Almeida, organizadores. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

_____. **Mobilização e Saberes - Mapeamento social e construção de territórios**. [s//d] 20 p.

_____. **Os Deslocamentos como Categorias de Análise: o garimpeiro, lugar de se passar; a roça onde se fica e o babaçu nossa poupança**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2012.

_____. **Os Trabalhadores Rurais de Cajueiro e o Centro de Lançamento de Alcântara: a ação oficial e a transformação compulsória de um campesinato de terra de uso comum em campesinato parcelar**. UFMA, 1994.

MAUSS, Marcel. **Ensaio Sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. p. 183 314 In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003. 536.pp, 6 ils.

MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaio de antropologia indígena e Caiçara**/ Gioconda Mussolini; Organização de Edgard Carone. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil : Comunidades tradicionais caiçaras da Jureia, Iguape-Peruibe / coordenação, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Acevedo Marin ; equipe de pesquisa, Adriana Souza Lima ... [et al.]. – Manaus: UEA Edições, 2013.

NUNES, Patrícia Portela. **Canelatiua, Terra dos Pobres, Terra da Pobreza: uma territorialidade ameaçada, entre a recusa de virar Terra da Base e a titulação como Terra de Quilombo**. Niterói, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. *Mana* 4(1):47-77, 1998.

PEREIRA JÚNIOR, Davi. **Quilombos de Alcântara: Território e Conflitos – Itrusamento do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional, Alcântara Cyclone Space / Davi Pereira Júnior... [et. al.] – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.**

_____. **Territorialidades e Identidades Coletivas: Uma Etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense**. Salvador, 2012.

_____. **Tradição e identidade: a feitura de louça no processo de construção da identidade da comunidade de Itamatatua – Alcântara Maranhão**. In: *Insurreição de saberes: práticas de pesquisa em comunidades tradicionais. Interpretações do Maranhão/ organizadores, Cynthia Carvalho Martins... [et. al.]; autores, Davi Pereira Júnior ... (et. al.) – Manaus: Universidade Estadual do Amazonas. UEA, 2011.*

_____. **Luta dos Quilombolas pelo Título Definitivo: oficinas de consultas**. Nova cartografia Social da Amazônia fascículo 25. Editora da Universidade federal do Amazonas, 2008.

PEREIRA, Aniceto Araújo [et al.]. **Lutas em Memória: a luta pela ‘terra’ reforçada pela luta em defesa dos ‘territórios’ quilombolas / Aniceto Araújo Pereira, Dorinete Serejo Morais, Marcos Antônio Pinho Diniz, Samuel Araújo Morais; Cynthia Carvalho Martins, Patrícia Maria Portela Nunes org. Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed – Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.**

PRADO, Regina de Paula Santos. **Todo ano tem: as festas na estrutura social camponesa: São Luis**. EDUFMA. 2007.292 p.

RIBEIRO, Domingos. **Histórias do Padrinho Domingos: o doutor de ossos de Canelatiua / Domingo Ribeiro; Org. Alfredo Wagner Berno de Almeida [et al.]. – Manaus, AM: UEA Edições, 2010.**

SÁ, Laís Mourão. **O pão da terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada maranhense / Laís Mourão Sá. – São Luís: EDUFMA, 2007.**

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. In: *Revista Nera – ano 8, n. 7 – julho/dezembro de 2005.*

SIGAUD, Lygia. **“Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho”**. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1986. 116 p. (Comunicação n. 9).

SILVA, Gyordanna Patrícia Pereira Silva. **Produção intelectual, movimento social e conflitos: o MABE e a luta em defesa da territorialidade / Gyordanna Patrícia Pereira Silva – São Luís, 2013.**

WEBER, Max, (1864 – 1920). **Relações comunitárias étnicas**. In: Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva / Max Weber; trad. de Regis Barbosa e Karen elsabe Barbosa; ver. téc. De Gabriel Cohn, 3ª ed. – Brasília: editora Universidade de Brasília, 2000.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1970.

WOORTMANN, Ellen F. "**Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em 'comunidades pesqueiras' do Nordeste**". Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 18, p. 41-60, 1992.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres: colonos do Sul e sistema do Nordeste**/ Ellen F. Woortmann. – São Paulo-Brasília: Edunb, 1995.

VELHO, Gilberto. "**Observando o familiar**" in NUNES, Edson de Oliveira. Org. A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**, 3 de. Fundação Cultural do Maranhão, 1977.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/1999/in_maa_14_1999_revvd_rgp_revvd_in_sea_p_3_2004.pdf&gws_rd=cr&dcr=0&ei=xy_5WfB8WlwgS-t67wDw acesso em: 31/10/2017 às 23:33 min

LEI DELEGADA Nº 10, DE 11 DE OUTUBRO DE 1962.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Ldl/Ldl10.htm

DECRETO-LEI Nº 221, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967.
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del0221.htm

LEI Nº 11.958, DE 26 DE JUNHO DE 2009
<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/852830.pdf>

Anexos

CARTA DO II SEMINÁRIO ALCÂNTARA: A BASE ESPACIAL E OS IMPASSES SOCIAIS.

Alcântara/MA, 25 de novembro de 2017.

As Comunidades Quilombolas de Alcântara, o Movimento dos Atingidos Pela Base Espacial de Alcântara (**MABE**), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (**MOMTRA**), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Alcântara - (**STTR/Alcântara**) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Alcântara (**SINTRAF/Alcântara**) e demais organizações da sociedade civil, juntamente com representantes da Comissão de Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (**ABA**) e da Comissão de Direitos Humanos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**), do Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão (**PPGCSPA/UEMA**), do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (**PNCSA**), do Projeto Antirracismo na América Latina numa Era Pós-Racial da Universidade de Manchester (**LAPORA/UManchester**), do Conselho Nacional de Direitos Humanos (**CNDH**), da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (**CONAQ**), do Fórum por Direitos e Combate à Violência no Campo (**FDCVC**), da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (**FETAEMA**), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MA (**MST/MA**), da União de Negros pela Igualdade no Maranhão (**UNEGRO/MA**), da Congregação **Irmãos de Notre Dame**, da Justiça Global (**JG**), da Defensoria Pública da União/Defensor Regional de Direitos Humanos no Maranhão (**DPU/MA**) organizações sociais que historicamente se colocam na defesa dos direitos humanos, territoriais e culturais e do Território Quilombola de Alcântara, reunidas no **II Seminário Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais**, ocorrido nos dias 24 e 25 de novembro de 2017 no Auditório Instituto Federal do Maranhão, Campus Alcântara, vem a público manifestar seu repúdio diante do avanço ilegal das negociações para cessão da Base Espacial de Alcântara aos Estados Unidos e outros países conforme têm veiculado diversos meios de comunicação e falas institucionais de agentes do governo federal¹, e **REAFIRMAR** e **RECONHECER** o direito dos

¹ Sobre as notícias na mídia, consultar: *EUA usarão Centro de Alcântara para lançar foguetes no Maranhão, diz ministro Ministério das Relações Exteriores firmou acordo com os EUA, que deve ser o 1º país a utilizar o centro. França, Rússia e Israel, também demonstram interesse na estrutura.* Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/eua-usarao-centro-de-alcantara-lancar-foguetes-no-maranhao-diz-ministro.ghtml> acessado as 08h50min em 27/09/2017; *Jungmann: Centro de Alcântara precisa de mais área para ser economicamente viável.* Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/05/31/interna_politica.873096/jungmann-centro-de-alcantara-precisa-de-mais-area-para-ser-economicam.shtml acessado as 08h58min em 27/09/2017; *Quatro países manifestaram interesse em parceria com o Brasil no CLA do Maranhão.* Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/30060-quatro-paises-manifestaram-interesse-em-parceria-com-o-brasil-no-cla-do-maranhao> acessado as 09h11min em 27/09/2017; *Governo quer retomar plano de ampliação da base de Alcântara.* Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1889035-governo-quer-retomar-plano-de-ampliacao-da-base-de-alcantara.shtml>. Acessado em 27/09/17 acessado as 09h17min.; *Acordo sobre base de lançamento de Alcântara vai ao Congresso em maio.* Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/04/1872858-acordo-sobre-base-de-lancamento-de-alcantara-vai-ao-congresso-em-maio.shtml> acessado às 09h37min.

Quilombolas de Alcântara ao seu território tradicional e historicamente ocupado e utilizado, conforme mandamento constitucional, e de outros dispositivos legais nacionais e internacionais, e expor as seguintes preocupações e reivindicações:

- 1. Exigimos do governo federal a imediata titulação do território quilombola de Alcântara, conforme o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação publicado em 2008** e respeito à institucionalidade e competências estabelecidas no processo de regularização do território quilombola de Alcântara, entre os quais destacamos, o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/88, o Decreto 4887/2003, a Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas Tribais, ratificada pelo Estado brasileiro em 2002, sobretudo, o direito de Consulta;
2. A proposta de cessão da Base Espacial aos interesses estrangeiros afronta a soberania nacional, configura desvio de finalidade da Base Espacial, uma vez que se afasta da precípua função de desenvolvimento da tecnologia aeroespacial nacional e sucumbe aos interesses estrangeiros;
3. Solicitamos, com base na CF/1988, na Lei de Acesso a Informação e na Convenção nº 169 da OIT, o acesso prévio as tratativas e documentos inerente as negociações de um suposto Acordo com os Estados Unidos para uso da Base de Alcântara, conforme veiculado por diversos meios de comunicação. **RESSALTAMOS que a negativa do governo federal em estabelecer um debate transparente, franco, honesto e justo em torno dessa questão com os quilombolas de Alcântara e com a sociedade brasileira é na realidade uma atitude dolosa que busca lesar os direitos dos quilombolas alcantarenses a soberania do povo brasileiro, inclusive a soberania tecnológica.** É de se registrar ainda, esta deliberada omissão é uma característica típica de governos autoritários e ditatoriais. É preciso primar pelo relevo da institucionalidade, da participação social, do acesso a informação e o respeito às garantias e direitos fundamentais, características estas, de um Estado democrático;
4. Utilizar-se do argumento de sigilo tecnológico e militar, ou mesmo da defesa da soberania nacional, para violar direitos assegurados e alijar as comunidades quilombolas e a sociedade brasileira do bom debate já não se sustenta, pois, se assim fosse, não se estaria renunciando de um território geopoliticamente estratégico, tampouco, renunciando a Base Espacial de Alcântara e entregando-os aos interesses estrangeiros;
5. Ademais, se esta proposta for levada a cabo se converterá em irreparáveis danos aos direitos territoriais das comunidades quilombolas de Alcântara, sobretudo, na autogestão do território, o que implicaria enormes retrocessos aos direitos historicamente conquistados por meios dos tratados internacionais de direitos humanos

tais como: o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos), ambos os documentos legais ratificados pelo Estado brasileiro;

6. Portanto, **NÃO SE ADMITE SOB QUAISQUER PRETEXTOS E ARGUMENTOS A POSSIBILIDADE DE NOVOS DESLOCAMENTOS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA. NÃO SE ADMITE TAMBÉM A EXPANSÃO DA BASE ESPACIAL SOBRE O LITORAL ALCANTARENSE, que poderá afetar aproximadamente 50 comunidades. Não cederemos nenhum milímetro do nosso Território Quilombola de Alcântara para esse projeto de expansão! Não renunciamos a direitos. Não negociamos direitos!**
7. EXIGIMOS a elaboração do Estudo de Impacto de Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental, devidamente acompanhado do Estudo de Componente Quilombola do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). **É inadmissível que o CLA funcione há 37 anos sem licença ambiental**, afrontando diariamente a Constituição Federal de 1988;
8. SOLICITAMOS do Governo do Estado do Maranhão a **formalização de um pedido de desculpas ao povo quilombola de Alcântara** em razão da publicação do decreto de desapropriação nº 7820/80 do território de Alcântara para implantação da Base Espacial. O Estado do Maranhão foi o primeiro fiador desse projeto durante o regime militar expondo, dessa forma, os quilombolas às atrocidades e violações perpetradas pelos militares, razão pela qual, **solicitamos uma audiência com o Exmo. Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, para discutir esta proposta e demais questões referentes à possível cessão da Base aos Estados Unidos;**
9. EXIGIMOS do Estado do Maranhão e do Governo Federal, a imediata **eletrificação da Ilha do Cajual, único território quilombola de Alcântara sem luz elétrica**. A referida ilha se encontra na região onde está localizado o Porto do Cujupe que é administrado pela EMAP (Empresa Maranhense de Administração Portuária), cujo orçamento e responsabilidade social deve, no nosso entender, incluir a eletrificação dessa ilha, sem prejuízo das competências e responsabilidades dos demais órgãos;
10. Denunciamos ao Estado brasileiro a situação de violência atualmente experimentada pela comunidade quilombola de Tiquara, em Alcântara, que vem sofrendo ilegalmente as investidas de uma pessoa estranha à comunidade (conhecido como Pastor Edilson), que sob o falso manto de um projeto de educação realizado em parceria com o Governo do Estado do Maranhão e instituições privadas de ensino, usurpa o território daquela comunidade, usurpa o Território Quilombola de Alcântara e tem submetido os quilombolas daquela comunidade a situações humilhantes e constrangedoras,

inclusive, com prisões ilegais de quilombolas. Portanto, exigimos imediatas providencias das autoridades do Estado, do Governo Federal e do Ministério Público Federal para investigar a situação e devolver o território à comunidade de Tiquara;

11. Que sejam resgatadas, atualizadas e implementadas, com a participação e consulta, nos termos da Convenção 169, as ações de políticas públicas resultado dos trabalhos desenvolvido no âmbito Grupo Executivo Interministerial de 2004 a 2006;
12. **REAFIRMAMOS O COMPROMISSO** de dar continuidade às ações em trâmite na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA) da Organização dos Estados Americanos e na Organização Internacional do Trabalho contra o Estado brasileiro em função das violações de direitos humanos, culturais e territoriais das comunidades quilombolas de Alcântara no processo de implantação e gestão do CLA, inclusive, com os novos fatos de violações ora experimentados em Alcântara;
13. Reuniremos todos os nossos esforços para denunciar em todas as instancias nacionais e internacionais quaisquer tentativas de reduzir, retirar e lesar nossos direitos territoriais. Jamais admitiremos retrocessos!
14. Que o IBAMA, a SEMA/MA e o IFMA/Campus Alcântara (este, na condição de parceiro) realizem ações educativas, em parceria com as comunidades, com vistas a estimular a preservação ambiental no Território Quilombola de Alcântara;
15. Que a Prefeitura Municipal de Alcântara, adote medidas de implementação da política de resíduos sólidos para tratamento do lixo produzido no município, inclusive, pelo Centro de Lançamento de Alcântara, pois, o atual lixeiro funciona de forma inadequada, expondo as pessoas aos mais diversos riscos a saúde e com sérios danos ao meio ambiente;

Não poderíamos encerrar sem manifestar nosso total **REPÚDIO** ao voto do Ministro do STF, Dias Toffoli, proferido no ultimo dia 09 de novembro de 2017 no âmbito da ADI nº 3239/2004, cujo teor nega a trajetória histórica, social e cultural do povo quilombola ao longo da construção deste país. O conteúdo deste voto significa o mais cruel racismo institucional da história recente e remonta um lamentável cenário *colonialesco* que intenta reavivar o império da propriedade privada e negar o território histórica e tradicionalmente ocupado às gerações futuras do nosso povo.

Por fim, **reafirmamos o irrenunciável compromisso de lutar pela permanência, das comunidades quilombolas de Alcântara no seu Território Quilombola na sua inteireza e plenitude**, e **REPUDIAMOS** veementemente toda e qualquer iniciativa desse governo federal golpista que busca cedê-lo aos interesses estrangeiros, comerciais e militares ameaçando, assim, nossa permanência no território, a soberania nacional, o direito destas comunidades a autogestão e autodeterminação sob seu território. Nem direito a menos, nenhum Quilombo a menos!

Atenciosamente,

Comunidade Quilombola de Arenhegava.
Comunidade Quilombola de Baixa Grande.
Comunidade Quilombola de Brito.
Comunidade Quilombola de Cajiba.
Comunidade Quilombola de Cajueiro I.
Comunidade Quilombola de Canelatiua.
Comunidade Quilombola de Espera.
Comunidade Quilombola de Goiabal.
Comunidade Quilombola de Itaaú.
Comunidade Quilombola de Mamuna.
Comunidade Quilombola de Marudá.
Comunidade Quilombola de Mato Grosso.
Comunidade Quilombola de Mocajubal II.
Comunidade Quilombola de Oitíua.
Comunidade Quilombola de Pacurí.
Comunidade Quilombola de Peptal.
Comunidade Quilombola de Peroba de Cima.
Comunidade Quilombola de Perú.
Comunidade Quilombola de Ponta D' Areia.
Comunidade Quilombola de Santa Maria.
Comunidade Quilombola de Santana.
Comunidade Quilombola de Santo Inácio.
Comunidade Quilombola de São João de Cortes.
Comunidade Quilombola de São Maurício.
Comunidade Quilombola de Tiquara.
Comunidade Quilombola de Trajano.
Comunidade Quilombola de Vista Alegre.
Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (MOMTRA).
Movimento dos Atingidos Pela Base Espacial de Alcântara (MABE).
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Alcântara (SINTRAF/Alcântara).
Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Alcântara - (STTR/Alcântara).
Comissão de Direitos Humanos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Comissão de Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Congregação Irmãs de Notre Dame.

Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

Defensoria Pública da União/ Defensor Regional de Direitos Humanos no Maranhão (DPU/MA).

Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA).

Fórum por Direitos e Combate à Violência no Campo (FDCVC).

Justiça Global (JG).

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MA (MST/MA).

Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA/UEMA).

Projeto Antirracismo na América Latina numa Era Pós-Racial da Universidade de Manchester (LAPORA/UManchester).

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA).

União de Negros pela Igualdade no Maranhão (UNEGRO/MA).